

2/9 95

*J.F. de Almeida Prado*

# PERNAMBUCO E AS CAPITANIAS DO NORTE DO BRASIL

(1530 - 1630)

Historia da Formação da Sociedade Brasileira

3.º TOMO

Edição ilustrada

Serie 5.ª BRASILIANA Vol. 175-B  
Biblioteca Pedagógica Brasileira

# "BRASILIANA"

5.<sup>a</sup> Serie da

## BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA



MENEZES DRUMOND: *Historia Interna da Independencia* — Através das anotações a uma biografia.

EDGARD SUSSEKIND DE MENDONÇA e WALTER SPALDING: *Catálogo-Índice da Brasiliana*.

GEORGE GARDNER: *Viagens no Brasil* — Principalmente nas provincias do norte e nos distritos do ouro e do diamante. Durante os anos de 1836-1841. Tradução de Albertino Pinheiro.

CORRESPONDENCIA POLITICA DE MAUA NO RIO DA PRATA (1850-1885) — Prefacio e notas de Lidia de Besouchet.

ARTUR RAMOS: *A Cultura Negra no Brasil*. CONSELHEIRO ALBINO JOSE' BARBOSA DE OLIVEIRA: *Memorias de um Magistrado do Imperio* — Revistas e anotadas por Américo Jacobina Lacombe — Prefacio de Fernando de Azevedo.

GEORGES RAEDERS: *O Conde de Gobineau no Brasil* (Documentação e ilustrações inéditas).

RODRIGO OTAVIO: *Os Selvagens Americanos perante o Direito*.

CONSELHEIRO TITO FRANCO DE ALMEIDA: *O Conselheiro Francisco José Furta-do*. — Biografia e estudo da Historia Politica Contemporanea — Com anotações no texto do Imperador Pedro II — Prefacio e organização de Carlos Pontes.

AFFONSO RUY: *A Primeira Revolução Social Brasileira* (1798) Edição ilustrada.

OLIVEIRA VIANA: *Pequenos Estudos de Psicologia Social*: I. O meio social. II. O meio politico. III. O meio sertanejo. IV. O homem e a raça.

RENATO MENDONÇA: *Um diplomata na Côte da Inglaterra* — O Barão de Penedo e sua época.



EDIÇÕES DA

Companhia Editora Nacional

SÃO PAULO

# “ BRASILIANA ”

5.<sup>a</sup> Serie da

## BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA



### Próximas publicações:

- AFONSO DE E. TAUNAY: *Rio de Janeiro de Antanho* — Imp. de Viajant. estrangeiros.
- HENRY WALTER BATES: *Um Naturalista no Rio Amazonas* — Edição ilustrada.
- KARL VON DEN STEINEN: *O Brasil Central* — Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingú. Edição ilustrada — Tradução de Catarina B. Canabrava.
- DR. MAX SCHMIDT: *Estudos de Etnologia Brasileira* — Peripécias de uma viagem nos anos de 1900-01. Seis resultados etnológicos — Edição ilustrada — Tradução de Catarina B. Canabrava.
- HENRY KOSTER: *Viagens no Nordeste Brasileiro* — Tradução de Luiz da Câmara Cascudo.
- P. M. NETSCHER: *Os Holandeses no Brasil* — Tradução de Mario Sette.
- ANDRE' THEVET — *Singularidades da França Antartica* — Tradução e Notas de Estevão Pinto.
- WILHELM SCHMIDT: *Etnologia Sul-Americana* — Circulos Culturais e Extratos Culturais na America do Sul — Edição Ilustrada — Tradução de Sergio Buarque de Holanda.
- JOSE' MARIANO FILHO: *Pequena Historia da Arte Brasileira* — Edição Ilustrada.
- JOSE' MARIANO FILHO: *Historia da Arquitectura Brasileira* — Edição Ilustrada.
- CASTILHOS GOYCOCHÊA: *Fronteiras e Fronteiros.*



EDIÇÕES DA  
Companhia Editora Nacional  
SÃO PAULO

# "BRASILIANA"

## 5.ª Serie da Biblioteca Pedagógica Brasileira

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

### Últimos volumes publicados: (\*)

- 190 — E. ROQUETTE-PINTO: *Ensaio* *Brasileiros* — Edição ilustrada.
- 191 — CRAVEIRO COSTA: *A Conquista do Deserto Ocidental* — Subsídios para a Historia do Territorio do Acre — Edição ilustrada — Introdução e notas de Abuguar Bastos.
- 192 — VISCONDE DE CARNAXIDE (Antonio de Sousa Pedroso Carnaxide): *O Brasil na Administração Pombalina* (Economia e Politica Externa) — Prefacio de Afranio Peixoto.
- 193 — FRANCISCO VENANCIO FILHO: *A Gloria de Euclides da Cunha* — Edição ilustrada.
- 194 — PADRE SERAFIM LEITE: *Novas Cartas Jesuíticas* (de Nobrega e Vieira).
- 195 — CEL. AMILCAR A. BOTELHO DE MAGALHÃES: *Pelos Serões do Brasil* — Segunda edição ilustrada.
- 196 — FELIX CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE MELO: *Memorias de um Cavaleiro* — Introdução de Gilberto Freire — Edição ilustrada.
- 197 — RICHARD F. BURTON: *Viagens aos Planaltos do Brasil* (1868) — 1.º Tomo — Do Rio de Janeiro a Morro Velho — Tradução de Americo Jacobina Lacombe — Edição ilustrada.
- 198 — CARLOS RUBENS: *Pequena Historia das Artes Plasticas no Brasil* — Edição ilustrada.
- 199 — GUSTAVO BARROSO: *O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga* — Edição ilustrada.
- 200 — CHARLES FRED. HARTT: *Geologia e Geografia Fisica do Brasil* — Tradução de Edgard Süsskind de Mendonça e Elias Dolianiti. Prefacio de Edgard Roquette Pinto. — Edição ilustrada.
- 201 — EUGENIO DE CASTRO: *Ensaio de Geografia Linguistica* — 2.ª edição.
- 202 — A. TAVARES DE LYRA: *Organização Política e Administrativa do Brasil* (Colônia, Império, Republica).
- 203 — GASPAR DE CARVAJAL, ALONSO DE RAJAS e CRISTOBAL DE ACUÑA: *Descobrimientos do Rio das Amazonas* — Traduzidos e anotados por C. de Mello-Leitão.
- 204 — OTONIEL MOTA: *Do Rancho ao Palacio* — (Evolução da civilização paulista).
- 205 e 205-A — D. P. KIDDER e J. C. FLETCHER: *O Brasil e os Brasileiros* — (Esboço histórico e descritivo) — Tradução de Elias Dolianiti. Revisão e notas de Edgard Süsskind de Mendonça. Em 2 volumes.
- 206 — Anibal Matos: *A Raça de Lagoa Santa* (Velhos e novos estudos sobre o homem fossil americano) — Edição ilustrada.
- 207 — PEDRO CALMON: *A Princesa Isabel* — "A Redentora" — Edição ilustrada.
- 208 — HENRI COUDREAU — *Viagem ao Tapajós* — 28 de julho de 1895 — 7 de janeiro de 1896 — Tradução de A. de Miranda Bastos — Anotações de Raimundo Pereira Brasil.
- 209 — C. DE MELLO-LEITÃO — *História das Expedições Cientificas no Brasil*.
- 210 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE — *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* — Com um "Resumo historico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI á America á abdicación de D. Pedro" — Tradução de Leonam de Azeredo Pena.
- 211 — CEL. AMILCAR A. BOTELHO DE MAGALHÃES — *Impressões da Comissão Rondon* — 5.ª edição ilustrada, atualizada e aumentada.
- 212 — AFRANIO PEIXOTO — *Castro Alves* — o Poeta e o Poema — 2.ª edição ilustrada.
- 213 e 213-A — PRIMITIVO MOACIR — *A Instrução Publica no Estado de São Paulo* — 2 vols.
- 214 — D. JOSE' D'ALMEIDA PORTUGAL (6.º Marquez de Lavradio) — *Vice Reinado de D. Luiz D'Almeida Portugal* — 2.º Marquez de Lavradio, 3.º Vice-Rei do Brasil.
- 215 — MAX LECLERC — *Cartas do Brasil* — Tradução de Sergio Milliet.

(\*) Para lista completa dos volumes desta serie vide Catalogo Especial.

### Proximas publicações:

- PADRE ANTONIO COLBACCHINI: *Os Bordos Orientais (Orarimugudoge)*. Contribuição da Missão Salesiana de Mato-Grosso para o Estudo de Etnografia Brasileira.
- MARIA GRAHAM: *Viagem ao Brasil* — Tradução de Cecilia Roxo. Prefacio de Rodolfo Garcia.

Edições da COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SEDE: — Rua dos Gusmões, 639 — São Paulo

FILIAIS: — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

# Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil

3.º TOMO

2

1 — 3

**Acervo Histórico e Biblioteca**

## OBRAS DO MESMO AUTOR

### PUBLICADAS:

- Primeiros Povoadores do Brasil* — 1500-1530 —  
2.<sup>a</sup> Ed. ilustrada. Cia. Editora Nacional. São Paulo. Vol. 37 da “*Brasiliana*”
- Pernambuco e as Capitânicas do Norte* — 1530-1630. 1.<sup>o</sup> Tomo -- Vol. 175 da “*Brasiliana*”
- Pernambuco e as Capitânicas do Norte* — 1530-1630. 2.<sup>o</sup> Tomo — Vol. 175-A da “*Brasiliana*”.
- Pernambuco e as Capitânicas do Norte* — 1530-1630. 3.<sup>o</sup> Tomo. — Vol. 175-B da “*Brasiliana*”.
- Pernambuco e as Capitânicas do Norte* — 1530-1630. 4.<sup>o</sup> Tomo — Vol. 175-C da “*Brasiliana*”.

### NO PRELO:

- A Baía e as Capitânicas do Centro do Brasil* —  
1530-1624

### EM PREPARO:

- S. Vicente e as Capitânicas do Sul do Brasil* —  
1530-1680



Felipe II — por Ticiano  
Palácio Corsini, Roma.

## ÍNDICE

	PÁGS.
A vida pernambucana .....	1
Índios, mamelucos, negros e mulatos .....	69
O drama das senzalas .....	111
A casa, o mobiliário e a indumentária .....	144
Alimentação .....	185
Os meios de produção .....	270
Bibliografia .....	303
Índice onomástico .....	315

## A VIDA PERNAMBUCANA

### JUSTIÇA, JUDEUS E JUDIARIA

No tempo que se derramava a egemonia dos brancos invasores pela costa leste oeste, continuava progredindo o centro irradiador localizado em Olin-da, sob os vários governos que tinham sucedido a Duarte Coelho. A viuva Da. Brites assumira a regência depois do falecimento do veterano da Índia, ajudada pelo irmão Jerónimo de Albuquerque, até a vinda do jovem Duarte de Albuquerque Coelho, a que voltou a suceder passados alguns anos. O primeiro governador não pertencente á família donatária, foi Simão Rodrigues Cardoso, que governou até 1592; seguido durante poucos meses por Pedro Homem de Castro, substituído por D. Felipe de Moura até 1596, e depois por Manuel Mascarenhas Homem, com interrupção enquanto esteve na Paraíba, período em que Pernambuco foi dirigido pelo vereador Duarte de Sá e o bispo António Barreiros (1). A interini-

---

(1) Depois da morte de Duarte Coelho, assume D. Beatris a regência em 1554. Duarte de Albuquerque Coelho governa de 1560 a 1572. D. Beatris volta á direção até Jorge

dade do governador não era rara e ocorria sempre que o chefe do governo se ausentava em decidas guerreiras. Em 1610 chegava Alexandre de Moura a Olinda, onde assumiu o poder, até quando passou a comandar as forças que seguiram para o Maranhão. Depois dele, Vasco de Sousa Anno e Pacheco, e João Paes do Cabo foram os últimos governadores nomeados por Jorge de Albuquerque Coelho, herdeiro do seu irmão Duarte.

Com a morte do donatário, sucedeu-lhe o filho Duarte de Albuquerque Coelho sobrinho, que nomeou governador de Pernambuco ao irmão Matias de Albuquerque na qualidade de "*Superintendente na guerra e fortificador das Capitânicas do Norte*". O progresso da região parecia tal, de meados do século 16 a princípios do 17.<sup>o</sup>, que se tornava preciso, em Olinda, um elemento da casa com bastantes poderes para ditar as providências que a comple-

---

de Albuquerque substitui-la governando até 1576. Jerónimo de Albuquerque sucede, seguido de Cristovam de Melo (1577), Simão Rodrigues Cardoso (cerca de 1593), D. Felipe de Moura (1593-95), Pedro Homem de Castro (1596), Manuel Mascarenhas Homem (1598-1603), o vereador Duarte de Sá e o bispo D. António Barreiros (interinos), Alexandre de Moura (1602-1617) durante doze anos, com interinidade, Matias de Albuquerque (1624), André Dias da França (1626) e novamente Matias de Albuquerque em 1629. As datas entre parêntesis são pontos de referência.

xidade dos serviços públicos e a crescente riqueza assucareira reclamavam. Governou Matias até 1626, quando teve de voltar á côrte pela sua qualidade de fidalgo dos mais consideráveis da monarquia. Substituiu-o no Brasil André Dias da França, mas tres anos depois, volvia á colônia para defender o patrimônio da família, e servir a el-rei como seu principal vassalo na América Pôrtuguesa. A situação que depois dos assaltos dos franceses se agravara com os preparativos dos olandeses ia proporcionar ao lóco tenente do donatário o desempenho de missão digna de Duarte Coelho o velho.

Antes da guerra olandesa outros acontecimentos chamaram o governador geral de todo o Brasil Diogo Botelho a Olinda, onde chegou no ano de 1602. A atividade dos franceses no litoral norte obrigava-o á inspeção das fortificações pernambucanas, e ao levantamento do rol dos recursos bélicos da região, por incumbir agora ao governo régio a defesa da capitania. Começaram os seus habitantes a sentir as mais sérias conseqüências da união das duas monarquias ibéricas, que sobre eles atraira a ameaça da guerra. A presença em Pernambuco de um governador geral tampouco não seria muito do agrado do donatário, pela imição do mesmo nos negócios, e encargos que acarretava aos seus rendimentos. Mas ante o perigo não havia outra alternativa sinão aceitar aquele estado de emergência.

A organização da capitania devia obedecer, nas transações com o governo geral, ás regras a que se subordinavam as outras de menos desenvolvimento. Nos *Dialogos*, explica Brandônio a Alviano a situação de Pernambuco perante a Baía, no período próximo á guerra olandesa, sendo a segunda a “*cabeça do Estado do Brasil... porque ahi lhe manda Sua Magestade ter o seu assento, posto que, de poucos annos a esta parte, se ha defraudado este mandato em grande maneira; porque se contentam mais os governadores de assistirem na capitania de Pernambuco, ou seja por tirarem della mais proveito ou por estarem ahi mais perto do Reino... Também é a Bahia séde da cadeira episcopal, aonde assiste o bispo na sua sé com conegos, cleresia e mais dignidades, pagados todos da fazenda de Sua Magestade... e da mesma maneira... a Relação, com muitos desembargadores, chancellor-mór dos defuntos, os quaes determinam e decidem as causas de todo o Estado do Brasil, com alçada em bens moveis até 3000 cruzados; porque passando da dita conta dão apeellação pera a Relação da cidade de Lisboa...*”

*Verdade é que a Relação da Bahia se podera muito bem escusar, e dessa opinião fui eu sempre... porque, além de fazer essa casa muita despesa á fazenda de Sua Magestade, podendo reservar o dinheiro que com ella gasta pera outras cousas mais uteis pera seu serviço, ella não correspon-*

*de com aquelle efeito que se imaginou fizesse... e o engano nasceu de que, como os moradores de todo este Estado se achavam molestados e aggravados das insolencias de que usavam os ouvidores geraes, que antes da casa tinham a administração da justiça em sua mão, por se livrarem de tão pesada carga, concorreram a Sua Magestade, pedindo-lhe... uma casa de Relação... na fórma que estava asentada no Estado da India, na cidade de Gôa; no que se enganaram... (2).*

Tendo Alviano perguntado qual o prejuizo de semelhante sistema de distribuir justiça, responde Brandônio com interessantes pormenores sobre a sociedade colonial. Estavam os povoadores brancos ligados entre si por laços familiares ou de amizade, todos se conhecendo e todos se compreendendo na medida que permitiam as rivalidades e o “*mexerico*”. Entrelaçavam-se por meio de casamentos, compadrios e associações, a formar o elo da solidariedade colonial, ditada pelo interesse comum, recrecido pelo infinito brasílico, que reduzia os brancos ás dimensões dos habitantes de Lilibut. Em matéria de garantias judiciais, que nos tempos primitivos era o avantesma dos povoadores, pode dizer-se continuarem as cousas como dantes, parecendo a justiça símbolo da discórdia a semear ruínas por onde passava. Á vista da desgraça dos venci-

---

(2) cf. Varnhagen. *Hist. Geral II.* 76.

dos sem vantajens para os vencedores, os habitantes “nunca levam seus preitos tanto ao cabo, que lhes seja necessario concorrerem á Relação da Bahia; porque antes disso, se mettem amigos e parentes per meio, que os compõem e concertam”. Do conhecimento que tinha Brandônio dos trâmites jurídicos, podia assegurar ser mais facil conseguir despacho do reino, que da séde colonial, “porque, como toda esta costa se navega por monções, succede encontrar-se com alguma contraria, o que dilata muito o despacho dos negocios”.

Em 1593, Belchior da Rosa declarava na mesa da inquisição, mais ou menos na época em que Brandônio escrevia os *Dialogos*, ter-se agastado com o seu cargo de tabelião “do publico e judicial”, porque os “*officiaes da justiça a vendem por dinheiro e peitas e rogos dos poderosos, e fazem erros e falsidades em seus officios tirando ha justiça ás partes em favor dos que mais podem*”. Queixava-se o notário ao cristão novo João Nunes, conhecido onzeneiro, o qual o consolou dizendo não convir abandonar por aquele motivo a profissão, porquanto “*neste mundo agora desde o porteiro athé o papa todos assim o faziam e assim corria tudo*”. Reçumava nas suas palavras o travo de converso á força, ressentido como todos os correligionários pelas angustiosas negociações, que se tinham processado em Roma, entre a cúria, os representantes del-

rei e os gananciosos agentes da comunidade ebráica, de que dependia o porvir do judeu luso.

Havia no Brasil, como na metrópole, a praga da chicana variando sobre o enxame de letrados á volta dos tribunaes, que obrigara as côrtes portuguesas de 1562 a solicitar, “*os estudos de Coimbra se desfaçam por serem prejudiciaes ao Reino... e não haverá tanto letrado sobejo, nem tantas demandas*”. No terreno jurídico tivera grande alcance a reforma da justiça, no reinado de Felipe II, aos 27 de julho de 1582, que dera início ás *Ordenações Filipinas*, continuadoras e modificadoras das antigas *Manuelinas*, regendo a jurisprudência da metrópole e colónias. Acerca deste ponto, poderá ser consultada com proveito a *Historia Geral* de Varnhagen (3) e a análise das *Ordenações Filipinas*, feita por Cândido Mendes de Almeida, além do *Indice Chronologico* de J. Pedro Ribeiro e a *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa* de J. J. de Andrade e Silva, de que damos os pormenores bibliográficos no fim do volume.

Além das delongas da justiça, encontravam os primeiros povoadores outro óbice, quasi intransponível, a emperrar a sua iniciativa no desbravamento das capitánias, que era a questão do numerário. Enquanto era preciso mandar os autos de uma demanda para a Baía acompanhados de dinheiro “*de*

---

(3) Varnhagen. *Hist. Geral II.* 128, 129.

*contado, que custa muito a ajuntar-se no Brasil*", bastava aos remetidos para Lisboa seguirem com um ou mais caixões de assucar, que vendidos davam para as despesas. Ficamos por aí sabendo, ser escassa a moeda da colônia, e dizia ao mesmo tempo Brandônio, que a povoador algum do nordeste, "*desamparado*" que fosse, faltava no reino parentes ou amigos que o valessem na emergência, e deixassem de encaminhar a sua questão nas instâncias judiciárias lisboetas.

Mas não era só a Baía que interferia nas administrações vizinhas; a própria Olinda projetava a sua ação absorvente sobre as vizinhas imediatas. Narra Brandônio como a Paraíba revertera ao régio patrimônio, em virtude das despesas que lhe causara por ocasião da luta contra os franceses, e da prosperidade superveniente, quando se desenvolveu a cultura das suas férteis várzeas perto do litoral. Davam-lhe o terceiro lugar no Brasil depois de Pernambuco e Baía, progresso tão rápido que, "*. . . no mesmo anno, me alembra*", dizia Brandônio, "*haver visto o sitio onde está situada a cidade agora cheia de casas de pedras e cal e tantos templos, (outrora) cobertos de mattos*". O surto progressista era, no entanto, açalhado pelo poder de atração de um centro económico mais poderoso, demasiadamente próximo do paraibano. Os lavradores tinham liames em Olinda, onde estavam muitos dos seus parentes e relações de amizade e de comércio, e como o meio

de pagamento era o assucar, escoava-se a sua produção pelos portos visinhos, ficando vasia as naus ancoradas no rio Paraíba, embora pudessem os engenhos ribeirinhos carregar vinte em cada ano.

Alarmado pela informação, sugeria Alviano que el-rei intervisse, no que retrucava Brandônio, ser inutil qualquer medida no sentido de vedar o costume, pela má vontade de capitães e governadores; de sorte que *“só deixa de levar assucares pera Pernambuco aquelle que não tem”*, razão definitiva e irrespondível. Não sabemos si porventura era este um dos motivos pelos quaes os habitantes de Pernambuco ansiavam por se verem livres de governadores geraes. A ação dos funcionários podia se lhes tornar incômoda, absorvendo a renda direta ou indiretamente auferida dos paraibanos. Por felicidade para os olindenses, a incúria dos agentes da coroa atenuava o perigo, ainda fossem muitas as despesas, e daí, a carência de dinheiro de Sua Magestade na capitania da Paraíba. Lá aparecia a novidade proveniente do regime filipino, com *“...presidio de Castelhanos... o que nunca vimos nas demais conquistas que se fizeram por todo este estado”*, rematava Brandônio nos diálogos com Alviano.

Antes de proseguir, detenhamo-nos um pouco nestes personajens, aos quaes tanto temos recorrido nos primórdios da sociedade nordestina. Aventou Capistrano de Abreu que o segundo deles devia ser Ambrósio Fernandes Brandão, um dos feitores

de Bento Dias de Santiago, o cristão novo contratador dos dízimos da fazenda real nas capitánias de Pernambuco, Baía e Itamaracá. Essa conjectura do velho mestre, informa Rodolfo Garcia, encontra confirmação no *Santo Ofício*, onde ha indícios de que Brandão fôra colaborador de Bento Dias. Pelo depoimento do padre Doutel, verifica-se que tanto Ambrósio, como um tal Nuno Álvares, eram empregados do opulento judeu, e segundo o padre, dizia-se freqüentavam esnogas, eram blásfemos, erejes e criminosos para o tempo, lugar e regime político. São muitas, pois, as presunções de que Brandão, aliás Brandônio, fosse judeu, e como tal suspeito ao Santo Ofício.

Todavia, nos *Dialogos*, ele louva a carne de porco como dos melhores recursos alimentares da região, bem assim certos peixes proibidos pelos da seita condenada. Talvês o dicesse para uso externo, referindo-se unicamente aos cristãos á cata de variedade de alimento, como também é possível que tivesse abandonado o fervor religioso dos antepassados, inclinando-se ao novo credo. Igualmente, admitimos que o seu êxito em negócios, desper-tasse a inveja e a bisbilhotice das línguas soalheiras. É verdade que também se mostra muito entendido em costumes e cousas ebráicas (4), embora tal cousa não fosse rara entre os letrados católicos,

---

(4) *Dialogos*, 98.

assíduos leitores do Antigo Testamento. A exemplo desses, Brandônio demonstra largas informações sobre assuntos relativos á história antiga, impregnado como os da sua época de apólogos ebráicos e fábulas greco-latinas.

Aparece-nos igualmente vaidoso das glórias de Portugal, a instar de um Alfredo Pimenta ou Fidelino de Figueiredo, não perdendo oportunidade de enaltece-las em arroubos do mais veemente patriotismo. Tendo Alviano, "avocatus diaboli", duvidado da capacidade exploradora dos portuguezes, principalmente em confronto com os espanhoes, que inúmeras e ricas minas tinham descoberto, ao passo que os lusos, *"em tanto tempo que habitam neste Brasil, não se alargaram pelo sertão para haverem de povoar nelle dez legoas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se occuparem sómente em fazer as-sucres"*, revida Brandônio, *"E tendes esta occupa-ção por pequena? Pois eu a reputo por muito maior que as minas de ouro e de prata... Mas, porque não tenhaes aos nossos portuguezes por pouco inclinados a conquistas, abraçando-vos com esta errônea opinião, vos affirmo que, de quantas nações o mundo tem, elles foram os que mais conquistaram; e sinão, lançaes os olhos por esse Oriente, aonde nossos avós conquistaram ganhando, á custa do seu sangue tantos reinos opulentos, cidades famosas, provincias ricas, fazendo tributarios potentissimos reis ao imperio lusitano; o que não succedeu aos caste-*

*lhanos, porque as conquistas que fizeram nas Indias Occidentaes e Perú foi por entre gente fraca e imbellé, que sempre tiveram as mãos atadas pera a sua defensão, por lhe faltarem armas e animos com que pudessem fazer resistencia, em tanto que quatro castelhanos, mal armados manietaram reis, poderosos de riquezas, e abundantes de gentes no seu proprio reino... sem os seus naturaes vassallos terem animo... pera os... defender; o que não succedeu aos nossos portuguezes no Oriente, porque fizeram suas conquistas entre gentes bellicosissimas, mui bem armadas... que tinham innumeraveis peças de artilharia... que hoje em dia espanta ao mundo ver a grandeza das balas que lançavam... Vêde tambem tantas ilhas, situadas no meio desse grande pégo do Oceano, as quaes descobriram e povoaram esses reinos de Angola e do Congo, ilhas do Cabo Verde e de S. Thomé, esta grande terra do Brasil; de modo que aos nossos portuguezes se pôde, com rezão, attribuir... o verdadeiro nome de Hercules e de Argonautas”.*

Convições tão arraigadas, expressas com tanta eloquência, parecem mais de um decendente de guerreiro visigodo do que de mercador de orijem palestínica. Continuamos, pois, ante os prós e contras, em suspenso, sem poder afirmar cousa alguma desses *Dialogos*, que tanto podem ser da lavra de judeu, como produto da imaginação de cristão velho. Concedendo, porém, que o autor fosse neto do

rei David, vejamos a situação dos seus indiciados companheiros de esnoga e mais confrades de eterodoxia. Ambrósio Fernandes Brandão morava, por volta de 1583, em Pernambuco (5), absorvido no seu mistér dos dízimos, função que desempenhou durante dois anos até acudir ao chamado do ouvidor geral Martim Leitão. Estavam sendo mobilizadas as forças da capitania, para repelir o gentio sublevado da Paraíba, temerosamente impellido por corsários franceses. Os pormenores da campanha já foram vistos no precedente volume; diremos apenas, que Ambrósio seguiu para às terras visinhas á frente de uma companhia de mercadores, com outro português de nome Fernão Soares, que foi durante algum tempo juís de orfãos de Olinda. Esse exército "*foi a mais formosa cousa que nunca Pernambuco viu nem sei si verá*", narra frei Vicente do Salvador. Guerreou dignamente o suposto cristão novo, a quem Martim Leitão incumbira a guarda de um alagadiço, no difficil lance que as forças tiveram de vencer no assalto á cerca dos Tabajaras. Outras veses mais teve de pelejar, como capitão de infantaria contra os mesmos adversários, acabando por viver na Paraíba, onde as terras do litoral eram tão

---

(5) A denúncia do padre Douzel menciona um certo Noitel da Cruz, freqüentador das reuniões em Camaragibe, que era "*feitor de Ambrozio Fernandes no engenho de S. Bento*".

boas como as de Pernambuco, e as autoridades facilitavam as dadas aos que lhes tinham ajudado a conquista-las, e tinham meios para lavrar e povoar o que fôra dos índios. Acrecentava Ambrósio Fernandes nessa altura, ao mistér de cobrador de dízi-mos o de senhor de engenho — o mais ambicionado de todos na colónia — que não só dava meios de enriquecer, como ainda constituia uma espécie de nobresa repouzando na posse da terra, em que ficava o seu possuidor encastelado como num feudo, mais soberano do que o donatário na donataria.

Com o auxílio das amidades de que dispunha junto dos mais ricos indivíduos da mercância de as-sucar, devia Ambrósio ter prosperado, porque além de fundar os engenhos do Meio e o de Inhobí, re-que-reu em 1613 sesmaria na várzea de Gurgauí, onde elevou o seu terceiro estabelecimento. Ignora-se quando morreu; apenas existe certeza de que foi an-tes da invasão olandesa. Os seus herdeiros emigra-ram, os engenhos foram confiscados e rebatizados com nomes flamengos pelos agentes da Companhia das Índias Ocidentaes, e depois da guerra passaram á guisa de recompensa de serviços a João Fernan-des Viera.

As medidas drásticas dos batavos, contra os pa-rentes de Ambrósio, parecem indicar que não eram judeus. Tantos israelitas figuravam entre os inva-sores, tão grande a influência deles entre os capita-listas da Companhia, e na direcção da empresa con-

tra o governo filipino, que se haveriam com benignidade para com o correligionário dos seus melhores auxiliares (os da Olanda vinham de Portugal, onde conservavam relações com os parentes), e si impetrava a política dos Directores de chamarem a si os principaes senhores de engenho do lado lusitano, quanto mais fariam em se tratando de opositores da religião dos inimigos... A não ser que os Brandões estivessem no rol dos mestiços completamente convertidos pela educação, por influência do lado "ariano", e pelas conveniências do seu estado, os quais se mostravam mais católicos que o bispo Sardinha, e mais exaltados contra os invasores que o próprio Matias de Albuquerque. De qualquer modo, o préstimo de Ambrósio nas várias circunstâncias em que estivera envolvido durante a conquista da Paraíba, serviu-lhe talvez de escudo quando foi acuzado pelo padre Doutel, de manter intimidade com notórios cristãos novos.

O principal delicto que lhe attribuiam era o de ter acobertado um judeu de nome Salvador Romeiro, que praticara o "*peccado nefando com hum moço criado de Domingos Esteves carreiro morador em Camara Gibi... e por esta infamia se foi deste Brasil fugindo e ora é tornado e está em Pernãobuco morador em casa de Ambrosio Fernandes cristão novo feitor da fazenda de Bento Dias Santiago e dizem que por sua ordem fizeram ausentar o moço*". Verdadeira ou não esta cumplicidade, é custoso

saber com tão poucas informações. Resta de positivo ter o Santo Offício arquivado o processo depois do inquérito. Na mesma ordem de denúncias, deve entrar o procedimento atribuído a Ambrósio e a outros homens prósperos do lugar, que reunidos em Camaragibe, "*blasfemão e dizem muitos juramentos feos*", portando-se inconvenientemente nas igrejas, mandando os negros trabalhar nos domingos e dias santos, etc... A acusação assim feita não prova nada, porquanto muitos católicos velhos mostravam-se também pouco fervorosos nas procissões, dizem as cartas jesuíticas, e impunham trabalho aos seus escravos nos dias de repouso mandados pelo Senhor, e outros delitos provenientes de ganância ou tepidês de fé.

Continuando a acuzar os suspeitos, asseguravam os denunciantes que o sinal para reunir a judiaria na esnoga de Camaragibe, era por meio de ardís em que se patenteava a sutileza dos delinquentes: "*Jorge Dias da Caja cristão novo calceiteiro defunto que auera dous annos que he fallecido era o rabj e sacerdote dos judeus da ditta capitania e que certos dias em que elles se aviam de ajuntar em certos lugares onde faziam esnoga como em Camaragibi, e no engenho desfeito de Sam Martinho e em outras partes sahia pella villa de Olinda com hum pano atado num pé branco e com a espada na cinta que em outros tempos não costumava e que este era o sinal pera se ajuntarem*". O pobre dia-

bo era visivelmente sandeu, mas como tudo serve para aleives, mormente numa época em que na Europa ainda se queimavam energúmenos continuava o suspeito Doutel, *“e auera tres annos que elle denunciante vio em casa de Jorge Fernandes da Pedreneira cristão novo da villa de Olinda... mercador que era de trigo ao dito Joan Diaz estar com huns grilhões nos peis cantando esta cantiga*

*corramos hum touro  
asi te valga Dio,  
contanto que não toque em mi fijo Jacob*

*e ouvio dizer publicamente que por quanto o ditto Joam Diaz descobria as cousas, dos cristãos novos e Judeus elles o fengiam ser doudo e o mettiam em ferros”. Como si não bastasse, tinham ainda peiores desacatos para com o seu rabí. De uma feita, diz o mesmo denunciante, puzeram-n’o “sobre huma gangorra que he o feixe do lagar daçquere pera que lhes pregasse da sua lei judaica e por elle o não querer fazer o lançaram em um tanque da calda do açuquere...”*

Pelo seu grotesco, percebemos a improcedência da maior parte das acusações, quando não depunham em contrário ao que pretendiam provar, como no episódio da gangorra. Outras pechas eram igualmente atiradas contra o objéto de vinganças, despeitos, ou simples *“mexerico”*, versando singulares desabafos de judeus contra a religião que lhes im-

punham. Como é sabido, o governo filipino, mostrava-se vacilante na sua attitude para com o judaismo, dependendo em grande parte a severidade ou indulgência com que o encarava, das aperturas do erário. De ha muito rezolvera a coroa acabar com a presença de um agrupamento difficilmente assimilavel no seio do povo, julgados os ebreus em extremo prejudiciaes á monarquia, irrequietos, insubmissos, dissolventes, provocadores da ira popular e de continuos alarmes dos governantes. Mas as angústias do tesouro (ao qual os israelitas acenavam com créditos e mais vantajens, e o apoio que sabiam comprar na côrte romana, espalhando dinheiro a mancheias entre os principaes da cúria pontifícia), traziam-lhes a espaços tréguas, esquecendo-se as medidas com que se pretendia coibir-lhes a actividade na metrópole e nas colónias. Daí, os decretos relativos ao Brasil que se sucediam, com provisões e alvarás vedando que se aceitassem médicos judeus a bordo das naus transoceânicas, que se excluísse os clérigos suspeitos nas igrejas, ou proibindo em 1567 e 1573, fossem quaesquer cristãos novos para o Brasil. A revogação de 1577, suspendeu as medidas do decênio anterior, restabelecendo-as algum tempo depois, até serem novamente abrogadas. A causa vinha do milhão e setecentos mil crusados com que os marranos compravam o direito de commerciar livremente no território sob pavilhão portuguez. O acontecimento — por sinal

comum, mas nunca tão vultoso — iniciou uma série de abusos e desordens, que suspenderam as regalias em 1610 e 1617, voltando a vigorar no ano de 1629, retornando ás peias de costume nos anos seguintes. E, quando a quantia oferecida pelos perseguidos era de monta, vinham á tona além das concessões requeridas, acessos de generosidade, que poderíamos chamar "*gratidão de algibeira*", ordenando-se solenemente que ninguém pudesse chamar de judeus aos generosos doadores, nem cristãos novos, confessos, ou marranos, estabelecendo duras penas para os transgressores.

Acerca da insinceridade em matéria de fé cristã de alguns judeus milionários, deu-se em Pernambuco um acontecimento, que nos faculta observar como eram considerados pelo restante da população. Transluzia malquerença em torno do pugilo de ebreus na colônia, em pequeno número sem dúvida, mas muito evidentes pela sua riqueza, e pela atividade nem sempre muito escorreita que desenvolviam. No caso em apreço, vemos o zelo religioso despertado pelos do grupo nos brios da população, exigente de constantes provas de fervor ortodoxo, sempre pronta a se enfurecer assim que se supunha agravada na fé ou nos interesses. Recreia a insegurança dos que eram admitidos entre os cristãos velhos, o fáto de viverem católicamente sob receio do Santo Ofício, e não por expontânea vontade. Morava desde muito em Pernambuco o cris-

tão novo João Nunes, o qual na categoria de usurário, não era nem mais nem menos pernicioso, que os outros judeus ou católicos entretidos no mesmo sórdido meio de enriquecimento. Destacava-se, porém, dos congêneres, pelos empréstimos que fizera aos principaes elementos de governança. Cristovam Lins, Cristovam Vaz de Bom Jesus, ou Felipe Cavalcanti, tinham sido suas vítimas e levantavam escarceu pelo asedume que lhes ficara. Audacioso como todo indivíduo seguro da impunidade, que transforma a lei em instrumento de assalto ao próximo, chamava João Nunes por esta e outras razões a cólera dos habitantes de Pernambuco e Baía, mesmo dos que não prejudicara, nem sequer conhecia. No correr da sua vida acidentada na colônia, cortada de embates pecuniários, não encontrou mercê justamente do licenciado Diogo do Couto, o eclesiástico de mais tisonada fama do clero baiano (6). Declarou Diogo perante a mesa do Santo Officio ter nacido na Baía em 1558, filho de cristã velha e de pae anónimo, que sua mãe dizia ser também cristão velho. Devia nutrir grande ogerisa, o clérigo, contra João Nunes, porque, certa ves, mandou prende-lo por andar amancebado com mulhêr casada, prisão sem efeito, pois quando souberam do ocorrido, acudiram os padres da Companhia de Jesus, conseguindo que fosse o usurário posto em li-

---

(6) O padre Doutel acuzou-o de judaizar, ser peculatório e acessível ás peitas dos outros cristãos novos.

berdade. Passado algum tempo, veio Diogo do Couto a saber que um pedreiro, chamado Silva, vira na residência de João Nunes quando lá trabalhava, um crucifixo colocado em "*lugar indecente*". Logo providenciou para que a testemunha fosse recolhida ao aljube, afim de amedronta-la, e apanhar-lhe declarações comprometedoras contra João Nunes. Mandou também que comparecessem á mesa do Santo Officio os presentes aos dizeres do preso, para confrontar os depoimentos e apurar a verdade. Depois da prisão, também sem efeito, decorreram alguns anos, até surgir o Santo Officio em Pernambuco. Do que se obteve então, nos interrogatórios procedidos com todo cuidado e isenção de ânimo, parece que havia por parte de João Nunes mais des-caso pela imajem sagrada, do que intúito de conspurca-la. Declarou Jorje de Almeida, que João Nunes, solteiro, cristão novo, "*mercador dos mais ricos de Pernãobuco*", subornara o pedreiro para que se desdissesse. Outra testemunha foi mais longe, afirmou que o judeu subministrara peçonha ao Silva para livrar-se das suas declarações. Além desse crime, fôra visto pelos habitantes de Olinda aparecer numa quinta-feira de endoenças "*vestido todo de novo com jubão de cetim, e roupeta de gorgorão todo vestido de festa e gallante não sendo elle visto, nunca em outronenhum tempo com tal vestido... e que tanto que o virão... todos murmuravão muito*

*e se escandelizarão e tiverão delle muito roim suspeita”.*

Aquele acinte se reproduziu nas bodas da filha de Duarte de Sá, segundo testemunho de Cristovam Paes d’Altero, vianês, filho de cristão velho e cristã nova, rendeiro dos dízimos de Igarassú para fazer júis á costela ebrea, em que aparece João Nunes “*com calções e jubão de cetim*”, ao invés da “*baeta çafada, e com os cotovellos rotos*” do costume. Depois disto, chamado á Baía, apresentou-se ao governador geral “*vestido de veludo lavrado com muitos criados*”, dando oportunidade a Cristovam d’Altero fazer-lhe reparos á elegância por zombaria, a que respondeu do mesmo modo. Ambos tinham sido simultaneamente eleitos para figurar na Confraria do Santíssimo de Olinda, Cristovam como júis, e João Nunes como mordomo, onde tiveram alguma convivência.

No estreito ambiente propício ás más línguas, o caso da indumentária enxertou-se num outro de maior importância. Amancebara-se o usurário com a mulhêr de certo oleiro, que do Brasil fôra para Angola, o qual tornando a Pernambuco veio encontra-la vivendo de portas a dentro com o cristão novo. Ainda bem que desta feita não fosse o converso culpado do “*nefando*”, e sim de amores com personagem do outro sexo, todavia, “*foi grande escandalo em Pernãobuco verem que o ditto João Nunes fazia desfazer o casamento do matrimonio por causa do dit-*

*to oleiro não querellar delle nem da ditta sua legitima molher de adulterio*" (7), no que se vê o destino do judeu ãe qualquer modo proceloso, tivesse ou não tivesse cão... A história, ademais, estava mal contada. Pelo contrário, queixou-se o marido ao ouvidor Jorge Camelo, dizendo que este por ser muito amigo do dito João Nunes "*e lhe dever dinheiro e comerem e beberem juntos*", não somente não quiz receber a querela como ainda o poz na cadeia e nela o deteve até que perdoasse a sua mulhêr, o que foi feito perante o tabelião Rui Lopes. Acrescentou que, ao cobrar-lhe conforme o ajustado, a mulhêr e os bens que ela possuía por ocasião do casamento, respondeu-lhe João Nunes com blasfêmias, dizendo que nem Jesus Cristo havia de obter semelhante devolução, disparate de que não houve testemunhas porque estavam "*ambos soos*". Ajuntou ainda a narrativa do pedreiro, que era fama "*nesta terra*", dispor João Nunes "*quanto queria á sua vontade, e que assim a Justiça ecclesiastica como secular fazia tudo a seu mandado*" sendo porisso considerado "*muito poderoso, e ardiloso, e manhoso*".

Participavam da campanha contra João Nunes até os parentes pobres, em que pese a lendária solidariedade dos ebreus. Ouvira Cristovam d'Altero no engenho de António Cavalcanti em Igarassú, um

---

(7) Visitação da Bahia 555.

primo do onzeneiro, dizer "*que ainda avia de fazer queimar ao ditto João Nunes*", reconhecendo todavia Cristovam que, "*no ditto tempo o ditto Jironimo Roiz estava em odio e inimizade com o ditto Joam Nunes*". Outro denunciante, o "*chantagista*" Belchior Mendes de Asevedo, também acuzava João Nunes com ânimo encarniçado, sequioso em ve-lo arder num auto de fé.

Já falámos no volume anterior neste indivíduo a respeito de Felipe Cavalcanti, e no rol das denúncias do Santo Ofício, não faltam indícios de que era veseiro na prática de extorções. Belchior fôra galardoado com o cargo de procurador de índios, mas ao invés de cuidar dos pupilos, envolvia-se em escusas traficâncias de cativos, a corroborar pelo seu procedimento as censuras que os missionários levantavam contra os leigos quanto ao tráfico do gentio. Indivíduo de péssima fama, tinha mais culpas em cartório, entre outras a de impostor quando se dizia parente de inquisidores, afim de extorquir dinheiro e dádivas de estranhos como o flamengo de alcunha o Maniquete. Retalhava a João Nunes, dizendo-o rabi de Pernambuco, com quem os correligionários se correspondiam pública ou secretamente, "*e todos lhe tem muita obediencia e respeito*", ou seja o contrário do que votavam ao outro, atirado na calda de assucar. A amostra do depoimento do primo, e de outros suspei-

tos de judaísmo, permitia a João Nunes dizer que nunca somos tão completamente traídos como pelos nossos próximos.

Os cristãos velhos se mostravam menos odientos, declarando Lopo Soares, casado com Adriana Pessoa, "*dos da governança desta terra*", que indo vizitar João Nunes o encontrara lendo um livro em latim, o Concílio Tridentino, e que lhe parecera pela atitude do usurário, não aprovar as determinações do sagrado congresso. Perguntado a seguir pelos inquisidores que juízo formava do réo, disse te-lo por homem sagás, sutil e de muito saber. Realmente os judeus da Renascença, quasi sempre concentrados em judiarias, com a atividade cerceada pelos governos dos países em que moravam, tinham de passar ás esposas não só o trabalho caseiro como o trato dos negócios, dedicando-se quasi exclusivamente ao estudo do Talmud. Este modo de vida fez do judeu um intelectual, fisicamente inferior aos cristãos, porém muito mais armado do que eles quando escapava do ghetto e podia livremente tomar parte na luta pela vida. Mostrava então a superioridade do elemento social em que não se via analfabetos, manifestando tendência para profissões que lhe davam grande poder pelo dinheiro ou convívio com os grandes da terra.

João Nunes talvez estivesse nessas condições, pela sua instrução e êxito em negócios. As acusa-

ções contra ele dirigidas, no-lo pintam mais pequenino de ânimo, que perverso de caráter, sem querermos contudo inocenta-lo, pois a onzena é dos mais infames delitos que um indivíduo pode perpetrar. A um capitão de navio francês, que se desculpava de não haver comparecido no dia anterior para liquidar contas porque era domingo, atalhou o Shylock pernambucano, que para ele não havia nem domingos nem dias santos. De um seu devedor de Itamaracá, pelos modos relapso, "*dixe que nem Deos lhe avia de valer*", possuido de uma fúria cobradeira, que ao ser divulgada, tornava-o ainda mais aborrecido de todos. Praticava também uma temeridade ao descambar em taes excessos, porque a todos ofuscava com os seus cabedaes, sendo este em realidade o seu maior crime. Os termos da denúncia de António André, que reproduz os dizeres do povo acerca de João Nunes, é significativo; consideravam-no "*muito rico, com fama de possuir mais de duzentos mil cruzados!*"

A antipatia dos desaféto não arrefeceu emquanto não o viram preso na cidade do Salvador pela inquisição, que alí o remeteu para os Estaus, de onde talvez se soubesse livrar, prático como estava neste gênero de vicissitudes. O que pudemos averiguar foi João Nunes nunca mais volver nem voltar a ser falado em Pernambuco. No Brasil permanecera um seu irmão, que tampouco gozava fama de santo. A primeira acusação que lhe fizeram

mostra uma das circunstâncias que mais devia atormentar e por em perigo a existência dos judeus nos reduzidos núcleos de brancos coloniaes. Contra o parente do onzeneiro levantava-se a paixão religiosa da época, preponderante até no terreno sexual, embora fosse como sempre, o mais escorregadio e sucetível de ás vezes inspirar indulgência. Adrião de Goes denunciou que estando na fazenda de Diogo Nunes, na Paraíba, ouviu-o dizer, "*que bem podia elle dormir carnalmente ali com qualquer negra daldea e que não peccava nisso com lhe dar húa camisa ou qualquer cousa, então elle denunciante lhe contradisse dizendo que sim era aquillo peccado mortal*". Estabeleceu-se grande discussão, numa porfia em que Diogo Nunes, com mentalidade muito de mercador ebraisante, afirmava que, havendo remuneração, deixava de haver peccado. E assim discorrendo, foram ás obras do engenho, onde trabalhavam vários carpinteiros. Chamados a opinarem, perfilharam a ortodoxia de Adrião, e o judeu anteendo as conseqüências da sua leviandade á lus de chamas purificadoras, julgou de melhor aviso calar-se e não mais tocar no assunto. As testemunhas do incidente foram chamadas a depor perante a mesa do Santo Ofício, onde confirmaram o que dissera Adrião. Registava-se, na conjuntura, a coincidência de alguns dos carpinteiros serem mamelucos, produto de índias (ou negras daldea como en-

tão se dizia) e de brancos, que as tinham emprenhado provavelmente por "*hua camisa ou qualquer cousa*".

Essas denúncias também nos proporcionam outros lados da vida colonial, como os castigos que senhores desalmados do jaês de Diogo Nunes, infligiam aos escravos. Naquele tempo matar um pobre índio, martirisado e espoliado na sua própria terra por estrangeiros, era menos que o "*arrenego os santos óleos*" proferido num lance de mau humor perante testemunhas coscuvilheiras. Para o cristão novo uma blasfêmia constituia delito muito mais grave, implicando sanções do Santo Ofício, e anátema inda dos mais íntimos, que esfolar com o azorague a uma legião de escravos. Declarou a propósito, Lopo Soares, ao ser interrogado acerca do incidente ocorrido com o índio, que viera a saber de "*Adrião de Goes que ora está preso na cadeia publica desta villa... tendo... Diogo Nunes hum negro amarrado açoutando dixerá que Jesu Xpo. lhe não avia de valer*". Perguntado Lopo Soares pelo costume, isto é, em que termos estava com o denunciado, "*dixé que elle he dos maiores amigos que os dittos Joam Nunes e Diogo Nunes tem nesta terra*"...

A notícia de uma incurção do Santo Ofício em qualquer lugarejo, alvoroçava naturalmente os habitantes, pois anunciava o momento de vasculhar a memória e descarregar a consciência.

Em muitos casos o dever representava enorme sacrifício. Denunciar alguém para uma alma nobre é sempre repugnante, e muitos que depunham eram obrigados a fazê-lo contra parentes e amigos, sob o império da crença religiosa. Para outros, no entanto, era extravasamento de rancores de ha muito acumulados, ou inveja que procurava desafogar-se de qualquer modo. Sucediám-se perante a mesa inquisidora os sórdidos diz-que-disse, á procura da perdição dos inimigos. Acontecia, também, partirem muitas denúncias, por vezes as mais impiedosas, de levianos que irrefletidamente comprometiam inocentes. Prevendo a eventualidade, os inquisidores registavam tudo que se lhes diziam, por mais absurdo que fosse, metendo o acusador no torniquete de perguntas infinitas, seguidas mais tarde de indagações sobre a sua pessoa, afim de aquilatar o valor dos depoimentos. Nas visitasões ocorrem a miude pormenores invocados pelos mesários, quando o depoente descrevia um caso de interesse para o Santo Offício. O denunciante de Pero Gonçalves era seu íntimo amigo, fazendo no momento grande esforço de memória para se lembrar do que ouvira anos antes de comparecer á mesa. Narrava que *“tendo merendado e bebido meo quartilho de vinho vieirão elle testemunha e o ditto Pero Gonçalves a fallar não se lembra sobre que proposito (dizendo-lhe) o ditto... as pallavras seguintes, fornicar, fornicar,*

*que farte que del Rei he a terra que nunca ninguem foi ao inferno por fornicar, as quaes pallavras ouvio hua soo vez, e em lugar da pallavra Fornicar, que aqui se escreveo, dixee a pallavra portuguez... des-honesta... e que lhe parece que... dixee as dittas pallavras gracejando por que he gracejador e fallador e ho tem por homem bom chirstão".* Como vemos, nem motejos nem íntimas amisades, escapavam do enredo inquisitorial.

Na denúncia de Jorje Tomás surge mais uma vês o critério da mesa. Pedira o depoente aos inquisidores, *"qũe por quanto isto avia muitos annos que acontecera pedia a elle senhor visitador lhe desse tempo pera cuidar bem e reformar sua memoria e examinar bem sua consciencia pello que o senhor visitador lhe encarregou muito que assim ho fizesse e que tornasse a esta mesa pera se escrever a verdade e a certeza do que em que elle se affirmar e bem lembrar"*. A denúncia de Sibaldo, ou Cibaldo Lins, contra o ourives cristão novo Ruy Gomes, abona igualmente o critério dos inquiridores. Notara o bavaro que o judeu guardava os sábados, recuzando-se fazer qualquer serviço neste dia da semana, alegando que era em honra de Nossa Senhora. Perguntaram os da mesa o costume, exigindo de Cibaldo segredo da denúncia, indagando ainda *"se pagou elle sempre ao ditto ourives as obras que lhe fazia"...*

“Foi-lhe mandado ter segredo”, é a constante recomendação do visitador no fim dos depoimentos para que indiscreções e bisbilhotices, não empecessem a marcha dos inquéritos. Das indagações subsequentes e citações para depor, destinadas a corroborar os dizeres das primeiras testemunhas, decorriam as mais variadas notícias sobre os lugares por onde passava a inquisição. Já que falamos de João Nunes, cumpre agora tratarmos de outro judeu dos mais consideráveis do tempo. Entre os personagens que estiveram próximos do autor dos *Dialogos*, temos Bento Dias de Santiago, contratador dos dízimos, patrão de Ambrósio Fernandes Brandão, morador em Pernambuco antes de 1575, proprietário do engenho de Camaragibe. Mexericos propalavam que mantinha esnoga na sua fazenda, onde se reunia o judaismo pernambucano, indício de que era mais re-dusido do que se pensa. O sinal de ajuntamento — como si porventura isto fosse preciso, porquanto as datas religiosas eram perfeitamente conhecidas dos fieis israelitas — era o trapo atado no pé, do correli-gionário sandeu. O teor dessas afirmações, inça-das de tolices hoje fazem sorrir, mas no fim do século 16, num período de lutas religiosas, o alcance de qualquer invenção, por extravagante que fosse, tornava-se em extremo perigoso.

Entre os indiciados havia gente chegada nos al-vores da capitania, companheiros de Duarte Coelho, na qualidade de técnicos da fabricação de assucar.

O Diogo Fernandes, de que trata a carta de Jerónimo de Albuquerque, foi provavelmente, dos judeus mais antigos, sinão o mais antigo, dos que se estabeleceram no Brasil. A sua identidade não padece dúvidas, ao passo que o judaísmo atribuído a povoadores, como João Ramalho ou Caramurú, não reziste ao mais leve exame, ficando outros, como o Bacharel de Cananea, e seus genros, envoltos em confusões que não permitem afirmação alguma. A prosperidade da cultura da cana é que trouxe alguns conversos na esteira de Diogo Fernandes que ficaram em Olinda e redondezas, quando os índios ainda manifestavam veleidades de assaltar a vila.

Não sabemos si D. João III teria correspondido ao pedido do cunhado do donatário, ou si precisou Diogo viver da caridade alheia para se manter com a numerosa família. Supomos mais provável a segunda hipótese depois do gentio lhe queimar o primeiro engenho da terra. O monarca nem se dignava olhar para os governantes e menos acudiria a um ignoto cristão novo, e, o que se conhece de positivo acerca de Diogo, é agregar-se ele a Bento Dias de Santiago, no engenho de sua propriedade.

A esposa de Diogo, de nome Branca Dias, era prima do contratador de dízimos, recomendação evidente para amparo da vítima do gentio, junto a correligionário opulento. E' possível que a presença do casal, sortido de grande filharada, desse começo ao rumor que apregoava ser o engenho de Cama-

ragibe reduto de criptojudeus. Diziam que Diogo e Branca tinham aportado a Pernambuco fugidos do Santo Ofício, mas era pura maledicência, pois não se pode duvidar de que fôra Duarte Coelho, cuja família (vide carta de Jerônimo de Albuquerque) também se interessava pelos supostos fugitivos, o responsável pela vinda de Diogo á donataria. O fáto é, que um corpo estranho, encravado num meio social, provoca reações que aumentam na medida do seu desenvolvimento. O número de filhos dos Fernandes, mais os donos dos engenhos e parentes e amigos, todos pertencentes ao mesmo credo, pareciam perigosa judiaria aglomerada num recanto de Pernambuco.

O depoimento na mesa da visitação da criada mameluca Ana Lins, rezava que Branca Dias tinha por costume colocar sobre a cama da sexta feira aos sábados, uma escultura de pau representando cabeça de boi sem chifres. Lembrava-se também, que num dia da semana, sexta ou sábado, mandava a patrôa que ela cozinhasse "*hua panellada... a qual se fazia da maneira seguinte... lançavão a carne picada na panella com azeite e cebolla e grãos e adubos e outras cousas, e barravão lhe o resto com massa ao redor e metiamna dentro hum forno onde estava até se cozer*". Não se recordava a propósito, si devia ser o prato comido no sábado ou no domingo. Respondendo a uma pergunta do inquisidor, tampouco lhe ocorria de momento, si aos sábados a

gente de Branca Dias vestia os melhores vestidos, com toucados e camisas lavadas, e si mudavam os lençóis das camas ás sextas feiras, e outras cerimônias semelhantes. Percebe-se, pelas indagações da mesa, o afan de angariar provas contra aqueles habitantes de Camaragibe, de muita importância para a mesa á vista dos cargos que desempenhavam os proprietários, a sua riqueza, e prestígio junto de correligionários. O proselitismo, ou tentativas de reconduzir conversos sinceros á antiga crença, era o maior delito para a inquisição. Ao descrever os supremos momentos de Diogo Fernandes, quando no arquejar da agonia o velho lavrador não cuidava mais de esconder a crença que no íntimo lhe ficara, passamos de suspeições baseadas em vagos indícios, para uma cena dramática, concedendo aos inquisidores as provas que tanto procuravam. Demonstra igualmente o episódio, o apreço em que a família de Duarte Coelho tinha o cristão novo que viera a Pernambuco no mesmo navio, partilhando das mesmas esperanças e riscos do primeiro donatário. Ao saber que Diogo Fernandes gravemente adoecera, compareceu Da. Beatris de Albuquerque para se despedir do companheiro do marido. Procurava confortá-lo, segundo afirmou a mameluca aos mesários, dizendo a *“Capitão desta terra que chamasse pello nome de Jesu e nomeando lho muitas vezes elle virava sempre o focinho e nunca o quis nomear”*, narrativa, que, pelos termos, nos parece eivada de rancores. Não podemos resolver si o fel contra os

amos, vinha de zelo religioso ou perfídia ancilar, apenas vemos o depoimento prosseguir em tom acerbo, que nos sugere conter exageros de mistura com verdades. Jurou ainda Ana Lins que Branca Dias blasfemava na igreja, mandava trabalhar aos domingos, além de outras infracções contra a religião, que tornam a aparecer com variantes em depoimentos de outras testemunhas. Beatrís Luís ouviu de um neto de Branca Dias, filho "*de Bastian Coelho dalcunha o Boas Noites*", de seis anos de idade, que a avó tinha "*debaixo do chão huns santinhos assim como pacas, aos quaes adorava*". Denunciou mais a dita Beatrís, que estando presente á agonia de Diogo Fernandes, viu um tal João Bras apresentar um crucifixo aos olhos do moribundo, e pedir-lhe com palavras devotas que chamasse pelo nome de Jesus, mas Diogo recuzava-se a falar e voltava o rosto, e assim morreu.

A causa das atribulações de Branca Dias e sua família, provinha de ensinar a cozer roupa, recebendo raparigas em pensão, que retinham, e ás veses, deturpavam o que viam na casa da mestra. Os mexericos eram acrecidos perante a mesa do Santo Officio pelos boçaes dizeres de escravos, de idoneidade e moralidade duvidosas. Do que afirmavam, o mais original foi o depoimento de Maria Alvares, pensionista da denunciada, que poupou a mestra, mas acuzava um outro hóspede de nome Pedrálvares. Tendo espreitado mais as colegas o que ele fazia fe-

chado no quarto, viu que açoitava com disciplinas a um crucifixo. As manifestações de histerismo de meninas na puberdade, aconselham que aceitemos estes dizeres com precaução. As numerosas acusações, que antigamente faziam nos Estados Unidos mulheres ou raparigas "*soit disant*" violentadas por "*coloured men*", a provocar linchamentos, assemelham-se um pouco ao espírito das denúncias que envolviam os cristãos novos dos povoados coloniaes do século 16.

Ao lado das jovens ás voltas com o despertar do sexo, havia denunciante de maior responsabilidade obrigados a pezar melhor as palavras que proferiam. Nem sempre era o que acontecia, e Diogo Gonçalves parecia querer demonstrar infalível memória, lembrando-se em 1593 de fatos sucedidos quarenta anos antes. O caso sucedera numa obra de Diogo Fernandes, em Camaragibe, onde outras pessoas ali presentes, disseram-lhe que, naquela terça feira de entrudo, Diogo havia de dar a ele e demais trabalhadores peixe a comer. Com efeito, mandou que servissem tainhas secas, observando um dos companheiros do denunciante, que esperassem, e no dia seguinte quarta feira de cinzas, Diogo Fernandes ofereceria carne. Efetivamente foram chamados a "*hũa casa acima onde tinha dependurada hũa porca muito grande morta naquella óra e lhes disse Diogo que eram obrigados a come-la porque não dispunha de outro mantimento*". O proceder

do cristão novo cauzou grande estranheza, porque circulava o rumor de que fugira do reino afugentado pelo Santo Ofício. Avolumou-se o falatório, quando, daí ha alguns dias, num sábadó, apareceram Branca e Diogo de visita ao engenho, muito diferentes do seu aspéto durante a semana, ele de camisa muito alva, ela de toucado lavado, com roupões de frisa, exhibindo um aceio que "*pareceo mal a todos*".

A respeito da gente do lugar, deixando agora o casal, lembrou-se acidentalmente o denunciante, que na mesma época, mandara buscar uma galinha, que fugira para o quintal de António Dias, alfaiate cristão novo, morador no mesmo Camaragibe, "*ora já defunto*", o qual ocasionalmente exclamara que antes queria ser mosca do que cristão velho. Expressões como a do alfaiate, parecem-nos meros repentés de mau humor, e assim devem ter sido considerados pelo Santo Ofício. De maior relevância é o caso ocorrido na mesma época no Rio de Janeiro. Um cristão novo denunciou outro, dizendo que quando fôra seu discípulo, este lhe aconselhara a leitura do trecho da Bíblia, onde Moisés ameaça com a maldição do Deus de Israel ao ebreu esquecido das suas leis. O episódio destaca-se entre as rebeldias contra a fé católica, em virtude da divindade em questão ser estrictamente ebráica ou "nacionalista", como hoje diríamos, protetora das tribus de Israel, e ao mesmo tempo seu tirano, cruel, vingativo, sá-

dico, implacavel perseguidor dos relapsos até a décima geração.

Mais prudente que o mestre escola se mostrava Jorge Dias da Paz, que a bordo da nau, de viagem do reino para a capitania da Paraíba, costumava ler um livro "*em lingoagem espanhol*", despertando a curiosidade de Bento Álvares, "*e huma vez elle denunciante ho abrio e deu logo na historia de Tobias e ho ditto Jorge Diaz lho tomou de pressa dizendo lhe que ho não podia leer e dizendo que elle que tinha licença da Santa Inquisiçam pera o ler*". Estas mostras de interesse por assuntos proibidos eram indícios incomparavelmente mais graves de volta á fé antiga do que os supostos sacrilégios ou mostras de desatenção por parte de conversos aos símbolos e cerimônias cristãos. Daí, a severidade dos inquisidores em proibir leituras, de onde poderia manar o proselitismo que incansavelmente combatiam.

Na falta de maior documentação sobre o procedimento dos judeus o melhor meio para termos alguma idea acerca do assunto, são as providências do tribunal. Os inquisidores não deixariam de perseguir aos suspeitos julgados nocivos e perigosos, pondo de parte os que consideravam pouco temíveis. Formavam o seu critério joeirando as denúncias, onde junto de depoimentos sinceros, dos que apenas queriam descarregar a consciência, havia o extravasamento de ódios para fazer da Inquisição um

instrumento de vinganças. Outros casos eram produto de vaidade ferida, despeito amoroso, ou manifestações de simples estupidês. Muitas testemunhas citadas pelos denunciantes em abono das suas afirmações, contradiziam-n'as ou desmentiam-n'as para salvação do denunciado. Ana Lins, por exemplo, quando enredava Branca Dias, apelou para as antigas companheiras de aprendizagem, as quaes, chamadas separadamente a depor, (a maméluca Maria Camela, a cristã velha Maria Pavoá, e a cristã nova Catarina da Costa), juraram que jamais tinham presenciado os desacatos á religião católica atribuidos á professora.

Não seriam mais procedentes os apodos contra a família e relações de Diogo Fernandes? O padre Doutel, que se apresentava aos mesários com fumos de nobresa, "*disse ser fidalgo de geração filho de António Pinto abade de Zenigio*", recapitou todas as murmurações das línguas soltas de Olinda, sem esquecer as dos escravos. Dez anos antes da denúncia, chegaram notícias a Pernambuco de que os paes de um certo Duarte Mendez, tinham sido queimados no reino. Estando o dito Duarte em casa do seu primo Diogo Fernandes, em Camaragibe, a chorar, consolou-o com "*estas palavras, não choreis primo que morreo pela honra e que estas palavras dixee perante Pedro mulato escravo que foi de Bento Dias de Santiago que então seria de dezoito annos que óra será de idade de trinta an-*

*nos... do qual nasceo a ditta fama*". Não faltou tampouco a ingenuidade do neto de Branca Dias, que descrevia os santos da avó em forma de paca, e que pela sua logorrea "*dizem que*" fôra obrigado pela família a ir "*pera as partes de Angola onde diz que morre*".

Neste ponto, divergia o padre das aprendizas de Branca Dias, por certo mais informadas do que ele. O rapaz não estava tão longe, mas simplesmente na cidade do Porto, onde ainda mais facilmente poderia comprometer a avó com indiscreções. A inquisição em Portugal tinha carater supercilioso. As teias que espalhava, abrangiam as vilas e campos, á espreita dos relapsos, dos sectários de Mafoma, dos erejes reincidentes, e acima deles, como maior perigo para a fé católica, dos simpatisantes com os reformistas. Melhor andariam os próximos do rapás, se o mantivessem na capitania, onde poderiam vigiar-lhe o falatório. Por mais incautos que fossem, por certo assim procederiam, sem embargo das fantasias do filho do abade de Zenégio.

Temos nesta altura, contra os judeus de Pernambuco, a contribuição de Felipe Cavalcanti, que mencionou ser filho "*dos da governança de Florença*", homem culto e entendido em cousas antigas, velho morador no lugar, conhecendo toda a gente. "*E denunciando dixee que averá quarenta annos pouco mais ou menos que nesta villa morava Anrique Mendes mouço cristão novo que despois foi pera*

*Porto Seguro o qual era costumado todas as luas novas de agosto hir com sua mulher Violente Rõiz e com toda a mais casa e familia em carros emramados e com festas desta villa ao lugar de Camaragibi... e lee se estavam hũ o dous meses, e era fama pubrica nesta terra... que no ditto Camaragibi avia esnoga onde se ajuntavão os judeus desta terra e faziam suas ceremonias e que nas ditas luas novas de agosto hiam ao ditto Camaragibi a scelebrar a festa do jejum do Guijppur e que elle denunciante vio tres ou quatro annos o Reo... ir... pela sobreditta maneira ao ditto Camaragibi, e na companhia do ditto Anrique Mendez hiam tambem Antonio Diaz, e seu cunhado chamado de alcunha Alma de Burzequis, e qual se gabaua que fora bautizado em pee, todos christãos novos e alfaiates e defuntos”.*

Diogo Barreiros denunciou cousa parecida. Vinte anos antes de comparecer á mesa do Santo Officio, soube em “*pubrica fama jeralmente por todos, honrados, altos e baixos desta terra e por ho mais povo e gente della, com muita frequentação e escandallo que os dittos Branca Dias e seu genro Diogo Fernandes e Duarte Fernandes viviam no ditto Camaragibi na lei judaica e faziam suas ceremonias e faziam a esnoga e que com elles se ajuntavão e faziam o mesmo Francisco Pardo christão novo que era he lavrador e morador no mesmo Camaragibi e outros christãos novos que lhe não lembrão*”. O genro de Branca Dias e o irmão, eram feitores de

Bento Dias Santiago, e ao voltarem para o reino, depois da morte do proprietário, substituiu-os no serviço Simão Vaz *“christão novo, e pella sobreditta maneira dizem o mesmo delle... com os parentes e com outros que elle não sabe todos christãos novos fazem no mesmo Camaragibi... quando aqui estava a esnoga”*.

Francisco Pardo recebeu de Diogo Barreiros um suplemento na denúncia, em que dizia o sacrilégio que praticara, ao arrancar a crus de madeira da sua porta em Sitandipe, para coloca-la sobre um regato á guisa de ponte. De tudo isso reunido, com esta e mais denúncias, é possível inferir que alguns dos christãos novos em Pernambuco votavam pouco amor ao cristianismo a que tinham sido obrigados a se converter. A história dos judeus em Portugal é muito elucidativa acerca da perzistência desses sentimentos; resta saber como procediam no Brasil. Dois obstáculos logo surgiam ante a prática do rito ebráico, a saber: a forçada e estreita convivência com os desconfiados e perscrutadores fieis a outro credo, no redusido espaço deixado pelos índios hostís aos lavradores brancos; segundo, a prosperidade dos negócios de assucar, que, fazendo passar o umilde imigrante, acossado pela sanha do Santo Officio, da vida incerta á opulência, coagia por interesse o novo rico a pospor a crença ancestral aos proventos da conversão. E como não seriam os judeus do século 16 influenciados por fenómenos de

todos os tempos, de Flávius Josephus a Artur Meyer? Vemos no ocaso da sociedade europea do século 19 (que se verificou realmente em 1914, apesar do anterior desaparecimento de algumas monarquias representativas do espírito a que nos referimos), na Prússia, um príncipe Limburg-Styrum, presidente da Câmara dos Senhores, filho de judia, na Itália um Faa di Bruno, nome pertencente a *Divina Comédia*, unir-se aos judeus Uzielli, ou na França, o duque de Gramont despozar uma Rothschild. Si aconteciam uniões semelhantes na mais alta aristocracia da Europa, muito mais admitiremos nos outros círculos decedentes da pequena nobresa á burguesia, até chegar ao povo. Transportando-nos á capitania de Pernambuco, encontramos a repetição em pequeno do que sucedia no reino, entre fidalgos aconchegados aos degraus do trôno, e as filhas de ricos mercadores de origem incerta quanto á pureza do seu catolicismo, afora os notoriamente recém convertidos.

Os ditames económicos, de par com repentes sexuaes, se encarregavam de uniões de *cultus disparitas*. Haja vista na multidão de israelitas que afluíram depois de 1914 aos grandes centros americanos, na Argentina, Estados Unidos, e mesmo no Brasil, como o tipo primitivo desses imigrantes, oriundo das tribus da bíblia, se transformou de moreno, anguloso, mestiço de chamita, em ruivo, tendente à adiposidade, cabelo vermelho, olhos azues,

tés alvíssima, sardenta, em contraste com lábios grossos, cabelo pixaim e mais característicos das raças africanas. Outros aparentam traços de “ariano puro”, ao passo que irmãos não escondem a origem, obedecendo ás caprichosas variações da lei de Mendel. Só uma intensa micceginção pode trazer mudança tão rápida, processada no período que medea entre o reinado de Tito e o atual furacão guerreiro soprando sobre a desditosa Europa.

O fanatismo dos filhos brasileiros de cristãos novos, tornava-se por esse lado, problemático na sociedade colonial. Igualmente o dos paes, deve ser visto com precauções, pois só convém aceitar depois de longo exame o confuso acervo de doestos contra eles levantado. A diferença das informações colhidas entre as alunas de Branca Dias, e a de estranhos á sua casa, acêrca do mesmo pormenor, demonstra a fragilidade das conclusões que do fáto pretendem tirar alguns autores. Ademais, a geração de verdadeiros ebreus, dos que não renunciavam ao credo dos profetas de Israel, mas eram por qualquer motivo obrigados a continuar nos domínios ibéricos, minguava com o tempo de modo extraordinário. Inúmeros eram os que permaneciam no celibato, ezitantes em constituir família ante a incertesa do futuro. O grupo Diogo Fernandes e filhos era uma exeção, compensada na balança demográfica pela quantidade de judeus solteiros, que os registos inquisitoriaes mencionam. Havia ainda

os casaes sem filhos, cujos componentes não tendo bastante espírito de sacrifício, e forças para calar por completo o egoismo, cazavam-se entre correli-gionários, mas evitavam prole, permanecendo nesta meia medida acauteladora contra possíveis perse-guições.

O ânimo inquieto e errante do judeu também influa na sua dispersão, servindo a família de Diogo Fernandes de exemplo para o que dizemos. Da numerosa filharada do casal, não ficou decendente algum inteiramente judeu em Pernambuco; uns imigrados, outros solteiros, ou casa-dos sem filhos, morrendo cedo na maior partê tinham de se diluir no sangue dos cristãos velhos para subsistirem na terra. Branca Dias houve de Diogo Fernandes a corcunda Beatrís, por alcunha "*a velhinha*", que morreu solteira; Felipa da Paz, casada com o cristão velho Pero da Costa, morador na várzea de Capibaribe; Isabel Fernandes, casada com o cristão velho Sebastião Coelho, por alcunha "*o Boas Noites*", de quem naceu o menino Paulo, mais tarde mandado para o reino; Ana da Paz, ca-sada com Diogo Fernandes, cristão novo, feitor de Bento Dias Santiago; Inês, casada com o cristão velho Baltasar Leitão, os quais tiveram uma filha casada com Agostinho de Olanda, da "*gente da go-vernança*", de quem trata Borges da Fonseca (8) ao

---

(8) Nobiliarchia Pernambucana.

Ihe enumerar a farta decendência, inteiramente mesclada com cristãos velhos no sangue dos quaes se confundiu e se dilatou; Andresa Jorge, casada com o cristão novo Fernão de Sousa, traficante de negros que trazia de Angola para Pernambuco; Jorge Dias da Paz, casado com a cristã velha Maria de Goes, morador na Paraíba; Violante Fernandes, casada com o cristão velho Francisco Frasão (9); um filho defeituoso que escrevia com o pé e que foi para Lisboa quando a sua irmã Andresa se transferiu para o reino (10), e finalmente Branca Dias ainda recolheu uma filha bastarda de Diogo Fernandes de nome Briolanja.

Do pouco que se sabe dos filhos do casal, pelas denúncias e incompletos registos genealógicos, pode-se concluir que tiveram larga preferência por uniões com cristãos, não se lembrando sequer os seus decendentes de que contavam judeus na acendência. Nem Borges da Fonseca — esquadrinhador de arquivos e linhajens — sabia depois da morte de Maria de Paiva, onde estava a orijem ebráica da gente que enumerava, nem tinha certesa de que tal jaça existisse. Como, pois, acreditar nas intrigas

---

(9) Francisco Frazão cristão velho que se cazara a primeira ves também com cristã velha. Visit. Pern. 181.

(10) De quem Beatrís Luís disse á Inquisição "*fama publica nesta terra... que andava em Lisboa sem braços e escrevia com o pee era fugido pera Gulfo*". Visit. Pernam. 33.

do lugarejo, fantasiando sinagogas, reuniões de pseudo conversos, agentes secretos, e públicos sacrilégios! Insistimos neste ponto por causa da facilidade com que ultimamente entre nós se armam teses a poder de vagos indícios e levianas afirmações.

Houve quem descrevesse Pernambuco, nos séculos 16 e 17, como enorme fulcro de judaísmo, a aluir a defesa lusa em proveito dos batavos. Os que porventura assim procederam, vieram com os invasores, e si por acaso, algum já estabelecido no Brasil antes da fatídica data de 1630, aderiu aos invasores, imitava tão somente a muitos portugueses considerados legítimos pela estirpe, pelas ideas e pelo catolicismo. O caso de Duarte Gomes da Silveira e tantos outros (11), mostra que não era preciso ser cristão novo para aceitar o domínio dos flamengos. Contudo, bastou que alguém desse início á fábula, para daí por diante ser incansavelmente repetida por ociosos á cata de alardes sensacionaes. As lendas refinaram e se multiplicaram com o reforço de novas fantasias, das quaes uma das mais notáveis consiste na permanência dos judeus no Brasil depois da expulsão dos olandeses. Na opinião desses exegetas, os primeiros souberam habilmente continuar na colónia imiscuindo-se no sangue, usos e costumes dos

---

(11) cf. Os que o acompanharam no passar ao campo olandês.

habitantes, ao passo que os seus antigos protetores, os nobres e beneméritos arianos, para sempre desapareciam. A deturpação dos fatos não tem limites, e serve para tudo, aos que pretendem profligar a má índole do brasileiro, ou explicar as origens do seu talento ou capacidade, tal como Sombart quando define a transformação dos nórdicos apáticos depois que receberam os perseguidos de Espanha e Portugal. Este erudito economista germânico deixava dominar-se pelo entusiasmo ao enaltecer o sangue israelita a desenregelar a apatia olandesa, até o dia que os nazistas lhe proibiram continuar com taes opiniões. Esquecia-se porém de que a pesca do harenque representava enorme riqueza para os povos nórdicos, muito antes da chegada dos foragidos da Inquisição, e que fôra esta prosperidade que chamara aos judeus, pois muito rasoavelmente, não procuravam selvas ínvias para refúgio, mas centros commerciaes onde pudessem exercer as suas costumeiras atividades. Da mesma forma, os nossos visionários expandem-se em sábias observações acerca da influência e permanência de cristãos novos entre nós, toda a colónia feita imenso recesso de "marranos", sem consultar a monumental *Enciclopédia Ebráica*, em que estão colecionados os fastos dos judeus no mundo. Nela encontramos a informação de que o fanatismo português, expulsou aos judeus do modo mais desapiedado e completo das

suas possessões americanas quando celebrou pases com os Estados Geraes.

O que succedeu á memória de Branca Dias serve-nos de oportuna advertência quanto á orientação que devemos seguir na matéria. Acumularam-se invencionices sobre a esposa de Diogo Fernandes, de que Rodolfo Garcia traz algumas das mais conhecidas no seu prefácio da primeira visitação do Santo Officio em Pernambuco. Pereira da Costa noticiou gravemente na Revista do Instituto Historico e Archeologico a prisão em 1601 de D. Brites Dias, filha de Branca e de Diogo Fernandes, por ordem dos inquisidores. Seus bens teriam sido confiscados, e vendidos em hasta pública, enquanto a vítima gemia no cárcere. Terminava o artigo dizendo que não lhe fôra possivel saber o fim da infelís presa do sinistro tribunal no Brasil, porém havia tradição da sua morte na fogueira em Lisboa. A Da. Brites em questão é justamente a *Velhinha*, a única das filhas de Branca Dias que as aprendises diziam católica, avessa á práticas judáicas, e porisso maltratada pela mãe.

Uma literata pernambucana, também se inspirou na lenda, ao planejar um drama sombrio intitulado *Branca Dias dos Apipucos*, mistura da guerra dos mascates e de perseguições a judeus, peça louvada pela crítica regional. Com o tempo, a tradição passou a Estados visinhos, e appareceu nas letras paraibanas uma Branca Dias ás voltas com o Santo

Ofício, ora no começo do século 17, ora em meados do 18. Infelizmente interveio Irineu Joffily, da espécie de pesquisador caturra, esmiuçador de pormenores históricos, e inimigo dos talentos fantasiosos, que depois de aturado estudo, concluiu nunca ter existido uma Branca Dias paraibana, perseguida por delito contra a fé. Mas, graças a Apolo e às musas, o seu trabalho não surtiu efeito e, em 1905, os anaes literários registaram o aparecimento de um poema, em que Branca Dias nasce na Paraíba a 15 de julho de 1761, às seis horas da tarde. Apesar de outro erudito, classificar irreverentemente este fruto de uma exaltada imaginação, "*de fastidiosa leitura*", a eroína logrou apreciável êxito junto às almas sensíveis, mais impressionáveis que o Dr. Rodolfo Garcia pelas atrocidades da Inquisição.

A seqüência continuou com alternativas de elogios á pessoa de Branca Dias, ou críticas ao costume, que dela faz uma vítima da inquisição. Em conferência realizada em 1905 no Instituto Histórico Paraibano, referiu-se o sr. J. P. de Castro Pinto ao mito da infelís eroína. Mais perto de nós em 1922, o escritor Carlos D. Fernandes escreveu *O Algoz de Branca Dias*, que foi publicado na Paraíba. A propósito, cita Rodolfo Garcia, o trabalho do padre Nicodemus Neves apresentado ao VII congresso de Geografia, reunido no mesmo ano e cidade, que a exemplo de Irineu Joffily, esmiuçou o episódio, cer-

tificando-se de que nunca houve martírio de Branca Dias.

As informações que nos ministra a este respeito o prefácio da *Primeira Visitação de Pernambuco*, referem-se ainda a Bento Teixeira, num caso típico do que se convencionou chamar agitação ebráica. Era mestre “*de ler, escrever, de latim e aritmética*”, homem irrequieto, pertencente a uma família de intelectuaes, da espécie, portanto, que os autores antisemitas consideram como das mais perigosas. Desprovido do equilíbrio e comedimento dos que desempenham a delicada missão de instruir aos jovens que lhes são confiados, via-se como muitos dos correligionários, nas mesmas condições, levado por irreprimível tendência a revoltar-se contra as regras da sociedade cristã. Não o fazia, porém, pelos motivos invocados pelos antisemitas, mas obedecendo involuntariamente aos complexos próprios da psique judáica, que tão bem transparecem, por exemplo, nos romances de Lion Feuchtwanger.

Antes de comentarmos os delitos de que era acusado, vamos reproduzir-lhe a biografia extraída do prefácio da Visitação: “*seus paes falleceram na Bahia, onde parece primeiro a familia aportou no Brasil. Teve dois irmãos, que tambem adaptaram profissão litteraria: Fernão Rodrigues, o mais velho dos tres, mestre de ensinar moços na ilha de Itamaracá, e Fernão Rodrigues da Paz, o caçula, que tive-*

ra ali a mesma occupação, mas já a não exercia quando denunciou em 4 de Julho de 1595. Esse, aos dezeseite annos, esteve no Rio, onde tomava lição de arismetica com o christão-novo Francisco Lopes, e já tinha bom conhecimento do Latim. Em seu depoimento declarou não saber de parente algum seu, que fosse preso nem sentenciado pelo Santo Officio, o que exclue a hypothese de ter vindo a familia degregada para o Brasil por culpas perante a Inquisição. Bento Teixeira cerca de 1580 frequentava os estudos do Collegio da Companhia de Jesus na Bahia; era um mancebo alto, grosso, de pouca barba, e andava com vestidos compridos e barrete de cle-rigo, quatro annos depois estava na capitania dos Ilheos, onde casou com Felipa Raposa, christã velha. Em Pernambuco estaria pelos annos de 1586; ali teve escola de ensinar moços em Iguaraçú, Olinda e ultimamente nas terras de João Paes, no Cabo de Santo Agostinho. Em Dezembro de 1594 acoutá-ra-se no mosteiro de São Bento por ter assassinado sua mulher. Não se declara a causa determinante do uxoricidio; mas não é fóra de cogitação fosse o adulterio, que pela legislação coéva não se considerava factu punivel, uma vez que o matador já em Setembro de 1595, ou mesmo antes, havia dispensado o auxilio de seus acoutadores, com allivio para elles.

Do character de tão pouco simpathica personagem não se póde ter bom juizo, á vista das muitas accusações que lhe são feitas, e que, bem pondera-

*das, devem conter mais verdade do que mentira. Por que, com tantas culpas graves no cartorio do Santo Officio, não teve o castigo merecido, custa-se a atinar. De maior e mais revoltante blasphemia nenhum outro foi incriminado, como elle, por Manuel Chorro Dinis, referidas em termos mais honestos por Braz da Mata. Influencias muito poderosas haviam de ter agido em seu favôr: porventura não seria estranho a isso o proprio donatario, a quem, em 1601, dirigia a bajuladora Prosopopéa. Duarte de Albuquerque Coelho foi o protector do Padre do Ouro: Jorge de Albuquerque Coelho seria o salvador de Bento Teixeira...*"

A fatalidade que perseguia os judeus incitava Bento Teixeira a trilhar o caminho, que conduzia ao Santo Officio, primeiro degrau do cadafalso. Nacido no reino, filho de cristãos novos, vivendo onde não comungava nos ideaes comuns da população e combatia a crença viga mestra daquele edificio, tornava-se o mestre escola alvo da malquerença do povo. O homem colonial, para viver em boa harmonia com os outros povoadores, tinha de evitar contendas bisantinas. Este era o mal insanavel dos povos do próximo oriente, assoberbados pela paixão, que se mostrava ainda mais arraigada nos israelitas da Renascença, por causa dos longos lazeres das judiarias que lhes tinham hipertrofiado o vespa da crítica e exasperado a ambição e arte de intriga. Si os governantes portuguezes permitissem dissensões do

gênero nos primeiros núcleos de brancos da colônia, veriam em pouco esterilizar-se os seus esforços para se apossar da terra, criando novas fontes de cisânia onde já havia tantas. Por este lado, justifica-se amplamente a ação do Santo Ofício, defendendo os pernambucanos de um contágio daninho numa época marcada por conflitos religiosos.

A unidade de crença dos pernambucanos estaria, todavia, em pouco risco de desaparecer pelo esforço dos convertidos. Vimos que a falta de mulheres brancas na colônia, além de mil outros percalços, estimulavam os casamentos dos filhos de Diogo Fernandes com cristãos velhos, a aluir o maior núcleo ebraico da capitania. Já antes de chegar a América, operavam-se em Portugal alterações de crença entre os israelitas remanentes das perseguições de D. Manoel I e D. João III. Um Bento Teixeira no Brasil não pode ser considerado ebraisante conciente pois atacava o catolicismo por ser ateu e não movido por crenças contrárias, caso típico de intolerância às avessas, ou de fanatismo anti-religioso, que sucede tanto a ebreus como a cristãos velhos.

Degredados pelo Santo Ofício em Pernambuco, por motivos religiosos, só aparecem na Visitação sob aparência de falatórios sem base, destinados a comprometer o alvo de vinganças. Os mexericos do padre Doutel servem de exemplo, porque nada seria mais fácil a um eclesiástico do que saber com segurança qual seria a condenação de relapsos do San-

to Ofício em Portugal. Havia segredo nos depoimentos perante a mesa inquisidora, mas a sentença era pública, e os autos de fé executados com grande solenidade para ferir a atenção do povo. A razão que nos leva a discordar do ponto de vista de João Lúcio de Azevedo, tal como foi exposto num artigo sobre judaísmo e a Inquisição no Brasil prende-se ao mesmo fato (12). Este trabalho contém, em compensação, interessantes informações sobre a maneira como se transformara o culto ebraico entre os cristãos novos, a aproximar as suas práticas do catolicismo, concorrendo para fazê-lo passar despercebido a olhos menos atilados. Essas modificações provocaram o monitório geral de D. Diogo da Silva, onde se recomenda em 1576, grande atenção acerca dos costumes dos suspeitos. A lista das particularidades é demasiado longa para que a possamos transcrever aqui sem fastídio para o leitor, podendo encontra-las os que se interessarem pelo assunto, no livro de Mendes dos Remédios sobre a inquisição em Portugal e Brasil. Diremos por ora tão somente, que aí estão especificados os casos pelos quaes era possível surpreender indícios de ebraísmo, variando desde a comida á cerimônia dos enterramentos, dos batisados, dos jejuns, dos dias de descanso, das mu-

---

(12) J. Lúcio d'Azevedo, *Notas sobre o Judaísmo e a Inquisição no Brasil*. in *Revista do Inst. Hist. Geo. Bras.*, 91, 680.

danças de roupa, das modalidades de salmos penitenciaes, etc... enfim, tudo que aparece na Visitação de Pernambuco nas denúncias dirigidas contra a família de Diogo Fernandes.

A hipótese de que o Brasil servia de asilo para cristãos novos perseguidos na metrópole, repousa em meras conjecturas. A inquisição era insidiosa segundo alguns autres, compelindo os conversos para além das fronteiras do reino, após despoja-los impiedosamente. No seu principal domínio, faltava este orgam de defesa da monarquia (O Santo Offício não combatia somente os judeus, porém todos os contraventores do sistema monárquico), logo, para cá se refugiariam os perseguidos. Vejamos si assim acontecia. Era a navegação no tempo da hegemonia lusitana no comércio mundial, o maior elemento expansionista da corôa, tanto no terreno económico, como no militar ou político. Todas as parcelas humanas do sistema, desde o comando á composição das tripulações e espécie de passageiros, estavam sob a vigilância das autoridades portuárias. Succediam-se provisões e alvarás a regulamentar o assunto, ora vedando a presença de médicos judeus a bordo, ora proibindo a presença de qualquer marrano nos barcos com destino a América, ora apertando as instruções sobre o segredo das rotas marítimas, ou chamando a atenção dos responsáveis pela segurança de extensos litoraes como o do Brasil, acerca de empreendimentos estran-

geiros. A vinda de levas de cristãos novos para as capitanias, haveria de provocar o zelo dos régios funcionários adstritos áquelas ordens. Si os imigrantes eram julgados perniciosos na metrópole, onde era facil atalhar manhas e abusos, muito mais seriam do outro lado do oceano enfraquecendo a occupação ibérica, expondo-a aos golpes dos inimigos que surgiam de toda a parte. Não era facil, por conseguinte ao judeu embarcar para onde quizesse, muito menos para a América quando pretendia afastar-se da Europa.

Outra causa a dificultar a sua entrada no Brasil, eram as condições das capitanias recém creadas, oferecendo mil perigos, sem atractivos compensadores para quem pretendia salvar o resto de fazenda que lhe deixavam, ou dezechava refazer a fortuna onde houvesse facilidade de comércio, e ausência de tribunaes inquisitoriaes.

As perseguições mais violentas contra judeus registaram-se nos reinados anteriores a D. Sebastião e regime filipino, quando Portugal suplantava Venesa no comércio das especiarias. A não ser um técnico na matéria, como Diogo Fernandes, trazido pelo donatário em pessoa, é improvavel que israelitas ativos, ambiciosos, especializados na mercância, dispondo de completa organização de mútuo auxilio através do mundo, como os que restavam em Portugal, procurassem um fojo nas brenhas brasileiras somente para escapar ás vistas do Santo Officio,

quando a poucas milhas de Portugal encontravam segurança e liberdade de trabalho (13).

Os que vieram depois, chegados mais ou menos com os jesuitas, tiveram de uzar de subterfúgios, como os de se proclamarem bons católicos, ou serem autênticos funcionários, para deitar pé no Brasil. Ao depois, como sucede aos judeus, e no geral a todo agrupamento perseguido, facilitavam a entrada de outros correligionários, mas óbvio dizer, que uma imigração realizada nestas condições seria redusida, e composta em grande parte de solteiros (14) ou casaes sem filhos, á cata de negócios, gente que viajava da Índia para a Baía, de Pernambuco para Angola, ou no Brasil de capitania em capitania, e na América das posseções portuguesas para as de Castela, ou vice-versa.

Nas *Denunciações* discriminam-se vários tipos de conversos. Verifica-se, também, que a maior

---

(13) A emigração de conversos continuou até o século 18, acicatada pelas medidas com que volta e meia se pretendia por limites á sua atividade. Quando Menasseh ben Israel foi a Londres negociar a entrada de judeus na Inglaterra, inquietou-se o governo neerlandês e só serenou quando soube que se tratava de "marranos" fugidos de Espanha e Portugal, e não dos que estavam na Holanda.

(14) Citando ao acaso pelo muito trabalho que dá respi-gar a partida dos conversos, Diogo Fernandes, genro do lavrador do mesmo nome e de Branca Dias, "*que óra está em Lisboa* (Visitação de Pernambuco 251). Simão Vaz (id. 252). António da Fonseca (id. 270). Gemmes Lopes, rendeiro dos

parte deles chegava provida de algum capital, ou de recomendações e crédito junto a correligionários, de modo a se manter em um nível acima do comum dos cristãos velhos. Ao passo que os segundos eram campônios, operários, soldados, etc. . . os primeiros saíam de cidades, ou vilas, filhos de mercadores, preparados pela família a atividades mais remuneradoras que as dos obreiros manuais. Ganhavam destarte a fama de serem desfrutadores da atividade alheia, alapardados onde podiam com proveito “controlar” a produção.

Abrindo os registos inquisitoriais, temos nesta ordem de pesquisas, no mais rico e ativo quinhão da colônia, João Nunes, mercador, proprietário de tres engenhos na Paraíba, cujo produto se escoava pelo Recife; Bento Dias de Santiago, com engenhos

---

dizimos “*que óra está na çidade do Porto*” (id. 317). Francisco Sanches “*que dizem querer ir pera Tocumão*” (id. 319). Rodrigo d’Ávila “*que óra está pera se partir desta villa pera ro Rio da Prata*” (id. 326). Os irmãos Manuel e Gonçalo Rõiz Villa Real “*... se partião pera... a cidade do Porto*” (id. 471). Tomás Nunes “*que já se foy pera o Reino*” (id. 472). Francisco Rõiz Navarro “*se foi pera o Reino*” (Confissões) . . . etc. Inês, Ana e Guiomar Fernandes, filhas de Branca Dias, cedo morreram e outros judeus como João Nunes, foram remetidos presos para Lisboa. Até os seus bastardos mamelucos se mudaram, como o filho de “*Pedralvares madeira... o qual he ido pera o Reyno* (1594). A mobilidade dos cristãos novos concorria para torna-los, juntamente com os degredados, sem exagero da nossa parte, os elementos brancos, menos estáveis da colônia.

em Camaragibe, rendeiro dos dízimos do assucar, de quem os governadores haviam de tomar dinheiro emprestado para a conquista de novas capitánias; Ambrósio Fernandes Brandão, com fazenda na Moribara; Enrique Mendes, mercador e fazendeiro em Santo Amaro; Duarte Dias Enriques, mercador em Capiberibe, com engenho em Jaboatão; Diogo Nunes, com engenho na Paraíba; Simão Soeiro, com engenho em Goiana; Francisco Mendes, "*rendeiro do dízimo das mandiocas e meunças de Pernambuco*"; Simão Fernandes, mercador e "*rendeiro de rendas*", Jerónimo Martins, mercador; Afonso Martins Agoas Mortas, mercador, irmão do precedente, ambos filhos de um penitenciado num auto de fé em Portugal; Duarte de Sá, com fazenda em S. Amaro; Fernão Soares, mercador com engenho na mesma região, em Suassuna; Diogo Soares, mercador, irmão do precedente; Gemmes Lopes, mercador e lavrador, rendeiro dos dízimos do assucar; Rodrigo D'Avila, mercador em Pernambuco e no Rio da Prata; Simão Enriques, lavrador e mercador; Jorgé Manuel, mercador, irmão do precedente; Fernão de Sousa, traficante de negros em Angola e Pernambuco; Nuno Álvares, antigo traficante da ilha de S. Tomé, dono do engenho de S. Bras da Varzea; Jorge Tomás Pinto, mercador e lavrador; Fernão Rodrigues da Paz, mestre de primeiras letras no Rio de Janeiro, a seguir em Olinda; Cristovam Martins, alfaiate; Rui Gomes, ourives; Luís Antunes, boticário; To-

más Nunes, arrendatário da fazenda de António Nunes na várzea junto ao rio Capiberibe; Joanes Mendes de Olivença, mercador; Francisco Rõiz, alfaiate; António Dias, alfaiate; João de Paz, mercador; Diogo Lopes da Rosa, tabelião; Francisco Lopes Homem, mercador que ao partir para Portugal como faziam muitos dos enriquecidos, deixou no seu lugar o sobrinho Manuel Lopes Homem, recém vindo de Angola; João Mendes, mercador, oficial da Confraria do Santíssimo Sacramento; Pedro de Moraes de Sampaio, mercador; Rui Lopes, mercador; Manuel Cardoso Milão, mercador; Paulo d'Abreu, de Igarassú "*onde algũas vezes serve de escrivão e de alcaide*"; Luís Dias, mercador; Manuel Rodrigues, mercador; e assim por diante, afora os feitores de engenho e outras profissões modestas porém acima de manuaes.

Raro teria sido o cristão novo que escapasse do rol levantado pelo Santo Ofício. Cremos que todos foram recenceados, inclusive os semi judeus, cuja fé católica era em muitos indubitavel. Á primeira vista, a quantidade de israelitas mencionados pelos inquisidores parece vultosa, principalmente levando em conta a importância que tinham na sociedade. Reparando melhor, verifica-se que muitas denúncias recaiam sobre os mesmos nomes — João Nunes, Branca Dias, Diogo Fernandes, Bento Teixeira ou aludiam a pessoas de ha muito falecidas ou tornadas ao reino, ou ainda transferidas para outras par-

tes dos domínios ibéricos, de modo a minguar a messe inquisitorial reduzindo-a a muito pouca cousa. Em 1593, quando foram publicados os editaes da Visitação chamando os fieis a depoimento, inúmeros eram os conversos retirados de Pernambuco, que ainda figuram nos livros da mesa depois de mortos ou ausentes. O viajante maluino Pyard, refere-se aos que voltavam das colónias, "*Les bénéfices qu'ils réalisent au bout de neuf ou dix annés de séjour dans ces pays sont incroyables, car ils s'en retournent tous riches ...mais ils, (os portuguezes) ne font pas grand compte de ces gens-là*". Ora a época em que escrevia era começo do século 17, quando a principal atração dos judeus coloniaes se voltava para o nordeste brasileiro.

Uma pequena minoria de israelitas demorava em carater permanente em Pernambuco, muitos casados com cristãs velhas, outros amancebados com índias da terra (1) uns e outros menos felises que

---

(15) Dos judeus e semijudeus referidos na Visitação de Pernambuco, António Manrique era filho do cristão novo Simão Enriques e de uma mameluca, e tendo falecido Simão foi o menino António amparado pelo tio Miguel Enriques, também solteiro. O mais conhecido "marrano" da capitania dos Albuquerque o famoso João Nunes, era solteiro. Diogo de Paiva, id. Francisco Rôiz (ou Rodrigues), id. Diogo Castanho id. Francisco Mendes id. Diogo Soares id. Gomes Rodrigues Millão id. Luís Dias id. Manuel Rôiz id. Joam de Paz id. Afonso Serrão id. Gaspar do Casal id. Gaspar Rodrigues id. Jorge Fernandes id. Beatris Fernandes filha de

certos correligionários, á espera da hora de também enriquecer. Não era, ademais, privilégio seu realizarem consórcios com mulheres de religião contrária, também os cristãos velhos sofriam as consequências da falta de brancas na colônia, despozando quem podiam, e não quem queriam. Assim, Jerônimo Pardo Barros declarou, quando foi denunciar o padre Doutel, que era filho de pae biscainho e mãe cristã nova, casado com Faustina de Valadares, cristã velha, lavrador nas terras de Ambrósio Fernandes Brandão. Tomé de Gouvea "*disse ser christão velho natural da cidade de Lisboa filho de Pero Rebollo piloto da carreira da India... cazado com Branca Fernandes christã nova dos da guovernança desta capitania de Tamaracá*". Noutro passo, vimos que a meia cristã nova Maria de Paiva cazou

---

Branca Dias id. André Gomes id. Diogo Nunes irmão de João Nunes id. João Dias "o Felpudo" (tido por casado no reino mas levando vida de solteiro no Brasil). Rodrigo d'Ávila id. Pascoal de Sousa id. Pero de Moraes de Sampaio id. António Tomás id. Simão Franco id. Fernão Rodrigues da Paz id. Manuel Rõiz Villa Real id. Gonçalo Rõiz Villa Real id. Luís Dias id. Estevam Cordeiro id. Miguel Dias de Paz id. Gabriel da Costa id. Fernão Rodrigues "*mestre de insignar moços*", id. Finalmente, para não alongar esta lista, Bento Teixeira assassinara a mulhêr, e levava vida de solteiro. Citamos os mais importantes judeus mencionados na Vizitação, e desses, os que não ofereciam dúvidas quanto ao estado. O resultado da permanência, embora passageira de celibatários conversos no nordeste, foi o aparecimento de mamelucos "*de raça cristã nova*".

com Agostinho de Olanda, mas não mais falaremos agora do casal nem da sua farta decendência. Isabel de Paiva, filha de Miguel Álvares, cristão velho "*dos da governança desta terra... e de sua mulher Beatriz Mendes que tem parte de christã nova*", cazou-se com o nosso conhecido Pero Lopes Lobo, capitão, ouvidor, alcaide mor de Itamaracá, citado várias vezes no segundo volume desta obra; Duarte de Sá, fazendeiro em Jabotão, era filho de António Mahia tabelião de Barcelos, em Portugal, e da cristã nova Isabel Dias, casado com Joana Tavares, cristã velha "*dos da governança desta villa (Olanda)*" que denunciou a João Nunes, de quem recebera muitos favores; Cosmo Fernandes, juís ordinário de Igarassú, era casado com Isabel de Vale "*que dizem tem parte christã nova*"; Simão Soeiro, cristão novo senhor de engenho, cazou com Maria Álvares, irmã de Isabel, e a sua filha Guiomar cazou-se com o juís Rodrigo Franco; Dona Beatris Mendes, filha de Pedro Cardigo, cristão velho, senhor de engenho, e de Isabel Mendes cristã nova, despozou Lourenço de Sousa; Mateus de Freitas Asevedo cristão velho, alcaide mor de Pernambuco, filho de Bastião Lucena de Asevedo, procurador da cidade de Lisboa, tesoureiro das comendas, cazou-se com Maria de Herede "*a qual tem raça de christãa nova*". Fernão Soares, cristão novo, senhor de engenho, cazou-se com Da. Catarina de Albuquerque; Simão Rodrigues Tavares declarou na sua confissão que era filho de João Ro-

drigues, cristão velho da governança de Igarassú e de sua mulher Felipa Tavares, cuja mãe era cristã nova; Francisco Frazão cazou-se como vimos em segundas núpcias com Guiomar Fernandes, filha de Diogo Fernandes e Branca Dias; Maria da Fonseca *“dixe ser natural de Olinda de Penãobuco mea christão nova filha de Domingos da Fonsequa que diziam ser christão velho que foi almoxarife nesta villa e de sua molher Joana Mendes christão nova defuntos”*.

A respeito de como eram considerados na sociedade colonial o produto dessas uniões, é facil de imaginar do lado cristão, resta agora o outro, o judeu, parecendo-nos interessante correr a respeito os olhos no depoimento de Bento Teixeira. Narrou o mestre escola que, estando certa ves na Baía, em conversa com Leonor da Rosa, cristã nova, palestrando sobre uma sua sobrinha, casada com Gaspar de Almeida, cristão velho, moradores na ilha de Itamaracá, perguntou-lhe Leonor *“se... casara... (si a sobrinha tivesse casado antigamente) no tempo dos judeus, se seriam os filhos que ouvesse delle legitimos”*, respondeu-lhe Bento que sim, então Gonçalo Nunes, presente á conversa, disse que *“podia isso ser por que elle tinha ouvido já pregar que todos os filhos que os judeus fizerão em Babilonia forão lançados fora do templo”*. Prezumi Bento Teixeira, que tanto Gonçalo Nunes como Leonor da Rosa, tinham más intenções com os perguntas, *“pella difirença de*

*da nação, de ho ditto Gaspar d'Almeida ser cristão velho e ella cristãa nova*". O que prejudica algum tanto o valor do depoimento é a má reputação de Bento Teixeira, que nos impede aceitar "in totum", o que afirma acerca de uma palestra ocorrida dez anos antes, entre pessoas "*que outra nhuã cousa sabe delles de roim sospeita... mas antes lhes via fazer mostras exteriores de bons cristãos*". Em todo caso, não deixa de ser curioso o que narra, contendo uma possível parte de verdade.

Outro ponto muito discutido a respeito de judeus, e que pelo desconhecimento do assunto correu para formar lendas, é o caso dos nomes ebráicos. Preliminarmente, cumpre dizer que, afora o apelido Paz, bastante raro entre os cristãos velhos, e comum entre os novos, não existem muitos nomes denunciantes de judaísmo. O motivo primeiro e capital, é que o uso de apelidos ebráicos, era expressamente proibido pelo governo. O fáto de um individuo chamar-se Pinto, Mendes, Pereira, Oliveira, Carvalho, ou qualquer outro nome de bicho ou árvore, encobrando um Bensaude ou Bensabath indica tão somente, que ele devia por lei assinar-se com nomes portuguezes. Em outros paises, como na Alemanha em época correspondente, os israelitas foram obrigados a tomar certos nomes especiaes, sem se converterem, que ao depois, pela sua repetição quasi que somente entre judeus, tornaram-se indícios de orijem. Nos pequenos principados a mes-

ma mesquinha e tirânica administração que foi criticada por Hegel, impunha às veses torpes apelidos aos egressos do ghetto, quando não tinham dinheiro para comprar um menos enxovalhante. Conta-se a propósito, a anedota em que dois netos de Sansão indagam reciprocamente os seus novos nomes, "*Como te chamas agora? Topfvoll, e tu? Schweissfuss. Que horror! Pois ainda bem que lhes pude dar 100 thalers para juntarem um w, pois queria chamar-me Scheissfuss*".

Em Portugal não houve tão sádicas zombarias; exigia-se é verdade, o batismo obrigatório, mas com nomes e sobrenomes cristãos (15). Era desígnio dos soberanos integrar os judeus remanescentes das emigrações no povo, para destruir por completo um corpo estranho incômodo á monarquia. Obriga-los ao batismo foi facil, em se tratando de um grupo inerme e já pouco numeroso no começo do século 17, mas impor a fé era outro problema, de solução muito mais complicada, ante a imensa faculdade de resistência do ebreu. Essa compressão era recrecida com manhosas restrições, declaradas ou disfarçadas, por parte dos poderes publicos, além das tribulações trazidas pela animadversão do povo e cons-

---

(16) Os judeus opulentos adotavam os nomes de padrinhos fidalgos, alguns da mais alta nobresa. Os outros, menos aquinhoados em bens de fortuna, arranjavam-se como podiam, de onde conversos de illustre apelido ao lado de modestos a denunciar orijem plebea.

tante vigilância do Santo Officio. Pouquíssimos foram os judeus que se sujeitaram a semelhante regime durante tres longos séculos. Todos que puderam embarcaram para a Turquia, França, Olanda, Inglaterra ou para o visinho Marrocos, não vacilando em deixar Portugal, fartos das medidas de coação com que os Habsburgos lhes cerceavam a suas mais caras atividades, a mercância e traficância.

O aparecimento deles em Pernambuco não era ditado unicamente pela necessidade de fugir da inquisição; pelo menos, não encontramos muitos casos positivos nas meticolosas indagações do Santo Officio. Tanto no reino como nas colónias, o que mais empecia a existência dos conversos, eram os decretos extorsivos a que periodicamente se viam expostos. As perseguições religiosas só atingiam aos fanáticos, que se revelavam reincidentes em práticas e acima de tudo, no proselitismo ebráico, provocando as penas inquisitoriaes progressivas, que principiavam com advertências para finalizar no braseiro (17).

---

(17) Exemplos da longanimidade do Santo Officio não eram privativos da colónia. O caso de Duarte Dias Enriques (cf. Visitação de Pernambuco 405) é demonstrativo de como um israelita podia viver livremente perto dos Estaus. Portanto, só o receio do malsimado tribunal não obrigava á incômoda travessia do oceano. Outros fatores devemos procurar antes de concluirmos quais os móveis da imigração judáica para o Brasil.

## ÍNDIOS, MAMELUCOS, NEGROS E MULATOS

Na vizinhança dos mestiços de cristãos novos, estavam os outros, de toda casta, a formar no segundo plano dos povoadores um vasto estendal policrómico, alicerce da futura população nordestina. Os de orijem israelita denunciavam-se pelo nariz, pálpebras, queixo levantado ou pé chato, herdados dos avôs. A variedade somática porém, era grande apesar de terem a mesma acendência, remontando á arca de Noé. O cristão novo Pascoal de Sousa era *“mancebo trigueiro, barbipreto”*; Enrique Mendes *“Barbipreto e baixo de corpo e cicioso da lingua”*; Bento Teixeira, *“alto e grosso e de pouca barba”*; Lionis de Pina, *“alto de corpo e alvo de rosto barbilouro”*; em suma, bastante eterogêneos, como ademais os outros habitantes de Portugal. Na península tinham ficado isolados núcleos dos tempos visigóticos, pela falta de comunicações e outros motivos, ao passo que entre os proletários dos portos e cidades mercantes, notavam-se visíveis resquícios da ocupação árabe ou da escravidão africana. Misturando-se os judeus com os

naturais das povoações em que viviam, tomando deste o cabelo loiro, daquele a tês morena, de um a alta estatura de outro a adiposidade, reproduziam em pequeno o que se notava no geral do povo português.

Na região litorânea do nordeste o primitivo produto de brancos com índias nem sempre era desagracioso. Ao que parece, longe estava de parecer fbrido, como o mulato que lhe sucedeu, contando homens robustos e algumas raparigas agradáveis no meio de víragos avantajadas. Delon reparou que as mulheres *“de de sang barbare, qui pour être blanches et bien faites”*, não deixavam de, *“avoir toujours quelque chose de sauvage, que les fait distinguer des autres”*. O defeito, todavia, pouco importava, pois eram assim mesmo requestadas pelos portugueses. A propósito, Zacarias Wagener considerava que, *“Mameluca” era produto do “deshonesto contato de mulhéres brasilienses tanto com portugueses como neerlandeses”, do qual nasciam “muitos desses bastardos, entre os quaes não raro se encontram formosos e delicados tipos quer de homens quer de mulheres. Estas de ordinário, durante a semana, trazem apenas longas camisas de algodão; mas nos domingos e dias de festa, enfeitam-se mui garridamente, á moda espanhola (entenda-se portuguesa), adornando o pescoço, as orelhas e as mãos a poder de coraes e pedras falsas em profusão. Muitas das mestiças graças ao porte airoso (isto é, por terem*

semelhança com o pae português) “*pasam por donzelas espanholas*”.

Continuando a descrever os euroamericanos, diz Zacarias Wagener, “*Os homens são inclinados a toda sorte de profissões lícitas, e se deixam aproveitar com vantagem no nobre mistér das armas*”. Seriam os taes “mulastres” de que falam os franceses de La Ravardière no Maranhão, destros e valentes, factor preponderante da vitória de Guaxinduba. As mulheres “*cazam com freqüência entre os da sua casta. Na maioria entretanto, eram muito honestas e legalmente cubiçadas para esposas legítimas pelos portuguezes, ás veses ãem ricos, e também por alguns neerlandeses abrasados de paixão*”, ajuntando Zacarias, que as bonitas caboclas representavam para os nórdicos exitante novidade.

Mamelucos de illustre estirpe havia muitos na capitania antes da grande invasão batava. Sem aludir á numerosa filharada de Jerónimo de Albuquerque, temos, começando pelos de maior naipe, Felipe de Moura, que da mameluca Maria Fernandes, houve por volta de 1558, Frutuoso de Moura. Proporcionava o parentesco com o marquês de Castel Rodrigo, grande de Espanha, vice rei de Portugal, detentor da confiança da Felipe II, comprehensivel ufanía ao tabareu olindense, que se podia blazonar de sobrinho do mais influente personajem da metrópole. Podia faze-lo com mais certesa que os Lins, tidos pelos geneálogos pernambucanos por próximos do

grão duque da Toscana. Rodolfo Garcia admite como certa a irmandade de Felipe de Moura com o poderoso valido do rei, que não o impedia de pagar tributo como qualquer labrego ás fraquesas admitidas por Diogo Nunes e condenadas pelos seus companheiros (18). Pagava-o mesmo duplamente. Tinha filhos naturaes e legítimos de sangue índio. Cazara-se primeiro com uma filha de Jerónimo de Albuquerque e da Arcoverde, e em segundas núpcias com uma sobrinha da mulhér, filha de Felipe Cavalcanti. Ambos os sogros que escolhera, estavam entre os mais ricos habitantes da capitania, seguindo o fidalgo a velha praxe dos rebentos de troncos heráldicos, quando tornam a dourar com o matrimônio os quarteis empobrecidos. No caso, tinha Felipe de Moura uma atenuante — neste “steeply chase” colonial atrás de dotes, por sobre obstáculos racistas — visto ser sobrinho de Jerónimo de Albuquerque, portanto, primo das esposas.

Outro mameluco considerado de nobre orijem era Manuel de Oliveira que foi denunciado por Manuel Álvares, porque duvidara que S. Francisco estivesse no paraiso. A denúncia rezava “*dizem ser filho de Jorge de Albuquerque e de India mestiça deste Brasil filha de indio da India e de brassilla*”. A discussão que orijinara o depoimento do xará, ocorrera na residência de “*Dona Beatriz d’Albuquer-*

---

(18) cf. Rodolfo Garcia in Prefácio da Visitação de Pernambuco.

*que senhoria desta terra*", onde o denunciante era creado, na "*casa que he a torre desta villa*". Indagaram os inquisidores si o denunciado falava do corpo de S. Francisco ou da alma; si do paraizo terreal ou do ceu; a que Manuel Alvares retorquiu tratar-se simplesmente de S. Francisco e do paraizo. Além disto, não se recordava bem das palavras que ouvira porquanto acabavam de jantar, e sabemos que os pernambucanos antigos nem sempre regeitavam o vinho da mesa.

Moradores de menos categoria seguiam o exemplo dos da governança. O contador Diogo Fernandes tinha um filho mameluco, André; Gaspar Figueira outro, chamado Baltasar; Francisco de Lamas, uma filha mameluca, Isabel, bem casada com Rodrigo Anes, mestre de assúcares; Francisco Caldas tinha a mameluca Catarina, nacida por 1558, casada com Pero de Albuquerque, filho de Jerónimo de Albuquerque "*que ho ouve sendo solteiro em hũa negra do gentio deste brasil chamada ou Luiza ou mecia defuntos, de iydade de vinte e seis annos pouco mais ou menos*"; Salvador de Albuquerque confessou ser natural de Olinda, filho do mesmo Jerónimo de Albuquerque, e de Maria "*India da terra, brasilla, forra*", contando, em 1594, trinta anos mais ou menos. Pedro Alvares da Silveira teve Maria, nacida, por 1547, de índia escrava, que se cazou com Sebastião Gonçalves Pereira; Alvaro Pires de Alegrete, da governança do Igarassú, teve

dois filhos: Miguel Pires Landim, nacido em 1551, e Pedro Álvares, nacido em 1556, da índia escrava Beatrís; Afonso Bastardo "*ferreiro homem branco, q não se sabe se era christão novo se velho*", teve da sua escrava índia Beatrís, um filho chamado Pero, de quarenta e cinco anos de idade mais ou menos, em 1594, morador no cabo de Santo Agostinho; Pedro Álvares, natural de Betorinho de Piães no termo de Barcelos em Portugal, cazou-se com a enteada de Francisco Fernandes de Ayama, filha de homem branco e de mameluca; Miguel Fernandes de Távora, "*senhor de engenho de Pojuca*", teve o filho Gaspar Fernandes, por 1571, de "*Ana negra brasilla escrava de Pero Rõiz d'Abreu*"; Gonçalo Dias, teve a mameluca Maria Gonçalves, viuva de João Pinto, escrivão de Igarassú, nacida por 1558 de Joana Fernandes "*negra brasilla*"; Pedralvares Madeira, cristão novo, acusado por Maria Álvares de açoutar crucifixos, teve "*hum filho que ouve em hũa sua escrava brasilla o qual he ido pera o Reyno*"; Diogo Luís, cristão novo, teve de "*hũa negra brasilla*" a filha Grácia Luís que foi cazada com João Afonso, tesoureiro dos defuntos da Paraiba; António Barbosa teve um filho Francisco, nacido em 1553, de Ilena, índia fõrra; Diogo Lopes da Rosa, cristão novo, tabelião, teve Francisco de "*negra brasilla forra*", e se cazou com mameluca, filha de Jorge Fernandes, mulhêr de maus bofes, que o denunciou por blásfemo; Salvador da Costa teve Do-

mingos, nacido em 1566 da sua esposa mameluca Margarida Coelho; Mécia de Andrade, filha do precedente, teve, por 1570, António Manrique, filho de Simão Enrique, solteiro, cristão novo, mercador; Manuel Fernandes Leitão, cristão novo, teve Catarina, nacida em 1555, de "*Beatriz negra brasilla*", cazada com Manuel Rõiz, que foi escrivão; Francisco de Caldas teve, por 1558, de sua escrava Felipa Rõiz, a qual filha se cazou com Bartolomeu Ledo; Francisco Mendes da Coõta "*disse se meo christão novo natural de Meijão Frio (no reino) filho de António Mendes christão novo mercador e de sua amiga Beatris Francisca cristãa velha... casado com Brasia Camella mamaluca, lavrador morador na Moribara freguesia de Sam Lourenço*", e assim por deante. Citamos sem ordem cronológica ou de importância a cristãos velhos e novos, portugueses e estrangeiros, fidalgos e plebeus, ricos e pobres, a Jorje de Albuquerque e Pero Mendes, segundo as denúncias e confissões da inquisição, único roteiro de que dispomos para investigar o caldeamento primitivo e a estratificação social do nordeste quinhentista.

\* \* \*

Os índios são considerados sem importância nesses documentos, exprimindo o estado de espírito reinante entre os brancos. Uma tal Mônica "*dixe ser brasilla india deste Brasil natural do sertão desta Capitania filha de pai e mãe pagãos mas sua*

*mãe e ella denunciante sendo de ydade de quatro annos se fizerão cristãos e bautizarão nesta villa... e que se criou e sempre morou atégora e inda óra está em casa de Clara Fernandes tia do alcaide mór desta Capitania, e que posto que em casa a nomeam e tem por escrava e como tal lhe puserão ferrete nas faces comtudo ella verdadeiramente não he escrava mas he forra e livre, e assim ho era sua mãe forra e livre que por sua propria vontade a trouxe do sertão a esta villa".* Depara-se neste depoimento um dos muitos abusos que na colónia se cometiam, mesmo por parte da "tia do alcaide mór" contra os de sangue impuro. O desprezo mais absoluto aparece no geral nas referências de povoadores aos antigos donos da terra redusidos á escravidão, o que nos dá medida das dificuldades que os missionários encontravam para proteger o gentio. Ai dos índios, si sobre eles não se estendesse a misericordiosa mão da Igreja! Alguns brancos, todavia, de ânimo mais religioso e esclarecido, mostravam-se accessíveis aos ensinamentos do clero superior. Numa reunião, no engenho de Bernardo Velho, "*vierão a fallar sobre o gentio deste Brasil e ho ditto Bernardo Velho dixeu que este gentio nem qualquer outro gentio não tinha alma e logo elle denunciante lhe foi a mão dizendo lhe que toda pessoa feita á imagem e semelhança de Deus tinha alma*".

O cristão novo António Tomás era contrário aos aborígenes, assim como Francisco Luís, acordes em

que não passavam de irracionaes, mas os ímpios dizeres dos esclavagistas encontravam contestação por parte de Domingos Ferreira e Gaspar Gonçalves, num protesto que patentea os efeitos da campanha dos missionários junto dos reinos da capitania. Esforçavam-se inacinos, franciscanos e demais religiosos, por mostrar os bárbaros como vítimas do atraso em que se encontravam, e não impelidos contra os brancos pela perversidade que boçaes europeus lhes emprestavam. Por sinal, os índios reconheciam os esforços despendidos pelos protetores em seu benefício. Demonstraram-n'o quando começaram a aparecer na colónia os efeitos das perseguições do governo absoluto contra a Companhia de Jesus. Ao referirem-se aos padres que "*defendem os bens, as vidas e a liberdade dos índios*", protestava o gentio, segundo um historiador da ordem, que os mestres, "*cuidam da salvação das suas almas sem lhes exigirem estipendio algum; olham mesmo pela saude dos seus corpos. . . Em suma não eram tanto administradores e curiões sacros dos índios, quanto paes e paes amantissimos*". Ninguém conhecedor da nossa história contestará o padre Caiero quando escreveu estas linhas, nem duvidará das seguintes, "*os camaristas das aldeias queriam que todos os seus cargos lhes fossem pagos; mas aos trabalhos dos índios nenhuma paga queriam dar, e, o que era ainda peor, maltratavam-lhes os corpos com varas e rasgavam-lhes as costas com açoites, e nada*

*tinham, por mais vil que o sangue e a vida dos índios...*”.

Mestiços havia que, olvidados do seu sangue, ou por causa dele, mostravam-se ainda mais crueis para com os parentes americanos. Francisco Lopes, mameluco, casado com Isabel Fernandes, também mameluca, assegurava “*que bom fora deixar aos gentios viver como vevião e não lhes ensinar a doutrina e que era por demais insignalos*”. Taes palavras pareceram mal a Baltasar de Macedo, por o mameluco “*seer filho de christão novo*”. Infelizmente não eram só estes que assim se exprimiam; antes eram o reflexo de um modo de pensar geral. Torna-se preciso ir até as regiões submetidas a missionários para encontrar exeção, num sítio em que o selvícola deixava de ser uma besta fera para ter os mesmos direitos dos outros homens.



A confusão dos textos antigos entre o índio e negro denuncia o menospreso que a côr escura acarretava ao primeiro. Dificulta igualmente a interpretação de velhos documentos (19). Antes de 1600

---

(19) “*Voltando ao Tejo as naus traziam aquella multidão de negros — negros chamavam os portuguezes não sómente aos africanos, mas a qualquer de raça diferente, — baços de tez — etiopes, índios malaios, chins e americanos*”. J. L. d’Azevedo. *Épocas de Portugal Económico* 159.

o número dos índios á roda dos portuguezes era infinitamente maior que o das peças de Guiné, pelo que, deviam os portuguezes referirem-se quando pouco explícitos a índios. Partindo de semelhante ponto de vista, levando em conta de mais a mais a intensa catequese do gentio da terra a preocupar as missões, admitiremos como sendo de gentio brasileiro a demonstração de fé citada por João Rodrigues. Denunciou perante a mesa inquisitorial, "*que averá quatro annos pouco mais ou menos... estando hum dia pela menhaã... fazendo seu officio de mestre de açuquere no engenho da Moribara... do qual era feitor Simão Franco Christão novo*", ouviu Simão Fernandes, também converso, dizer que no dia seguinte viriam os padres da Companhia de Jesus confessar e cazar os escravos do engenho. Insurgiu-se contra a medida "*o ditto Simão Franco que não queria em sua casa essas confissões e casamentos pera os seus negros que levasse pera sua casa os padres e os agasalhasse... e... quando elle dixee estas palavras respondeo hum negro Antonio da Concepção que se elle ho avia pello gasto do comer que elle agasalharia os padres se elles quisessem pello que ho ditto Simão Franco se agastou e dando lhe com um paaõ ho negro fugio pello que ho mandou tomar e açoutar*".

A escassês de notícias de índios nos livros da Santa Inquisição, deve-se, a motivos opostos aos que inspiraram tantas denúncias contra os cristãos

novos. Indivíduos de sangue Tupí ou tapuia compunham enorme maioria, e os judeus reduzida minoria, porém pouca importância se atribuía aos aborígenes, considerados animaes de trabalho, aos quaes só acidentalmente se aludia; ao passo que os conversos viam-se envolvidos numa preocupação que abrangia desde os visitantes até o mais ínfimo carreiro, banqueiro ou purgador de assuqueres. Parece-nos desproporcionada esta insignificância do índio perante o povoador quando observamos a considerável marca que imprimiu nos usos e costumes da terra. E' também estranho o yulto do judeu na existência dos brancos, e a falta de vestígios que deixou onde por tantos anos conviveu com os demais portugueses. Seriam resultantes das suas condições, procurando izolar-se quanto possível no meio de correligionários, todos instáveis e anejos? Ou pela obrigação em que se via de obliterar em torno de si qualquer indício de judaismo? Custa-nos responder, e por analogia com os tempos presentes, admitiremos no século 16 ou 17, o mesmo que atualmente sucede nas terras em que o israelita pode desenvolver a sua atividade e comodamente ganhar a vida, duas condições suficientes para aos poucos leva-lo a se confundir com os demais habitantes de uma região.

Os índios sempre ficaram na penumbra da sociedade colonial, abaixo dos negros, cujo valor os equiparava a objéto de luxo. Representam as crónicas antigas os tupís e tapuias sob aparente ina-

daptabilidade á civilização. No entanto, pesquisas de história e etnologia do nordeste, acentuam a ação do primitivo possuidor do solo brasileiro como mestre dos ádvenas brancos, principalmente no aproveitamento da terra. A' chegada, parecia a natureza esmagadoramente inóspita aos povoadores, mas depois que a conheciam melhor, graças ás lições do índio, revelava-se cheia de carinhos de mãe extremosa. A ajuda que o gentio proporcionou aos primeiros imigrantes reinoses no início de cultivo das várzeas nordestinas; os braços que lhes deu, quando não havia outro trabalhador á sua disposição; as armas que lhes proporcionou, na conquista e defesa do litoral, e a enorme porcentagem do sangue indígena na miceginação do povo, foram decisivas e ainda perduram nos seus efeitos.

O brasileiro importador de imigrantes brancos, sucessor do português traficante de pretos, foi quem vibrou o mais profundo golpe na influência indígena. A europeização, ou reeuropeização das imensas extensões do país, processa-se contínua, e se intensifica quando na Europa estouram convulsões guerreiras. O novo continente não cessa de se beneficiar com os desastres ocorridos no antigo, culminando atualmente numa evolução que nos faz parecer tempos prehistóricos aqueles em que no Pernambuco do século 16, e mais ainda em S. Vicente, falava-se Tupí

em ves do idioma de Camões (20). E' lamentavel que a Visitação pouco trate de índios, porquanto teriamos valiosos subsídios para o estudo do segundo elemento étnico em importância da colônia, e o primeiro em número. Uma ou outra vez, por acaso, mencionam usos e costumes do gentio a influir no meio nordestino, referindo-se á língua falada pela maioria, ou algum alimento próprio do lugar.

Uma certa Domingas Fernandes, depoz que estando no alpendre de António Álvares, português, calafate, tido por cristão velho, mais "*hũa negra petiguara... perguntou o ditto Antonio Alvares a dita petiguara por outra escrava chamada Antonia... e a dita petiguara lhe respondeo que estava na igreja, então o ditto Antonio Alvares respondeo... que aquellas imagens que estavam no altar que não era Deos, as quaes pallavras o ditto... dixee pella lingoa do gentio deste Brasil que ella denunciante bem entende*". O Tupí era difundido naquele tempo na população costeira, como hoje o Guaraní entre os paraguaios. Os filhos dos portugueses, nacidos na terra, os sertanejos, missionários, os mestiços, os escravos, falavam a língua dos indigenas do litoral, que nas escolas era ensinada juntamente com o português. Além disto, podemos avaliar a extensão da

---

(20) Verificava o padre Vieira, quasi no século 18, que em S. Vicente a língua falada nas famílias brancas era a indígena. O mesmo se repetia em toda a colônia, aprendendo-se o português castiço somente na escola.

influência indígena em outros setores sociaes, ao lermos depoimentos como o de Pero Bastardo, perante a mesa do Santo Ofício, “*que veo do sertão de Raribe, pera o qual foi sendo de ydade de algũs vinte e quatro annos e nelle andou sete annos... entre os gentios vivendo conforme os costumes dos dittos gentios, tingindose como elles, e tomando e tendo muitas molheres gentias como elles costumão ter... e se chamou Aratuam que quer dizer Arara q he hum passaro grande de cores, e ajudava os dittos gentios nas suas guerras contra outros gentios e fazendo no exterior todas as obras q os gētios faziam, dizendo lhes que tambem elle era gentio e que já não queria ser christão nẽ se queria tornar para a terra dos christãos*”.

Manhosamente o Aratuam fingia-se perfeito índio, como muitos mamelucos da espécie de André Dias, Pedro Suares Parambuasa ou o Tomacauna, e até portugueses como Martim Soares, Pedro Galego, e outros que perpassam na história brasileira quinhentista sob disfarce de pseudos pagãos para melhor exercerem o tráfico de escravos. Assim procedia o Bastardo, evitando de se confessar quando apareciam sacerdotes, “*porque algũas vezes forão laa ter confessores na companhia dos que hiam fazer deçer gentios*”. Uma imprudência podia dissipar a confiança que tanto tempo e trabalho lhe custara entre os hóspedes. Pela mesma rasão “*se mostrava ao ditto gentios creer nos seus agouros e*

*nas suas feiticarias... e perguntado pello sôr vis-  
tador q creença ou ley he a da sua gentelidade, ou se  
adorão yodollos ou pagodes, Respondeo que os dittos  
gentios entre os quaes elle andou... não tem ydolos  
ou pagodes, neem ley, nẽ creença, nẽ fee, e q somen-  
te creem no que lhes dizem os seus feiticeiros, q são  
os seus pregadores, os quais lhes dizem mil despro-  
positos, entre os quais hum he que quando ha tro-  
vões, e tempestades, dizem que aquillo que quer di-  
zer q lhes manda deos que semeem e prantem".*  
No correr da permanência entre a indiada, comia  
sempre carne com o gentio, sem fazer distinção dos  
dias, "bebia suas vinhaças e tomava seus fumos",  
mas continuava cristão, "e soo com as dittas cousas  
pretendia comprazer os dittos gentios pera lhe da-  
rem algũas peças".

O estado de miséria do índio entre os brancos  
prestava-se, afora outros males, para torna-lo um  
instrumento de depravação. Cosmo Fernandes de-  
nunciou o vigário de Itamaracá, "que baptizou pou-  
cos dias avia huã criança que pario huã negra do  
mesmo vigario que dizem fora sua manceba". Bal-  
tasar da Lomba fazia peor, sendo denunciado pelo  
mameluco Francisco Barbosa porque praticava o  
pecado nefando punido pela fogueira, com um índio  
pagão de nome "Acahuy que quer dizer agoa de  
Cayu". Certa vez, aconchegara-se o denunciante  
de manso á casa de Baltasar, naquele tempo seu

visinho; ao que parece também mameluco; ouvindo a rede “*rugir e a elles ofegarem... e ouviu ditto negro huãs pallavras na lingua que querião dizer queres mais, como cousa que acabavão de fazer o peccado...*”.

\* \* \*

As denúncias e confissões perante o Santo Officio formavam caudal de misérias, umas trágicas outras cómicas, que haviam de indignar quando não divertiam os circunspétos mesários, sob a presidência de Heitor Furtado de Mendonça. Maior sobresalto, pela sinificação, devia ser para eles ouvir casos de heresia entre os naturaes da terra, a demonstrar em muitos a falibilidade da catequese. Francisco “*negro brasil escravo de Manuel Nunes escrivão da camara do bispo*”, indo pescar com outro escravo, igualmente pescador, vira-o açoitado uma cruz de pau levantada no caminho da casa ao porto. Um outro índio, também chamado Francisco e também pescador, vira em outro lugar e nove anos antes, certo Francisco (que nada tinha de comum com os precedentes além de índio e pescador) que ao entrar na jangada “*disse... jesus... então o outro Francisco*” (21), escravo de Jordão Afonso, ouviu o

---

(21) A repetição de nomes viria de estar a principal aldeia para catequese das redondezas sob a invocação de S. Francisco.

companheiro dar “*por baixo hum traque, dizendo, isto com Jesus...*”.

Havia uma grande diferença entre o ânimo dos índios que viviam em meios patriarcaes de bons cristãos, ou sob a êgide de missionários, e os escravos de senhores gananciosos, que os tratavam impiedosamente. Blasfêmias revelavam os maus tratos, e péssimo exemplo de senhores indignos. No entanto, a marcha inexoravel do tempo, integrava aos poucos o aborígene na comunidade euro-afro-americana do litoral.

Um dos indícios do movimento assimilador é visível na prática gentílica, denunciada no Santo Ofício, mistura de catolicismo e crenças pagãs, em que ainda não se nota interferência negra. Escrevia, em 1563, o padre Leonardo do Vale, ter presenciado entre o gentio que visitou na Baía “*uma notavel cegueira... a que chamam Santidade*”. O fenómeno não era peculiar áquella região, mas se estendia por toda a costa, tendo sido mencionado muito distante dali, numa carta do padre Manuel da Nóbrega, em que descrevia como em certa época do ano chegavam ás tabas feiticeiros, recebidos com grande alarde, que por meio de simulações de voses misteriosas, anunciavam fartas colheitas obtidas sem esforço, “*as enxadas irão a cavar, e as frechas irão ao mato por caça para o seu senhor*”. Além disso, seriam bem sucedidos os da tribo contra os seus adversários, matando, aprizionando, comendo mui-

tos deles, e quanto ás mulheres, as velhas se tornariam moças, e as raparigas encontrariam robustos companheiros. As promessas davam em resultado cenas de isterismo coletivo, começando as mulheres a tremer como si estivessem endemoinhadas *“e nisto lhes persuade o feiticeiro que então lhes entra a santidade”*.

O padre Leonardo Vale explicava a origem do nome da abusão pelo fáto de crerem os índios decer um feiticeiro desconhecido, santo ou profeta, do ceu, *“e tudo redundava em carnalidades e vícios diabólicos, o qual communmente pagam com fomes e mortandades”*. E não era para menos, com o abandono das culturas e outros meios de subsistência á espera do milagre. Havia também o costume curioso, segundo narra Manoel da Nóbrega, de antes da chegada dos pagés (supostos instrumentos do espírito misterioso) irem as mulheres aos pares de choça em choça, acuzando-se das faltas que tinham praticado contra os maridos, e pedindo perdão umas ás outras. Não nos diz o veneravel informante, de que gênero eram os delitos cometidos, si desavenças triviaes entre casados (mesmo na vida gentílica) ou de má fé conjugal. Conta apenas como os feiticeiros enfiavam-se numa palhoça escura, de onde faziam as suas prédicas disfarçando a voz através de cabças.

Faltam-nos dados sobre a teogonia do indígena, nem isto é facil de se obter, dada a quantidade e di-

versidade de tribus que vagaram em todas as direções e em todas as capitanias. E' muito custoso qualquer incursão neste campo ingrato. Algumas práticas gentílicas, chegaram-nos através documentos religiosos, em que um fazendeiro da Baía, português cristão velho, de nobre estirpe na assonância do nome e na informação de coevos, mal aconselhado pela ambição, permitiu que houvesse Santidade nas suas terras do Jaguaribe. Ali, entre os índios appareceu "*huma seita . . . em que havia huma gentia a que chamavão Sancta Maria e tinhão idolo e crus de páo a que adoravão, e tinhão entre si seus sacerdotes e são cristão na sua casa da idollatria a que chamavão igreja, fazendo resas em que contrafaziam o medo da administração de culto divino asi per contas, como per libros que elles lá tinhão do seu modo*" (22).

Diogo Dias denunciou mais, que por voltas de 1583 "*se alevantou huma soma de gentios deste Brasil já cristãos que das aldeas e das casas de seus senhores fugiam pera laa*". Tinham igreja, altar com castiçaes, livros de "*folhas de taboas de pau com certas letras escritas per que elles a seu modo liam*", pia onde se batizavam com água benta e issope, uzando uma linguagem que tambem só os da seita entendiam, apregoando ainda que haviam de se tornar senhores dos brancos, adorando uma "*figura*

---

(22) cf. Visitação na Bahia.

*como de gentio em pé com cabelo feito ao modo de gentio e a elle chamavão que era o seu Deus e lhe faziam cerimoniaes”. O manhoso Ataide mandara um mameluco de nome Domingos Fernandes, por alcunha Tomacauna, que fosse ao sertão, onde tinha começado o delírio dos fanáticos, e os atraísse á sua fazenda, “o dito Domingos Fernandes Thomacauna andou na companhia da dita abusão e ydollatria, entre ella alguns oito ou nove meses no sertão onde pella lingua do gentio chamão, reiguasu, que quer dizer frio grande”. O rumor dos acontecimentos entre a indiada inquietou os poderes públicos, que mandaram o capitão mameluco Álvaro Rodrigues e uma companhia no encalço do Tomacauna. Mas este lhes fugiu, “e se meteo pello sertão dentro mais de cinquenta legoas levado sempre consigo os dictos indios da dita ydolatria e depois de assim fugido ficou huma manga dos ditos indios... os quais elles prenderão e o dito capitão Alvaro Roiz mandou matar os principais delles”.*

Vida tempestuosa levava este Tomacauna, cuja confissão é dos mais interessantes documentos da primeira visitação do Santo Offício no Brasil. Nacera em Pernambuco, em 1546, segundo declarou á mesa em 1592, filho de um português cristão velho e uma índia, cazado com “*Isabel Beliaga molher branca cristãa velha... e não tem officio*”. Efetivamente não o teria manual, porque a sua verdadeira profissão era “lingoa” conhecido dos índios,

intermediário entre eles e portugueses do jaês de Fernão de Ataíde, tipo de sacripanta mestiço, ora pendendo do lado dos brancos, ora gentilizado nas matas e sertões com os parentes maternos. Aos vinte anos estivera na bandeira de António Dias Adorno *“a conquista do ouro e no ditto sertão (de Porto Seguro) . . . usou dos usos e costumes dos gentios tingindo se pellas pernas com hũa tinta chamada urucu, e outra genipapo e empenando-se com pedras dentro e tangendo seus atabaques e instrumentos balhando com elles cantando suas cantigas gentilicas pella lingoa gentilica que elle bem sabe e que estas cousas fez por dar a entender aos gentios do ditto sertão que elle era valente e não os temia por andarem sempre em guerra”*.

Portou-se, provavelmente, com destemor, pois quatro anos depois, decia ao *“sertão do Arabo”*, por ordem de João de Brito de Almeida (para obrigar o gentio a rezidir aldeado onde os portugueses queriam), na ausência de seu pae o governador Luís de Brito de Almeida, que partirá em campanha na Paraíba. Aí, além dos atos já mencionados, *“se riscou pellas coxas, nalgas e braços, ao modo gentilico, o qual riscado se faz rasgando com hum dente de hum bicho, chamado paca, e depois de rasgar a carne levemente pello coiro esfregam por cima com huns pós pretos, e depois de sarado ficam os lavores pretos impresos. . . onde os poem como ferretes pera sempre”*. Ajuntou também pecados de outra

ordem. Em Pernambuco abuzara de duas indias-nhas suas afilhadas, "*parecendo lhe que tanto peccado era dormir com ellas sendo suas afilhadas como se o não forão*". Nas expedições seguintes, tornado homem de confiança do governador Luís de Brito Almeida, quando este voltara da Paraíba, tomou parte em novas bandeiras no sertão "*de Arabo e de Ilheos*", para "*fazer decer gentios pera o povoado*". Na sua permanência nas tabas recebeu sucessivamente duas, tres, sete, quatro e seis raparigas por mulheres, oferecidas pelos índios admiradores da sua valentia. Afim de manter a proveitosa reputação, mandou riscar-se todo, significando cada risco a morte de um adversário, "*por que vendo isso os gentios lhe fugirão*", ao invés de o atacarem como tinham feito a outros estranhos, "*e então se riscou... pella ditta maneira Francisco Affonso Capara morador em Pirajoja termo desta cidade*", aproveitando o exemplo.

Um outro português, Joam de Remirão, senhor de engenho em Tasuapina, seguiu igualmente o Tomacauna num levante de índios, e "*se fingirão serem feiticeiros da maneira que os gentios costumão ser dizendo que lhes aviam de lançar a morte pera todos morrerem e fazendo alguãs emvenções e fingimentos pera que elles assim o cuidassem*"... Recorriam ambos despudoradamente á facil ilusão do selvagem, explorando-o por meio de mágicas rudimentares como antes e depois dêles, costumavam fazer bran-

cos, mestiços e pagés índios, assim que se lhes deparava oportunidade de explorar alguma tribu.

Sem remorsos continuava Tomacauna a tirar partido da situação, aceitando raparigas do gentio para seu uso, e abuso, iludindo os paes e atendendo lavradores reinos necessitados de braços. O gentio "*lhe chamavão sobrinho*", de que se desculpava o mameluco ante o Santo Ofício "*estas cousas fazia tendo em seu coração a fee de Christo pera os gentios lhe darem bom tratamento*". Todavia, a sinceridade das palavras podia parecer suspeita pelo resto da confissão. Dificilmente desculpavel era o ato de temeridade, ou cumplicidade, que praticou quando "*averá vinte annos, no sertão de Pernãobuco, no Rio de Sam Francisco deu huã espada e rodellas e adagas e fauças grandes da Alemanha e outras armas aos gentios que são inimigos dos christãos, e os matam e guerream*". Imprudência que não impedia dele ser utilizado por indivíduos, que se aproveitavam da abusão, pouco se incomodando com as consequências.

Terminou o fazendeiro principal responsavel, surpreendido pelas providências de Manuel Teles Barreto, que pretendia suprimir a desordem cauzada pelos perigosos manejos. Solicitou então Fernão Cabral de Ataide, alguns dias, afim de que não viesse a sofrer represálias do gentio, assim como o Tomacauna, e os homens brancos seus companheiros, percorrendo naquele momento as tabas no interior.

Exgotado o praso, reprimida pelas autoridades a abusão, teve o mameluco de se justificar perante a mesa inquisitorial. O seu depoimento é uma curiosa descrição do “*principal dos ostentadores daquella erronia ao qual chamavão Papa... vestido com huns calções de raxa preta e hũa roupeta verde e hum barrete vermelho na cabeça trazendo consigo muitos dos seus secazes, em fileiras e tres em ordem e as femeas e crianças todas detrás com as mãos levantadas e o dicto chamado Papa que vinha na dianteira e os mais que o seguiam em fileiras vinhão fazendo meneos e movimentos com os peis e mãos e pescoço e falando certa lingoagem nova que tudo era invenção e cerimonia daquela chamada sanctidade e elle confessante adorou ao ditto chamado Papa, e se ajoelhou diante delle dizendo estas palavras, adoro te bode por que ás de ser odre e llogó elle confessante fez tambem o pranto ao dicto chamado Papa, segundo o costume gentilico e saltou e festejou com elle ao seu modo gentilico e bebeo o fumo com elle ao qual fumo os seguidores da dicta abusão chamavão sagrado e tangeo e cantou com seos instrumentos e suas cantigas, em suas lingoagens e consentio que adorassem a elle confessante e lhe chamassem filho de Deus e lhe chamassem tambem Sam Luis”.*

O dito chamado Papa disse-lhe que o seu nome era António, e “*fora dos padres da companhia de Jesu de Tinhare capitania de Ilheos*”. Com apurada

diplomacia, Tomacauna, fazendo-se de crente do rito pre-macumbeiro (antes da chegada de negros com a superstição dos quaes a abusão tinha uma vaga parecença), conseguiu chama-lo para a fazenda de Fernão Cabral de Ataide. Dispensara-lhe afagos, armas, roupetas e barretes, e protestos de fidelidade, até prende-lo na ratoeira. Fôra auxiliado, na pouco católica empresa, por Cristovam da Rocha, que dera certa vez ao gentio inimigo dos brancos, "*hum estromento de guerra bandeira de seda tambor, cavallo, egoa, espingarda, espada e assim se dizia que dera huã botija de polvora e o vio tisnado pello pescoço con tinta de genipapo ao costume gentilico e lhe vio ter cinco ou seis mulheres ao modo gentilico*". Outros igualmente acompanhavam a traça insidiosa, homens brancos como Fernão Sanches Carrilho, e mamelucos que adotavam costumes índios, mas acabavam atraídos pela civilização europea. Concluiu o Tomacauna perante o Santo Offício com as palavras de praxe, "*e por não dizer mais foi-lhe mandado ter segredo e assim o prometeo e do costume dixee que tem odio a Cristovão da Rocha*".

\* \* \*

Os últimos a chegar á capitania foram os negros. De todo o período que tratámos, somente no fim do século 16 que o elemento africano começou a influir na existência das zonas assucareiras,

aparecendo algumas notícias a seu respeito na Visitação. Agostinho de Seixas denunciou, em 1593, que Diogo Soares, irmão de Fernão Soares, cristão novo senhor do engenho Novo (de quem diziam que a sua mãe fôra ao cadafalso), chamara "*hum moleque*", ou seja um negrinho, e lhe disse que se benzesse. Devia estar industriado o rapás na brincadeira porque "*pondo a mão na testa dixee, boi, e ponde a mão no peito dixee, corda, e pondo a mão no ombro dereito dixee, cavallo, então fazendo reverencia com a cabeça dixee, Amem Jesus, e acabando o ditto negrinho de dizer isto, os dittos Fernão Soares e Diogo Soares seu irmão se rirão*".

Conjuntamente com escravos, mas por outras vias, apareciam, ás veses, indivíduos de côr no litoral nordestino. Era muito explicavel essa imigração pelos comboios marítimos que punham as feitorias portuguezas em comunicação entre si (23). Francisco Barbosa da Silva, natural da ilha de S. Miguel, denunciou por bigamia a Maria Fernandes, mulata, que viera encontrar casada em Pernambuco, embora seu marido continuasse vivo na mesma ilha. Joana Afonso declarou ser crioula de S. Tomé, fôrra, preta, degredada para o Brasil, porque o seu marido, um mulato alfaiate dessa ilha, a acuzara de adultério. Comparecera perante á mesa para denunciar

---

(23) v. I vol. desta obra capítulo da "Navegação Portuguesa".

a Salvador Romeiro, alegando que era tido na ilha por cristão novo, tendo casado com Ana Fernandes, filha de outra negra crioula da terra e de um mulato. Seu comportamento era péssimo em S. Tomé, correndo risco certa vez, quando alí apareceu "*Foam Salema por justiça maior... se prenderão muitos homens por somittigos e muitos forão queimados por isso e outros degradados*". No rol estava Salvador, também apontado como sacrílego, e que tempos depois apareceu em Pernambuco, com uma branca. Domingas Lopes, filha de homem pardo e de mulher branca, natural de Ponte de Loures, termo de Lisboa, casada com homem pardo, denunciou António Luís, também pardo, sapateiro, que na ilha de Santiago da Ribeira Grande do Cabo Verde despozara uma enteada de Domingas, filha do seu marido e de uma preta, por haver na capitania do Espírito Santo, no Brasil, contraído novo casamento com uma negra, (ou índia), continuando viva a primeira mulher. Interrogado pela mesa censora, sobre a bigamia, respondeu o delinqüente "*que se cazara com elle por se ver em trabalhos e necessidades*". Seria um caso de caça-dotes sedusido pelos haveres da crioula enriquecida *par le trafic de ses charmes?* Nada podemos dizer, apenas é conhecida a perzistência da sogra por afinidade em atormenta-lo, perguntando indiscretamente como se esquecera da esposa legítima, "*moça valente e fermosa no Cabo Verde... então elle olhando pera hum cajoeiro grande que tinha no*

*seu quintal lhe respondeo chorando, que quando se fôra receber com a ditta negra Anna Mendes (a segunda mulhér), lhe parecia que levava sobre si hum peso tão grande como o daquele cajoeiro, e dixee mais ella testemunha que o ditto Antonio Luis está doente no cural de Balthasar Leitão, o qual he hum mulato pequeno de corpo e desbarbado”.*

O afro-indú “Antônio da Concepção disse ser crioulo, nascido na cidade do Porto, filho de indio e de negra de Guiné, escravo dos herdeiros de Bento Dias de Santiago”. Aqui temos pela primeira ves o adjetivo crioulo aplicado a negro, ou melhor, á mistura do mais baixo nivel da população do império lusitano, adjetivo circunscrito a esta espécie de “crias” nascidas no ergástulo. Continuando no exame, temos Micia Vaz que “disse ser crioula de S. Tomé”. Domingas Fernandes, quando denunciou António Álvares, “dixee ser crioula do Cabo Verde filha de Fernão Gil e de sua molher Gracia Guia pretos já defuntos escravos de Gil Leitão”, cazada com Manuel Martins, “homem branco oleiro dAveiro marido della denunciante”. Semelhantes casamentos com mulheres de côr, registavam-se muitas veses sem interesse material, como o que se atribuiu a António Luís. O homem portuguez, até hoje extremamente rústico, não sentia a mesma repugnância que outros indivíduos brancos têm em perpetuar união com mulheres julgadas inferiores. O espírito católico também intervinha, condenando os aman-

cebados, obrigando-os a se purificarem pelo consórcio, embora obscurecendo a decendência. Procediam os eclesiásticos de outrora como em nossos dias com os casaes burgueses, forçando-os a ter muitos filhos pelo horror a práticas não concepcionistas. Esse desprezo por interesses materiaes era incompreensível aos protestantes do século 17, amparados no momento oportuno, pelas exumações a que procediam da teoria da predestinação, que nas colónias só atendia aos brancos e ignorava o resto.

Mas, proseguindo na enumeração dos mestiços de Pernambuco, verifica-se que António Dias era "*mulato forro... filho de outro mulato que foi escravo de Cibaldo Lins*". Rodrigo Sequeira denunciou "*hũ mulato homem forro já velho... que se chama Leam...*". Ana de Seixas "*mamaluca e molher parda*", disse ser filha de "*homẽ pardo e de lianor negra brasilla*", quando denunciou seu marido Manuel Franco, "*trabalhador homẽ branco*", porque, tomando-se de vinho, não uzava do matrimônio como devia. Lourenço Rodrigues, natural de Pernambuco, era filho de homem pardo da ilha da Madeira e de sua "*molhêr Violante negra brasilla*". No seu comparecimento á mesa, denunciou que, tendo sido castigado por não ter comparecido á vigia, quando corsários ingleses assolavam o litoral, encontrara na cadeia a um mulato Joseph, preso por queixa do seu senhor o cristão novo Fernão Soares. Este mestiço blasfemava a ponto escandalizar os

circunstantes, na maior parte habituaes pensionistas da casa, inclusive Lourenço Rõiz, homem pardo, alfaite. Bárbara Fernandes confessou que era filha de pedreiro branco e de negra da Guiné. Boaventura Dias disse ser também filho de homem branco, cristão velho, e de negra da Guiné, e que fôra casado com Beatrís Mendes, cristã nova por seu pae Simão Soeiro, senhor de engenho em Goiana. João Fernandes afirmou á inquisição pernambucana ser filho de João Benete francês, e da sua mulhér Catarina Fernandes, mameluca, nacido na Baía de Todos os Santos, culpado de perpetrar o “nefando” entre outros com o mulato Diogo, escravo do engenho de Fernão Soares, que dele poderia queixar-se com Ana de Seixas do marido.

A mixórdia da plebe na capitania dos Albuquerque Coelhos, dava antevisão do que seria a massa proletaria nordestina nos séculos seguintes. Vamos continuar com os vários mestiços que tinham vindo de fora, de outras partes da monarchia, e que no Brasil procuravam unir-se á classe semelhante á sua. João Alvares “*dixé ser natural da cidade dElvas, filho de Joam Rõiz, homem branco ourives e de hũa negra escrava*”, por sua vez, escravo de Isabel Caldeira. Este e outros eram produto das crias que vinham do reino ou das ilhas, na esteira das famílias de povoadores, que os donatários nordestinos chamavam para as suas proprie-

dades. Podemos aventar, que muitos outros citados nos registos do Santo Officio sem menção de origem, seriam estranhos a Pernambuco. Deste gênero, Francisco "*mulato ou mestiço (sic), filho ou enteado de André Gonçalves indio da India*" surge nos papeis inquisitoriais não longe de Maria Gomes "*viuva mulata*". Felícia Tourinha figurava logo adiante nos produtos de "*coito danado*" por ser "*mulata filha de hum clerigo chamado Joam Tourinho que ha houve de huã negra forra*". Brísida Lopes também era mulata e "*vendideira*" de profissão. Lopo Rõiz de Noronha, que reunia o vulgar sobrenome Rodrigues a um illustre apelido (sem por isso ser obrigatoriamente primo dos donatários de Fernão de Noronha) era "*homem pardo sacerdote, que ora he ido ao sertão do Salitre*", a demonstrar uma tendência muito comum entre os mestiços, que pela intelligência ou esforço, ou condição dos paes, chegavam a uma condição melhor. Os que permaneciam ao nivel das senzalas confundiam-se com os seus occupantes, pelas uniões que faziam com escravas. Mas os que nutriam maiores ambições ou possibilidades, viam no sacerdócio um meio de existência superior, onde não raro procediam com mais dignidade que os clérigos do reino, evitando os pecados da carne, e a filharada que desmoralizava tantos pastores de rebanhos coloniaes. Angela Antônia pertencia a categoria umilde, "*natural de Braga filha de Domingos Pires homem branco e de Mar-*

*tha Gomes molher parda*". Manoel de Leão era nascido em Alcácer do Sal, filho de Francisco Gil "*homem branco, e de sua molher Isabel Leoa molher parda*". Madalena de Calvos, era natural da cidade do Porto, filha de "*homem pardo tratante do mar*" e de sua mulher branca Maria Diaz, caso já mais raro, porquanto a mulhêr portuguesa diferenciava-se do homem da mesma nacionalidade, demonstrando uma aversão por indivíduos de côr muito mais pronunciada que francesas ou alemãs, por exemplo, fáto que pudemos modernamente prezenciar nos países sul americanos também em relação ás italianas, mais infensas a "*coloured men*" do que o elemento feminino das raças do norte.

Em meio dos mulatos vindos de Portugal ou das ilhas, avultam os nomes de João Fernandes Vieira, eroe das guerras contra os olandeses, e do padre António Vieira, expoente das letras lusitanas. Juntamente com estes começavam a aparecer frutos da miceginação concebida no território colonial. Refere Isabel Antunes, na sua denúncia contra Ana Jâcome, "*feiticeira*", que estava na cama de resguardo de um parto, tendo a seu lado a sua filha ainda pagã e do outro uma escrava mulata de tres anos, quando lhe apareceu "*hũa molher torta de hu olho*". Sem que nada lhe tivesse perguntado, a intrusa entrou a lhe recomendar como se evitavam bruxas, e "*como lhe fallava com a mesma mulatinha, vos afilhada vivestes e a minha filha morreo, e acabando estas*

*palavras cospio tres vezes... por cima da ditta mulatinha de que depois disso alguns dias estiverão doentes”, morrendo-lhe a filha, “tendo em cada canto da boca hua nodoa negra com signal de dentada e assim mais nas verilhas”.*

A denúncia de uma pobre criatura, transtornada em seu juízo pela perda da filha, contra outra nas mesmas condições, registava-se ao surgir o mulato brasileiro rodeado das circunstâncias peculiares que o acompanharam no período colonial. Já antes devia ter havido alguns no nordeste, porquanto escravos da mais variada origem, acompanhavam os lusos por onde passavam. Nos papéis do Santo Ofício encontramos até referências a “*Índios da Índia*”, tanto na metrópole como nas capitânias. As dificuldades que durante grande parte do século 16 impediram os senhores de engenho de importarem negros, vedavam o aparecimento de muitos mestiços dessa espécie em Pernambuco e redondezas. O monopólio do tráfico negreiro prejudicava as remessas de cativos para o Brasil, por causa da velha clientela das Antilhas, onde os negros pagavam o dobro de imposto ao rei de Portugal — 6\$ “per capita” em vez de 3\$ — dos remetidos para as possessões lusitanas. O visconde de Paiva Manso reproduz na sua coletânea de documentos, um cálculo de Domingos Abreu e Brito sobre o prejuízo sofrido pelo fisco, na época da primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil. D. João III e D. Catarina,

sua sucessora, foram os soberanos que outorgaram ás capitânicas licenças de importar alguns escravos africanos, concedendo o primeiro direito a Duarte Coelho, de mandar vir 24 peças por ano, e a segunda estendendo a mercê aos senhores de engenho, com a faculdade de importar até 120 peças, mediante o pagamento de taxa redusida. Havia também alguns clérigos que podiam dispor de uns poucos de negros, á guisa de ajuda de custo na América. Em suma, o preto, sendo caro, representava o mesmo que o as-sucar, e servia de pagamento em espécie melhor do que si fôra moeda sonante.

O surto da lavoura assucareira saiu por fim vencedor de todas as peias quando o governo portugûes se convenceu da primasia dos engenhos nos elementos económicos que sustentavam as finan-ças, as quaes sem o braço negro não podiam existir. Espalhando-se pelo litoral brasílico os africanos (embora o número das mulheres pretas fosse muito menor nas remessas), em pouco fatalmente apareciam mulatos. No ambiente colonial, seguinte ao primeiro século de ocupação portuguesa, o mestiço do negro preenchia o espaço que medeava entre o senhor e o escravo. A situação da nova casta mostrava-se bem diversa da representada por índios, negros e mamelucos, a inspirar talvês antes de D. Francisco Manuel de Melo, o conhecido prolóquio sobre as condições dos habitantes do Brasil. Efetivamente, o mestiço

euro-africano, encontrava um terreno privilegiado nos engenhos e vilas do litoral para expandir os seus defeitos e qualidades. Acima dos negros pelo esmaecimento da côr, escapava á uniformidade do destino que encadêara ao tronco da escravidão os seus parentes maternos. Nacido no lugar, não conhecia outra vida senão a que decorria no orisonte brasílico, vivendo satisfeito em sua terra quando mais não fosse por não padecer a nostalgia dos imigrados. O precedente, visto em Portugal, do mulato exercer atividade no clero e nas repartições seculares, permitia-lhe igualmente aspirar melhoria de sorte nas colónias, numa esfera muito acima da reservada aos homens de côr, graças á escassês de elementos brancos. A diminuta população da metrópole não podia suprir os claros que o tempo e as calamidades abriam no funcionalismo civil, eclesiástico e militar nas povoações ultramarinas. Restava o lado moral, em que aparecia o mulato como imagem viva do pecado, pela jaça da orijem por ele arvorada á luz meridiana como o emblema dos judeus nas judiarias europeas. O desprezo que sobre ele estilavam os outros elementos coloniaes, sentimento partilhado até pelo negro, era constantemente revivecido pelos preconceitos dos brancos, e anátema dos padres virtuosos. E' verdade que a grande maioria dos mulatos vivia como escravos, logrando a faculdade de resistência do proletário ás agruras da miséria moral e física pelo calejamento da vida. A maior tortura de uma criatura

é a imajem do passadio melhor que já teve, e que não a deixa mais até morrer. Diversa é a sensação dos que sempre viveram nas mesmas condições e têm por consolo a visinhança de uma casta ainda mais lamentavel que a sua, adq̄uiringo mentalidade algum tanto parecida á do sub-official militar, capatás ou contramestre dé officina, sargenteando um rebanho humano sobre o qual ensaia o gosto do mando que supõe existir nos que lhe dão ordens.

Acrecia, no caso do mulato, que a passajem da senzala a officios mecânicos especializados, ou camadas sociaes mais elevadas, não era proveniente apenas de motivos sexuaes — como a proteçãõ possivel de paes adulterinos — mas ao mérito próprio. Muitos desses mestiços dispunham de engenho extremamente vivo, e, por conseguinte, de notáveis meios assimiladores, ajudados pela emotividade em que alguns sociólogos vislumbraram consequências da ibridaçãõ. O mulato instruido era dilacerado por complexos fáceis de se compreender, de que se originavam assomos bastante contraditórios, ora revoltado, ora sedento de compensações sociaes, sempre suspeito dos sentimentos da classe superior em que se esfregava, e loucamente aderente aos brancos que a sua sensibilidade impunha como modelo. Dos filhos da senzala, alguns seguiam carreira a poder de espertesas mostrando-se geitosos, ardilosos, libidinosos, dispostos a tudo, tirando partido de todos, capases das maiores vilesas. Outros havia que

eram ao contrário, vesânicos da honorabilidade, altivos e ríspidos, exagerando o seu pundonor, dignos do acatamento das populações onde representavam a execução da mestiçagem.

Os forasteiros encontravam, a partir do século 17, indivíduos de matizes indo do pardo, ou aço, ao “disfarçado”, às veses atraentes pela requintada polidês, outros pela espontaneidade e graça do seu espírito, procurando impressionar pelo talento, ou simulação do mesmo, quando se lhes deparava oportunidade. Revelavam no modo como procediam, no apuro do traje ou das suas atitudes, alguns quasi efeminados, cortesês e amáveis “*como um francês*”, a iperemotividade da ibridação. Percebiam, também, depois de desembarcados os visitantes, o “cabra” dos bastidores, atrevido, provocador, atleta de simiesca agilidade, em que o desequilíbrio da miceginação se manifestava, não mais gentil e sedutor como no precedente, mas perverso e atrevido, com freqüentes manifestações de sadismo. Depois deles, entrevia ainda o estrangeiro observador a mulata dengosa, a recender chamegos, que suplantava segundo propalava-se, a todas outras mulheres na libertinagem colonial. Escrevia Antonil: “*melhores ainda são para qualquer officio os mulatos; porém muitos delles, usando mal dos favores dos senhores, são soberbos, e viciosos, e prezão-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo. E comtudo elles, e ellas da mesma côr, ordinariamente levão no Bra-*

*zila a melhor sorte; porque com aquella parte de sangue de Brancos, que tem nas veias, e talvez dos seus mesmos senhores, os enfeitão de tal maneira, que alguns tudo lhes soffrem, tudo lhes perdoão; e parece, que se não atrevem a reprehendê-los, antes todos os mimos são seus. E não lhe facil decidir, se nesta parte são mais remissos os senhores, ou as senhoras; pois não falta entre elles, e ellas, quem se deixe governar por mulatos, que não são os melhores; para que se verifique o proverbio, que diz: Que o Brazil he Inferno dos Negros, Purgatorio dos Brancos, e Paraizo dos Mulatos, e das Mulatas —; salvo quando por alguma desconfiança, ou ciume, o amor se muda em odio, e sahe armado de todo o genero de crueldade, e rigor. Bom he valer-se de suas habilidades, quando quizerem uzar bem dellas, como assim o fazem alguns; porém não se lhes hade dar tanto a mão, que peguem no braço, e de escravos se fação senhores. Forrar mulatas desinquieta he perdição manifesta; porque o dinheiro, que dão para se livrarem, raras vezes sahem de outras minas, que dos seus mesmos corpos, com repetidos peccados; e depois de forras continuão a ser ruina de muitos”.*

Não se deve concluir, pela indignação do jesuita, que a colónia estivesse sob o domínio dos mestiços. O lar continuava sob a regência, por veses, tirânica da sinhá dona, e as ordens que desencadeavam no engenho o latégo sobre mamelucos, pretos e mulatos, partiam do senhor. Mas é inegavel que a colabora-

ção do mestiço, ampliava-se á medida que o desenvolvimento da colônia exigia maior e mais variados serviços, tornados prementes pela falta da imigração portuguesa. Não havia outro remédio para o senhor da terra sinão aproveitar o fruto do pecado na ausência de outro elemento em condições de auxiliá-lo na administração do fêudo.

O alemão Zacarias Wagener confessou que os neerlandeses, não escapavam ao mal, tendo de seguir os predecessores quanto aos "*individuos gerados do coito de mouros com portugueses (24) ... condenados á... pesado cativoiro... a alguns porém, por interesse ou amor dos seus lacivos paes, era concedida alforria, que succede da seguinte maneira: quando um português ou neerlandês tem relações carnaes com a escrava de um visinho ou amigo, o fruto é muito bem recebido pelo senhor da moura, satisfeito por ter um novo escravo mulato, que guarda a mãe e o filho, e manda cria-lo e trata-lo um pouco melhor do que os turços aos cristãos. Si, porem, o pae se compadece da miséria e da desgraçada condição do seu próprio filho, tem de comprá-lo por bom dinheiro, e assim passa a creança do cati-*

---

(24) Os outros povos da Europa, menos conhecedores que os lusos das raças africanas, confundiam mouros com negros: Shakespeare escrevia o *Mouro de Venesa*; Carli da Piacenza *Il Moro Transportato*; Hans Staden se refere a escravos "mouros" em Igarassú quando socorreu o arraial assediado; etc..

*veiro para a liberdade. Depois de crecidos muitos dão bons serviços na milícia, manejando com destresa todas as armas, com especialidade as espingardas, caçando diariamente pássaros e outros animaes silvestres, embora, sob pretexto de passarinhar, costumam colocar-se, á espreita de transeuntes para assalta-los o que é bastante sabido e manifesto tanto entre os portuguezes como quanto dos nossos, e por isso brasilienses, tapuios, mulatos e mamelucos, vivem quasi todos entre si a exemplo de impuras bestas lascivas”.*

Continua Zacarias Wagener a condenar os mestiços em nome da moral, mas acaba por incluir os olandeses na mesma objurgatória protestante, “*até que Deus Omnipotente dê fim a elles como também a nós e a todos aquelles que tão facil olvidam as suas paternaes admoestações*”. A relação é bastante confusa não sabemos qual a diferença entre mulatos e outros mestiços, já que ele os coloca todos no mesmo plano. O desprezo que reinava na colónia em relação aos mestiços de negro talvêz concorresse para tornar, de fáto, uma grande exeção o aparecimento de semi pretos em outras castas sociaes acima da escravatura. Ficavam no caso, as mulatas abaixo das mamelucas, que freqüentemente se cazavam com lusos e batavos; com um Bezerra Felpa de Barbuda, ou um Wanderley. Isto nos leva a crer que a passagem de um mulato de uma classe para outra, seria de qualquer forma, um atestado de grande ca-

pacidade. Os que permaneciam no proletariado mostravam-se mais buliçosos que os de sangue genio, a imitar os defeitos de brancos e pretos. A caboclada manifestava como o índio, tendência para a apatia que degenerava em aculturação, a não ser que continuasse a se misturar com os brancos, adquirindo daí o espírito empreendedor, a capacidade de trabalho e a ambição que constitue o apanágio da raça superior. Não teriam na evolução a atividade do mulato, contentando-se em gozar materialmente a vida, isto é, comer farinha, trabalhar o menos possível, fazer um filho por ano em uma, duas ou mais mulheres, e ter sempre ao alcance da mão um cigarro ou pito e o garrafão de pinga, que segundo apregoa, refresca no verão e aquece no inverno. Das espécies da prole mestiça, espalharam-se nos séculos seguintes pelos vilarejos, o pardo guarda costas de figurões, seu agente político junto aos eleitores, e o decendente do índio, fixado nas proximidades dos engenhos, modesto colaborador na dependência dos primeiros povoadores brancos, caboclo que si não naufragava na miséria, tornando-se o guenzo ou papangú do nordeste, representava a apagada classe dos meieiros que na colônia correspondiam aos lavradores das quintas lusitanas.

## O DRAMA DAS SENZALAS

O problema da falta de braços era de tal porte na colónia que absolvemos em parte muitos dos povoadores de átos por eles cometidos na procura de remédio. Vinha agravar o caso, o preço dos negros, as mortes e fugas dos elementos de várias cores que a poder de ingentes esforços, eram trazidos para a senzala, onde reinava rigorosa diciplina de trabalho. As levas de africanos eram insuficientes para atender aos pedidos dos engenhos, cujos canaviaes se desdobravam cada ves mais pelas várzeas das cercanias de Olinda ou delta paraibano. Aumentara sem dúvida, o número da escravariã negra com a intensificação do tráfico africano, mas creciam sempre as fugas para os matos e serras onde os quilombos ofereciam abrigo contra os brancos. Os "*capitães do campo*" não tinham descanso, até a quantidade de quilombolas impedir os esforços isolados desses caçadores de negros, requerendo exércitos para serem reconduzidos á primitiva condição. Queixava-se da calamidade a *Rezão de Estado do Brasil*, antecedendo com tres séculos, os lamentos dos atuaes fasendeiros de café ás voltas com a deslealdade de

lavradores imigrantes, quando depois de receberem o salário abandonam a fazenda. A carta que D. Diogo de Meneses, governador do Estado do Brasil, escreveu de Olinda ao rei em 1608, encara o assunto pelo prisma dos senhores de engenho. Como sempre, o administrador reiuno estava em desacordo com os missionários, apregoando a necessidade de subtrair os índios da doutrina que lhes ministravam para entrega-los aos povoadores. Em matéria de religião "*apenas tomavão de cór o que se lhes ensinava*", dizia na missiva, pouco lucrando o gentio com o ensino de jesuitas e franciscanos, ao passo que "*as cidades perdiam população, e as terras os braços necessarios ás culturas*". Informava ainda, que aumentavam as dificuldades dos brancos perante o escravo quando os missionários iam buscar os antigos pupilos, retirando-os do eito para recambiar-los ás missões. O procedimento dos eclesiásticos, segundo D. Diogo, dava ao gentio a impressão de que os senhores sobre eles não tinham direitos, com grave dano para todos.

Ante as conseqüências da intromissão religiosa, perguntava o governador, quaes as compensações que traziam os padres aos povoadores afim de rezarci-los do prejuizo, e respondia nenhum, pois só nas grandes povoações é que o índio poderia adquirir hábitos de polícia, costumes úteis e mais qualidades dos civilizados. D. Diogo escrevia logo depois de chegar ao Brasil, ainda mal informado,

dando demasiada atenção aos que o rodeavam, antes de ouvir a parte contrária. A sua precipitação era prejudicial aos amigos do selvícola, no sentido que os povoadores ficavam impressionados pela maneira como o régio funcionário nivelava os índios com os negros importados. Segundo D. Diogo, os primeiros deviam permanecer nas senzalas, para não mais se reunirem aos negros fugidos ou “calhambolas”, evitando-se os redutos “*donde fazem como dito é, abominaveis vivendas e rito, juntando-se com os negros de Guiné tambem fugidos, do que resistão mortes, furtos escandalosos e violencias*”, que tanto dificultavam as caminhadas pelo sertão e o desenvolvimento das “*povoações pela terra dentro*”.

O exposto contém como se vê boa dose de inverdades. Não eram os quilombos resultado das missões, nem a indocilidade do gentio proveniente da falta de convívio com os brancos. Em toda parte havia perigosas fermentações entre os escravos, que não abandonavam facilmente credices antigas. Mesmo nos engenhos, sob as vistas dos senhores, existiam práticas saídas do coração das selvas americanas, ou africanas, que davam em resultado longo cortejo de abusões e crimes. Aos cativos negros juntavam-se alguns da terra, que ensinavam onde era possível encontrar na natureza americana os meios de combater os dominadores. O primeiro quilombola teve um cativo autóctone

por mestre, que lhe subministrou todas as artes que sabia. Antes da chegada dos portuguezes, entre os prisioneiros feitos pelos próprios índios, havia bruxedos para fins de vingança. Conta Martius como em uma noite de natal, descansando na maloca onde se hospedara ao acaso de caminhadas através do sertão, prezenciou uma das suas estranhas manifestações. Depois de admirar durante o dia, e ao entardecer a ternura e paciência sem limites com que as mães indígenas atendiam a sua prole, e depois da taba quieta e os seus habitantes adormecidos sob o telhado de palmas, engolfara-se o sábio em meditações inspiradas pela data. Quando ia absorvido, em meio do mais profundo silêncio, ergueu-se de um canto escuro uma velha nua, coberta de pó e cinzas, imagem perfeita da fome e miséria: *“Era uma escrava, prisioneira trazida de outra tribu pela gente que me hospedava. Cautelosamente arrastou-se de lá até perto do lugar em que a fogueira acabava de extinguir-se. Soprou sobre as brasas restantes gesticulando e murmurando baixinho, ao mesmo tempo que atirava sobre o brazeiro os cabelos e ervas que levava consigo. Enquanto fazia gestos cabalísticos, dirigindo olhares satânicos para as rédes em que dormiam os filhos dos amos, depois escarafunchou os cabelos da cabeça, arrancou mais alguns e atirou-os sobre o fogo. Por instantes contemplei aquela cena sem poder atinar a significação, a seguir pulei da rêde, arrastei-me*

*para junto da pobre creatura, detendo-a...O susto que levou foi grande, e logo por meio de sinaes me fez compreender que estava praticando feitiçaria, afim de atrair moléstias e desgraças sobre os filhos dos que a tinham escravizado. Com insistência supplicava-me que não a denunciasse, impressionando-me a sua fisionomia, como de víbora que se vale da escuridão para picar o tarso do inimigo”.*

A noite nas senzalas acobertava as práticas etéroxas de índios e negros, que muitas veses extravazavam e iam engrossar fora de muros as superstições que os brancos tinham herdado dos avós desde a sombra dos tempos. Promessas maravilhosas, filtros amorosos, invocações, encantações ou vinganças, figuravam nas receitas de vária orijem, para desafogo das paixões dos cativos, e dos senhores. Os tupís possuíam conhecimentos das plantas tóxicas do litoral, contando aos pretos o modo de uza-las para complemento e reforço da bruxaria africana. Para os escravos desta orijem, um meio de ferir o branco escravagista consistia em invocar calamidades sobre o engenho, e ajuda-las envenenando aos amos. Um caso, como o da velha surpreendida por Martius, não era isolado entre os índios, mas apenas indício de infâmias comuns nas escravarias. Neste ponto, como em muitos outros, o africano estava mais adeantado que o selvícola, seu companheiro de infortúnio. O fetichismo, que o dominava, assumia em algumas regiões,

em certas tribus negras, as proporções de uma quasi religião, com sacerdotes, doutrina, catequese, leis e o mais, num estágio correspondente ao dos bárbaros do norte da Europa antes da influência da civilização mediterrânea. Já não nos referimos aos negros da costa de Mina, que poderiam pertencer a populações em contáto com os maometanos. Ademais, seriam poucos em Pernambuco e capitánias visinhas, porque no fim do século 16 e no começo do surto assucareiro de que nos ocupamos, a quasi totalidade de cativos remetidos para o Brasil saía de terras sob jurisdição da ilha de S. Tomé (25).

Aos poucos começavam a transparecer, em escritos do tempo, os rumores da oculta atividade, apesar de ciosamente comprimida pela reação do clero e ameaças do Santo Ofício. Assegurava Brandônio, nos *Dialogos*, que vira um escravo de Angola segurar com desenvoltura cobras as quaes por veses o picavam, sem contudo o molestarem, enquanto outras pessoas nas mesmas condições morriam em vinte e quatro horas. O segredo estava numa raís que, bem mastigada, servia de preservativo, ou em certas ervas, que esfregadas na ferida depois do acidente, bastavam para salvar a vítima, como si tivesse sido picada apenas por uma abelha.

---

(25) v. I vol. desta obra cap. *Início do Tráfico Africano para o Brasil*.

Valendo-se dessas propriedades da nossa flora tornavam-se os chamados “negros da Guiné” (denominação genérica que lhes davam os portugueses, inda nem todos os cativos proviessem daquela região), peritos em envenenamentos. “*Da sua terra vieram mestres della*”, dizia Brandônio, “*e nesta fazem muito mal aos moradores com lhes matarem seus escravos*”, segundo episódio ocorrido sob os seus olhos; “*...tendo eu, em minha casa, uma mulatinha de pouco idade, que nella me nasceu, a quem queria muito pelo haver criado, um escravo meu, com animo diabolico, estimulado de a menina me descobrir um furto, que elle havia feito, lhe deu peçonha, de tal sorte que em muito breve espaço inchou toda com uma côr denegrida, e, com apressado resfolego, escumava pela bocca, os dentes cerrados, e olhos em alvo, mostrando nisto e em outras causas, todos os signaes da morte. Vendo eu a menina em tal estado, além de ficar pezaroso em extremo, imaginei, com firme presupposto, ser o accidente causado por peçonha, e que o autor de lh’a dar devia de ser o proprio escravo, que lhe havia dado, porque tinha entre os taes nome de feiticheiro e arbolario. Pelo que fiz lançar mão delle, affirmando-lhe que não teria mais vida emquanto a menina gozava della*”, sendo a sentença executada “*por entre os eixos do engenho*”. Apoderou-se vivo temor do preto, que se comprometeu a curar a enferma si lhe permitissem colher no mato as ervas ne-

cessárias. Accedeu Brandônio ao pedido, mandando juntamente um outro escravo, ao qual muito recomendara notasse as qualidades apanhadas pelo feiticeiro afim de contar na volta onde estavam. Mas o outro foi tão matreiro, e colheu tantas ervas ao mesmo tempo, úteis e inúteis, que o guarda ficou na maior confusão, "*...e o arbolario trazia já a herva desfeita entre as mãos e mastigada com os dentes; e em chegando, não fez mais do que ir-se á atossigada e lançar-lhe o sumo della por dentro da bocca, que lhe abriu com uma colher, e juntamente pelos ouvidos e narizes, fazendo mais esfregação com ella nos pulsos e juntas do corpo, — ó cousa maravilhosa! que no mesmo instante abriu a menina os olhos e a bocca, e após isso, purgando grandemente por baixo e por riba, se lhe começou a desinchar o corpo, e dentro de um dia esteve sã como dantes*". Instou Brandônio ao depois com o escravo para vir a saber qual era a erva extraordinária, sem que o negro lh'a revelasse, podendo apenas averiguar tratar-se de uma espécie "*cabelluda*".

Nieuhoff conta, igualmente, casos de feitiçaria de escravos africanos, pretensos adivinhos e curandeiros: "*Eu me lembro*", escreveu ele, "*que estando de visita em casa de amigos, vi entrar na cozinha um velho, o qual viera para curar um escravo por ter ouvido dizer que fôra envolvido em feitiçaria. Mandou que o paciente se levantasse da cadeira e, tirando do fogão uma acha cuja extremidade*

*estava em brasas, ordenou-lhe que a lambesse tres veses. Depois mergulhou-a na agua de uma bacia e esfregou a parte carbonizada até formar uma tinta preta. A seguir mandou o escravo beber um trago, o que ele fez, e foi imediatamente tomado de cólicas intestinaes. Isto feito o velho esfregou os flancos do paciente com um pedaço de carne e de gordura acima das ancas, aí praticando com uma faca incisão de duas polegadas de profundidade, que lavou com cabelos e fiapos de pano molhados no resto de água e carvão. Pouco depois cicatrizava-se a ferida e o paciente, ficou curado”.*

Até parece remédio de físico europeu do século 15, mas voltando á narrativa de Brandônio, ficamos pelo seu contexto sabendo que nas proximidades da senzala havia plantas tóxicas de vária casta, além da mandioca, que se prestavam a toda sorte de preparações. O portugûês Alfredo de Sarmiento, que viajou em fins do século passado na região que mais escravos proporcionara ao Brasil, e toda a América, menciona a existência de uma grande quantidade de plantas venenosas, e outras dotadas de poder curativo, empregadas pelos “n’gangas”. Estes curandeiros tinham o maior cuidado em oculta-las dos brancos, acrescentando Sarmiento, ter sabido de muitas curas efetuadas, até de moléstias julgadas incuráveis. Infelizmente os curandeiros (como soe acontecer entre os primitivos, em que a medicina se confunde com mágicas e intrujices para fins de

prestígio e interesse de quem a exerce), juntavam feitiçarias ao conhecimento de plantas úteis, tornando-se ainda adivinhos, como os magos — que dizem — aconselhavam nos empreendimentos ultramarinos a el-rei Manuel I, o Venturoso.

Cita Antonil, a corroborar o que afirma Brandônio, algumas causas dos crimes ocorridos nos engenhos, "*Oppoem-se alguns senhoras ao casamento dos escravos e escravas, e não sómente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quasi claramente os consentem, e lhes dão principio, dizendo: Tu fulano o seu tempo casará com Fulana: e dahi por diante os deixão conversar entre si, como si já fossem recebidos por marido e mulher: e dizem que os não casão, porque temem que enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonha, ou com feitiços: não faltando entre elles mestres insignes nesta arte*". É singular concluir o jesuita com termos quasi iguaes aos do seu antecessor Brandônio, sem que tivesse lido os *Dialogos*. Devia haver realmente muitos delitos do gênero para provocarem as repetições. Segundo dizia Antonil, a perversa índole dos feiticeiros, colidindo com a severidade dos senhores, dava em resultado os primeiros "...*procurão tirar a vida aos que lha dão tão má recorrendo a artes diabolicas*".

Aplicada contra este ou aquele, senhores ou os cativos, entranhava-se nas aglomerações escravas co-

loniaes o feitiço soberano, obcecando a todos, do mais prostrado ao mais afoito. Dificil seria impedir que o sobrenatural deixasse de atravessar paredes, e subir da senzala ás recâmaras da casa grande. Apesar da religião, e do fosso que separava o escravo do branco no engenho, assim como das precauções contra levantes, e do pavoroso látigo dos feitores, impressionava-se ás veses o espírito da “*sinhá dona*”, com o que lhe contavam, e sentia irresistivel curiosidade em se inteirar do feitiço. O receio, o mêdo, os ciumes, os despeitos, as ambições, os desejos de vingança, concorriam para lhe dar maus conselheiros. Na sua meninice e adolescência a dona do engenho ouvira as portuguezas falarem na bruxaria europea, que entre as brancas de baixa extração, despertava o interesse pela feitiçaria africana. Mulheres de parentes pobres, de agregados, de conterrâneos que vinham solicitar auxilio cansados da miséria metropolitana, punham a sua mente simples a serviço do feiticismo negro. Por sinal, que o termo Feitiço foi tomado desde o séc. 16 pelas outras línguas europeas aos portuguezes (26).

Nos papeis do Santo Ofício encontra-se a denúncia contra Maria de Aguiar, autora de “*humã mezinha pera os homens serem bem casados com suas molheres, a qual mezinha fazia tomando hum*

---

(26) v. Dicionário de Etnologia e Sociologia de H. Baldus e E. Willems.

*coração de bode negro, ou de gallo negro e atravessando com agulhas...*". Temos com estes dizeres, depois dos sortilégios indígenas e da feitiçaria negra, as encantações europeias. Na história da Renascença alonga-se o tétrico capítulo dos envenenamentos, meio cômodo de eliminar rivaes em competições amorosas ou políticas. Em época correspondente á da Visitação, quando os inquisidores de Pernambuco angariavam informações contra Maria de Aguiar, outra mulhêr pertencente á família dos novos ricos Médicis, vivia no palácio do Louvre rodeada de protegidos e asseclas florentinos, procurando suprimir inimigos á distância, aos quaes matava por meio de bonecos em que se cravavam agulhas no lugar do coração.

A mesma denúncia, comprometendo a Aguiar, dizia correr voz pública, que tinham sido vistas na capitania mulheres vagarem fora de suas casas, e fora de horas, sob aparência de patas. Talvês estivessem á procura de patos que não eram os denunciantes e porisso provocavam as denúncias. Com um pouco mais de imaginação também seriam vistas riscando os ares, a cavallo em cabos de vassoura, a grenha ao vento, untadas de ingredientes mal cheirosos. Estas anomalias mentaes manifestavam-se de muitas maneiras, acuzando a outrem, ou a si mesmo, como na Europa medieval indivíduos diziam-se possuidos do demônio. Houve em Pernambuco vários depoimentos contra um pedreiro Do-

mingos Martins, por alcunha o Roxo, porque se deitara numa rêde sem querer se levantar, pois "*dezia que estava esperando pellos diabos que ho viessem levar*". E, não era simples expressão de quem estava agastado, porquanto dois lavradores de Igarasú, informavam que em outra ocasião o mesmo, "*no caminho da Paraíba chovendo se deitara no chão sem se recolher*", dizendo que alí esperava que os diabos o levassem.

A ação das bruxarias, na velha Europa, pode ser avaliada pela importância que lhe davam os elementos superiores do clero. Em 1484, o papa Inocência VIII encarregava os dominicanos de investigar as heresias dos que em Brêmem, Mogúncia, Colónia, Tréveros e Salzburgo, invocavam o diabo, faziam agouros, encantamentos ou sortes, desassoçando o povo. Da Itália nem convém falar, já vimos no precedente volume o trabalho que jesuitas tiveram no século 16 na conversão de populações inteiras, situadas nas visinhanças dos Estados Pontifícios, caídas em superstições e no paganismo. Na Inglaterra, e principalmente na Escócia e Irlanda, as fadas e bruxas ocupavam grande parte do folklore com toda sorte de extravagâncias que as populações piamente acreditavam. Em Portugal reuniam-se as autoridades no próprio dia da batalha de Aljubarrota, em 14 de Agosto de 1385, para redigir um estatuto destinado a expurgar Lisboa, naquele crítico momento, dos grandes pecados que ameaça-

vam submergir a monarquia, entre os quaes destacava-se o de idolatria “e costumes damnados de gentyos”. Os trabalhos de Klebs, Ulrich Molitor, Droz, ou da coletânea sob título *Handwörterbuch des deutschen Aberglaubens*, e muitos outros sobre a igreja e a bruxaria, os agouros e as bruxas, a feitiçaria e os remédios contra a peste, etc... etc... são por demais conhecidos para que tenhamos de reproduzi-las. Basta atentarmos para as estranhas práticas que a espaços obrigavam a justiça romana a se desdobrar em cuidados para combatê-las na própria séde papal. Com taes disparates, ainda se chegava naquele tempo, a queimar creaturas que a si mesmas se acuzavam de energúmenas, quando dominadas por exaltação eresiarca. Muito menos é de se admirar que taes síndromas se registassem na colónia, entre brancos rústicos, mestiços emotivos, índios supersticiosos e negros feitiçeiros. Enchia-se, destarte, a senzala dos fermentos de luxúria e crime, que sob o estímulo de gigantesca macumba, tornava-se presente tanto no engenho dos subúrbios de Olinda, como nos quilombos das serranias onde os brancos não ouzavam se aventurar (27).

Continuando com as denúncias inquisitoriaes, vemos a mulata Madalena de Quadros, depor con-

---

(27) A Peitica de Portugal encontrava símile no Brasil, assim como feitiçarias, bruxedos, invocações, e pragas semelhantes ás macumbas africanas, com galo preto, etc...

tra a portuguesa Leonor Martins, de alcunha “a saltadeira”, mulhêr sem marido, degredada do reino por bruxedos, segundo ella mesma alardeava. De uma feita, estando a sós com a denunciante, levantou as fraldas, exhibindo não se sabe bem em que sítio, “*huã figura de rosto humano, e isto era a mesma sua carne*. Pretendia persuadir a outra de que tinha meios de satisfazer amores contrariados, e para isso andava com “*huã mendracola que era huã cousa como de figura de molher... hum buço de lobo e huã carta de Santo Arasmo, e semente do feito que ella e outra suas amigas fora colher huã noite de Sam Joam com hum clerigo revestido as quais cousas dezia que trazia pera fazer querer bem os homens ás molheres, e as molheres aos homens que ella quizesse e pera os maridos não verem ho que suas molheres fizessem*”. A mameluca recuzou o oferecimento por informações que tinha de amigas suas, ás quaes Leonor cobrara o serviço com antecedência, e não cumprira “*o que pretendiam em suas vontades deshonestas*”.

Na mesma vila de Olinda, a cristã velha Maria de Escobar, natural de Lisboa, filha (bastarda?) do reposteiro da câmara del-rei Dom João, padeira, casada com um piloto “*absente nas partes da India*”, teve a fraquesa de praticar o contrário da mestiça. Soubera que uma sua conhecida pedira a Domingas Brandoa que a soltasse de cadeia, onde ambas estavam presas, no que foi satisfeita no dia seguinte.

Ante o mirífico resultado, Maria não ezitou em solicitar a intervenção da ex-companheira para lhe dizer si cazaria com um pretendente á sua mão, visto lhe parecia estar morto o marido no oriente. A Brandoa exigiu segredo e passados alguns dias appareceu para jantar na casa da suposta viuva. Feita a refeição *“tomou huma vassoura de mato e a vestio com huã saia e sainho e lhe poz huã toalha como molher e assim enfeitada a encostou á parede, e em voz alta, estando no meo da casa em pé começou a fallar chamando por Barrabás e nomeando outros nomes e cousas de que ora não está lembrada”*. A cerimonia obedecia aos mesmos princípios e encenação do “despacho” europeu que também se parecia com o africano, mais tarde reaparecido entre as peritas em copa e fogão do Rio de Janeiro e províncias.

\* \* \*

A inquisição era o melhor remédio para conter os excessos da credulidade popular. Em toda parte onde se manifestam taes fenómenos não tarda a apparecer a exploração de malandros jubilados, e sobejava esta espécie nos povoados das capitánias, fartaemente providos de delinquentes natos ou occasionaes. As denúncias e confissões trazem rosário infindo de fraquesas humanas, desde a calúnia e a extorsão ao sadismo e masoquismo de brancos, índios e negros, ricos e miseráveis, cristãos velhos e novos, a que o Santo Ofício tinha de acudir e remediar de

acordo com os imperativos da religião e do sistema político. O menor ilheu João Baptista, pajem de Lopo Soares da governança, depoz perante a mesa, que tendo ido saber das chinelas do amo em casa do Lessa sapateiro, viu-se alvo das libidinosas propostas do artifice "*homenzarrão grande e valente*", pelo que fugiu "*logo pella porta fóra sem as chinellas e çapatos que inda (o Lessa) não tinha feito... e perguntado se lhe deu o ditto çapateiro ontem ou algum outro dia algum dinheiro ou alguã outra cousa ou se lhe tinha já fallado alguã vez pallavras namoradas ou deshonestas? Respondeo que nos outros dias atras indo elle a casa do ditto çapateiro saber da ditto obra, sempre o ditto çapateiro lhe falou pallavras torpes e lhe pedia que lhe fostrasse sua natura mas elle denunciante não fazia caso das dittas pallavras nem lhas tomava em sentido de malicia como agora entende que elle lhas dezia e as vezes o achava comendo pão e bananas e outra fruitas com que o convidava e elle denunciante com boa tenção tomava e comia*".

Passando a outro setor das anormalidades que cauzaram a perdição de Sodoma e Gomôrra, Maria de Asevedo, filha de mameluco e de mãe em parte cristã nova, denunciou que "*averá ora dez annos*", entrando por uma câmara a dentro da casa de sua avó, "*vio estar no chão detrás da porta deitada de costa huã negra brasilla... e sobre ella deitada com as fraldas levantadas Maria de Luçena... mamaluca*

*que uzava mal de si... fazendo como se fora homem com molher o peccado de sodomia...*". Um acaso semelhante, fez com que Manuel Fernandes, visinho paredes meia de Manuel Rey, homem preto, "*sentio... andarem inquietas huã filha do ditto preto chamada Ana moça parda... e outra moça parente della*". Malicioso de inclinação e curioso de hábito, duas cousas que vão constantemente juntas, o Manuel, "*as foi espreitar per hum buraco da porta e vio estar a ditta Maria Rõiz deitada no sobrado de costas e sobre ella deidade de bruços Ana ambas com as fraldas arregaçadas...*". Não foi o único, por sinal a apreciar o espetáculo, porque Mônica, índia, também foi ver o que as raparigas faziam, a sua curiosidade incitada pelos rumores acerca de Maria de Lucena, "*por quanto em casa se dizia que ella dormia carnalmente com as negras (índias), de casa*".

Dessa fieira de casos, mencionados pela Visitação, conclue-se que os habitantes da colónia passavam a vida espionando o visinho, sendo custoso ocultar paixões eróticas ou práticas eterodoxas, fossem de bruxedos, fossem de judaismo ou de qualquer outra orijem. Naquela época de lutas religiosas, e de sectarismo não era preciso haver denúncias para o reu por si mesmo comparecer á mesa inquisitorial. Nas notas dos inqüeritos encontram-se exemplos: "*Este Cosmo Borges veeo na graça (no tempo de) confessar esta culpa que estando sangrado vinte e tantas vezes, e unguido e varrido do juízo fallando*

*muitos desvarios dissera que Deos não lhe podia perdoar seus peccados nem tinha poder pera isso... E por entender estar elle frenetico e esvaido com muitas sangrias quando dixee as mesma pallavras, me pareceo bastar pôr aqui esta cõta, sem lhe tomar sua confissão em livro".* Imitou a Cosmo o pedreiro cristão velho, António Fernandes, natural de Viana, que compareceu sem ser chamado perante o Santo Offício. Descarregou a consciência confessando que blasfemara, dizendo certa ves que si não conseguisse vingar-se de um desafêto haveria de se tornar mouro.

Havia confissões que eram um mixto de sinceridade e matreirice, muito significativo a respeito dos sentimentos do proletariado europeu em matéria religiosa, cujo mêdo das penas eternas se irmanava ao receio que os índios tinham de espíritos maus. Outras eram apenas produto de artimanhas, como a do português António Rodrigues na segunda confissão ao visitador Heitor Furtado de Mendonça. Disse ser cristão velho, casado com Susana da Costa, lavrador em S. Lourenço e que jurara falso na sua primeira confissão, omitindo muitos pecados nefandos de que era useiro e veseiro. O motivo da mentira fôra-lhe sugerido pela enormidade dos delitos, porisso julgara que qualquer confessor não os poderia absolver. Ante a incertesa preferiu esperar a publicação de uma bula mais conveniente, que pouco depois efetivamente appareceu com a da Santa Crusada. Os

termos da confissão deviam deixar os mesários em suspenso, sem saber como avaliar a sinceridade do confessante, que perjurara, ocultara pecados e quebrara o segredo que se comprometera manter á mesa, indo ter com os cúmplices e entrando com eles em toda sorte de confabulações para fins de sonegar delitos. O episódio dá mais impressão de um negócio de feira entre campônios manhosos, do que propriamente necessidade de desafogo de bom católico, e “*admoestado pello Sor: visitador q trate muito da salvação de sua alma*” recomendaram-lhe que “*não seja tam descuidado nella como foi ate aqui e que se confesse ao padre comisario dos capuchos*”, talvês o severo frei Melchior de Santa Catarina que tanto se destacou na crónica da sua ordem no Brasil.

Na Visitação consta um bom número de estrangeiros, o que não deixa de cauzar espécie, sabido que as autoridades lusas desconfiavam deles e tudo faziam por afasta-los das ‘colónias. A união com a Espanha facilitara a entrada de vários, atraídos pela prosperidade da zona assucareira pernambucana. Deixando de parte os Lins, Cavalcantis, Olandas, do primeiro período povoador, e os espanhoes, os batavos, Inojosas, ou Wanderleys do segundo, aliados aos “*portugueses da governança*”, gente rica e bem sucedida, temos outros menos felises, de umilde condição, que nem sempre tencionavam fixar-se na capitania. No seu procedimento durante a estada no Brasil, deram relativamente trabalho aos

inquisidores, pois, como de costume, o estrangeiro da espécie deixa no caes de embarque os escrúpulos que aparenta no lugarejo de orijem, onde se finge de virtuoso e solidário com os conterrâneos para evitar-lhes as sanções. Uma ves libertado do constrangimento, mostra-se como é, importuno aos demais habitantes pela falta de escrúpulos, ou quanto mais asedo e recriminador quanto pouco proveito traz á coletividade. Arvora um tom professoral, inculcando-se de mestre a todos, dizendo-se vítima da ignorância dos circunstantes que não lhe percebem a sabedoria. Ainda hoje, desde analfabetos até letrados muitos provocam a mesma impressão. Sempre havemos de nos lembrar de Lucien Febvre, no seu apartamento da rue du Val de Grâce, discorrendo sobre o velho professor Sorbonard (e todo o europeu que vae para a América é professor do que sabe, e principalmente do que não sabe), remetido para dizer algumas confêrências no Rio ou em S. Paulo. No caes é entrevistado por um pobre diabo de reporter, que lhe prodigaliza elogios, proclama-se seu admirador e o fotografa, "*ce qui lui fait croire qu'il es devenu un personnage*". Aumenta imediatamente a faculdade crítica do ádvena, que daí por deante se avoluma de minuto em minuto. Não encontra infelismemente, "*ses pommes de terre, et ses cheres petites habitudes*". Faltam-lhe uma porção de cousas indispensáveis, tampouco, chega a conhecer as compensações da

terra, porque o regime de severas economias da sua nova existência (mais rigoroso na América do que na Europa) veda semelhante prodigalidade. O asedume do homem crece paralelo ao da esposa que o acompanha. Tudo é ruim, tudo é mal feito, e quanto mais bem recebidos mais cospem no prato em que comem, á moda atribuida ao índio, não se furtando a desforrarem-se, marido e mulhér do mau passadio, infligindo aos hospedeiros as críticas mais acerbas, os conselhos mais ociosos, os reparos mais impertinentes que a sua estreita mentalidade concebe e a sua má educação externa.

Apesar de julgarmos exagerada a descrição de Lucien Febvre, pensamos que em Pernambuco no século 16, dava-se um pouco o mesmo, inda estivesse livre da praga do intelectual estrangeiro leigo. Nas denúncias a que deram causa, aparece Gaspar Pereira de Castro, que se declarou com grande e peninsular ênfase, nobre do reino de Galisa, filho de hidalgos, que lá viviam como ele, isto é, independentes, "*lavradores de seus mantimentos*". A sua presença ante a mesa prendia-se á teimosia de um carpinteiro, que afirmava Deus não perdoar pecados mortaes, e sim apenas os veniaes, e que roubar uma vaca pertencia aos desta categoria. Um outro de poente de orijem espanhola, Gaspar Rodrigues de Cartagena, já nacido em Portugal, filho de castelhano cristão velho, e de cristã nova, denunciou Bento Teixeira, o professor reinol sabe-tudo da

capitania, de em parceria com mais alguns dos seus desafetos. Inteiramente espanhoes eram Pero Lopez, João Rodriguez de Mendonza, João de Santa Clara, o biscainho, e Cristovam Queixada (aportuguesamento do nome Quijada ou Quesada), que aparecem no livro da Visitação, quando recrutados para a guerra da Paraíba em março de 1594. Gaspar Rodriguez Covas, cirurgião, também mencionado no Santo Officio, era natural do arquipélago de Las Palmas, casado, segundo as denúncias, com a filha do alfaiate Fernandes, o velho.

Salvador Jorge também era canarino, o qual acuzou um outro estrangeiro, o flamengo António Vilhete, depois de uma discussão acerca do purgatório. Ambos eram cristãos velhos, o primeiro mestre de assúcares e o segundo caixeiro; de vinte anos de idade, "*Já ladino no portuguez*", reza a Visitação, empregado no engenho novo do judeu Fernão Soares. O patrão não parecia sofrer do exclusivismo atribuído a cristãos novos, de só aceitarem correligionários, o que vem reforçar a nossa hipótese de que os imigrados deste credo, no nordeste, chegavam com as convicções religiosas consideravelmente esmorecidas. É possível, por outra, que assim fizesse premido pela falta de empregados que atormentava os senhores de engenho na colônia. O canarino, cristão velho, carpinteiro, Manuel Pinto, igualmente empregado no mesmo engenho, confirmou a denúncia do conterrâneo contra o amo. O

carpinteiro Pedr'Alvares denunciou Adriam de Goes, natural de Odivelas, tronco dos numerosíssimos Goes do nordeste, que pelo nome e sobrenome mostrava-se decendente de flamengos, como de fâto o era pelo lado materno. Maria de Paiva denunciou o flamengo André Pedro, que fôra repreendido pelo seu marido Agostinho de Olanda por dizer eresias trezandando luteranismo. O denunciado, por suas ves, apresentou uma denúncia, em que: "*Disse ser framengo de nação natural de Aces, arraya de entre Frandes Alemanha filho de Pedro Buir tractante de cervejas e de sua molher Maria Loos já defunctos catholicos como inda hoje são catholicos todos os da ditta Patria... solteiro mercador estante nesta villa respondendo a mercadores em Alemanha tambem catholicos*". Descreveu a sua vida, cujas vicissitudes começaram na ida para Lisboa aos treze anos, onde trabalhou no comércio durante mais nove, daí seguindo para S. Tomé e Angola, passando ao depois a Pernambuco, demorando-se aí por dois anos e meio, dos quaes ano e meio em casa dos irmãos judeus Fernão e Diogo Soares, no serviço de caixeiro, "*tendo na sua mão todas suas fazendas de mercancia e correndo com ellas os quaes naquelle tempo andavão homeziados e absentados desta villa per casos seculares*". O depoimento vizava um parente dos foragidos, o cristão novo André Gomes, que diziam ter colocado debaixo de um grande retábulo a representar a óleo alguns santos "*Hum ser-*

*vidor vaso imundo*". Seria este André Pedro o mercador flamengo, que cita a denúncia de outro flamengo, o padre jesuita pregador João Baptista? Nada podemos afiançar a respeito a não ser que a sua vida laboriosa e aventureira devia parecer-se muito com a dos Olandas ou a dos Lins, trazidos pelo mesmo motivo para o Brasil.

Manoel Nunes também figura nos registos do Santo Offício como flamengo, embora o nome não corresponda á atribuição de nacionalidade, pois mais parece espanhol. Mantinha uma pensão na rua do Rocha em Olinda, de onde partiu para o Rio da Prata o moço judeu Rodrigo d'Ávila. O cego Gaspar de Carvalho, dava também hospedagem a várias pessoas, em sua casa, na rua Nova da mesma vila. Os seus hóspedes denunciaram um visinho italiano de nome António Provisam ou Troviscano (a estropiação de nomes estrangeiros era grande nos registos inquisitoriaes), que tinha consigo um tio com "*huã barba branca comprida... que aqui veo com huãs bullas tirar esmola para huns captivos*". Numa contenda, assegurava o sobrinho que não era pecado mortal dormir um homeim com mulhér solteira; reformou, porém, a leviana afirmação, após a consulta que fez a um certo livro.

Igualmente natural da península, era Francisco Cortes, cujo nome parece indicar orijem espanhola, decendente dos muitos desta nacionalidade, que tinham ido para a parte meridional da Itália com os

reis aragoneses. Declarou á mesa do Santo Officio que era cristão velho, "*Napollitano de nação Natural da cidade de Napolles filho de Fr.<sup>co</sup> Cortes, e de sua molher Olaya Gomez lavradores e moradores junto da dita cidade de Nappoles*". Cazara com a cristã velha Isabel Gomes, portuguesa, sendo de profissão vaqueiro, no curral de João Paes, no cabo de Santo Agostinho. Comparecera espontaneamente, em 1594, sem ser chamado "*dentro no tempo da graça*", para confessar "*que na cidade de Barcellona hum dia não lhe bem lembra qual a tarde no corpo da guarda de huã armada de Napolles que alli foi ter, estando elle jugando aos dados com hum soldado q não conhece perdeo elle confessante e porquanto no ditto corpo da guarda tinha elle confessãte ja jugado outras vezes com ho ditto soldado italiano e sempre elle confessante perdera a elle deziã outros soldados q o ditto soldado lhe jugava com vantagem cõ dados falsos elle cõfessante perdendo a ditta vez se agastou contra ho ditto soldado e agastado disse q Renegava de deos se elle mais em sua vida jugasse cõ aquelle soldado... e logo muitos soldados circunstantes cujos nomes e cõfrotãgois ora lhe não lembrão pellejarão muito com elle confessante e lançarão fora da tabola de jogo, e por constrangimento delles, fez hũa cruz no chão logo alli e a beijou e se foi cõfessar*". Perguntado si realmente tivera tenção de abandonar a santa fé ao proferir a blasfêmia, respondeu que a dissera com

a boca e não com o coração, e que muito se arrependia.

A seguir, aparecem ingleses no Santo Officio. Havia em Olinda um tal Babington, mercador, casado com uma cristã nova, o qual foi denunciado por Bento Teixeira. Pouco depois o cristão velho, vianês, João da Rocha París, narrou perante a mesa o complicado negócio de um seu tio, que tentara vender diretamente na Inglaterra grande carregamento de assucar e pau brasil. A sua intenção era substituir-se aos franceses que negociavam o lenho encarnado em Southampton, mas "*no mesmo anno forão publicadas as guerras*" e piratas ingleses assaltaram a nau, despojando a Francisco e ao sobrinho, que foram atirados á ilha Terceira, "*e por quanto muita da ditta fazenda que levarão hia derigida a outros mercadores ingleses de Inglaterra*", não tiveram outro remédio sinão prosseguirem completamente roubados, até a Inglaterra, a ver si conseguiam dos seus tribunaes a restituição da mercadoria.

Já havia juisés no reinado da grande Isabel, a concorrer para o bom alicerce do futuro império britânico. Puderam os portugueses recuperar o carregamento apesar das guerras; comprar outra nau; e aparelhar uma zabra, "*que lhe derão em satisfação do que lhe roubarão e carregou a ditta nao de fazenda para Portugal pera onde se tornarão levando*

*nas dittas nao e zaura alguns vinte e cinco ingreses por officiaes dellas, de bombardeiros, trombetas, çorirgiões, medicos, marinheiros etc. e forão ter a ditta Viana onde descarregarão, e dahí se tornarão muito dos ditos ingreses pera suas terras porquanto Sua Magestade lhe deu licença pera isso".* Animado com o fruto da empresa, o vianês procurou vinho na ilha de las Palmas, aproveitando o resto dos tripulantes ingleses, franceses e escoceses, remanecentes a bordo, e outros mercadores da mesma nacionalidade, que a ele se associaram. Desta vez foram menos protegidos pela sorte. Tiveram aborrecimentos logo de começo com a inquisição espanhola, desconfiada de estrangeiros, erejes e luteranos. Obrigados a navegar repetidas veses de Las Palmas para a Gran Canária, por causa de exigências dos inquisidores espanhoes, encontraram no mar numa dessas derrotas, "*hum ladrão pello que lhe foi necessario fugir pero o Cabo Branco pera onde elle testemunha hia esperallo e por que nisto se lhes passou a conjunção deixarão a navegação da Gram Canaria e se forão ao Cabo Verde donde se tornarão a Angola e de Angola a este Brasil trazendo consigo os dittos ingreses que nomeado tem e por quanto o ditto seu tio mandou despois a Gram Canaria requerer desobrigação da ditta fiança na Santa Inquisição lhe escreveo pouco ha que estava remetido isto á Santa Inquisição de Sevilla".*

O mercador a que João da Rocha París aludia éra apenas designado por Alberto Carlos, nome pelo qual foi denunciado por Bastião Pires da Abrigueira. Estabelecera-se em Olinda, no dizer do segundo denunciante, e uzava "*de mercancia na rua de Janafonso por detras de San Pedro*", sendo o motivo do depoimento uma discussão sobre santos. Contou ainda outras particularidades do luteranismo, que lhe acarretaram mais uma denúncia de Agostinho de Olanda, dizendo estar Alberto Carlos na capitania tão somente cobrando dívidas, com mulhér e filhos na Inglaterra. Parece manifesto que pertencia aos estrangeiros apenas de passagem por Pernambuco. Em todo caso, o rumor á volta de seu nome, pinta os óbices do comércio naquela época de lutas religiosas em terra e pirataria no mar, dificultando a existência dos habitantes das colónias.

João Picardo, francês, era pelo contrário, fixado por casamento no Brasil. Declarou no Santo Ofício "*ser christão velho, natural de Bolonha de Picardia Reyno de França... filho de Nicolao Picardo lavrador e de sua molher Luisa de Upror... casado com Maria Cavalgante, carpinteiro da Ribeira morador na ylha de Tamaraca e ora estante nesta villa*". Seria a sua esposa filha natural, ou parenta legitima de António Cavalcanti? A *Visitação* não nos diz, mas o fáto de Picardo pertencer aos brancos da capitania facilitava-lhe, apesar de carpinteiro, união com mameluca chegada á "gover-

nança”, numa util contribuição ao branqueamento dos habitantes da ilha. Não diremos outro tanto de um tal Brito, *“homem alto de corpo magro do rosto barbipreto... e dizem ser da nação de mouros”*, constante na denúncia do espanhol João Rodrigues de Mendonça. Estando ambos na fazenda de Pero Bastardo, confiou-lhe o mussulmano que, quando se achava no sertão, entre o gentio, *“dos quais elle sabe a lingua bem lhes dissera que nós os christãos adoravamos muitos vultos e imagens por deoses, e que os mouros que não adoravão senão somente a hum soo Deus”*. Continuou no dia seguinte a revelar a sua descrença do culto católico, e acabou por confessar-se setário de Maomé, com desejos de passar á Berbérie.

Quaesquer duvidas sobre a utilidade da inquisição para um governante desapareceriam ante este depoimento. Sem parcialidade, podemos avaliar a ação nociva das palavras do mouro em meio de índios, com grande dano para a catequese, que, apaziguando o gentio, permitia o trabalho dos brancos. Dizem cronistas antigos do extremo oriente, ter sido uma inoportuna embaixada olandesa, a responsavel pela reação dos nipões ao cristianismo, persuadindo-lhes que os jesuitas não passavam de esculcas do rei de Portugal, que depois mandaria, uma frota de guerra conquistar o Japão. O suplício dos missionários, e fechamento dos portos aos brancos, arruinou a todos, inclusive os ambicio-

tos que supunham monopolizar o comércio do extremo oriente com o afastamento dos competidores. Podia suceder o mesmo na América, si os governos fechassem os olhos sobre o procedimento dos que apareciam na costa, onde havia sem dúvida bons elementos, mas também aventureiros pouco carregados de escrúpulos.

Da lista do Santo Ofício extraímos, para terminar a resenha dos imigrantes estranhos ao ambiente e lusa tradição, a denúncia contra Diogo Sanches, "*cigano castelhano mercador de logea de marcenaria nesta villa na ladeira da Misericordia*". Consta-va que não ia á missa e se opunha a que seus empregados e a mulhêr casada, com quem vivia aman-cebado, cumprissem com os seus deveres religiosos. Era, pelo menos, tão negro de alma como seria na aparência o tanceiro Diogo Gonçalves, acusado de bigamia, como muitos maus católicos aparecidos nas colónias, "*pretelhão refeito, de pouca barba natural de Lagos do Algarve*"; talvez algum mestiço de mouro ou de negro, como faz acreditar a descrição, e sugere a orijem algarviana. Ambos, o primeiro pela côr dos seus sentimentos e o segundo pela da tês, personificavam os indesejáveis a percorrer como alma penada os presídios lusitanos, foragidos do reino por demasias de carater ou de sexualidade. A respeito desta última somos obrigados a estender um pouco mais o período, pela importância que entre nós ora se lhe confere.

Da superficial leitura dos papéis inquisitoriaes, concluíram alguns autores, que o portuguez e o seu decendente na América, deixavam-se assoberbar por preocupações sexuaes. Citam os casos de "*pecado nefando*", acompanhando-os de eruditos comentários sobre o efeito do clima e do meio, que depois de analisados pouco significam. O mais certo no caso é deixar de parte taes manifestações de tabús em moda, para nos restringirmos ao que ha de positivo nos documentos da época. Quem era anormal já vinha do reino sob o peso da tara, sendo facil compendiar as penas que os castigavam nas *Ordens* e nos subsídios colecionados pela *Synopsis Chronologica* de J. Anastácio de Figueiredo, ou ainda no estudo das *Chancellarias Reaes* de Pedro de Asevedo. Acerca do procedimento de alienígenas no Brasil, vemos que os brancos de qualquer orijem se equivaliam no terreno das paixões. Os protocolos do Conselho Eclesiástico Olandês em Pernambuco, mostram os batavos, bem como os mercenários ingleses, escoceses, irlandeses, poloneses, dinamarqueses, etc... a serviço das Flandres, com os mesmos desvios moraes, sinão piores que os dos portugueses e seus mestiços. A prostituição aumentara muito sob o domínio olandês, e, para combate-la, assim como á praga dos adultérios, adotaram as autoridades o desterro dos delinquentes para lugares agrestes, ou a volta para a metrópole. As mulheres dos mercenários, quando culpadas de des-

lises conjugaes, eram punidas com açoites no pelourinho, sob o sol escaldante de Pernambuco, o mesmo acontecendo, em forma ainda mais severa, aos reus de barreguice, bestialidade, safismo, homosexualidade ou bigamia. Não se pode por conseguinte, attribuir á nação alguma o primado na matéria, nem tampouco influência afrodisíaca sobrenatural a qualquer região do globo, sem incorrer no perigo das generalisações.

## A CASA, O MOBILIÁRIO E A INDUMENTÁRIA

Nas aglomerações urbanas do litoral havia naturalmente muitos tipos de edifícios, desde a palhoça do gentio situada na periferia, perto dos brejos viveiros de sirís, até monumentos públicos e religiosos copiados das Espanhas. Na construção entraram primeiro os recursos ensinados pelos indígenas, até que o desenvolvimento dos meios que os povoadores adquiriram, deu ensejo de importar do reino ou de feitorias lusas o material e a fantasia da ornamentação. As notícias mais remotas do povoado séde da capitania, aludem ao barro dos muros, aos poucos substituído pela pedra, granito e mármore, na proporção que se alargava a indústria do assucar. Os portugueses oriujinários de regiões pedregosas, tinham o hábito destes materiaes, e os empregaram nas colónias assim que lhes foi dado o ensejo.

De modo geral, podemos aventar que vizinhavam seis tipos de construções nas vilas do nordeste. A choça índia, composta de ripas entrelaçadas, ás veses com reforço de cascas, ramos e palmas, que também serviam para a coberta superior. O tiju-

par de emergência, dos mesmos materiaes mas sem acabamento, destinado apenas a abrigos momentâneos, ambos tipos inspirados no modo com que as tribus se protegiam no inverno e no verão. Seguiam-se as casas dos brancos pobres, que bem miseráveis pareceram quando os olandeses invadiram a capitania, feitas de paredes semelhantes ás precedentes, mas cujos interstícios eram tapados com barro formando paredes massiças. No mesmo sistema de obras realizadas com argamassa argilosa — o pegajoso massapé do nordeste — introduziram-se elementos mais aperfeiçoados, vizando a solidês ambicionada pelos europeus, em que entrava um velho processo conhecido na península itálica e todo o Mediterrâneo muito antes do império romano. Eram os cubos de “adobe”, ou seja, de argila crua, posta a secar ao sol. Com a chegada do escravo negro, interveio novo método de aproveitamento dos recursos da região, aparecendo o muro de taipa socada á mão de pilão entre esteiras mantidas por andaimes, antecedendo o atual cimento armado. O resultado do progresso trouxe maior número de andares, que os obreiros edificavam cravando nas paredes cámbros em ordem acendente, deixando os orifícios chamados “cavodás” nas capitânicas do sul (29).

---

(29) Alguns historiadores pensaram que os orifícios dos andaimes eram seteiras para fins de defesa. A esperada obra de José Mariano Filho sobre arquitetura colonial virá prestar por certo bons serviços a respeito.

Não tardou a aparecer em Olinda e adjacências, onde havia cal e pedra, a construção portuguesa de muros de seixos com a respetiva cantaria, juntamente da arte dos oleiros, que lhe proporcionava os tijolos, telhas e ornatos á moda do oriente. Podemos ainda ajuntar os tipos mixtos em que se conjugavam as várias técnicas autóctones e alienígenas, onde os muros eram de pedras ou cerâmica e a coberta da casa de sapé (30).

Durante a infância da capitania duartina, antes que a expansão da lavoura proporcionasse os meios de remediar ás necessidades dos habitantes, a mor parte do casario ao redor da torre central era deste último tipo. Brancos e gentio utilizavam-se, da Capara descrita por Gabriel Soares como sendo "*folha, que nasce como a de cima (Caeté), mas em cada pé estão pegadas quatro folhas como as detraz, pegadas uma nas outras; com estas folhas o gentio arma, em uma vara uma feição como esteira muito tecida, e fica cada esteira de trinta palmos de comprimento e tres de largo, e assentam-nas sobre o emmadeiramento das casas, com o que ficam muito bem cobertas; e dura uma cõberta d'estas sete, oito annos e mais*".

---

(30) Na relação de Bento Maciel Parente, acerca de fortificações no Pará, submetida ao governo espanhol (v. II vol. cap. Pará), "*hizo labrar la fuerça Presepio de tapias de pilon, con portada de cal y canto, y tres baluartes con sua cava, y mas fortificaciones a lo moderno*".

Acerca destas palmas ajunta F. C. Hoehne nos seus comentários botânicos ao velho Gabriel Soares, que muitos Geonomas do grupo das paucipáeidias são ainda hoje uzados para os mesmos misteres, assim como a Pindobussú, descrita pelo mesmo Gabriel, que dela escreve: *“De junto do olho d’estas palmeiras tira o gentio tres e quatro folhas cerradas que se abrem depois á mão, com as quaes cobrem as casas, a que chamam pindobuçú, com o que fica uma casa dentro, depois de coberta, muito formosa; a qual palma no verão é fria e no inverno quente; e se não fôra o perigo do fogo, é muito melhor e mais sadia cobertura que a da telha”*. A respeito da espécie, diz Hoehne: *“trata-se aqui circunstanciadamente da Orbignia speciosa Rdr. que no Pará e Amazonas ainda hoje é distinguida pelo nome de “Pindoba”*. Nas marjens do Rio Jurena e Tapajoz que descemos pela primeira vez em 1911-12, observamos repetidas vezes a veracidade do asseverado por Gabriel Soares com respeito ao uso que fazem das folhas ainda cerradas desta majestosa palmeira. Depois de colhidas são ellas passadas rapidamente na chamma de fogo e então tecem os caboclos os segmentos das mesmas uns com os outros e formam uma espécie de esteira artistica para fazer o forro e as paredes das barracas. Tambem as lascam ao meio e amarram então sobre os caibros para tecer os segmentos no proprio lugar. Os forros e as paredes assim construidas são perfeitamente lisas e

*offerecem muito conforto. Mas é lastimavel que, em regra, derrubem a palmeira para retirarem as duas ou tres folhas ainda fechadas e destruam desse modo milhares de arvores".* A primitiva economia do gentio litorâneo não chegava a poupar ou conservar o que lhes dava de comer, vestir, ou o teto onde moravam. Foi sempre um dos característicos da sua atividade acompanhá-la de irreparáveis destruições.

Os brancos tinham de acentuar na roça a assimilação dos recursos indígenas, pela falta de elementos europeus. Sugeriu esta necessidade a etnólogos modernos, que ainda hoje no sertão se verifica a supremacia da cultura ameríndia sobre a do caboclo, pelo modo como o aborígene tira da natureza todos os meios de vida que dezeja, ao passo que o semi-civilizado vegeta tolhido e miseravel, onde escasseam meios fáceis de comunicação com as cidades do litoral. Á vista disso, Commelyn estabelece dois gêneros de construção nas capitánias, do nordeste: a da costa e a do interior. Os habitantes da segunda tinham de construir "*Leurs maisons... pour la plus part sans fer, non obstant elles sont fort bonnes & fort jolies, leur façon de bastir est d'eslever autant de piliers que le dedans, le circuit, & le tour de la maison en a de besoin; sur lesquels ils dressent un grenier de la hauteur d'un homme, & au dessus du grenier, ils posent le toict qu'ils couvrent de tuilles, où de feuilles de palmier, ils se servent du bas pour*

*mettre leurs hardes & leurs meubles, laquelle ils entrelassent de grosses branches à doigts les unes des autres, qu'ils enduisent de mortier de trempé, avec du soin qu'ils blancissent de chaux dedans & dehors".*

Dizia, a proposito Brandônio, que inda "...sem industria de pedreiros, nem compassos de carpinteiros, nem maço de ferreiros nem adjutorio de oleiros, se alevantam neste Estado muito boas casas, de cousas que se colhem pelo campo". Madeiras não faltavam na mata, que "se mandam cortar por escravos, com as quaes se alevantam casas de duas aguas; e em lugar de pregos se servem de dous modos de cordas, com que se amarram e seguram taes madeiras; a uma dellas chamadas sipó, não se podera povoar o Brasil pelas diversas cousas de que se aproveitam delle". Devia tal atadura, representar parte importantíssima na vida rural, num tempo em que escasseavam os mais elementares objétoes necessários aos brancos. Continuando, diz Brandônio "Esta casa armada por este modo fica também facil a cobertura della; porque dos mesmos campos colhem uma herva a que chamam sapê, que serve em lugar de telha, e tem de bondade ser mais quente que ella; e também de uma arvore como palma, a que chamam pindova se faz mui boa cobertura; e nestas casas alevantadas por este modo vivem nos campos muitos moradores deste Estado".

Além do sipó e timbó, também reconhecia Brandônio o bom resultado do emprego da embira, (que

ele escreve envira, com pronúncia minhota), e de *“cairo, como as que se fazem na India, por haver nesta terra grande quantidade de coqueiros”*, e muitas mais fibras úteis cuja descrição científica vamos encontrar em Hoehne. Sobre o aspéto das habitações ruraes da *“capitania de Pernambuco, com as outras do norte”*, proporciona-nos Brandônio quadro geral dos *“portuguezes... que não (sendo) mercadores, se occupam em suas lavouras... e... fazem a sua habitação pelos campos, aonde têm sua familia, em casas que pera isso fazem fabricas, umas de telha e outras de pindova (outra ves a pronúncia minhota), ou sapé, que é uma rama com que se fazem semelhantes coberturas: e posto que têm suas casas de moradas nas villas e cidades, não fazem residencia nellas, porque no campo é a sua ordinaria habitação, aonde se occupam em grangear suas fazendas e fazer suas lavouras, com a sua boiada e escravos de Guiné e da terra”*.

Nas paredes dos lados, feitas de barro, muito se aproveitavam as fibras da flora nativa. Gabriel Soares descreveu entusiasticamente o *“Paty (que) é outra casta de palmeiras bravas muito compridas e delgadas... se usa muito porque têm a casca muito dura, que se fende ao machado muito bem, da qual se faz ripa para as casas, a que chamam pataiba, que é tão dura que com trabalho a passa um prego; e por dentro é estopenta, a qual ripa quando se lavra por dentro cheira a maçãs maduras”*.

No Brasil ainda havia de aumentar como dissemos, o emprego da argila crua pela contribuição africana. Acerca da construção de residências na Costa da Guiné, relata Labat: "...ces bâtiments sont tous bâtis de terre grasse & rouge qui fait des bons murs & qu'ils sont tous couverts de paille ou de feuilles de palmier", portanto, não estranharia siquer o escravo construtor o material que manipulava, parecido na aparência e consistência com o pegajoso massapé guineense. Houve em vários lugares, muros feitos inteiramente de pedra ensossa, sendo muito provavel que o mesmo também acontecesse em Olinda e visinhanças em escala bem mais á roda da residência do donatário, chamada a "Torre". Este elemento seria o preferido para as primeiras obras de defesa, ao depois substituida pela pedra compacta, nos fortes delineados por jesuitas, e pelos militares que lhes sucederam.

Para branquear as paredes, aproveitara-se, no mesmo período, a Tabatinga, argila branca pastosa, encontrada no fundo dos rios, muito própria para casas, com que ficavam "*alvissimas e limpas*" asseguram os *Dialogos*. Com a riqueza e o progresso, foram intensificadas as importações, aparecendo a espécie mais aperfeiçoada, atribuida por Commelyn ás aglomerações urbanas: "*Pour les Villes, les bastiments sont faits d'une façon plus commode, & ont bien plus d'apparence: car ils sont constructis de pierre blanche, c'est à savoir les coins, les croisons*

*des fenestres, & les entrées des portes, les entredeux des murailles sont raboteux & sans façon, qui portent des gros cheverons (sic) que l'on met en travers à pieds les uns des autres, où à 2 & demy selon la pesanteur du bastiment, & le bas sert de magazin, le reste de demeure, qui est proprement le lieu du grenier. Ceux qui n'en ont point, demeurent immédiatement sur la terre, dont la chambre est plastrée de terre grasse (massapé sob tabatinga) au lieu de pierre. L'on fait de la chaux avec des pierres, que l'on tire d'une carrière que est proche de la Ville de laquelle on tire encore les pierres pour bastir, qui sont plus dures que ne sont pas nos grés".*

No sítio onde existiam choças de Patí e Pindoba, elevaram-se edificios públicos e particulares de maiores proporções, e muito mais sólidos graças á cal extraída dos sambaquís. Durante anos tinham sido acumulados cascas de crustáceos em determinados sítios pelos índios de que se serviam para a alimentação. Narra fr. Vicente do Salvador, que "os miolos (das ostras ou mariscos) levavão de moquem para comerem entre anno", encontrando destarte os portuguezes altos depósitos jacentes á beira da água. A quantidade era tão grande que chegava a formar colinas cobertas pela terra que o vento trazia onde "*pelo descurso do tempo se fizerão grandes arvoredos muito espessos, e altos, e os portuguezes descobriram algumas, e cada dia vão achando outras de novo, e destas cascas fazem cal mui-*

to alva, boa para guarnecer e caiar". As correntes marinhas, o movimento das ondas, ou o rebalsar dos rios e regatos, concorriam para juntar crustáceos em certos pontos, o que vinha facilitar a arrecadação procedida pelos construtores. Gabriel Soares informa: "*a cal que se faz das ostras é mais facil de se fazer de que de pedras; porque gasta pouca lenha, e com lhe fazerem fogo que dure dez, doze horas, fica muito bem cozida, e é tão forte que se quer caldeada, e ao caldear ferve aos pulos, como a cal de pedra de Lisboa*". Uma ves pronta, era vendida aos moios, que seriam mais ou menos sessenta alqueires (31).

No momento da visita do padre Cardim a Olin-da, em 1594, aparentava a vila além das palhoças indígenas, boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha, de modo que ao lado do primitivo tijupar havia a igreja elevada pela devoção dos fieis. As umildes eram "*huns toldos de panos e ramos*" (apud Visitação de Pernambuco pag. 140), onde os vaqueiros e carreiros de João Paes, senhor dos engenhos do cabo de S. Agostinho, se agazalharam na Paraiba ao pé da igreja de S. Francisco. Seriam ainda mais rudimentares do que as choças das tabas, leves abrigos que tanto se armavam sob a proteção dos muros de um templo, como sobre a canoa da monção em que

---

(31) Entre as antigas propriedades da capitania, sinão a mais antiga, ocorre a de Jerónimo de Albuquerque, o velho, situada no lugar depois chamado "*Forno da Cal*".

iam conquistadores e missionários. As outras construções ainda primitivas, mas inspiradas em princípios europeus, dispunham de muros de taipa, que duravam muito, petreficando-se com o tempo si convenientemente amparados e conservados. Um velho ditado colonial dizia que esta construção devia ter chapéu e sapatos, isto é, ser resguardada das intempéries no alto, na superfície e na base, podendo daí resistir indefinidamente. No seu preparo eram usadas várias substâncias aglutinantes, cujo segredo se perdeu, tanto que, certa vez, dezejando o arqueólogo José Mariano F.<sup>o</sup> fazer uma experiência valendo-se de um caboclo que dizia conhecer o processo, mandou levantar um muro o qual infelizmente derreteu com as primeiras chuvas. A taipa de pilão era, em suma, antecessora direta do edifício moderno de cimento armado, erguido do solo pelo mesmo processo de fazer correr a argamassa líquida entre moldes. Os telhados de palma ou de sapé é que se deterioravam facilmente sob os aguaceiros pernambucanos do inverno, arruinando os muros pelas infiltrações de umidade, apesar de Gabriel Soares dizer que a cobertura feita de Capara durava “sete, oito annos e mais”.

À vista das irresistíveis chuvaradas, era preciso cozer telhas para as obras mais estáveis que simples ranchos ou tijupares. Nos registos inquisitoriaes ha algumas alusões a olarias e oleiros. Na cidade “*Filipea cabeça da Paraíba*”, rezidia em 1595

Salvador "Gotterrez", desta profissão. Nas denúncias contra o nosso conhecido Bento Teixeira, consta referência a "*Bartholomeo Ledo que tem forno de tijollo*". Domingas Fernandes declarou perante a mesa que morava "*nas olarias que estão no termo de Igarasu defronte desta ylha (Itamaracá)*". Margayda (sic) Coelho "*moradora nas Olarias que estão perto de Maria Farinha*" depoz no mesmo tribunal, assim como Nicolau António, oleiro do engenho de Santo Amaro, também sito no Igarassú. Mateus Franco era um dos taes oleiros de João Paes do cabo, que se abrigaram na Paraíba, no tijupar ao lado de S. Francisco. António Fernandes, mais adeante, declarou que, "*ora aprende pera oleiro com António Alvares, mestre oleiro no trapiche de Bastião Coelho em Pojuca freguesia de Sam Miguel desta Capitania*". Luís Gomes era oleiro, filho de oleiro, colega do marido da amásia do famigerado cristão novo João Nunes, e de Manuel Ribeiro, também oleiro em Pernambuco.

"*Ter olaria no engenho*", escrevia Antonil, "*huns dizem, que escusa maiores gastos, porque sempre no engenho, há necessidade fôrmas, tijolo, e telha. Porém outros entendem o contrario: porque a fornalha da olaria gasta muita lenha de armar-se, e muita de caldear: a de caldear hade ser de mangues: os quaes tirados, são a destruição do marisco, que he o remedio dos negros. E além disto a olaria quer serviço de seis, ou sete peças, que melhor se*

*empregão no cannavéal, ou no engenho: quer oleiro com soldada, roda, e aparelho: e quer apicús, ou barreiro, donde se tire bom barro: e tudo isto pede muito gasto, e com muito menos se comprão as fôrmas, e as telhas, que são necessarias. O melhor conselho he metter hum crioulo em alguma olaria: porque este ganha a metade do que faz; e em hum anno chega a fazer tres mil fôrmas, das quaes o senhor se pode valer com pouco dispendio. Tendo porem o senhor do engenho muita gente, lenha, e mangues para mariscar de sobejo; poderá tambem ter olaria, e servirá esta officina para grandeza, utilidade, e comodidade do engenho”.*

Frei Miguel Arcanjo da Anunciação, escrevia na *Chronica do Mosteiro de S. Bento* que em 1597, compraram os beneditinos no Varadouro da vila de Olinda, a olaria, forno e casas de aposentos, de Gaspar Figueira e sua mulhér, Maria Pinta (sic), para aí construirem o convento. Pagaram caro para a época, por tratar-se de sítio ameno, bem situado como todo chão de convento da ordem, abastecido de água e outras comodidades, que o tornavam muito adequado ao fim.

Outro recurso de grande importância para construções, além da cerâmica, era o abundante madeiramento que se encontrava junto dos povoados. As matas davam o mais variado lenho imaginavel, desde o branco, mole, prestes seco, próprio para fôrros ou lenha, como a Copaoba, até o duríssimo

rival do ferro, que suportava os maiores pesos e resistia á ação corrosiva dos séculos. Os numerosos carpinteiros que figuram nos registos do Santo Officio viam-se abarbados com certas espécies, tão compactas, que embotavam o mais bem temperado instrumento de trabalho. A flora litorânea do nordeste, ia-se perder após algumas interrupções, nas Índias de Castela, percorrendo a costa onde se localizaram vários estabelecimentos europeus. Diria Labat, alguns anos depois de Brandônio, que, "*Si le bois de fer étoit d'un aussi bon debit en Europe que celui du Brésil, bresillet de Campêche, de la Jamaïque, de Sainte Marthe & autres especes de même genre, les habitans de Cayenne en chargeroient bien des vaisseaux*". O motivo de não o fazerem, segundo o domínico, vinha da preguiça dos guianenses. Mostrava-se o frade demasiadamente severo em o asserto porque os construtores auropeus, embora reconhecendo a superior qualidade da madeira americana, "*bois de l'Inde qui vient dans toute l'Amerique*", segundo Labat, raramente o empregavam. Fosse pelo custo (o transporte encarecido pelo volume e peso da carga), fosse pela rotina, fosse pela deteriorisação cauzada aos instrumentos, e difficuldades de cortar madeiras tão duras, o fâto é que, geralmente, as aproveitavam apenas como elemento de luxo na marcenaria. Nas construções navaes preferiam as espécies europeas que davam

bom resultado, como o pinho nórdico, facil de manipular, e resistente o quanto era preciso.

O próprio Labat, continuando a descrição das madeiras, dá as rasões: *“On appelle bois de fer blanc la seconde espece. Ce nom lui convient, parce qu’il est extrémement dur & de couleur blancheâtre. C’est le desesper des Tallandiers. Il faut qu’ils soient bien habiles pour donner à leurs haches une assez bonne trempe, pour qu’elles ne rebroussent pas sur ces arbres, ou qu’elles ne sautent pas en pieces. Les Negres ont souvent la malice de donner leurs coups a faux: il ne faut pas davantage pour faire sauter la hache. Si on ne cherche que la dureté dans un arbre, on la trouve à coup sûr dans celui-ci”*. Ocorrem na lista do frade árvores de grande porte e outras miudas, indicadas para os mais variados misteres, dentro e fora da carpintaria. *“Il y a des connaisseurs qui ayant à mettre en ouvre le gayac”,* prosegue Labat, depois de descrever a Simaruba, e a espécie, que os olandeses da Guiana chamam Letter hont, *“donnent la préférence à celui du Brésil & de la Guianne. Les Européens établis dans les autres parties de l’Amerique n’en demeurent pas d’accord. Je ne dois pas être juge de ce differend: il me doit suffire de faire la description de cet arbre que l’on trouve partout dans ce vaste continent, & dans les Isles qui en dépendent, & que la maladie que les Espagnols ont apportée en Europe, a mis en vogue”*. A respeito dos objéto

que se podiam preparar com a matéria prima, conclue o frade: "*Les ouvrages qu'on en fait, sont pour ainsi dire, éternels: ils ne craignent que le feu: mais leur pesanteur en rend le transport incommode*".

Os portugueses tinham maior experiência que os outros europeus quanto ás madeiras duras pela constante exploração das matas de regiões intertropicaes onde estavam suas feitorias. Os *Diálogos*, pelo porta voz Brandônio, enumeram: "*e assim (o) burapiroca, louro, dos quaes se aproveitão pera armações de casas... Outro páo, chamado quiri, que corta pelo ferro por ser mais duro que elle, cujo branco de fóra pôde supprir a falta do marfim em qualquer obra, e o amago de dentro demonstra as agoas e côres de um jaspe muito formoso... (que) me ocorreram á memoria entre os muitos de que podera fazer menção, as quaes são todos das capitánias da parte do Norte do cabo de Santo Agostinho: porque das do Sul tenho pouca noticia*".

Menos familiarizados com as temerosas essências eram os olandeses, pelo que se infere da correspondência trocada, em 1636, entre os diretores daquí e os da Olanda da *W. I. C.* Os lusos, pelo contrário, em data muito anterior, tinham um cronista excecional de cousas brasílicas em Gabriel Soares de Sousa. Tratou o senhor de engenho a flora da região em que não estivera Brandônio, mas que muito com ela se parecia, apenas separadas pela boca do rio S. Francisco. Mencionava a "*Quapa-*

*raiva é outra arvore real muito grande, de que se acham muitas de trinta e quarenta palmos de roda, cuja madeira é vermelha e mui fixa, que nunca se viu podre: de que se fazem gangorras, mesas, virgens e esteios para engenhos e outras obras: e acham-se muitas arvores tão compridas d'esta casta, que, cortadas direito, o grosso da vigas de oitenta a cem palmos de comprido, fora o delgado, que fica no mato, de que se fazem frexaes e tirantes dos engenhos. Estas arvores são naturaes de arêa vizinhas do salgado, e são tão pesadas que em lançando a madeira na agua se vae logo ao fundo”.*

O mesmo acontecia á Jutaypeba, da Ubirauna (Barauna), do Jacarandá, e “Sabucaí... arvore real que nunca apodreceu, assim debaixo da terra como sobre ella... cuja madeira é vermelhaça, dura e tão pesada que se vae ao fundo... Quando se cortam estas arvores, tinem nellas os machados, como se dessem por ferro, onde se quebram muitos”. A “Maçarandiba é outra arvore... da vizinhança do mar... côr de carne de presunto, e tão dura de lavar que não ha ferramenta que lhe espere, e é tão pesada que se vae ao fundo”. O mesmo sucedia com a Ubirapariba e Urucurana, muito boa para “obras de cazas... tem a côr de carne de fumo”, e muitas outras de terras fracas, areentas, onde as árvores demoram séculos para chegar ao porte descrito por Gabriel Soares. Havia muitas de terras boas, mais fáceis de lavar, como a Mucetayba e o Jataymondé, “cuja madeira é amarella de côr for-

*mosa muito rija e doce de lavrar e incorruptivel; e tão pesada que se vae ao fundo; e não se dá em ruim terra".* E assim também, "a que os Portugueses chamam angelim, e os indios andurababapari... (que dava) obras dos engenhos e das cazas de vivenda". Idem o Jequitibá, uma das maiores árvores do Brasil, que segundo consta, era protegido por um decreto real, de onde o seu nome científico *Couratiari legalis Mart.* que orijinou a expressão "madeira de lei". Sobre a grande árvore escreveu Hoehne um opúsculo em que mui justamente lhe atribue a soberania da floresta tropical.

Ao lado dos gigantes encontravam-se árvores meãs que foram descritas pelo cronista, como a mal cheirosa Ubirarema e o Camaçari, "*para toda obra das cazas, de que se faz muito taboado para ellas e para os navios*". Medrava em terreno fraco, e era muito boa de lavrar, e melhor de serrar; dela também se faziam mastros para navios. Terminava Gabriel Soares dizendo, "*E porque se não pode aqui escrever a infinidade das arvores e hervas que ha pelos mattos e campos... nem as notaveis qualidades e virtudes que tem, achamos que bastava pera o proposito d'este compendio dizer o que se contem em seu titulo; mas ha-se de notar que aos arvoredos d'esta provincia lhe não cahe nunca a folha, e em todo anno estão verdes e formosos*".

Nas condições do Brasil quinhentista e seiscentista, só mesmo o rústico português, auxiliado por

índios selvajens, negros e robustos mestiços, podia intensivamente desfrutar a terra. Assimilava os métodos indígenas, aperfeiçoava-os com as suas próprias observações da natureza, procurava em decênios de convívio conhece-la com a paciência e o interesse de velho agricultor. Detinha-se porém aí. Alguns autores olandeses, mesmo sem inimizade, consideravam o artífice português muito abaixo em proficiência ao norte-europeu. Na resenha de Waetgen vemos que, em geral, não n'ó tinham por bom operário, nem lhe temiam a concorrência. "*Prestava um serviço lamentavelmente insuficiente, e gostava de mandriar, valendo-se dos incontáveis feriados*" da igreja católica, mas si não era comparavel ao flamengo no apuro do trabalho, em compensação, por ser muito mais rústico, adaptava-se ao meio com incomparavel facilidade. Pouco sofria da falta de conforto e das privações da brusca mudança de ambiente. Tampouco, não o atemorizavam a magnitude da natureza e a resistência do granito ou das madeiras encontradas nas capitanias. Nem o Pequeihi de Gabriél Soares, com que se faziam maquinismos para engenhos, Jacarandá para marcenaria, ou a pedra brasílica muito mais dura, que a europea de construção ou o mármore de Liós empregado nos edificios nobres de Portugal, conseguiam impressiona-lo. Já vinha do reino treinado pela arte de cantaria portuguesa, que permitiu, antes e depois da Renascença, a ereção de monumentos dignos de Roma antiga. A vantagem

era tão manifesta, de um artífice sobre o outro, que os olandeses tiveram por fim de recorrer aos operários que desprezavam, pela falta de melhores que a rudesza do ambiente afugentava.

Os muros de taipa, feitos de argila escolhida pelo negro á moda africana, misturada com ingredientes do lugar, eram reforçados pelos blocos de pedra aparelhada pelo pulso lusitano, nos ângulos das casas grandes, nos caixilhos de portas e janelas, nos cães de pedra, que sustentavam os balcões, nas soleiras, alicerces, escadarias e outros pontos em que a taipa ou o tijolo podiam esboroar-se. E a magnífica solidês conseguida, perdurou através do tempo, atestada pelos vestígios que escaparam á furia da guerra, e se mantiveram sobranceiros até nossos dias.

Na Paraiba, então apêndice de Pernambuco, conta Brandônio que um "*homem nobre particular neste Brasil*", talvez Duarte Gomes da Silveira, "*ousou prometter a todas as pessoas que fizessem casas na cidade, que então de novo se fabricava, sendo de pedra e cal de sobrado a vinte mil reis por cada morada de casas, e a dez mil reis, se fossem terreas; e assim o cumpriu por muito tempo, com se haverem alevantado muitas moradas, sem disso se lhe conseguir algum proveito mais do desejo que tinha de ver augmentar a cidade*". Em Pernambuco, a *Carta Geral Olandesa* de que fizemos ha pouco menção, informava a respeito da população

portuguesa encontrada na colônia, *“a da cidade e do começo é muito suja em si e nas casas. Dispõe de escassos utensílios domésticos, e nas comarcas agrícolas, vive em miseráveis cabanas de argilla... O orgulho de suas mulheres abastadas é possuírem mais pratas para banquetes que as amigas... Nas paredes não se vêem quadros...”* Tampouco, nesta narrativa, pensamos que haja deturpação por efeito de inimizades políticas, antes nos parece sincera. O povo ibérico morava em regiões de pouca água, onde o cristianismo enxotara os mouros, e perdera com a engenharia hidráulica, o hábito dos banhos e dos interiores aceados. O tom depreciativo da referência vem mais da inevitável comparação que o flamengo praticava, juxtapondo a casa portuguesa quinhentista, ainda mais singela e descurada na América, á residência olandesa, produto de um povo rico, de clima frio, habituado a cercar-se de conforto material, e que, no momento, atingia o fastígio da perfeição na arte decorativa.

Um pirata inglês assegura, na cola do flamengo, ao descrever casas pernambucanas, que eram incômodas, desprovidas de chaminés, acostumados os habitantes a terem perto de si, braseiros onde a carne assava até cair aos pedaços. A fumaça, o cheiro de comida, a fuligem que recobria as paredes, impelia os moradores para a varanda, onde pelo menos podiam respirar. O sacrifício era menor do que pensava Charles Johnson, pois a temperatura

tornava o ar livre muito mais apetecível que os interiores de tétos baixos, janelas e portas estreitas, onde viviam os súditos dos Tudors. Os portugueses do engenho, passavam o dia no alpendre alto, mais para vigiar o trabalho dos escravos, do que por outro motivo, e, nas cidades abrigavam-se nas rótulas mouriscas através das quaes podiam falar com os conhecidos, espreitar os visinhos e divertir-se com o seu maior passatempo, o vae-vem dos transeuntes em Olinda pela ladeira da Misericórdia, ruas Nova, de S. Lourenço, de João Afonso ou do Rocha.

\* \* \*

São lacônicos os documentos que possuímos sobre o mobiliário em Pernambuco no primeiro século de ocupação portuguesa. A devoção fazia com que houvesse na residência de ricos e pobres imajens pintadas de santos, ou estatuetas guardadas em oratórios, de valor condizente ás posses do dono, algumas trazidas da Europa, outras, produto dos imajinários estabelecidos na colónia, mantidos pela devota freguesia. A denúncia de André Pedro, flamengo, referia-se a "*hum retabollo de pao grande de largura de alguns quatro ou cinco palmos pouco mais ou menos, no qual... estavam, pintadas imajens de santos... de tintas a oleo*", que o judeu André Gomes colocara sobre um "*servidor vaso immundo*". Que preço não teria hoje, uma pintura quinhentista

deste porte! Os santos eram encontrados em qualquer aposento, independentemente dos que estavam na capela do engenho, ou dependurados em formato de miniatura nos pescoços dos fieis, por baixo das vestes.

Nas casas mais opulentas, notavam-se camas, resultado do hábito dos donos europeus. Quando o jesuita Cristovam Gouvea esteve em Pernambuco, em fins do seculo 16, grandes proprietários moravam, segundo Fernão Cardim, em "*fazendas algumas vezes... maiores e mais ricas que as da Bahia; e nellas lhe fizeram grandes honras e gasalhados... em leitos de damasco carmesim, franjados de ouro, e ricas colcha da India*", luxo que o padre visitador recuzava, preferindo a sua rêde de costume. A maioria dos povoadores adotava quasi sempre no fim de algum tempo o meio de repouso indígena, rêdes "*das em que se costumão dormir neste Brasil*", declarava João Baptista, na sua denúncia contra o Lessa sapateiro. Para a latitude nada havia de mais igiênico e agradável, e encontramos num outro lance de Cardim: "*Sobretudo tem este Brasil huma grande commodidade para os homens viverem que não se dão nella persobejos, nem piolhos, e pulgas ha poucas*", embora "*entre os Indios, e negros da Guiné achão piolhos*". Era a vantagem das rêdes fáceis de lavar e limpar, onde não existe esquadria de madeira para esconderijo dos maiores inimigos do pobre. Os banhos de cuia ou

natação, favorecidos pelo clima e pela fartura de água, também concorriam para a ausência de sevandijas, o que seria um ceu aberto para o descanso si não fossem os pernilongos, flagelo da colônia.

As rêdes formavam insinificante volume quando levadas em viagem, fáceis de armar a qualquer momento, sem longa detença para o dono. Amarradas ás pontas de um pau, sustentadas por dois escravos, serviam igualmente para transporte na vila, e em viagens, de mulheres, creanças, doentes e mortos.

A rêde tinha uma importância enorme, como elemento de repouso, ou de transporte, e dizem que arruinou muito senhor de engenho, por amolenta-los, quando era preciso vigiar a escravaria e tratar de negócios inadiáveis.

\* \* \*

Outros móveis e objéto caseiros, mesas, aparadores, cantareiras, bancos, mochos, etc... eram copiados dos existentes no reino. Papeis antigos referem-se a cadeiras e leitos "de Condurú". O Jacarandá servia para as arcas onde se guardavam a roupa, a louça da India, ou o dinheiro. Quasi todas as madeiras decorativas foram logo empregadas no mobiliário e muitas voltavam ao Brasil depois de trabalhadas pelos marceneiros do reino. Os *Dialogos* citam as "*madeiras pera casas e obras primas de escritorios bofetes, leitos e outros semelhantes*".

A não ser um ricaço, como João Paes do Cabo, um perdulário, como Felipe Cavalcanti, ou os donatários, que teriam móveis europeus, os da colônia eram mais toscos, acaso com alguns enfeites de Suaçucanga nos mais adornados. Havia também a madeira “*que o gentio chama copaubuçu*” diz Gabriel Soares, para gamelas, algumas das quaes podiam chegar a cinco ou seis palmos de largo por oito de comprimento, rivalizando com as de cerâmica indígena, ou as trazidas do oriente e do reino. Na manufatura de cestos, que a todo momento eram requeridos nos trabalhos caseiros, ou do engenho e comércio, ou ainda no transporte de gêneros, davam bom resultado os Timbós, que tanto serviam para amarrar as palmas dos telhados como para forrar cadeiras e tecer cestos finos, enfeitados com os caprichosos desenhos de Eckhout reproduziu nos seus quadros de Pernambuco.

Quando no interior do lar, as mulheres, sentavam-se no chão, sobre esteiras de fibras colhidas nas visinhanças pelos esteireiros, ou sobre tapetes do oriente, trazidos das feitorias onde os portuguezes costumavam commerciar. As primeiras eram macias e frescas, confeccionadas na casa grande do engenho, ou nas aldeas próximas de índios doutrinados, não podendo as sinhás e mucamas dezejar mais agradável repouso no calor nordestino. A mulhêr brasileira de então cazava cedo, dos dez aos quatorze anos, logo deformada por incessantes maternida-

des. Fazia pouco exercício, apreciava as guloseimas assucaradas, terríveis para engordar, e não raro se tornava imensamente obesa. Falava com diapação agudo, que repercutia, estridente, dos aposentos até a senzala, quando expendia ordens, ralhava ameaçava, castigava ou chamava a prole e as escravas. A sua atividade manifestava-se em gritos, porque os movimentos lhe eram dificultados pela gordura. O monstruoso retrato de uma dama pertencente a família Garcia de Avila, que Pedro Calmon reproduziu na sua *História da Casa da Torre*, deve ser dos mais fieis. A senhora do engenho, aos trinta anos de idade, parecia um vago galeão, carregado de assucar, cada vez mais bojuda com o irreparavel estrago do tempo, ofegante, saindo raramente, só em festas e viajens, transportada nessas ocasiões em rêdes ou cadeirinhas.

No giniceu colonial, liberta das sedas, joias e veludos das solenidades, derramavam-se-lhe as enxúndias em largos camisolões, que mal deixavam aparecer a ponta dos pés, quando sentava á moda árabe, no meio do aposento, as pernas cruzadas sob o ventre transbordante. A precoce monumentalidade impedia cômoda posição na rêde, onde os quadris, nádegas e peitos da senhora pendiam ora de um lado, ora de outro. Os filhos vinham ainda complicar o problema. A qualquer momento do dia era visto um fedelho manhoso a espernear no vasto colo maternal, constituindo o choro dos herdeiros

brancos e das crias multicores a música diária da casa grande. Convinha daí colocar-se a mãe o mais perto possível do solo, onde as suas banhas encontravam base firme, e os seus rebentos não corriam risco de calamitosas quedas, que punham os aposentos da sinhá dona em polvorosa. Gritos, ralhos, choradeira, tornavam aqueles domínios femininos o lugar mais rumoroso do engenho.

A posição da matrona feudal, amontoada no centro daquele universo, também lhe facilitava a direção dos trabalhos caseiros, trazendo espalhados em torno de si as chinelas, os doces, e os utensílios de costura, todos ao alcance da mão polpuda. Mais longe ficariam a roca e o fuso para entretenimento de uma filha ou outra parenta qualquer. Num tear labutavam, asafamadas, pretas ladinas, sob o terrível olhar da sinhá, tecendo os panos triviaes para brancos e coloridos, e pelo chão na mesma atitude da dona, mas sem esteira, as escravas cosedoras.

• \* •

Depois de enriquecido, comprazia-se o senhor de engenho em alardear riqueza no luxo da roupa, a despeito das pragmáticas suntuárias decretadas pelos governos. Para dar idea do que era o espirito reinante a respeito, basta ler o Regimento outorgado a Tomé de Sousa, onde se nos depara o seguinte parágrafo: "*Levareis o trelado da ordenação porque*

*tenho mandado que em meus reinos e senhorios não posa pesoa allgũa de qualquer calidade que seja trazer borcados nem sedas nem outras cousas contheadas na dita ordenação e tanto que chegardes a dita Bahia mandareis logo o notificar nela e enviareis o trelado na dita ordenação asynado por vos aas outras capitânicas pera que se pobrique nelas e se guarde inteiramente. E da dita noteficação se fará auto em cada capitania o qual se treladará com a dita ordenação no livro da camara pera do dia da noteficação em diante se eyxecutar as penas da dita ordenação nas pesoas que nelas encorerem”.*

Veamos neste ponto, como se cumpriam as ordenações que S. M. tanto encarecia e recomendava fossem publicadas nas capitânicas. Diz-nos o jesuita das *Informações da Provincia do Brasil*: “Para vestir ha muito algodão que se encontra em umas arvores frescas como sabugueiros... As mais cousas de vestir vem da Europa, isto é, velludos, razes, damascos, tafetás, panos finos e baixo de toda sorte, hollandas e lenços de linho. Os homens e mulheres portuguezes, nesta terra se vestem limpamente de todas as sedas, velludos, damascos, razes e mais pannos finos como em Portugal, e nisto se tratam com fausto, maximé as mulheres, que vestem muitas sedas e joias e creio que levam nisto vantagem, por não serem tão nobres, ás de Portugal e todos, assim homens como mulheres, como aqui vêm, se fazem senhores e reis por terem muitos escravos e

*fazendas de assucar por onde reina ocio e lascivia e o vicio de murmurações geralmente". O luxo dos senhores contrastava com a primitivês dos que lhes ficavam próximos: "Os Indios da terra de ordinario andam nus e quando muito vestem alguma roupa de algodão ou de panno baixo e nisto uzam de primores a seu modo, porque um dia saem com gorro, carapuça ou chapeo na cabeça e o mais nu; outro dia com seus sapatos ou botas e o mais nu, outras vezes trazem uma roupa curta até a cintura sem mais outra cousa. Quando cazam vão ás bodas vestidos e á tarde se vão passeiar somente com o gorro na cabeça sem outra roupa e lhes parece que vão assim mui galantes.*

*As mulheres trazem suas camisas de algodão soltas até o calcanhar sem outra roupa (este hábito fôra uma imposição dos missionários) e os cabellos soltos e quando muito entrançados com uma trançadeira de fita de seda ou de algodão, mas homens e mulheres de ordinario andam nus e sempre descalços". Os padres vestiam-se como em Portugal, mas quando lhes faltava o necessário, tampouco se "amofinavam, porque a terra não pede muita roupa e quanto mais leve e velha tanto é melhor... e o andarem descalços é uso da terra".*

Voltando a um senhor de engenho, referiu-se o florentino Sasseti, embarcado em uma nau portuguesa com destino á Índia, ao mais suntuoso deles em Pernambuco, exilado da culta Florença por

conspirar contra os Mêdicis: “*Dizem que Felipe Cavalcanti tem grande estado, com muitos pajens e cavalos, e gasta na casa por ano mais de cinco mil escudos*”. O padre Cardim assistiu o casamento de “*uma moça honrada com um viannez, que são os principaes da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de carmezim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias côres, e os guões e sellas dos cavallo eram das mesmas sedas de que iam vestidos...*”. .Dá-nos o quadro vontade de transpirar, a despeito do intervalo de séculos, quando ouvimos descrever daquela gente cheia de vinho e coberta de atavios, no calor de Pernambuco. O cacique Mitaguaya, por uma questão de prestígio, quiz imitar aqueles brancos ricos, e apresentou-se aos jesuitas de espada á cinta, vestido de damasco com passamanes de ouro.

Moradores havia que se tornavam suspeitos de judaismo por exhibirem aos sábados roupões de frisa, toucados alvos, saia de matís claro, camisa lavada. A cristã nova Inês Fernandes teve a ousadia de apresentar-se em dia de trabalho, “*de festa com huã saya de tafeta azul e jubão de olanda lavado e toucado na cabeça*”, segundo denunciou a censora Ângela Antónia. Outras veses, acuzavam os trâmites processuaes umas tantas suspeitas que não tinham prosequimento, desfazendo a própria denunciante o que enredara. Catarina da Mota denunciou Catarina de Figueiredo, porque se vestira, “*...de huã*

*saia de pano bom azul nova chaã e de outra saia vermelha boa tambem chaã e de camisa lavada e de jubão lavado de Olanda ou de linho muito alvo com sua coifa lavada na cabeça”, mas, depois acrescentou, que a denunciada parecia boa cristã, até devota, comparecendo á igreja nos domingos, “muito bem tractada com vestidos de seda, jubão de setim, saia de damascô e outras doutras sedas e com barras de veludos e que nenhus destes vestidos de sedas nem barrados lhe vio nos sabbados”. A roupa branca lavada é que tinha o dom de provocar particular escândalo.*

Ruy Lopes pareceu suspeito de praticar judaismo ao francês João Picardo, porque aos sábados *“lhe via a camisa lavada de manteu de festa vestido de lavado do mesmo sabbado e lhe via o vestido preto mais novo do que costuma trazer pella semana que era huã capa preta de baeta e huã roupeta que lhe parece do mesmo e que... pella semana trazia outro vestido tambem preto mas mais velho e mais usado, o qual vestido da semana elle denunciante lho vio tambem vestido alguns domingos”*. Não podia haver dúvidas, segundo pensava o Picardo: o homem era mesmo judeu, pois guardava os sábados, aprimorava nesse dia o traje, e voltava no domingo a trabalhar e vestir a roupa do resto da semana. Em outras ocasiões, era mais difficil emitir juiso acerca de suspeitas de judaismo, como succedeu a Tomás Nunes, sibarita reinol barcelense, que diaria-

mente mudava de camisa. Também não lhe viam diferença nos fatos, "*porque elle tinha dous vestidos hum de gorgorão preto e outro de serguelha pardilha os quaes vestidos trazia óra hum óra outro pella semana e domingos e dias santos e que nos sabbados de trabalho também óra vestia hum óra outro*".

Com o batismo compulsório e a obrigação de uzar nomes portuguezes, os judeus das colónias passaram a arvorar attributos fidalgos. O licenciado André Magro de Oliveira especifica, na sua denúncia, que vira numa quinta feira de Endoenças "*huns homens cristãos novos... com suas espadas na cinta*". No final de contas, era justo que assim acontecesse, porquanto, nos momentos de aperto, quando a população se via ameaçada por índios e corsários, eles tinham de dar contribuições em dinheiro (emprestando quantias a juros), e pelejar com os demais habitantes.

Para dormir, adotavam os brancos amplos camisolões, iguaes aos usados pelas creanças europeas á noite, e mulheres indígenas durante o dia. "*Antigamente*", diziam os *Dialogos*, referindo-se ao gentio, "*e ainda até hoje no sertão, andavam e andam todos despidos*". Pelo que, comentava Alviano, "*Deviam ouvir contar do nosso padre Adam, emquanto esteve em tempo de graça*", continuando Brandônio, a explicar como "*...Já agora o gentio que habita entre nós anda coberto, os machos com uns*

*calções e as femeas com uns camisões grandes de de panno de linho (em realidade algodão) muito alvo, e os cabellos ennastrados com fitas de seda de diferentes côres, costumes que introduziram entre elles com assás trabalho os Padres da Companhia; porque não havia quem os fizesse apartar da sua natureza, que os incitava a andarem nus”.*

Os rapases dos povoados, brancos, mestiços, indíos ou negros, vestiam calções, prendendo uma camisa simples, e conservavam-se descalços como os escravos ou adultos pobres e trabalhadores da capitania. Vimos que o Maniquete atava um trapo no pé, quando, no dizer das más línguas, pretendia dar sinal de ajuntamento aos cristãos novos. Um documento administrativo da época manda dar roupa aos degredados, que alegavam não poder trabalhar por estarem nus, e num outro, ordenava el-rei pelo seu vedor da fazenda, Fernão Alvares de Andrade, que aos desterrados constantes na armada de Tomé de Sousa, fossem repartidas jorneas, gualteiras, calções e camisas (32).

Os escravos viviam quasi despídos, porque os amos, apesar de todas as admoestações dos missionários, não estavam para muitas despesas com o vil rebanho da senzala. Um pedaço de talagarça bastava para coloca-los de acordo com o mínimo exigido

---

(32) Documentos pub. pelos Anais da Biblioteca Nacional.

pela moral cristã. O calção que davam aos trabalhadores do eito, era o substituto do estojo peniano que nas roças e caminhadas através das matas, deviam resguarda-los dos espinhos e outras causas de ferimentos. Descreve Servais Carpentier (33) como os leigos portugueses, sucessores dos missionários, colocavam nas aldeas de índios um feitor, encarregado de obriga-los a trabalhar 25 dias por mês, durante os quaes cada um tinha de fiar 5 varas de pano de algodão. Cobravam ainda, um tostão por cabeça, retendo-lhes o pano quando não fossem satisfeitos. A vestimenta no geral, não ia além do necessário para satisfazer a exigência do pudor, como entendiam os padres, pouco entrando como agasalho, dizendo o princípio geral que norteava os lavradores na matéria, serem necessários apenas 3 P á escravaria, a saber, pão, pau e pano.

Os relatórios olandeses de 1637 informam que os índios livres, visinhos e aliados dos brancos, consentiam em trabalhar só para obter o necessário ao seu vestuário, "*quando muito, oito varas de panno grosso ou alguma pouca roupa, o que de ordinario corresponde a 20 ou 24 dias de trabalho*" (34). O padre Cardim, ao referir-se aos obstáculos com que os missionários lutavam para vestir o índio de forma decente, lamentava que apenas mal o conseguiam

---

(33) Commelyn.

(34) id.

porque o gentio se cobria não por honestidade, “mas por cerimonia, e porque lho mandão trazer, como se vê bem, pois alguns saem de quando em quando com umas jornaes que lhes dão pelo umbigo sem mais nada, e outros sómente com uma carapuça na cabeça, e o mais vestido deixão em casa (para uza-lo nos dias de festa): as mulheres fazem muito caso de fitas e pentes”. A relutância dos índios vinha da coação, pois onde aparece o dever intervém o desejo de contraria-lo. Muitos, pelo contrário, pretendiam, como o cacique Mitaguaia, o Braço de Peixe, ou os companheiros de Razilly apherentar importância imitando o modo de trajar dos brancos. Os etnógrafos modernos, que vizitaram malocas de selvajens perdidos no centro de Goiás e Mato Grosso, contam que os hóspedes não tiravam mais do corpo as roupas que se lhes davam, conservando-as noite e dia. No século 16, via-se o mesmo onde intervenções aborrecidas não enfadavam o gentio. Um mandado do provedor António Cardoso de Barros, de 1550, ordenava que fosse levada em conta a João de Araujo, uma porção de objetos para resgates, fazendo também alusão a seis côvados de “friseta vermelha”.

O padre Nóbrega, examinando como o gentio e os escravos pretos trabalhavam a matéria prima de que dispunham no Brasil, pedia lhe mandassem tecelões do reino, que encontrariam facilidade em preparar “in loco” o pano necessário aos

estudantes e catecûmenos. Anchieta concordava, dizendo, na sua enumeração dos recursos da terra que, "*para vestir ha muito algodão*". Mas, além desta fibra, outras eram aproveitadas na confecção de lincas, como o Embirití, referido por Gabriel Soares, de cujo "*entrecasco... se tira envira (imbira) branca, com que se fazem cordas tão alvas como do algodão... que fazem os negros de Guiné d'elle pannos de cinco e seis palmos de largo, e do comprimento que querem; os quaes amassam e pisam com uns paós com que os fazem estender, e ficam tão delgados como lona, mas muito macios, com os quaes se cingem e cobrem*". Eram, porém, produtos de emergência, visto que a fome de braços da lavoura poucos artífices deixava disponíveis para outros misteres. Na *Descreeção da Fazenda que o Collegio de Santo Antão tem no Brazil e de seus rendimentos*, resenha dos bens dos jesuitas na principal colônia lusa no século 17, pelo padre Estevam Pereira, consigna no item dos Negros: "*De seu vestir ao meos uns calçois de burel, de 2 em 2 annos, e as femeas seu manteo em outro tanto tempo e aos barqueiros, que são 13 sem capote, em 80 negros ao menos importa huma vistidura 239 varas, a duas para calção, e 3 para manteo, e capote, vem a cada anno 119 varas e mea a 160 reis, 19\$120*".

A gente de trato, fidalgos, e vilões de behetria enriquecidos (portanto, de pele mudada), calçavam botas, sapatos ou borzeguins, e mais tarde, sob influência espanhola escarpins. As côrtes de Évora itnham pedido a el-rei proibições, que por muito tempo vigoraram, a estatuir que os escudeiros e outra gente limpa deviam vestir londres, os profissionaes de officios mecânicos e "*outra gente de baxa mão*" e suas mulheres, deviam vestir-se de bristol, ou qual quer outra qualidade desde que fosse a esta inferior, e não deviam "*calçar nenhũn borzegill nem cervilhas nem pantufos nem chapis nem suas molheres... botinas... nem tragam çapatos coorados senam pretos*" (35). Os lavradores deviam ter botas, com proibição de uzar borzeguins, cervilhas, chapins e sapatos de côr, a não ser brancos e pretos. Os chapins, a que se referem os éditos, assemelhavam-se aos atuaes sapatos femininos, que repouzam sobre muitas solas sobrepostas, formando alto soco preso ao pé por fitas ou correias. Nas colónias taes disposições relaxavam-se e luxava quem queria, e do modo que melhor lhe aprouvesse, andando cristãos novos de espada á cinta, e o mulherio sem a oprobiosa enxaravia que traçava a linha de separação entre as alcoviteiras e marafonas e as mulheres honestas.

Na casa desaparecia o luxo para ficar apenas a comodidade, a maior parte dos povoadores de baixa

---

(35) Ordenações Manuelinas.

origem, esparecendo de chinelos, ou simplesmente descalços, e de ceroulas, como estava o Antônio, creado de Gonçalo Gonçalves, quando á noite folgava de um modo algo suspeito entre os seus companheiros. A permanência em trajes menores não era tão inconveniente nas colónias como no reino, onde o seu habitante passaria sem as vestes que geralmente o afogavam a exalar com demasiada intensidade o cheiro de corpo mal lavado. A facilidade de se tomar banho nos rios, ribeirões e riachos (onde se faziam casinhas para este fim), tanto á roda das residências urbanas, como das ruraes; a tradição indígena, assim como o calor reinante, incitavam os coloniaes a um maior aceio que o comum da Europa. Vivia a gente brasileira muito mais limpa, no corpo e na roupa do que os europeus. No Brasil não havia longas interrupções de banhos causadas pelo inverno setentrional, e de qualquer maneira, mostrava-se a gente menos carregada da bicharia a supliciar todo indivíduo que se arriscava num navio seiscentista. A imundície na América, era quasi privativa do imigrante recém-chegado, e dos escravos da senzala. Pelo que descrevem os cronistas das travessias marítimas, a quantidade de parasitas que atacava os passageiros atingia o ináudito. Si assim era nas recâmaras superiores, imaginemos o que não sucederia nos porões, onde apodrecia imerso em excrementos o cativo remetido para os engenhos.

A faceirice feminina devia conservar, a despeito da abundância de água, o hábito dos perfumes que outrora lhe disfarçavam o suor fermentado. Não encontramos em documentos antigos referências ao assunto, mas é provavel que existissem, mesmo sem ser em forma de defumador nas residências nordestinas. As antigas relações entre os portugueses e os povos do oriente peritos em aromatas autorizam a suposição. O uso de perfumes sempre foi uma velha predileção dos meridionaes, desde as *Schoeniculæ*, rameiras apreciadoras de essências baratas mencionadas por Pláuto, de sorte que os portugueses receberiam no caso, tanta influência árabe como romana. Os jasmims das terras quentes, a flôr de laranjeira, a rosa, o cravo, e mais flores da Europa, da Índia, e da África, misturavam-se no jardim colónial com as da América, sendo difficil que não inspirassem ao eterno feminino aproveita-las como elemento de sedução. A fonte dos *Dialogos* diz-nos que do arbusto Araribá, tirava-se "*tinta eccellente em ser vermelha, muito mais fina e subida na côr que a do páo do Brasil, e della se aproveitam as mulheres para o rosto*". Por aí se vê que Olinda acompanhava as côrtes europeas no uso do "*rouge*" espalhado sobre as faces do séquito dos reis e imperadores. Uma cristã nova, Isabel Martins, foi denunciada em Pernambuco no ano de 1591 porque aos sábados "*veste bons vestidos e pom posturas no rosto*".

A rouparia dos elegantes, começava pelo “lenço”, com que era designado o linho de bretanha e olanda, das camisas tão apreciadas em Portugal, e mais ainda na colônia. Guardavam-n’a as arcas, onde provavelmente haveria ramos de alfasema a perfumar os atavios, que nas grandes ocasiões contribuíam para a bôa sombra das senhoras da governança. Segundo a informação de Brandônio, apresentavam-se com grande apuro: *“E eu vi já affirmar a homens mui experimentados na côrte de Madrid que se não traja melhor nella do que se trajam no Brasil os senhores de engenho, suas mulheres e filhas, e outros homens afazendados e mercadores”*. Nada faltava aos elegantes nas “logeas” de Olinda “colmadas de mercadorias de muito preço”, onde se encontravam o que havia de melhor no reino, “pannos finissimos, brocados maravilhosos”, e sedas, tecidos e, “toda sorte de laçaria”, vindas do oriente, com outros objéto para uso pessoal e ostentação da casa, “que tudo se gasta em grande cópia na terra”.

Cardim confirma o contemporâneo, ao traçar o quadro da sociedade “parvenue”, que visitou em 1583, dizendo que a gente do lugar era honrada, isto é, possuía grandes cabedaes, havendo “homens muito grossos de 40, 50, e 80 mil cruzados de seu”, mas alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhe morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. Vestem-se, e as mulheres e filhos de

*toda sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, ... os homens... briosos... (todos) mudados a festas”, tendo o padre Cardim celebrado com grande pompa a Assunção de Nossa Senhora, “á petição dos mordomos, que são os principaes da terra, e alguns delles senhores d’engenhos de quarenta e mais mil cruzados de seu. Seis delles todos vestidos de veludo e damasco de várias côres me acompanharam até o pulpito, e não é muito”, rematava o padre, “achar-se esta policia em Pernambuco, pois é a Olinda da Nova Lusitania”.*

## ALIMENTAÇÃO

Assim como a civilização europeia é chamada do trigo, e a asiática, do arrôz, também poderíamos apelar a brasileira de pertencente á mandioca, pois durante muitas décadas, dependeu a vida do homem colonial da produção desta farinha. As muitas variedades de prepara-la não só alimentou as populações brasileiras como ainda se estendeu para outros continentes, levada pelos navios portugueses onde substituiu a clássica bolacha marítima. Um século depois do descobrimento, o Brasil abastecia com farinha de guerra os presídios e missões africanas (36), podendo José Rodrigues de Melo aplicar ao império lusitano os seus versos:

*“Brasiliae populo concessam munere Divum  
Radicem... plantae primum qui cultus habendae  
Conveniat”.*

As fontes olandesas que versam os povoadores portugueses, como a *Carta Geral do Governador*

---

(36) v. I vol. desta obra, cap. Início do Tráfico Africano para o Brasil.

*Conselho de Pernambuco*, descrevem-n'os geralmente, frugaes em extremo, ou melhor, pobres na alimentação. “*No comer e beber os portuguezes são pouco exigentes. Vivem de pão e mandioca, legumes e peixe seco. Comem alguma carne especialmente quando ha hospedes á mesa. Geleas e frutas cristalizadas são muito estimadas entre jovens e velhos, consumidas em enorme quantidade*”. Mas antes de haver fartura de assucar, e dos rebanhos povoarem as várzeas alagoanas, e os úmidos vales da costa leste-oeste, a alimentação tinha que se reduzir ao alimento que tanto impressionava os olandeses. Nas terras inferiores, onde a cultura da cana era pouco remuneradora, preferiam plantar mandioca “*qui porte une racine*”, conta Commelyn, “*dont on fait la Farinha de Pao, lesquelles (lavouras) sont appellées des Portugais Rossas, & cette lavoura de Rossas de Farinha sert de pain (sic) aux paysans qui les plantent*”.

Alviano pergunta a esse propósito, nos *Dialogos*, a Brandônio: — “*Pois dizei-me se usam todos geralmente, de comerem farinha da terra?*”, a que responde o interlocutor: “*Alguns, e não poucos, usam tambem de pão, que mandam amassar e cozer em suas casas, feito de farinha que compram do Reino, ou mandam buscar ás casas das padeiras, porque ha muitas que vivem desse officio*”. Devia ser requinte de ricos, e visível só nas cidades marítimas, dizendo Commelyn: “*Pour les riches ils mangent du frou-*

*ment qui vient de Portugal, de Rio de Jenero, & de Saint-Vincent*”, no tempo em que os Campos de Piratininga eram um celeiro de trigo, uva e mandioca.

A importância das farinhas indígenas não diminuía pela predileção de alguns ricos por outras exóticas. A da terra, além de ser facilmente produzida até em zonas de solo pouco fértil, tinha ainda a enorme vantagem de poder conservar-se por muitos dias no clima intertropical, guardada nos rudimentares recipientes de que dispunham os seus habitantes. Ao lado da farinha de peixe, e da passoca, também reveladas aos brancos pelos índios, era dos poucos alimentos que se podiam manter onde não havia inverno. Às vezes, bichavam quando mal preparadas, expostas aos insetos, ou á umidade do ar, mas este era um inconveniente somenos para o invasor recém saído do galião, em que se alimentara de bolacha pôdre, crivada de vermes.

Gabriel Soares escreve, no *Tratado*, que a farinha de mandioca era muito mais sadia e proveitosa que do trigo, parecendo de melhor digestão: “*E por se averiguar por tal, os governadores Thomé de Sousa, D. Duarte e Mem de Sá não comiam no Brasil pão de trigo, por se não acharem bem com elle, e assim o faziam outras muitas pessoas*”. O aspéto do sucedaneo vem descrito na Visitação de Pernambuco onde Gaspar Manoel fala em tapioca: “*e perguntado pello senhor visitador que cousa he...*”

*respondeo que são huns bolos (sic) que nesta terra se fazem, de farinha de paaõ que he huã raiz de mandioca de que se faz a farinha de que se fazem as dittas tapiocas que são bollos como obreas, que he ho mantimento comum desta terra em lugar de pãõ".* A seguir, a tapioca se tornou o nome apenas de farinha, e não do todo, como dizia Gaspar Manoel.

Gabriel Soares exalta a "*farinha de guerra*", feita de carimã, de modo a dar medida da importância que representava na vida colonial: "*Farinha de guerra se diz, porque o gentio do Brasil costuma chamar-lhe assim pela sua lingua; porque quando determina de ir fazer a seus contrarios algumas jornadas fóra de sua casa se provê d'esta farinha...*" A resistência que aparentava, tornava-a preciosa em múltiplas aplicações, "*Desta farinha de guerra uzam os Portuguezes que não têm roças, e os que estão fóra d'ellas na cidade, com que sustentam seus criados e escravos, e nos engenhos se provêm d'ella para sustentar a gente em tempo de necesidade*". Esta virtude devia ser das maiores do utilíssimo recurso, numa região ferás mas ainda inculta, flagelada nos seus limites pelo fenómeno das secas, que de repente atiravam populações de indígenas sobre os mal providos estabelecimentos dos brancos. Além dessa, tinha outra utilidade, pois também socorrida "*... os navios, que vêm do Brasil para estes reinos*", e que, "*não têm outro remedio de matalotagem, para se*

*sustentar a gente até Portugal, senão o da farinha de guerra; e um alqueire d'ella da medida da Bahia, que tem dous de Portugal, se dá em regra a cada homem para um mez, a qual farinha de guerra e muito sadia e desenfatiada, e molhada no caldo de carne ou de peixe fica branda e tão saborosa como cuscuz".* Havia também limite para este gênero, e no intuito de lhe aumentarem a conservação acrescentavam-lhe "*para o mar matalotagem de beijús grossos muito torrados, que duram um anno ou mais sem se danarem como a farinha de guerra. D'esta carimã e pó d'ella bem peneirado (a atual tapioca) fazem os portuguezes muito bom pão, e bolos amassados com leite e gemas de ovos, e d'esta massa fazem mil invenções de beilhós, mais saborosos que de farinha de trigo... e pelas festas fazem as fructas doces com a massa d'esta carimã".* Aparece na pena do senhor de engenho, a arte de melhorar sucedâneos, que permitia em Portugal substituir o trigo, considerado elemento de luxo, pelas "*broas*", feitas de outros cereaes mais fáceis de se obter. Na colônia outra rasão havia para o emprego da mandioca, porquanto a farinha de trigo, "*que vae a Bahia do Reino não é muito alva e fresca, querem as mulheres antes a farinha de carimã, que é alvissima e lavra-se melhor, com a qual fazem tudo muito primor*".

Em todo o caso, a despeito de tantos gabos, continuamos a acreditar que o europeu, ao contrário

do creoulo, preferia os alimentos a que estava habituado além oceano. Pelo que ainda agora se nota entre imigrantes, o indivíduo quanto mais umilde de condição, maior apêgo manifesta pelos gêneros a que se acostumou desde a infância. Nem sempre o fará por capricho ou teima mas por necessidade. Durante as guerras modernas de longa duração, e por isso mesmo obrigando os governos a dispensar o melhor sustento possível á soldadesca, afim de que ela não se exaspere pelas privações, verificou-se que as praças europeas, de orijem campesina, tinham geralmente o estômago dilatado quando ingressavam nas fileiras. O defeito provinha das sopas de vegetaes e cereaes, que para atingirem certo número de calorias, têm que ser ingeridas em grande quantidade. Recebendo a seguir no exército, um "menu" muito preferivel, composto de peixe, carne, pão, etc... que lhes permitia chegar a um melhor resultado com menor quantidade de elementos, o seu organismo procedia a uma adaptação, em que muito estranhava o novo regime apesar da sua evidente superioridade.

Nas colónias, o imigrante vianês passava por esses altos e baixos, talvez ainda com mais intensidade que o militar moderno, visto não dispor de governo que tão bem o alimentasse. A curiosidade pelas variações alimentícias pertence ás classes favorecidas da fortuna, tornadas ecléticas pelas viajens e freqüentação de cenáculos gastronómicos, pro-

pensas a estudos de arte culinária comparada. Para chegar ao apuro de um conhecedor da grande cozinha internacional é preciso uma longa iniciação e constante tironício, "*c'est tout une education à faire*", como dizia o habil Joseph referindo-se a muitos clientes que tinha de desasnar.

No Brasil quinhentista e seiscentista, a comida continuava extremamente primitiva, os recursos nativos mal conhecidos, mal selecionados, mal aproveitados. Brandônio dá, acerca da mandioca, uma receita que pretende ser apetitosa, sem ser muito convincente. Prestava-se a farinha de Carimã — que era o resultado da mandioca puba no fumeiro — para se preparar "*papas em caldo de gallinha e de peixe, e tambem com assucar; as quaes são de maravilhoso gosto e de muito nutrimento, e tambem as applicam para mantimento de enfermos com vitalidade dos taes*". Era nada menos, assim apresentada, que o "*mingau*" aborígene, nome vulgarizado ao depois pelas preparações que abrangeram no Brasil as papas dos índios e as dos lusitanos.

Jean de Lery, proveniente de um meio mais rico, portanto mais civilizado, mostra-se favorável á farinha de mandioca, embora reconhecendo que dela se pode fazer "*de la boulie, laquelle les sauvages appellent mingant (sic) & principalement quand on la destrempe avec quelque bouillon gras: car devant lors grumeleuse comme du ris, ainsi apprestée elle est de fort bonne saveur*". O pão é que não dava

resultado quando feito com a mesma farinha, concluindo Jean de Lery, que preparada pelas índias, em "*grands & fort larges poeles de terre, contenant chacun plus d'un boisseau*", mexida com pedaços de cabaças, "*ainsi que nous faisons d'escuelles*", tomava aspéto de "*petite grelace, ou dragée d'apothicaire*".

Passamos agora a ver como se conseguiam as várias farinhas da mandioca. As folhas e raises desta planta tinham a particularidade de serem tóxicas, quando em estado natural, e inofensivas depois de convenientemente preparadas. Das folhas nada se fazia, mas as raises eram raspadas pelas índias, que para isso se utilizavam de cascas de ostras, ou pedrinhas fixadas em pranchetas. Também costumavam lançar as raises na água afim de que se desmanchassem, e permitissem depois de enxutas exprime-las e ralar os resíduos no tepití, rolo feito em geral de pedaços de palmeira. A massa resultante era joeirada na urupema — espécie de peneira igualmente feita de fibras de palmeira — colocada ao depois nas taes cabaças, para ser posta no fogo e mexida, no-lo diz Gabriel Soares, até ficar "*como cuzcuz*" (37). Os selvícolas tornavam as raises tão

---

(37) É uma espécie de pastel de farinha de trigo, contendo carne de carneiro, preparada no vapor de água. Ao que parece, o cuzcuz é originário da África do norte, entre a população mussulmana, chegando até o Senegal. Mocquet escreve que o encontrou em Marrocos preparado por mulheres árabes e judias. Liv. III. 159.

curtidas que ficavam denegridas, e a farinha aseda. Os portugueses esperavam só até a raiz desprender a casa, misturando freqüentemente a mandioca crua á farinha já pronta, para que ficasse mais alva e dôce. A farinha fresca podia conservar-se seis dias sem alteração, a torrada durava mais tempo. O trato da raiz differia, e os brancos, mais providos de material, alcançavam maior rendimento que o indígena. Brandônio explica o processo: "*depois de estar assasonada, se tira aquella raiz debaixo da terra, que é da grossura de um braço... a qual, depois de limpa da casca de fóra, a ralam em uma roda que pera isso têm feita, forrados os seus extremos de cobre, a modo de ralo, e depois lhe espremem todo o sumo muito bem em uma prensa... (depois) a vão pondo de parte feita umas bolas, das quaes a desfazem pera a cozerem em uns fornos, que para isso se lavram de barro, a modo de tachas, com fogo brando, e deste modo fica feita a farinha; mas para ser boa lhe hão de lançar tapioca, quanto mais lhe lançam tanto melhor dá a farinha, das quaes a feita por este modo se chama farinha de guerra*".

Por aí se vê com oos portugueses se aproveitavam dos ensinamentos do índio, logo imitados pelos olandeses. A melhor descrição do preparo da farinha corre em Nieuhoff, que se inspirou em Piso e informações verbaes. Principia por dizer deverem os portugueses a este gênero alimentício o seu sustento na América. Segundo ele chamavam os indígenas á planta *manuba* e *manduba*, de que existiam

varias qualidades como a “*mandibuka*”, que era a de terreno seco, e a “*mandukharata*”, que dava em qualquer sítio. Á raís davam nome de mandioca. Creciam de preferênciã em terras pobres, secas e arenosas, sendo avessas á umidade que, obrigava planta-las no verão, quando ficavam mais expostos ao sol. A lavoura era chamada *Ko*, pelos brasileiros, e roças ou “*Chokas*” (sic) pelos portugueses. Assim também o arroteamento se fazia em morros arredondados, que os brancos apelidavam “*Montes de terra cavada*”, e os nativos “*Kujo*”. Depois de descrever o preparo do terreno, de sorte a deixar correr as enxurradas, e outros pormenores, Nieuhoff passa a descrever o da farinha. As designações indígenas que emprega são mixto de tapuia e tupí, que reproduzimos como as encontramos na edição francesa. Ao que os portugueses chamavam roda de farinha, os índios diziam “*Ibecem Babaka*”, os tanques eram “*Mukaba*”, ou tina (cocho) de fazer mandioca, também chamado “*mixacuruba*”; e a prensa mais primitiva, o “*espremedouro*” dos lusos, era como sabemos o tepití. O suco da raís exprimida recebia do gentio nome de “*Manipoera*”, ou “*Muni-poera*”, ou seja, água de mandioca, extremamente venenosa, que matava os animaes que a bebiam e muitos os atraia por ser doce. Vinha a seguir, no rol dos utensílios, a urupema, e as panelas de barro, ou “*Uimovipaba*”, e a “*Uipucuitaba*”, ou escumadeira. A farinha antes de completamente seca era “*Uitinga*”, ou “*farinha ralada*” dos portugueses.

Bem enxuta, em condições de ser guardada, tomava nome de Uiata, ou Uicia, que era a “*farinha seca*” ou “*farinha de guerra*”. Quanto mais ressecada melhor se conservava, porém era difícil guarda-la mais de um ano, e por este motivo os portugueses costumavam imitar os índios fazendo dela biscoitos.

Do caldo chamado “*Manipuera*” punha-se a ferver em caldeirões, e no cabo de duas horas deixava no fundo resíduos que Nieuhoff chama “*Tipioca*”, “*Tipiaca*” e “*Tipiabica*”. Uma vez seca, apresentavam uma farinha branca também chamada por alguns índios Tipiocui, que transformada em bolos como a precedente dava a Tipiacica, com certo gosto de pão fresco. A maneira de cozinhar já foi descrita em linhas precedentes e não variava, de sorte que não é preciso reproduzi-la. Vamos continuar com os preparados que daí se faziam.

Menciona Nieuhoff as papas tão do gosto português, e as misturas a que se prestavam com asucar, arrô, água de flor de laranja, compondo deliciosa “*marmelada de mandioca*”. O sumo “*Mandinga*” ou “*Manipuera*” perdia as propriedades tóxicas quando deixavam-n’o fermentar durante 24 horas, e se o deixassem mais 24, produzia então resíduos de forma sinuosa, que os índios chamavam “*Tapucú*”, os quaes eram inofensivos podendo ser fervidos e depois bebidos sem perigo.

Da “*Mandiocapuba*” faziam os nordestinos a “*Carimã*”, preciosa para regiões desérticas onde

necessitavam gêneros que pudessem rezistir ás secas. Pulverizada num almofaris dava a “*Carimassú*”, ou “*Karimacui*”, própria para mingaus ou papas. Misturavam-n’a os índios com a pimenta brasileira ou carne, tornando-se então o “*Minguipitinga*”, um dos melhores petiscos do aborígene. Igualmente com a Carimã era preparado o “*Mingaupomonga*”, (nome tupí avô da conhecida *pamonha*), com a qual se cozinavam gostosos bolos, ajuntando água, manteiga e assucar.

Outro produto da mandiocapuba macerada na água era a “*Uipuba*”, e *Uiabirurú*, que os portugueses apelidavam farinha fresca, e farinha de água. Aconselhava Nieuhoff deixassem-n’a descansar por 24 horas, e depois secar ao sol, para que ficasse succetivel de longa conservação. Os tapuias e outros aborígenes davam-lhe o nome de “*Uiapua*” e “*Miapeteca*”, misturando-a com um gênero chamado “*Uiata*”, que lhe dava gosto muito agradável. A farinha ainda em preparo era a “*Tipirati*”, que em seguida ficava “*Mixacuruba*” quando saída da tina onde secara. Esta era para os portugueses a farinha de mandioca crua. Outro bolo podia-se ainda fazer, que era o “*Miapeta*”. Da raís chamada “*Aipimacaxeira*”, os índios extraíam o “*Cauimacaxeira*”, e depois de mistura-lo com água obtinham um licôr chamado “*Kaon Karaxu*”. Da farinha da mesma raís podia-se também conseguir uma espécie de forte e muito bôa cerveja, assegura o flamengo, com uma indul-

gência que não partilhamos. Mudando agora de líquidos para sólidos, era perigoso no concenso de todos os autores, uzar quaesquer das qualidades de mandioca quando verdes, entretanto, os índios e negros esmagavam-lhes as folhas á mão de pilão, fervendo-as com azeite de palma ou manteiga, de modo a ficarem como o espinafre europeu, que muitas veses foram apreciadas até por lusos e belgas.

A respeito da mandioca chamada Aipim, conhecida entre os nordestinos por Macaxeira, escrevia Gabriel Soares que eram as suas variedades classificadas pelos indígenas através da côr dos ramos, "*no que atinam pouco Portuguezes*". Refere-se ainda a sete ou oito espécies, das quaes a de nome Gere-mú (38) era a mais estimada. A preferência não vinha tanto do gosto, porém pelo fáto de ser precoce, aproveitavel no fim de apenas cinco meses após o plantio. Entrava por conseguinte, no espírito lídimo colonial, ou seja, no que impelia a brancos e mestiços a tudo sacrificar, das mínimas ás maiores cousas por um resultado immediato. O apuro, o requinte, o cuidado por tudo que faz o encanto da vida, só começou a aparecer de modo intensivo na América por volta da segunda guerra mundial do século 20. Antes, pelo que deduzimos dos cronistas antigos, a colônia estava reduzida a campo de experiências económicas, onde o proletário europeu muitas veses sentia saudades da miséria natal.

---

(38) Hoehne 205,

Nas povoações novas ou tabas recém acabadas, assegurava Gabriel Soares que *“Os índios se valem dos aipíns para nas suas festas fazerem d’elles cozidos, seus vinhos, para o que os plantam mais que para os comerem assados, como fazem os Portuguezes”*. Neste ponto convém esclarecer que Lery tinha razão quando discordava de Thevet sobre o pão de mandioca. Segundo Hoehne, mais acertado seria interpretar, pelas informações dos antigos, que a farinha de mandioca *“servia”* á guisa de pão: *“O aipí assado no borralho”*, explica o botânico *“arrebenta-se... como observou Lery e tem então gosto parecido a da castanha de Portugal. Em taes condições pode ser comparado ao pão de trigo e certamente lhe leva vantagens”*.

Hans Staden fala em beijús antes de qualquer português, atribuindo-o aos índios do litoral. A versão é a verdadeira, tudo levando a crer, que a de Gabriel Soares seja absurda ao emprestar a sua invenção ás mulheres lusas (39). Preparavam-n’a o elemento feminino, primeiro em forma de massa de farinha, como descrevia o *“Tratado”*, em seguida, *“estendendo-a no alguidar sobre o fogo de maneira que ficam tão delgados (uns filhós, a que chamam beijús) como filhós de mouriscas, que se fazem de maça de trigo,*

---

(39) Talvez pela semelhança com beijo, de onde ele pensava que viesse beijú. Adeante veremos que Hans Staden grafava Byyw ou Byiw, querendo reproduzir em alemão a voz indígena de beijú que nada tinha com o português.

*mas ficam tão iguaes como obreas, os quaes se cozem n'este alguidar até que ficam muito seccos e torrados".* Acentuando a prioridade dos índios nesta composição lembra Hoehne a sua estada entre os indígenas dos confins de Mato Grosso, tribus em extremo primitivas, segregadas dos brancos, e que continuam a defumar grandes bolachas no braseiro pelo processo dos Tupiniquins. A única diferença com a maneira preferida pelos civilizados é sujeitarem-se os índios a assar os beijús na cinza por não disporem dos recursos das cosineiras brancas.

Encontrou Hoehne nos rios Juruena, Tapajós e Cururú, aldeas de Mundurucú semi civilizados, em que se negoceava muita farinha de mandioca e tapioca, com os regatões (negociantes ambulantes, alguns dos quaes são sírios), á cata de víveres naquelas parajens. Informa o botânico "*Alí saboreamos as duas cousas como as devem ter saboreado os advindos de Portugal no século XVI*". Antecendo-o Gabriel Soares gaba muito a carimã, explicando como a conseguiam nos engenhos dos reinos, "*Depois que as raizes da mandioca estão curtidas na agoa, se põe a enxugar sobre o fogo em cima de umas varas, levantadas tres quatro palmos do chão, e como estão bem seccas, ficam muito duras... raspam-lhe o defumado da parte de fóra e ficam alvissimas e pizamnas muito bem, e depois peneiram-nas fica o pó d'ellas tão delgado e mimoso como de farinha muito boa*",

Na falta de farinha de trigo consentiam as autoridades eclesiásticas que se empregasse a da mandioca para se fazer óstias. Fernão d'Álvares denunciou em 1590 perante o Santo Officio a Gaspar Coelho, porque dissera a respeito da óstia "*pois pera vos não avia hum pedaço de tapioca*", e explicava aos inquisidores, como já vimos adiante o que era. A maneira de come-la entre os indígenas foi notada por Jean de Lery no passo em que nos mostra o gentio acororado á volta das tijelas de barro, preparando uma bolota com o auxílio de quatro dedos, e atirando-a de longe dentro da boca, "*si droit... qu'ils n'en espanchent pas un seul brin*". O modo tinha sua rasão de ser, logo verificada pelos companheiros do autor, principalmente os franceses barbudos que se viam atrapalhados com a farinha e acabavam por toma-la com o auxílio de colheres, ou tijelas indígenas.

Hans Staden narra outra maneira dos índios prepararem bolos, pelo processo ainda em uso entre os primitivos, registando-se apenas algumas pequenas variantes entre as cabildas. Retirada a mandioca do fuméiro, ou *moquem*, socavam-n'a em pilões de madeira, que tinham sido cavados pelo fogo tal como se fazia com as ubás. Adelgada a farinha, preparavam o que o alemão chama Kuchen. Com a mandioca fresca, isto é, da farinha verde, obtida antes de secar em raspas logo depois de retirada a

casca, adicionada á carimã pronta, conseguiam o gênero de longa conservação denominado “Vithan”, ou farinha de guerra. Os vasos em que secava e cosinhava esta mistura, eram feitos de barro queimado, tendo “*a forma de uma bacia chata muito grande*”, conta Hans Staden.

O tipiti, já citado, de grande auxílio nas manipulações, continua a ser feito entre índios e caboclos com lascas de taquara ou taboca, que no dizer de Hoehne, orjinou a designação simbólica na gíria popular sertaneja “*Meter alguém no tipiti*”. A mandioca era introduzida dentro dessa espécie de tubo flexível, e exprimida por meio de pesos, que extraíam da massa o suco impregnado de ácido cianídrico. O pouco de tóxico porventura remanescete desaparecia na secagem, e os resíduos tornavam-se inócuos. Nas caminhadas das tribus (e os brancos devem ter imitado os índios), a farinha era transportada em folhas de coeté, tiradas das touceiras de Helicônias e Calatheas, de quatro a cinco palmos de comprimento. “*onde a farinha*”, diz Gabriel Soares, “*vai de feição que ainda que chova muito não lhe entra agua dentro*”. Estas bolsas, conhecidas nos sertões do norte e nordeste até Mato Grosso, são empregadas tanto por índios como pelos caboclos necessitados de proteger em marcha a farinha e a passoca. Tinham ainda, diziam viajantes antigos, umas folhas impermeáveis, de que se fazia

uso como panelas, tal a sua resistência, facultando a preparação de alimentos onde não havia o recurso da cerâmica.

As notícias acima transcritas referem-se aos tupís litorâneos de que mais íntimo conhecimento tiveram os portugueses. Os relatos flamengos mencionam outros grupos de aborígenes, versando Barleus os costumes dos tapuia moradores no interior das terras, em que descreve o seu "*modo de fazer pão*". Primeiro, preparavam a raiz chamada *attouh* (*Atug* in Marcgrav), colocando-a sobre uma pedra para esmagá-la, e recolher com as mãos o suco em vasos de barro. Depois tornavam a prensa-la e tritura-la até reduzi-la a massa, da qual atiravam pedaços nos vasos onde está o suco. Uma ves desmanchada faziam bolos do pó assentado no fundo do líquido, os quaes assavam no bortalho e lhes servia de pão. Outras raises havia que eles comiam cruas, e outras que preferiam cosidas.

\* \* \*

Depois da mandioca um alimento de grande apreço era amendoim, cujas variedades os portugueses souberam aproveitar logo no começo da ocupação do Brasil. Constituia um ótimo e saboroso reforço aos alimentos coloniaes, e sendo transportado para outros continentes, aclimou-se tão bem na África que ficou tido por orijiniário do seu litoral. Os ín-

dios plantavam-n'o com' estranhas precauções (40). O cuidado estava zelosamente rezervado ás mulheres sem interferência alguma dos companheiros, porque julgavam que a sementeira goraria caso eles ou os seus escravos machos ajudassem o trabalho. A colheita incumbia ás mesmas índias e mestiças que tinham plantado os grãos na terra solta e úmida. Era no mês de maio que procediam á cata, dando ensejo a grandes festividades indígenas tal a alegria causada á tribu pela perspectiva de mais um elemento nas suas reservas alimentícias. Qual seria o motivo exáto desse costume, e qual a rasão do júbilo das mulheres, pergunta Hoehne, sendo talvêis oriundo de algum ritual, ou da propriedade estimulante atribuida ao tubérculo, que tem ademais, fama de quente para os intestinos e daí causador de enxaquecas (41). "*Desta .fructa*", diz Gabriel Soares, "*fazem as mulheres portuguezas todas as cousas doces, que fazem das amendoas, e cortadas os fazem cobertos de assucar de mistura com os confeitos*", de onde as clássicas e terríveis sobreme-

---

(40) Pertenciam provavelmente ao complexo do exorcismo de muitas tribus. Os alimentos deviam ser livrados de maus espíritos antes de ingeridos. Aí está mais uma semelhança com o ritual dos ebreus que muito interessaria a Grotius, Acosta ou Lafiteau.

(41) Em muitas tribus de agricultores todas as sementeiras e plantio de espécies graníferas, cabiam ás mulheres, costume em que se vislumbraram laivos de sexualismo.

sas responsáveis por muita indigestão da meninada colonial. De outros vegetaes faziam-se doces dulcíssimos, meros pretextos para gastar o edulcorante resíduo da cana. Dos carases, como noticia Gabriel Soares, preparavam os brancos coloniaes “*muitos manjares com assucar*”, assim como dos mangarases, de cujas raises as mulheres das povoações lusoamericanas, tiravam variadas sobremesas.

Não tardou que os doçófilos do reino também se lambessem com semelhantes confeitos, porquanto o assucar não saía de Pernambuco apenas em pó mas também em dôces. Acontece, porém, que a indústria mais antiga e requintada da metrópole, havia de se distanciar do artífice ultramarino assim que dispoz de matéria prima em grande quantidade. Incrementou-se então, nos conventos e nas casas lusas, a arte de dôces e confeitos, passando a concorrer até na colónia com as doceiras locaes. O curioso Emanuel Ribeiro descreve em *O doce nunca amargou*, a difusão do assucar de cana pelas províncias portuguezas, criando especialidades em cada terra, e a florecente indústria que trouxe boa renda para os religiosos conventuaes. Houve de Moncorvo, por exemplo, grande exportação de “Amêndoas Cobertas”, não só para a séde, cidades e vilas do reino, como para o Brasil e a África, que atingia a média anual de tres mil quilos. O desperdício de guloseimas assucaradas tornara-se tradição em Portugal. Muito antes de William Beck-

ford chamar ao convento de Alcobaça, “o mais célebre templo da glotonice em toda a Europa”, a pragmática de D. Sebastião 1 de 28 de abril de 1570, ordenava “que pessoa alguma não possa comer á sua mesa mais que um assado e um cosido, e um picado, ou desfeito, ou arroz, ou cus-cus, e nenhum doce como manjar branco, bolos de rodilha ou outra cousa desta qualidade”. Vimos ha pouco o quanto se acatavam os éditos suntuários. Os da culinária não escaparam á regra e Matos Sequeira reproduz na sua coletânea *Depois do Terramoto*, a opinião do secretário do legado do papa, que em 1571 assistiu ás festas promovidas pelo duque de Bragança em homenagem ao cardeal Alexandrino: “foi tal a aluvião de doces que o escriba... enjoado”, fartou-se, “de dizer mal das comidas... do duque”, onde o cosinheiro, “polvilhava a tóa, de açúcar, canela e especiaria de ovos cosidos”.

Começaram logo ao depois a aparecer as barriquinhas adueladas, para mandar aos quatro ângulos de Portugal os ovos moles de Aveiro. Os outros dôces eram protegidos dentro das caixas pelas rosas e retalhos de papel, em que se desenharam rendas tão finas como as de bilro, e as caixas adornadas do convento de Avé-Maria no Porto, alcançaram justificada fama na Inglaterra. Intervinha igualmente a moda, na presunção de que tudo do reino era melhor, por vir mais caro, mais bem apresentado, e revestido do prestígio europeu. Apesar

do norte brasileiro, possuir chusmas de gastrónomos e glutões, e ser a terra o paraíso do melado e do assucar, teve de ceder a primazia das frutas cristalisadas ao doceiro beirão, minhoto, transmontano, portuense, bracarense ou lisbonense, dele recebendo arrobas de doces no século 17, talvez antes.

• • •

Assim como remetemos sementes para regiões de além mar, também recebemos farta cópia á guisa de compensação. Alviano indagava nos *Dialogos*, "*Já que tendes dado o primeiro lugar da bondade entre os mantimentos do Brasil á mandioca, dizeime agora qual é o segundo de que seus moradores aproveitam?*" Respondia Brandonio pertencer de direito ao arrô, "*posto que em muitas partes do mundo se tem pelo primeiro.*" Convém lembrar que Brandonio, era português e mercador, portanto, afeito ao comércio da Índia e outras partes do extremo oriente, onde o arrô predomina na alimentação. Ao que parece este cereal sofreu esquecimento depois de algum êxito no Brasil. Gabriel Soares escreveu que dava muito bem nos brejos "*e em terra enxuta*", mas botânicos modernos como Hoehne supõem que ele se referia a espécies silvestres tal a *Oryza Caudata* ou *Subulata*. A cultura de quaesquer delas é bastante trabalhosa, e só remunera onde ha abundância de água e de braços, de sorte que não pôde

vencer a preferência pela mandioca, principalmente durante a lamentável guerra holandesa, que tudo subverteu na colônia. Temos de esperar algum tempo para novamente ouvir referências ao arrôz, que voltou ao seu ponto de partida no nordeste com as plantações feitas no Maranhão, em meados do século 18. Vinham as sementes da Carolina, do futuro Estados Unidos da América do Norte.

Muitos alimentos foram assim trocados com distintas regiões, em mor parte, é claro, com as que estavam sob pavilhão português. Eclesiásticos, funcionários civis ou militares, encarregaram-se de leva-la uma feitoria para outra, ou de diferentes regiões do mesmo continente, intercâmbio que foi ativado quando toda a América do Sul esteve sob o cetro dos Habsburgos. As aldeas de missionários, as hortas e pomares de conventos, ou as chácaras e fazendas de particulares, tornaram-se viveiros aclimadores de espécies vegetaes e de animaes úteis, juntamente com as de ornamento destinadas aos jardins, ou aproveitadas na farmacopea. Favas, batatas, raíses de todo tamanho e sabor, do insípido ao dôce, abóboras e mais cucurbitáceas, foram colecionadas onde havia aglomerações de brancos, completando o subsídio alimentar que davam as importadas. Os inhames eram exóticos, e ao que parece, alguns vieram de Cabo Verde, outros de Oceânia, com escala pela Índia ou África. Os escravos negros, que muito os conheciam, confundiram-n'os provavelmente no

Brasil com o cará, bastante semelhante, como antes deles já o tinham feito os companheiros de Pedro Álvares Cabral. Houve também tentativas de introdução de especiarias orientaes na América, principalmente quando os olandeses no fim do século 16 começaram a perturbar o comércio da Índia. Aconselhava Brandônio fosse obrigatório plantar pimenta nas capitánias até que produzissem maior safra do que a do Malabar. Pensava vencer destarte os concurrentes, *“e se acabaria sem despesa nem sangue a porfia, que tanto tem custado a Portugal”*, ilusão de mercador a labutar onde em breve deceriam os gananciosos olandeses, que depois da pimenta das refeições, exigiram o assucar da sobre-mesa.

\* \* \*

Muitos dos negros importados também se aproveitavam dos recursos e ensinamentos do índio, e a estes juntavam os da África. Era costume dos cativos provenientes de certas cabildas desfrutar tal qual os tupís um trecho da mata até exgotar-lhe o humus. Verificado o decréscimo do rendimento, mudavam de sítio, deixando o antigo (em pouco reabsorvido pela vegetação silvestre) para um ainda virjem. O sistema também exprime os meandros da peregrinação indígena pelo território a ele submetido. Alguns etnólogos modernos, supõem que as tribus mais importantes do Brasil, pelo número dos

componentes, e estágio de cultura, saíram das margens do Paraná e Paraguai, procurando a orla costeira, por onde subiram até o Amasonas, a indicar, por assim dizer, ao branco, a região habitável das capitânicas. O mesmo trilho seguiram os negros, assim procedendo nos quilombos palmarinos, localizados onde as enxurradas acumulavam terras fecundas nas grotas e grotões entre os comoros da zona intermediária com o sertão.

Custa hoje distinguir, no intenso intercâmbio que houve entre o nordeste e as feitorias lusitanas da África e da Ásia, a origem de certos usos, costumes e produtos nordestinos. Encontramos no golfo de Guiné recursos alimentares e processos de prepara-los, que tanto podiam ter vindo da América como vice-versa. De ha muito, que o viajante avista ao se aproximar da antiga costa dos escravos infinitos palmares de dendê, cujo óleo é o maior artigo de exportação local. A seguir, depois do desembarque, verá suceder ás palmas vastos milhe-  
raes de que daoméenses, ardrenses, acarenses, achantís, e visinhos, tiram a sua principal subsistência. Costumam também estas populações, comer assada a parte verde da palmeira, e segundo Lopes de Lima, *“ou cozido em cuscús, ou em uma especie de papas grossas, a que chamam boloens; e isto lhes serve de pão, com que acompanham de ordinario o carurú de hervas ou de peixe, temperado*

*com azeite de Palma, ou guizados de carne quando podem havellos; e do mesmo milho fermentado em agua preparam uma especie de cerveja, a que dão o nome de Pitó. Cultivam tambem, para si, e para venderem, algum arroz, e muitos inhames, que os navios (negreiros) compram para refresco de matalotagem, e são os desta terra tão bem criados, que dous inhames carregam um negro (isto é, bastam para perfazer a carga de um negro). A pimenta malagueta é producção espontanea, que não carece de cultura”.*

Gabriel Soares se refere ao milho da Guiné na Baía, “*mas não se tem lá por mantimento*”, pois seus habitantes davam preferênciã á mandioca. As variedades africanas pertencem ao *Sorgum vulgare*, ao passo que o americano (hoje visto em muitas partes do continente negro) é o *Zea mays*, que foi encontrado em túmulos milenares de Incas e Astecas. Certas pimentas poderiam ser autóctones no centro do continente negro, como a Felfel el Sudan descrita por Garcia da Horta e comentada por Monardes, embora na Guiné houvesse qualidades exóticas de ha muito aclimadas, dando-se o mesmo no Brasil, onde ao lado de espécies africanas e asiáticas encontravam-se as da terra, tão perfumadas e ardentes quanto as mencionadas por Teofrasto ao descrever as produções da Índia.

Jean Mocquet no começo do seculo 17 noticia a canja que lhe deram em Moçambique, “*qui est du riz*

*pilé et bouilli avec de l'eau, de la consistance de bouillie claire*". O médico Dellon foi encontra-la antes do colega no oriente, servida como na África, tendo os moçambiqueanos importado do outro continente o grão e a maneira de utiliza-lo. Davam a canja aos enfermos com resultado que pareceu ao francês "*ce regime a bien plus de rapport*", com o dos antigos bazeado em alimentação levíssima *qu'à celui qui est en usage parmi nous*". Tinha razão o protegido de Bossuet, porque na mesma data em que viajava na Índia, recomendavam os seus colegas europeus vinhos fortes à guisa de remédio para glutões. O célebre Fagon vangloriava-se de ter curado a fístula de Luís XVI com algumas garrafas de velho Romanée, nectar digno do soberano por ser o soberano dos néctares. O médico, porém, sendo apreciador de vinhos ou de certos acepipes, difficilmente reconhecerá que são nocivos, "*Le 18 messidor an II, un expert célèbre, M. Rebaudot, écrivit en parlant de la Romanée - Conti: "sa couleur brillante et veloutée, son parfum et son feu charment tous les sens... Il devient le beaume des vieillards, et des infirmes et rendrait la vie aux mourants*". (42) Apesar de tanto lirismo continuamos, a crer, que bourgogne algum da espécie *corsé*, seja bálsamo para velhos e enfermos.

---

(42) Dr. Paul Ramain. *Les Grands Vins de France*.

É admissível que também preparassem canja no Brasil desde o princípio das capitâneas, com arròs silvestre ou importado em casca, pois o principal donatário era veterano da Índia, tendo perto de si velhos companheiros de campanhas no oriente. Mas nada de positivo podemos afirmar, a não ser que viajante algum, dos que estiveram no nordeste antes do século 18, faça menção ao prato como Mocquet em relação a Moçambique, ou Dellon a Índia.

O que é facil de verificar-se, é reinar entre os negros da África o mesmo flagelo que infelicitava os índios da América, sofrendo ambos todas as conseqüências da irregularidade das estações. Após um bonançoso período de chuvas, em que tinham podido distribuir lautamente os víveres necessários á tribu, sobrevinham intermináveis estiajens em que as reservas em pouco se exgotavam. Ainda agora segundo um autor francês, "*les peuples du centre africain* (que muito escravo deu ao comboieiro americano) "*vivent sous le regime permanent de la faim. Manger tout son saoul, se rassasier j'usqu'a l'indigestion, est l'idée fixe du nègre*", informa Cureau in *Les Sociétés Primitives de l'Afrique Equatoriale*, "*Paradoxe apparent cet état perpétuel de demi famine sur un sol vierge, qui regorge pourtant de séve et fecondité... La seule prodigalité de la nature, ce sont les chenilles, les limaces, les grenouilles et ces insectes surtout, fourmis, termites, sauterelles*", que os europeus consideram de todas

as pragas africanas a mais temível. “*Seulement, par compensation, les indigènes, Bandas, Mandjas ou autres, les ramassent à pleins paniers pendant l’hivernage et les mangent: la graisse de termite, notamment, leur est d’une ressource familière*”. A informação de Chevalier (43) expõe o paralelo das duas situações, o que levou Lucien Febvre a escrever “*Qu’on s’étonne dès lors de voir la famine régner perpétuellement dans ces contrées et le cannibalisme y persister encore? Sans doute, cette pratique n’est pas strictement alimentaire. Elle a pour cause probable une sorte de fétichisme rituel que pousse l’indigène à s’incorporer les qualités de sa victime... il n’en est pas moins vrai que les repas anthropophagiques sont souvent une ressource réelle pour les affamés* (44).

Os Tupí não levavam vantagem na conjuntura sobre guinéenses e congolenses. Precizavam aproveitar ativamente os dias favoráveis do nordeste antes que as chuvas do inverno lhes impedissem de caçar, pescar e trabalhar nas roças. A estação pluvial, representa para a tribo Tupí, dos Tapirapé, a fome, a inação e as doenças. E’ o período das “sombras ruins”, em contraste com o momento de bonança que sucede às colheitas. (45). No livro

---

(43) *L’Afrique Centrale Française.*

(44) Lucien Febvre *La Terre et l’Evolution Humaine.*

(45) v. Herbert Baldus *Ensaio* 98.

*Le Cameroun* o autor Wilbois acentua esta similitude de condições nas duas margens do oceano, “*Dans toute économie domestique on mange ce qu'on peut avoir sous la main. C'est encore plus vrai sous l'équateur que partout ailleurs, car bien des denrées, transportées, pourrissent, et du reste, faute d'animaux rapides comme le cheval, on n'aurait que le portage, sur tête d'homme ou de femme. Aussi les estomacs deviennent ils singulièrement souples. Carnivores, piscivores, légumivores, et aussi jeûneurs: après quoi les gens se bourrent et l'on voit les ventres grotesquement se gonfler*”. Os índios padeceriam de semelhantes inconvenientes (46), pelo menos até chegarem os portugueses, com a sua organização, e os animais de corte e tiro e mais elementos da produção alimentícia que trouxeram consigo. “*Néanmoins la nourriture est surtout végétale*”, prosegue Wilbois, numa enumeração dos alimentos sertanejos africanos, em que vemos aparecer vários gêneros da América, “*On*

---

(46) Muitos outros autores poderíamos citar a respeito mas preferimos os franceses, que tratam das enormes populações africanas sob o seu domínio, de onde outrora vieram escravos para o Brasil, ou os *Ensaio*s de Herbert Baldus reproduzindo as observações de Karl von den Steinen entre Bororos, “*apezar de toda caça, o alimento vegetal... tem maior importância por ser conseguido com mais regularidade e abundância*”.

*mange ce qui pousse, presque tout seul, en une saison; igname, macabo, manioc, patate, mais, mil, banane, arachide; seul le vegetal dominant varie avec les races... Les fruits, mangues, papayes, goyaves, ananas, ne manquent" (47).*

No correr do tempo aumentaram aos poucos os recursos dos povoados costeiros tanto de um como do outro lado do oceano. O missionário, o marujo, o funcionário civil e militar, de que já falámos, inclusive o negreiro, marcavam a sua passagem onde aportassem, com a introdução de novas plantas e sementes. A sucinta relação de um autor francês, cinco séculos após os navarcas lusitanos estabelecerem as primeiras feitorias no trajéto dos galiões e caravelas, dá medida do fruto alcançado por esta difusão. Desde o amendoim americano aos cocos da Índia, todos contribuem com a sua presença para melhorar a situação de milhares de almas, á guisa de tardo, porém benéfico resarcimento, pelo dano cauzado pelo tráfico de escravos.

A turba multa atirada nos porões dos navios abrangia indivíduos das mais variadas regiões africanas. Havia infelises arrebanhados no litoral por dívidas, e outros raptados por mercadores de carne humana nas florestas situadas além dos grandes lagos, nos limites do lendário Preste João. Outros

---

(47) J. Wilbois *Le Cameroun*.

eram trazidos pelos comboieiros mussulmanos das terras entre o Senegal e a costa da Guiné. A maioria porém vinha do Congo e de Angola. Para muitos desses escravos a paisagem americana intertropical oferecia alguma semelhança com a da sua pátria. Alongavam-se em Pernambuco e adjacências sítios parecidos, entre matas, várzeas úmidas, e intérminos taboleiros ressequidos entre serras pedregosas, que o geólogo considera prolongamento do solo africano (48). O clima não lhes traria novidades, assim como a temperatura para eles perfeitamente suportavel.

O calor ardente seguido de chuvas diluvianas, conferiam ao massapé litorâneo as duas condições de fertilidade com as quaes o solo rezistia ao regime a que o submetiam. Durante séculos plantou-se no mesmo sítio "*sans la moindre relache*", escrevia Labat na sua crítica aos agricultores americanos, sem

---

(48) Além dos trabalhos póstumos de Milward v. entre outros Reinhard Maack "*Die Gondwanaschichten in Süd Brasilien und ihre Beziehungen zur Kaoko-formation Südwestafrikas*". Zeitschrift für Erdkunde zu Berlin, trad. por Th. Knecht in Rev. de Geografia 1936.

Um dos mais inteligentes viajantes ingleses que esteve no Brasil e na África, notou "*A common formation in the African and Brazilian interiors is an upland plateau of earth, bounde ad by descents, from which wind and rain have swept away the hummus, leaving the shouders bare and stony. These places are always the worst riding. Richard Burton, The Lands of Cazembe.*

cuidar do solo, e sem ressentir prejuizos pelo des-  
caso. A cana em parte se alimenta como as or-  
quídeas, do ar e da umidade, mas de forma algu-  
ma precinde do principal, que são as qualidades do  
solo, e um dia diminue forçosamente o seu rendi-  
mento. Neste ponto, os senhores de engenho da  
Paraíba e de Pernambuco, estavam admiravelmen-  
te aquinhoados. Em Caiena verificava o domínico  
informador, que era preciso de cinco em cinco anos  
mudar de roças, o que acarretava trabalho, absor-  
via braços, e como os terrenos recémganhos da flo-  
resta eram no geral maleitosos, davam-se muitas ve-  
ses fataes desenlaces com o desaparecimento do se-  
nhor de engenho. Acrecia ainda que nas planta-  
ções novas, as canas muito se desenvolviam, mas o  
sumo era aquoso, com escasso teor de sacarina.

A missão da gleba estava assim reduzida a dar  
o máximo ao seu primeiro dono, embora se exgo-  
tasse para os seus herdeiros. Destacou Roberto Si-  
monsén deste período, as enormes quantias que o  
assucar rendeu, tão vultosas que influíram decisiva-  
mente na restauração da independência de Portugal.

\* \* \*

Na lavoura da cana mourejava a escravaria  
descalça, apenas vestida de um trapo, procurando  
mandriar o quanto possível valendo-se das distra-  
ções dos feitores. Não devemos supor, todavia, que

na falta de roupa ou calçado rezidisse o maior espinho do seu calvário. O primitivo afeito á nudês, sente-se mal quando veste uma roupa semelhante a dos civilizados; falta-lhe a respiração cutânea; arqueja; cança-se rapidamente; pouco a pouco tornado mais fragil ás intempéries, ás feridos e contusões. Perde com o uso de roupas o aceio primitivo, tornando-se ainda mais exposto ao contágio dos males importados. Tampouco lhe apetece o conforto da residência dos brancos, que ele dispensa prazenteiro, preferindo o índio e o negro ao leito de veludo carmesim oferecido pelo senhor ao hóspede fidalgo, a rêde ou a esteira em que nacam, vivem e morrem. Muito mais importante é a questão dos alimentos, de que dependiam as suas forças no trabalho do engenho.

Na existência colonial, "*os bicharocos*", de que tanto falavam os reinos de volta a terra; pernilongos, carapatos, aranhas, formigas, etc... pouco impressionavam os escravos habituados ao seu convívio. Os reptís ainda menos os atemorizavam, a exemplo da serpente que em certas regiões africanas era objéto de culto. O gentio americano refinava no assunto sobre o seu colega; comia as cobras, no que era imitado por alguns reinos e mestiços, muitos dos quaes não as considerariam inferior no gosto a uma enguia. Na colónia havia brancos — não precisamos dizer de que religião — que deixavam de petiscar offidios por se tratar de peixe

sem escama. Mas não sabemos si um dia, em alguma caminhada pelo sertão, deixariam de prová-los forçados pelas circunstâncias. No final de contas, procedia cada um segundo melhor lhe apetecia, ou conforme as condições de momento, porém num ponto estariam de acordo, era quanto á monotonia e ruim qualidade dos alimentos a sua disposição. Aí, na confluência dos rebates da vicera estomacal, encontravam-se os brancos de quaesquer credo.

Preocupa-se Labat nos seus livros da alimentação do escravo, e embora partilhasse uma lenda absurda, emprestando aos africanos um estômago "*si chaud qu'ils digerent tout, même les viandes crues*", reconhecia a necessidade de lhes melhorar o rancho tanto a bordo como no engenho. As favas europeas que lhes davam no início da viagem, eram duras como pedra, secas, inassimiláveis mesmo para estômagos famintos, causa do progressivo depauperamento da carga humana. Para remediar aconselhava Labat acréscimo no rancho de milho, arrôz e feijão, preparados com azeite de dendê e toucinho, que se podia adquirir por módico preço no cabo Mesurado.

Faltava apenas substituir o milho pela farinha de mandioca no menu que sugeria, para completar o brasileiro, definitivamente constituído na sua base principal. Nacia a cosinha da colônia com a lição do índio, e contribuição ou transformações trazidas pelos portugueses, negros, semitas, e extremos orien-

taes. Corporificava-se e ganhava fôros de permanente por longos séculos, a bárbara, gordurosa e entorpecente formula brasílica, para maior dano da quasi totalidade da população. Si acrecentarmos á lista do domínico a carne de boiadas asselvajadas, soltas em milhares de léguas quadradas de ruins pastos; a de galináceos andejos, secos e musculosos; a falta de leite de vaca e seus derivados onde não havia cercas, teremos uma idea do passadio dos nossos antecessores e do desprezo da boa mesa que nos legaram.

O regime era suportado pela população graças á rusticidade que se notava do primeiro senhor de engenho ao último escravo. Desembarcava o reinol treinado pelas privações da península, onde periodicamente era preciso importar víveres de outros países afim de combater a fome. Podia considerar-se fagueiro o portuguez, numa região em que o fantasma da morte por inanição só perseguia aos índios sertanejos. Os brancos de Pernambuco estavam sempre em condições de adquirir nas capitánias vizinhas gado ou farinha de mandioca, ou de importar mantimentos dos celeiros do sul. A negrada por sua ves, sentira-se na África ante problemas alimentares ainda mais graves que o do gentio do Brasil, principalmente enquanto não se desenvolviam as culturas das plantas importadas da América que vieram aliviar as suas agruras. No volume precedente, vimos por exemplo, como foram obrigados os je-

suitas a se desfazerem nos engenhos americanos das “peças” com que os régulos angolanos os apresentavam, para diminuir nas missões as bocas que deviam alimentar, e obter a farinha de mandioca necessária aos seus pupilos.

Nos engenhos deviam os negros produzir os seus alimentos por sua conta e risco. Ordenavam os senhores que essas plantações fossem vigiadas pelo feitor, porquanto conhecedores da imprevidência dos pretos, precisavam evitar que se descuidassem, e que a fome os levasse “*a cercarem a casa do seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha*”, como registava Antonil (49). O mercenário Moreau, que apareceu em Pernambuco a serviço dos olandeses, narra que os gêneros plantados, eram “*des poids,*

---

(49) ‘A falta de gêneros provocada pela monocultura preocupou aos governantes de diversas épocas. Rodrigues de Brito acentuava que o objetivo das leis de 25 de fevereiro de 1688, 25 de fevereiro 1701, Provisão de 1767, etc... era “*não sómente favorecer o Commercio da escravatura, mas tambem segurar a subsistencia daquellas classes de Cidadãos, que despendem maior quantidade de farinhas; prevenindo que não fizessem encarecer com as suas avultadas compras, aquelles generos da primeira necessidade, e occasionar por isso alguma fome*”. Daí a obrigação dos lavradores plantarem “*quinhentas covas de mandioca por cada escravo de serviço, que empregarem, e aos Negociantes de escravatura a cultivar quanto baste para o gasto dos seus navios*”. João Rodrigues de Brito. *Cartas Economico-Políticas sobre a Agricultura.*

*des fevres & du mil, ou bled de Turquie*", com os quaes também faziam trocas. No mesmo livro temos mais um subsídio informativo; a passagem do caldo de cana pelas caldeiras do engenho, produzia uma escuma que *"tomão os negros, para fazerem sua garapa, que he a bebida, de que mais gostão, e com que resgatão de outros seus parceiros (os da lavoura) farinha, bananas, aipins e feijões; guardando-a em potes até perder a doçura, e azedar-se; porque então dizem que está em seu ponto para se beber, oxalá com medida, e não até se embriagarem"*. A falta de lucidês nas casas de máquinas era em extremo perigosa, quasi sempre causa de tragédias. A mão apanhada nos cilindros da moagem puxava o corpo do imprudente, sem que ás veses houvesse tempo de parar as prensas. A salvação no caso se resumia, segundo nos conta o jesuita, em ter sempre pronto, *"para isso junto da moenda hum facão"*, com que se cortavam logo os dedos, ou braço do infelís. Muitas das vítimas eram as mulheres encarregadas de empurrar os feixes de cana, *"E este perigo he ainda maior no tempo da noite, em que móe igualmente como de dia; posto que se revezem as que mettem a cana por suas esquipações: particularmente, se as que andão nesta occupação forem boçaes, ou acostumadas a se embriagarem"*.

Zacarias Wagener trata dos africanos empregados nos engenhos, os quaes recebiam a melhor paga

do esforço que despendiam durante a semana, na licença de dançarem e beberem á vontade aos domingos. Daí o espetáculo de "*homens e mulheres, crianças e velhos, em meio de freqüentes libações duma bebida muito assucarada, a que chamam Grape (garapa); gastando assim o santo dia dançando sem cessar, a ponto de muitas vezes não mais se reconhecerem, tão surdos e ébrios ficam*". As mulheres também tomavam parte na pesada labuta do engenho, todos praticando um "*modo de vida comparavel ao dos tapuias; não se importam do futuro e cuidam somente em encher bem as panças aquí na terra; têm contudo esperanças de uma vida melhor no além*". Na senzala manifestavam os escravos predileção pelos cereaes e frutas a que estavam habituados na África, como faziam os portugueses com os produtos da Europa. Viera de S. Tomé uma bananeira, que sugeria ao devoto Gabriel Soares o reparo, "*quem cortar atravessados as pacobas, ou bananas ver-lhes-ha no meio uma feição de crucifixo, sobre o que os contemplativos tem muito que dizer*" (50). As primeiras mostravam-se os negros mais afeiçoados do que ás segundas, "*e d'ellas usam nas suas roças*". Consideravam como fruta ao milho "*da Guiné, que em Portugal chamam Zaburro...* *Este milho se planta por entre a man-*

---

(50) A religiosidade da época via manifestações suprerterrenas a todo propósito cf. Hoehne 334.

*dioca e por entre as canas novas de assucar, e colhe-se a novidade aos trez mezes, uma em Agosto, e outra em janeiro... os quaes (negros da Guiné) o não querem por outro mantimento sendo o melhor da sua terra".* Assevera Gabriel Soares, que os negros o empregavam á guisa de sobremesa, assim como o índio, que o "*come... assado por fructa*", ambos fermentando-o para ocmopor bebidas alcoólicas. Os "*Portuguezes que communicam com o gentio, e os mestiços não se desprezam delle, e bebem-no mui valentemente*", por onde se vê, que era o digno antecessor das inúmeras aguardentes vendidas nos botequins de nossas cidades, distiladas com tudo menos cana de assucar.

A respeito desses produtos os *Diálogos* trazem uma resenha geral do que havia e se podia fazer na colónia si fosse possível vencer a desidia dos habitantes. Menciona a garapa citada por Zacarias Wagener, que era o "*vinho que se faz das cannas de assucar, que para o gentio da terra e escravos de Guiné é maravilhoso; e outro que se faz do mesmo assucar com especiaria, a modo de aloxa, que para os brancos é cousa mui regalada. Tambem se faz vinho de mel de abelhas, misturado com agua de muito gosto e assás proveitoso pera a saúde de quem o costume beber. Outro vinho, de uma fruta chamada cajú, de que abundam os campos, do qual se aproveita muita gente branca; vinho de palma, da sorte que se usa na Cafraria, de que póde fazer mui-*

*ta quantidade, por abundar a terra de semelhantes plantas; tambem o vinho que se faz dos coqueiros, da seiva que se tira delles, tão usado na India, do qual os moradores desta terra ainda se não aproveitam”.*

Bebidas não faltavam aos índios, que sabiam aproveitar os vegetaes do seu lugar de moradia, de modo muito eclético. Faziam cauí indiferentemente de amendoim, bananas, sementes de algodão, cajú, mandioca, abacaxi, palmeiras, mangaba, e outras plantas, empregando vários processos. Nieuhoff conta que os negros, misturavam somente assucar mascavo com água, sem fermentação, ao que chamavam garapa. Algumas veses juntavam folhas de cajú, que eram apreciadas por terem propriedades capitosas. “*Os portugueses e olandeses frequentemente faziam uma espécie de sorvete (no sentido antigo de bebida refrescante) com água, assucar e limão. Outros juntavam á mistura certas ervas, e outros deitavam na agua apenas limão. Porém ao lado dos europeus os índios sabiam como obter vinho ou cidra de várias frutas ou raises, para as suas festividades, especialmente de pacovas, genipapo, Karaguata*”, etc... Do cajú tiravam o que Nieuhoff considera cidra, chamada Kooi, esmagadas as frutas no pilão, parecendo de princípio leite para depois de alguns dias empalidecer, tornando-se alcoolizado, para terminar asedo, de modo a dar “*muito bom vinagre*”. Continuando diz o viajante, “O

*aipí do gentio era extraído de uma papa chamada caracú feita pelas velhas da tribo de uma qualidade de aipim, misturada com agua e constantemente mexida até ficar pronta para ir á prensa, davam-lhe então o nome de caviaracú, bebiam-n'a quente. Também cortavam a mesma raíz em fatias, fervendo-as na água até dar uma espécie de leite cremoso como o das vacas olandesas, igualmente tomado quente. O seu nome era cacimacaxeta, compreendida como a outra na designação de Aipí. O licor pacobi era feito da arvore Pacobete. O que os portugueses chamam Vinho de Milho, é conhecido por abati. O licor Mandí, é por sua vez, tirado da excelente fruta Ananás, que dá a mais forte de todas essas bebidas. Existe um outro licor chamado pelos lusos Vinho de Batatas, que é preparado com a raíz da "batata", que os nativos chamam jeticí... Assim, os licores beninguí e tipiací são ambos feitos com a farinha de mandioca empregada nos beijús, e da tapioca... Os índios também são muito apreciadores de aguardente francesa ou renana por eles apelidades cacitata".*

Este elixir deixava longe todos os precedentes alvoroçando aos maioraes das tribus quando eram presenteados com alguns frascos. Uma pequena quantidade equivalia a um pote das bebidas comuns provocando efeito muito mais violento. A propósito, Barbot descreve as várias maneiras africanas de ti-

rar líquidos de palmeiras, entre outras da Crissia, com a qual se obtinha na costa de África uma bebida sem alcool parecida com leite (51), que em poucas horas azedava, dando o mesmo resultado do obtido pelos índios do Brasil com as raizes da mandioca. Voltando ás palmas, refere-se Brandônio ao vinho “*da sorte que se usa na cafraria*”, muito vulgar no seu tempo de senhor de engenho, por haver na terra palmeiras próprias ao fim. Não sabemos qual a intensidade da bebida, nem tampouco se os negros ensinaram algum novo processo ao indígena. Um jesuita alude na *informação*, ao “vinho” bebido nas tabas do Brasil, com grande teôr alcoólico. Preparavam-n’o as mulheres, mascando grãos de milho, ou as raizes da planta escolhida, até ficarem como papas, em condições de rápida fermentação. Viajantes que estiveram entre decedentes do Tupí, como Froes de Abreu no Maranhão, verificaram que essas bebidas eram mais sucatíveis de causar fortes destemperos intestinaes, do que realmente embriaguês. Barbot estava em parte de acordo com os nossos informadores, notando que o “*pardon and crissiatrees grow much like the coco-nut trees... all the sorts of the wine aforesaid, provoke urine... thus it will soon make a man drunk, yet the fumes of them do not last very long*”.

---

(51) cf. a respeito de palmeiras o § de Schweinfurth alusivo ás africanas in *Festschrift Eduard Seler*.

Não era, entretanto, só vinho que os africanos tiravam das palmeiras. Passando ao Brasil antes da aclimação e difusão do dendeseiro, voltavam o seu interesse pelos frutos que davam as palmeiras da terra, além de apreciarem devidamente o palmito, como todos os habitantes da colônia. Referiu-se Brandônio aos Aquês, coquinho de grande utilidade nas secas, descrevendo-os como pequenos coqueiros que davam cachos, e *“depois de maduros se espreme delles uma substancia doce e gostosa, que se lhe tira dentre a casca, espremidos com as mãos dentro na agua e de tudo junto, sendo cosido ao fogo, so formam umas papas que comem, e com ellas juntamente os coquinhos, que estão dentro do caroço, depois de esbrugado e partido; e deste mantimento se sustenta grande parte do gentio da terra e dos negros de Guiné”*. O aproveitamento intensivo dos óleos vegetaes devia ser assim corrente na cosinha local. Frei Vicente do Salvador conta-nos como o extraíam da copaiba: *“... se tira tambem dando golpes em a arvore, e metendo nelles (nos talhos) hum pouco de algodão em que se colhe, e exprimido o metey em huns coquinhos pera o guardarem e venderem”*. Aos índios do sertão era apreciavel subsídio alimentar o *“Buri do Campo”*, afim do *“Buri do Brejo”*, que lhes servia de sobremesa ou de recurso único, segundo as circunstâncias, graças ao melado do en-

vólucro superficial dos coquinhos, quando bem maduros.

De óleos vegetaes a terra era generosa, o *abatiputá*, *inhanduroba*, a *Japeranaba* (piraçaba) dando "*cachos de cocos tamáanhos como um punho*", com que os índios, segundo Gabriel Soares, se alimentavam e faziam azeite, e toda sorte de favas e rama de figueiras, ofereciam sofríveis sucedâneos ao de oliva. Precediam o óleo de algodão, hoje uzado em todo o país, e perfeitamente digestivel depois de desintoxicado. "*Também se pôde fazer azeite de coco*", prosegue Brandônio, "*como se uza na India, porque se dão aqui grandemente os coqueiros: mas a manqueira tantas vezes apontada dos brasilienses lhes impede uzarem deste beneficio*". O doesto ocorre á miude na pena do senhor de engenho, para exprobar o descaso, indiferença, ou falta de iniciativa emprestados não só ao aborígene, como também a muitos povoadores brancos, que não sabiam aproveitar os infinitos recursos oferecidos pela região.

O principal tempero das comidas nas quatro partes do mundo, era igualmente encontrado na flora indígena, quando pela distância era difficil alcançar as salinas marítimas. Hans Staden afirma ter ajudado a preparação de saes vegetaes durante a sua permanência entre os índios do seguinte modo: derrubava-se uma palmeira de bom porte, desmanchando-lhe o tronco em pedaços, misturando-os dêpois com lenha. Feito isto, queimava-se

tudo, fervia-se as cinzas com água, e daí era extraído o sal. O processo, explica o artilheiro, era uma execução, pois a maior parte dos indígenas não salgava a comida, procurando tempera-la com pimenta. Observou-se posteriormente, que a aversão causada aos índios (e brancos nas mesmas condições) pelo sal, vinha dos efeitos drásticos que produzia em organismos não habituados ou deshabitados aos seus efeitos. Verificou-se também, em certas populações litorâneas, grande predileção por molhos apimentados, que poderia ser atribuído ao mesmo costume indígena.

O recurso de adubar alimentos para melhorar-lhes o gosto era muito difundido na indiada, fosse com raízes amargas, fosse com frutos de gosto picante e odorante. Gabriel Soares reparou que o gentio do interior comia pimenta com a farinha, quando não dispunha de carne ou peixe para lhe juntar. Lery noticia que os tupís litorâneos, com quem esteve, e que deviam ser afiões dos pernambucanos, aproveitavam-se do sal obtido da evaporação água do mar, para mistura-lo com "*certain poivre long*", esmagado e moído em pequenos almofarises, quasi sempre obtidos recorrendo á bola da Sapucaia, ou do Anajamirim. Outros uzavam um processo ainda mais simples, com uma mão faziam bocados de farinha e com a outra punham-lhe a pimenta, e depois levavam tudo á boca. A maneira não variou através dos séculos, e hoje po-

de-se prezenciar em certas cidades do litoral, pretas velhas levando farinha na mão como si fosse cuia, e na outra a pimenta, que misturam e ingurgitam como faziam os índios de Lery.

Na lista de combinações culinárias do gentio, e dos que lhe sucederam no seu antigo território, entravam por gosto ou por necessidade outras frutas nativas. Em último caso, comia cruas, sem mais preparo, as anonas, mangabas, moricís, cajás, jeni-papos, e as várias qualidades de jaboticabas e pitangas. Algumas eram bem aceitas pelos brancos, chegando com o tempo a figurarem sapotas e sapotís, bacurís, abios, mandacarús, cambucás, maracujás, especialmente a grumixama — a cereja brásilica — nos quintaes das povoações. Outras foram sempre refugadas pelos reinos, como o Canapú, que era na descrição de Gabriel Soares *“uma herba que se parece com herba moura, e dá uma fructa como bagos de uva branca coradas do sol e molles, a qual se come, mas não tem bom sabor senão para os índios”*. Também serviam algumas para desalterar o viajante, embora delas não precisasse absolutamente para fugir á sêde, porque, medravam na estreita parte fértil do nordeste regada de rios, brejos, e lagoas, onde a umidade da terra é denunciada pela presença da mata.

Nada porém se comparava em saudavel sabor ao cajú entre os vegetaes úteis do norte. Frei Vicente do Salvador notou que, durante a colheita

dos frutos no mês de dezembro, a indiada não queria, "*outro mantimento, bebida ou regalo, por que elles lhes servem de fructa, o summo de vinhos, e de pão lhes servem umas castanhas*". O cajueiro era encontrado em densas capoeiras pelas vertentes que davam para o mar. No outro lado, no interior das capitánias, havia o cajuí, dando "*fructo, que é vermelho, mas não é maior que as cerejas grandes*", informa Gabriel Soares, variedade muito menor que que a precedente, e vegetando nas terras pobres da zona flagelada pela seca.

Em períodos em que o solo do sertão abrazia sob céu azul, e tudo desaparecia da superfície dos campos, tornava-se o Umbú (ou umbuseiro) a providência do retirante. Era uma árvore de feio aspecto, recoberta de espinhos, filha da agreste cattinga, e protetora do gentio aí domiciliado. Informa Gabriel Soares o processo de que, o índio lançava mão para descobrir as raízes aquosas. Batia no solo adusto e friavel até perceber pelo som onde estavam. Então cavava a terra e depois de arrançá-las e lhes tirar a casca sorvia o sumo, *que se desfaz na boca em agua frigidissima*". Prestava-se ainda o umbuseiro a outro fim, qual era de matar a fome depois de estancar a sede. O gado nas mesmas condições, procurava a providencial planta, e a dente e a casco punha a descoberto a raís salvadora. Alude mais, Brandônio ao cipó macuna, que desfeito como se fazia com a mandioca dava bom

alimento, e á raís do Caravatá (caragoatá ou gravatá da família das bromelácias), “*da qual se faz farinha de boa sustentação*”, e á maniçoba, ou folhas cosidas da mandioca, que também rezistiam á seca, desde que não fosse por demais prolongada (52). Os cronistas antigos, Gabriel Soares ou Brandônio, são em geral parcimoniosos na citação de espécies sertanejas porque quando escreviam faltava devassar quasi todo o sertão.

\* \* \*

---

(52) No livro do cap. João Bezerra da policia Pernambucana *Como dei cabo de Lampeão* há o seguinte trecho: “*Vegeta em todas aquellas vastas “caatingas” grande quantidade de umbuzeiros e gravatazeiros. E’ destas arvores que os cangaceiros e sertanejos nas sécas, extraem agua suficiente para o seu abastecimento, principalmente do umbuzeiro cuja raís tuberosa como a da batata é mais ou menos do tamanho de uma abóbora. Arranca-se essa batata e rala-se muito cuidadosamente, colocando-a num pedaço de pano quando ralada. Depois de acondicionada no pano, exprime-se bem, obtendo-se a agua desejada, que tem o sabor da agua das cacimbas. E’ contudo necessario que se lhe faça uma fogueira junto do tronco para que suas raízes encharquem-se de bastante agua. Parece que essa absorção de agua dá-se por instinto natural de defesa. O umbú deve ter essa especie de instinto.*

*A agua do gravatá é obtida tirando-se-lhe o tronco e virando-se em sentido inverso do normal, apreciando-se escorrer de dentro a agua desejada, que mina pelas folhas abaixo”.*

Para nos consolar versam os *Dialogos* as plantações feitas pelos brancos, em que hortaliças, tubérculos e cereaes da África, Ásia e das Espanhas vizinhavam em boa camaradagem. Notava-se plantados em boa ordem o feijão *Gandú* ou Guandú, de Angola, o *sapotaja*, o *naxemin* da Índia, o *passendo*, perto da *tamatorana*, e da *taioba* ou *taiá*, succulentíssimas, que nos parecem muito provavelmente pernambucanas. Trazem igualmente a abóbora, que no reino chamavam da Guiné, e no Brasil *geremú* e *geremúpacova*, de que “*se sustenta muita gente*”, e se pode “*fazer postoleta na mesa dos grandes*”. Ademais, sobejavam na opinião de Brandônio, meios de se preparar acepipes, “*Também se produzem na terra muitas e excellentes batatas, muito melhores das que se levam de Portugal, de que se fazem bocados, doces maravilhosos e batatadas em panellas, como em marmelada, e também se comem assadas e cozidas. Da mesma maneira se produzem muitos e bons inhames e outra casta delles chamados carás, que são da mesma especie, mas muito maiores*”. E, como fecho para mirífica enumeração exclama, ad instar de Mr. de Legge, “*sobretudo o mais excellente legume de todos são umas castanhas que chamam de cajú*”.

Gabriel Soares gaba *umas batatas grandes e brancas e compridas como as das ilhas*”, referindo-se provavelmente aos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Comenta Hoehne “*A batata doce Branca*”,

que Soares menciona em primeiro lugar, conta porém quatro variedades, uma das quaes a de Angola, que deve ser exactamente aquella cultivada nas Ilhas. Alguns botânicos querem que a pátria dessas Ipo-moeas seja na própria América, outros discordam, "*parece provado*", diz Hoehne, "*que na Asia já conheciam e cultivavam algumas variedades da "Batata Doce" antes da América ser descoberta... Peckolt acreditava ainda que a "Batata Doce Roxa" também existia na Africa antes do advento do europeu ao nosso continente e que de lá veio para o Brasil*". Sobre o cará tão apreciado de Brandônio, diz o seu colega Gabriel Soares que dele faziam os portugueses (entenda-se os brancos da colónia) "*muitos manjares com assucar, e cozidos com carne tem muita graça*". Informa ainda Hoehne, depois de separar esta espécie dos Inhames, que na época dos *Tratados* havia nas tabas uma série de variedades do cará, que ainda agora encontramos melhor seleccionados entre os índios primitivos do nordeste brasileiro que entre os agricultores civilizados. Ambas as duas espécies vieram com o tempo a representar importante elemento alimentício para as tribus Tupí, ou afins, até Goiás, no centro do Brasil (53).

---

(53) "*Parece demonstrado que a região tropical sul-americana recebeu as espécies de Inhames de que dispõe de outros continentes, e de duas origens, a saber: Oceânia e Africa. Neste último houve uma troca nos tempos modernos*

Os legumes das hortas conventuaes ou particulares eram na quasi totalidade exóticos, exéto alguns como o inhambú, a taioba (que também dava os mangarases), ou a herva santa ou tabaco, tido por remédio, cultivado em meio de beringelas, beldroegas, couves, rabões, alfaces, etc... Verifica-se a mesma mistura nos pomares e jardins, á roda das mansões senhoriaes. A rosa de Alexandria desabrochava

---

*de plantas uteis americanas por intermédio de árabes e indianos. O problema, porém, da Dioscorea, é um dos mais obscuros da fitogeografia por causa das difficuldades que se antepõem á classificação das espécies pela análise do material comparativo, sempre deficiente no caso. Considera Auguste Chevalier no livro l'Afrique Centrale Française a Discorea Alata L. que esta devia ter sido importada da India, contrariamente á opinião de Stuhlmann. No parecer do autor francês, trata-se de uma das mais antigas plantas úteis da África, e ainda encontrada em estado silvestre, segundo a opinião de muitos autores, que versaram a flora da região tropical desse continente. Esta espécie de Inhame é a planta mais difundida na parte supracitada africana, e nas ilhas oceánicas. Hoje é difficil saber em que sitio passou do estado primitivo ao cultivado, porquanto tubérculos de diferentes variedades são plantados em muitos lugares, depois que o homem se habituou ao seu consumo, tendo-se perdido o rastro de onde era visto a vicejar sem esforço da natureza. Tornou-se destarte óbvio citar em cada caso o começo da propagação, visto a difusão cauzada pelas antigas migrações dos povos. O mesmo se pode dizer da Discorea sativa L." Georg Schweinfurth "Was Afrika an Kultur pflanzen Amerika zu verdanken hat und was ihm gab". Festschrift Eduard Seler.*

perto do mangericão, madresilva, balsaminhos, e goivos, não longe do Camará-assú, e do Maracujá, que sob o nome de Passiflora se tornou com o Araçá um dos ornamentos do hortos africanos. Acima destas espécies medravam viridentes o que Brandônio qualifica de árvores de espinho, que “*têm um não sei quê de verdes e frescos, com que fazem grandes paisagens*”. Consistiam nas laranjas, limoeiros, cidreiras, crecendo de permeio com outras espécies europeas, orientaes ou nativas, providas, ou não de espinho, como os pacovaes, figueiras, romeiras, goiabeiras, pitangueiras, jaqueiras e mangueiras da Índia, mas nenhuma superando em gosto e perfume o incomparavel ananás americano. A lista é interminavel, porque Brandônio coloca no mesmo pomar o quiabo da África á sombra do brasílico araçá, numa confusão semelhante a do supracitado conde de Legge, amavel francês nosso contemporâneo que despoizou uma brasileira, e costumava dizer “*J’aime beaucoup cet legume*”, referindo-se á jaboticaba.

A descrição servia contudo para enlevar Alvianno, que não se cansava em elogios; “*Certamente que me tendes suspenso com tanta diversidade de frutos, quantos tendes nomeado, dos quaes não somente podereis formar um pomar, senão cem mil; e assim estou já de todo arrependido de haver tido o Brasil em differente reputação do que elle merece*”. O comentário final revela a má fama que anda no século 17 toldava a colónia, pois os *Dialogos* são

panigférico em que os enlevos do principal personagem, Brandônio, alternam com as objeções de Alviano, reinol recém chegado, o *avocatus diaboli* com doestos e críticas ao que lhe dizem das maravilhas coloniaes.

Pelo que vimos, continua imperfeitamente esclarecido quaes das muitas espécies vegetaes a figurar nos hortos brasílicos foram trazidas de regiões exóticas, quaes as da terra, e quaes as que existiam simultaneamente dos dois lados do oceano (54). Os primeiros autores que versaram o assunto mencionam a *Pacova*, dizendo-a orijinária do nosso litoral, onde a viram desde meiodos do século 16 em grande abundância. Outro no mesmo caso é o mamoeiro, que tem visos de autoctonia, chamado pelo gentio nordestino Pinoguacú (Pinoguassú?) segundo Nieuhoff. Assevera também Gabriel Soares que "*De Pernambuco veio à Bahia a semente de uma fructa, a que chamam mamões*". Menos problemática é a situação do arrô, da Fava de Cavalo, ou do Guandú, sobre os quaes não ha dúvidas de que foram importados. O tabaco ou Petum, é tido por americano, mas não sabemos si o seu ponto de dispersão foi ao centro ou ao sul do continente, porquanto os índios também eram ativos difusores de espécies por onde passavam. Houve acesa discus-

---

(54) cf. Hoehne. *Agricultura no Brasil*, págs. 107, 186, 222, 224, 225, 262, etc... e Schweinfurth artigo cit.

são entre Lery e Thevet quanto á glória de tel-o introduzido na Europa, "*Les Chrestiens estans aujour d'huy par delá sont devénus merueilleusement frians de ceste herbe et parfun*", escrevia o segundo. Os portuguezes pretendiam que fôra Luís de Goes, filho do donatário do Espírito Santo, que depois de viuvo, entrou estante na Índia, para a Companhia de Jesus. No dizer do seu homónimo Damião de Goes, tratava-se, "...*de fumo e o eu chamaria herua Sctaa hd q dizē q elles (os indios) chamã Betun...*".

O Urucú pelo contrário, em ves de ser vício representava virtude. As mães índias passavam a pasta vermelha feita da semente sobre os filhos logo depois de nacidos. A massa oleosa era considerada adubo para comida, e protetora da epiderme contra os mosquitos e os raios solares, tal qual a pasta de Bicuiba resguardava de infecções as feridas produzidas pelo Bicho de Pé. Do Genipapo lembrava-se Alviano, que em Espanha, alguns gaiatos de mau gosto, tinham deitado um pouco na pia de água benta de certa igreja, em dia de solenidade, "*onde todos que o tomavam ficavam manchados de preto, com grande confusão principalmente das mulheres*", e as nódoas "*perseveraram*" nas roupas por vários dias. Brinquedos inocentes numa época em que ainda se podia folgar nas cerimônias do culto, que nos querem persuadir ter sido cruel e implacável á sombra da tirânica inquisição. Fosse hoje em

dia alguém fazer o mesmo numa assembléa nazista, facista ou bolchevista para ver o que lhe sucedia. No mínimo perdia a vida antes de narrar o motejo ás gerações vindouras.

O Quinto Diálogo é dedicado por Brandônio aos recursos de caça e pesca. Preleminarmente estabelecia "*que neste Brasil não se usa de caça das aves como em Portugal...*". O meio empregado eram "*armadilhas e laços*" com que se apanhavam "*pelos bosques e campos grande multidão de jacús, aquaham (sic), mutús, que são do tamanho de um grande gallipabo, jaburú muito maior que um pavão, inhapupé semelhante ás perdizes da nossa Europa, uruís, inhambuaçú, nambús*", e mais aves domésticas e silvestres, além das de volataria, "*garratouranas, pironas, gambia-piruéras, eixuas, taguatós, guará-guarás, jaqueretús, tuindás, que caçam de dia e de noite*", as quaes, eram geralmente consideradas tão boas como as da Irlanda. A descrição ocupa algumas páginas, devendo ser assunto muito do gosto do narrador, que se demora nas côres da garateuma, do tucano, no brilhante espéto das araras, ou do guarinheté, e nas particularidades da cujujuba, da macugagá, da apecú, da gurainguetá, e inúmeras mais que seria exessivo transcrever de um livro tão conhecido.

A caça de maior porte também se fazia de forma diferente de Portugal. Não "*somente se matam á espingarda e á frecha, com os irem esperar aos*

postos aonde costumam de continuar, e tambem com armadilhas e fojos...". Da mais importante, "os porcos de diferentes castas, como é uma a que chamam teaçú, e outra tahi-tetê, que são os nomes porque são conhecidos os taes porcos, por serem uns maiores, e outros mais pequenos; e todos os de semelhante casta têm os embigos nas costas". Comenta Alviano, "Cousa extranha essa, e será dura de crêr a quem della não souber muito", num espanto que partilhamos. Parecia que Brandônio descamba ás veses em demasias de caçador quando versa certo ardil venatório dos índios. Consistia em subir numa árvore, provocar a vara de porcos, que ao caçador "arremetem como leões". Não o podendo alcançar, as feras roem as raises, ou o tronco da árvore afim de derrubar o inimigo. Neste momento o índio golpea uma delas com o dardo que leva na mão, "de modo que lhe tira sangue". É quanto basta. Os outros desandam "a morder ao que está sangrado, e elle, por se deffender, morde tambem aos que o perseguem; e assim se vão dessangrando uns aos outros, enganados com o cevo do sangue, que cada um de si derrama, até que travam todos uma cruel batalha, na qual se vão espedaçando com os dentes até caírem mortos, estando a tudo isto o caçador segurissimo assentado sobre a arvore, donde com muito gosto espera o fim da contenda pera colher o despojo (que é) carne de maravilhoso comer". Impressionado concede Alviano, "Aprazível e delei-

tosa caça deve ser essa, por se fazer presa de tão pouco custo”, a que remata Brandônio, “*Pois aqui não se exercitam nella senão os indios naturaes da propria terra*”. Continua daí por deante o narrador, a louvar a exelência de pacas, cotias, coatís, tatús e outros bichos, de que retrata o aspéto curioso e os costumes estranhos. Levava a palma em a longa narrativa, a perigosa *Maitacaca*, com as bolsas de gases irrespiráveis, verdadeiro arsenal de guerra, precursora dos conquistadores modernos.

Conta ainda Brandônio a maneira “*assás galante*” de caçar macacos, que lhe fôra ensinada por um seu escravo. Era pelo sistema da “*mão presa na combuca*”. Espalhava-se alguns grãos de milho “*ao redor da boca della; e, tendo assim a botija preparada na parte onde os bugios costumavam a vir fazer seus furtos, tanto que algum chegava a ella, vendo os grãos de milho, depois de os comer, olhava pelo buraco a ver se achava mais, e tanto que os divisava dentro, mettia a mão pela boca da botija, e quando a queria tornar a tirar pera fóra já cheia de milho, e não podia fazer... per este modo ficava preso*”. Havia macacos grandes chamados guaribas, que se faziam mutuamente a barba, e uzavam princípios de medicina, com “*ervas só delles conhecidas*”. Quando feridos de morte dependuravam-se nos galhos de uma árvore e neles amarravam a cauda “*tanto aborrecem o serem presos pelos seus*

matadores". Vingavam-se dos caçadores pregando-lhes sustos, "*As vezes o deixam passar, porque não reparam nelle, e outras o perseguem com carrancas e biocos e outros medos que lhe fazem; em tanto que eu vi já um mamaluco, filho da terra, vir assás affrontado, de perseguido delles, e me affirmou que tanto o apertaram que se via em termos de se perder*".

Menos galantes eram as onças, que no século 16 a 17, tinham sido atraídas pelo gado que os portugueses criavam nos campos do litoral. De quando em quando apareciam á noite junto dos povoados, procurando acercar-se dos animaes presos nos curraes. Houve tragédias em que pessoas se viram surpreendidas pelas feras e outras aconteceram de maiores proporções, ao se acuzarem os índios dos delitos que não tinham cometido. Muito rebanho dizimado serviu de pretextó para guerras nefandas contra tabas inocentes. A propósito, pergunta Alviano nos *Dialogos*, si além de assaltar as onças ao gado também o faziam á gente, a que respondia Brandônio: "*A homem branco não ouvi dizer nunca que matassem, mas aos indios e negros de Guiné sim, quando se acham muito famintos*. A suposta predileção é uma crendice que muito se difundiu pelo Brasil em tempos coloniaes, ainda perdurando até nossos dias. Certo romance de costumes populares traz um episódio onde negras do meretrício

são chamadas pelos clientes “comidas de onça...” (55).

A espécie mais perigosa era a onça pintada, a Jaguará dos Tupí, de quem diria Piso “*Terribilem noctu clamorem instar Canis famelicæ excitare solent*”, terror dos moradores de engenho, e viajantes deitados á roda das fogueiras. A onça parda ou Puma, era covarde apesar das proporções, regulando pelos outros tigres americanos, atacava porém só animaes desprovidos de aspas para se defenderem. A Jaguará pintada, semelhante ao leopardo, audaciosa e daninha, devastava galinheiros e ás vezes, acicatada pela fome, não ezitava em atacar animaes muito maiores do que ela.

As cobras não tiveram descrições pormenorizadas dos antigos cronistas. Brandônio parece conhece-las pouco, confundindo a escassa virulência da decorativa coral, citada por Montaigne, com a da chocalhante cascavel. Outros, apenas se referem á Surucucú, ofídio que tem a particularidade de habitar as matas do nordeste, ao passo que a quasi totalidade das espécies venenosas preferem os campos, brejos ou capoeiras onde podem encontrar facil alimento. É possível que nos séculos 16 e 17 o número das serpentes fosse incomparavelmente menor do que o atual, pois o trabalho agrícola não só afasta os seus inimigos naturaes, com ainda multiplica

---

(55) *Tres Sargentos*. Companhia Editora Nacional. S. Paulo 1981.

a rataria nos paioes das fazendas, que são o maior petisco dos reptis. Encontrariamos assim, explicação para a circunstância de um senhor de engenho como Brandônio, só conhecer serpentes por informações. A menos que, fosse realmente judeu, como pretendia um denunciante bastante duvidoso do Santo Officio, portanto sutil, querendo ocultar a europeus impressionáveis um lado desagradavel da terra que exaltava. Com os índios já não era preciso uzar esse cuidado porque tupís e tapuias comiam as cobras na falta de outra cousa, apenas uzando a precaução de cortar um palmo de corpo do lado as extremidades, na suposição de que houvesse veneno tanto na cauda como na cabeça.

O carinho descritivo do suposto cristão novo, aparece patente na maneira como trata os frutos do pomar ou os peixes brasílicos, dignos da mesa de Lucullus. Nestes havia o "*regalado vejupirá... superior ao prezado solho da nossa Espanha*"; e enumera mais Brandônio as cavalas, carapitangas, dourados, meros, moreas (que serviram para denominar o Caramurú), pescadas, tainhas, cações, albacoras, bonitos, lavradores, peixe espada, peixe agulha, chareos, salmonetes, sardinhas, peixe boi, "*nome que lhe foi posto por se semelhar no rosto case com o mesmo animal, posto que é maior dous tantos... se pesca ás farpoadas pelos rios aonde desembocam os dagua doce... se come cozido com couves, e se faz delle picados e almondegas... tem*

*o mesmo sabor e gosto da carne de vacca...”, ubarana, guibicuaraçú, camorim “peixe pequeno a que chamam peixe pedra, por ter outra dentro na cabeça em lugar de miolos”, corimã, e camaropim “...aos quaes vi fazer uma cousa estranha, na qual me mostraram claramente haver tambem amor entre estes mudos nadadores”.*

O fáto despertou a curiosidade de Alviano, “*E que é lhes vistas fazer pera conjecturardes que havia nelles amor?*”. Narra então Brandônio um episódio de pescaria, “*Em uma tapagem, que estava feita em certo rio, pera pescarem nella (a que nesta terra chamam gambôa), se chegaram dous peixes de semelhante especie, dos quaes entrou um pera dentro, ficando o companheiro de fóra; o que entrára, tapando-se-lhe a porta, ficou preso, e, com a vasante da maré, foi tomado e morto. O companheiro, ou pera melhor dizer consorte, que tal devia ser, que ficára de fóra, esteve esperando por elle todo tempo que a maré lhe deu lugar pera o poder fazer, mas tanto que as aguas foram faltando, por não ficar em seco, se desviou daquella parte, e se foi, com dar primeiro algumas pancadas grandes con o rabo sobre as aguas, case querendo mostrar com ellas o sentimento que levava e depois tornou a continuar a mesma paragem por espaço de seis ou oito dias, sempre ao tempo que a maré enchia, como que vinha buscar o companheiro no lugar onde o perdêra, e alli dava as mesmas pancadas na fórma das de pri-*

meiro". Outra espécie que mereceu do narrador particular observação foi a a vorás piranha: "*pe-scado pouco maior de palmo, mas de tão grande ani-mo que exedem em ser carniceiros aos tubarões, dos quaes, com haver muitos desta parte, não são tão arriscados... que devem de ter uma inclinação leonina, e não se acham senão em rios dagua doce: têm sete ordens de dentes, tão agudos e cortadores; que póde mui bem cada um delles fazer officio de navalha e lanceta, e tanto que estes peixes sentem qualquer pessoa dentro dagua: se enviam a ellas como fera brava, e a parte aonde a ferram levam na bocca sem resistencia, com deixarem o osso desco-berto de carne*".

A descrição é fiel, sem eiva do menor exagero, podendo-se admitir o que diz de muitos índios terem perdido os órgãos virís ao atravessarem rios. Ou-vindo este último malefício da ferós piranha, assus-tou-se Alviano, e jurou que nada o faria entrar daí por deante nos cursos de água da terra, "*ainda que não tenham mais de um palmo dagua imaginarei que já são essas piranhas commigo, e que me desarmam da cousa que mais estimo*". Tranquiliza-o Brandô-nio, assegurando que só ouvira notícias da presença de piranhas no S. Francisco. "*Una e semelhantes*", onde eram pescadas por meio de anzoos "*posto que primeiro se perdem muitos, porque os cortam com os dentes. Ha outra casta, de pescado, que chamam peixe-gallo, por ter o espinhaço muito alevantado.*

*Salé é de outra casta e tambem assás bom; soaçu, é peixe que tem grandes olhos gostosissimo de comer; saúna que é a modo de mugéns, mandeu da feição de solhos; roncadores, corcovados e baiacús, cuja propriedade extranha em ser peçonhento causa espanto”.*

Brandônio destacava “o mais refinado veneno de todos quantos se acham no Brasil”, que retirado sem se espalhar das entranhas do baicú, permitia o preparo inofensivo do peixe. Abundam nos *Diálogos* as considerações tecidas em torno de uma fauna e flora fabulosas, que tanto podiam encantar como suprimir o desprevenido colono. Assim o baiacú, depois de morto quando “*lhe esfregam a barriga, vai logo inchando como sapo*” o que é verdadeiro. “*Tamoatés são outros que se armam, e depois que o estão, as suas escamas parecem laminas; arares se armam tambem da mesma sorte, e têm a cabeça maior que o corpo; jacundã é peixe dagua doce, excellente pera se dar a comer a doentes; piabas e saras possuem a mesma propriedade; tararira é pescado de muitas espinhas, que cria dentro da cabeça uns bichos. Tambem ha muitas tartarugas, que, com ser peixe maritimo, vem a desovar na terra, e nella, de ovos que põem, tiram seus filhos”.*

A natureza “*deste Brasil é tão caroavel de produzir pescados*” informava Brandônio, que até nos campos onde as chuvas formavam lagoas, apareciam peixes chamados muçús, semelhantes a enguias, e

camarões, “*de modo que todas as pessoas que vivem pelo sertão se sustentam delles, com mandarem metter de noite uns cóvos, com algum cevo dentro, pelas taes partes, e de madrugada os mandam tirar cheios de semelhantes pescados*”. Continuando a falar de pescarias, diz Brandônio, “*Com redes e transmалhos, e em certas tapagens, que se fazem por alguns esteiros, aonde com a crescente da maré entra muito peixe... os tomam sem trabalho... mas a principal pescaria, de que aproveitam os demais moradores deste Estado, é a que mandam fazer por negros em jangadas, os quaes nellas saem fóra ao mar alto, aonde ao anzol pescam peixes grandes e fermosos, com os quaes se tornam a recolher ao pôr do sol, e desta sorte se toma muito pescado*”. Os pescadores eram índios, que empregavam na faina seus processos usuaes, um pouco modificados pelos utensílios, anzoes, arpões e outros, trazidos pelos portugueses. O veículo continuava a canoa cavada num tronco de ubirazara, ou jangada de alto mar, composta de apeibas atadas com cipós e fibras da mata.

A alimentação no litoral o “*verdadeiro sustento dos pobres, que vivem nella e dos índios, naturaes e escravos de Guiné*”, consistia na opinião de Brandônio em caranguejos, “*pela muita abundância que ha delles, e pouco trabalho que dão em se deixarem tomar; ha uma casta dos taes, a que chamam uçá, e outra siri, e tambem goajá, e da mesma maneira guazaranha. Aratú é outra casta delles, que se tem*

*por contra peçonha, posto que eu o não experimentei. Também se acham uns de outra qualidade, a que chamam garauçá; e sobre tudo os guanhamús, cuja natureza causa espanto". Logo pergunta Alviano, "Pois não ma deixeis encoberta". A que informa Brandônio, "Esta sorte de cangrejo faz sua habitação em terra, ao longo dos rios salgados, por covas e lapas, que nella fazem com tirarem a terra pera fóra, pera lhes ficar despejado o lugar de baixo, ao modo que as formigas fazem os seus formigueiros, e dalli se sustentam com aservas e frutos, que se produzem na terra, porque ainda entre as sementieras cultivadas, fazem a sua morada, com lhes fazerem assás damno. Estes taes se tomam, tirados das covas e por fóra dellas, com serem maravilhoso comer, e criarem dentro em si grandes e fermosos coraes; e, o que mais espanta, é que, com as primeiras aguas, que costuma a chover por estas partes pelo mez de janeiro ou fevereiro, saem de suas furnas em grandes esquadões, donde se espalham pelo sertão case uma legua, occūpando os campos, aonde nunca chegou o salgado, nem sombra d'elle. E por os taes se tornam innumeraveis, e ainda de irem elles, de por si, a metter pelas casas das pessoas, que por aquellas partes moram, com serem os que se tomam por esta maneira os mais gordos e gostosos pera se comerem. E dizem os naturaes, quando acham estes cangrejos por esta maneira, que andam ao até, que sôa tanto como andarem lascivos".*

Havia entre os índios a tradição de que, quando a carne do caranguejo cauzava indigestões, era por ter comido a fruta da Araticurana do brejo. Além desses crustáceos, abundantes nos alagadiços onde a água dôce conflue com a do mar, citam os *Dialogos* perseves; lapas, caramujos; amejoas; sapimiaga; sernambins; ostras infinitas, mantimento ordinário dos praianos, “*onde tambem se acham perolas*”. Entre os animaes aquáticos, coloca Brandônio as capivaras que “*vivem nas aguas e pastam sobre a terra... se acham tambem pelos mesmos rios e alagôas uns lagartos grandissimos, a que os naturaes da terra chamam jacaré, mas não tão carniceiros como os da Índia. Estes lagartos põem ovos ao modo dos de pato, mas não são redondos, porque são algum tanto chatos, os quaes têm em choco dentro na agua, somente com olharem pera elles porque a sua vista é bastante pera produzir nelles os filhos, como as aves o fazem com o calor das pennas; e ao tempo nascem delles lagartinhos*”.

Protesta Alviano, “*Isso parece historia, a que se não pode dar credito*”, informado provavelmente de que caçadores e pescadores se equivalem em exageros. “*Pois não o tenhaes por cousa fabulosa*”, responde Brandônio, que nos seus diálogos com Alviano se esforça por nos dar um quadro informativo dos recursos naturaes da colônia. A título de curiosidade, e por comparação vamos reproduzir a mensagem radiográfica de 26 de outubro de 1937, man-

dada pela bandeira Anhangüera, que encontrava nas margens do rio das Mortes, recursos venatórios semelhantes ao dos primeiros povoadores quando procuravam no Brasil quinhentista terras para se estabelecerem: *“A caça constitue a base essencial da nossa alimentação. Devido a constante perseguição dos índios, principalmente em certas parajens da margem esquerda do rio das mortes, somos obrigados a realisar grandes caminhadas para encontrar e abater animaes. Até agora matámos: 65 veados campeiros, 2 mateiros, 1 catingueiro, duas sussuapáras, 5 catetos, uma anta, uma paca, tres tatús, dois camaleões, muitos jacarés (dos quaes aproveitamos certas partes da cauda, quando se trata de animaes novos, o que constitue appetitoso alimento), 5 cotias, uma jaguatirica, uma onça pintada, 79 aves, comprehendendo: patos, mutuns, jaós, jacutingas, jacús, (além do aproveitamento da carne de emas para caldos) socós, jaburús, frangos dagua, abrangendo um total de carne util talvez de 1300 kilos. Pescamos entre outros peixes: pirararas, tucunarés, pintados, pacús, matrinchas, piranhas, jaraguís, e outros peixes miudos, num total de 200 kilos. Assim, coube em média aproximada, um total de 600 grms. de carne para cada pessoa da Bandeira. Também cerca de mil ovos de tracajás e tartarugas, cujas posturas este anno estavam atrasadas por causa das trovoadas. (Tivemos) palmitos diversos, muito coco babassú, e algum mel. Agora, só vamos ter cajús*

*e outros frutos da época chuvosa. Pensamos encontrar melhores aguadas e pastos para compensar certa escassez de caça, em vista das constantes correrias dos índios por toda a região”.*

A relação sugere recursos que a fauna e flora eventualmente podiam proporcionar a brancos, índios e negros no começo da empresa colonial, observando-se todavia a imperfeição das armas de que dispunham, e na falta de caça era preciso procurar sucedâneo nos infinitos insetos encontrados ao acaso das caminhadas. Das taquaras segundo testemunho de Anchieta, tiravam os índios, e os seus imitadores, iguaria apreciadíssima, “*bichos roliços e compridos, todos brancos, da grossura de um dedo, aos quais os índios chamam rahú, e costumam comer assados e torrados. Ha-os em tão grandes porção, indistinctamente amontoados, que fazem com elles um guizado que em nada difere da carne de porco estufada*”. Desta Pyralidae conta o padre cousas milagrosas, “*uns se tornam borboletas, outros saem ratos, que constroem a sua habitação debaixo das mesmas taquaras, outros porém se transformam em lagartas, que roçam a ervas*”. Das espécies desta multiforme mariposa, de que se conhecem tres, descreveu Augusto de Saint Hilaire as propriedades em romântico devaneio. O bicho da taquara continha nos intestinos poderoso narcótico, uzado pelos índios para conciliar o sono quando atingidos pelas setas do amor. Durava o efeito alguns dias, e ao desper-

tar, contavam os namorados sonhos maravilhosos, em que tinham percorrido florestas cheias de frutos, semelhantes á “terra-sem-mal”, onde não é necessário trabalhar para viver. A única precaução a tomar-se na estranha terapêutica, era seccionar o pescoço do bicho, porque sendo considerado venenosíssimo, podia infligir descanço eterno ao imprudente que absorvesse esta parte tóxica.

Onde não existiam bambús recorria o aborígene a outros inséto. Em todo o Brasil enxameam termitas, denunciados onde repontam do solo pelas “casas de cupim” côr de terra. Umas amarelas, outras escuras, pardacentas ou aleonadas, deixam sair em determinada época do ano centenas de milhares de içás; as gordas “tanajuras” que se derramam em extensas procissões pelos campos. Eram tão apreciadas na brasa quanto o bicho da taquara, com a vantagem de serem facilimas de se apanhar. Nos dias em que saíam “de suas cavernas”, como diz o veneravel Anchieta, *“ajuntam-se as aves, ajuntam-se os Indios, que ansiosamente esperam este tempo, tanto homens como mulheres: deixam as suas casas, apressam-se, correm com grande alegria e saltos de prazer para colher os fructos novos, aproximam-se das entradas dos formigueiros e enchem de agua os pequenos buracos que ellas fazem, onde, estando, se defendem da raiva dos paes e apanham os filhos que saem das covas, e enchem os seus vasos, isto é certas cabaças grandes, voltam para casa, assam-as em va-*

*silhas de barro e comem-as: assim torradas, conservam-se por muitos dias sem se corromperem. Quão delectavel é esta comida e como é saudavel, sabemoso nos que a provámos”.*

Gabriel Soares dá uma notícia a respeito, em que menciona entusiásticos companheiros dos missionários: *“a estas formigas comem os indios torradas sobre o fogo, e fazem-lhe muita festa: e alguns homens brancos que andam com elles, e os mestiços têm por bom jantar, e o gabam de saboroso, dizendo que sabem a passas de Alicante”.* Não havia, porém, só este gênero alimentício á disposição do gentio e dos viajantes brancos nas suas caminhadas. Martius descreve a prestesa com que os selvícolas da sua expedição apanhavam os insetos mais diversos sob a madeira pôdre da serrapilheira, em que sobressaem as larvas de grandes besouros, consideradas exelente petisco, e conclue o sábio, *“assim (os guias da expedição) se utilizavam para seu proveito, de tudo que os cercava”.*

De outros informantes acerca de gêneros alimentícios coloniaes, diremos que o mais pormenorizado e farto de notícias além de Gabriel Soares, ainda continua Brandônio. Nem siquer olvidou as baleias, as quaes *“nesta costa se acham muitas e mui grandes, principalmente no verão, e delas saem algumas á costa de que se faz azeite de peixe”.* Até o século 18 ainda se podiam ver bandos de magnífi-

cos cetáceos pelas angras litorâneas, e ao redor das ilhas próximas, antes que a pesca sistemática os afugentassem para regiões distantes. Mas este óleo servia mais para iluminação, ou reforço da argamassa nas construções, do que para alimento, em todo caso, teria sido uma lacuna si não lhe fizessem alusão os pormenorizados *Diálogos*, que compreendem os peixes comuns e fantásticos do Brasil, só faltando por deploravel omissão as sereias que por esse tempo, dizem, povoavam os rios e os mares.

\* \* \*

Temos de levar em conta nesta pesquisa sobre os gêneros de que dispunham os antigos habitantes do Brasil, a diferença entre a alimentação dos brancos e dos índios, dos homens livres e dos escravos, dos abastados e dos pobres. Medeava igualmente um abismo entre os recursos do litoral e os do sertão, ou das vilas mais antigas e os pequenos povoados distantes, onde inda houvesse dinheiro não dispunham os habitantes de abastecimentos pela falta de comunicações e geral indigência do interior da capitania.

Na séde perambucana mudavam as cousas. Narram os cronistas antigos, que os armasens estavam repletos de mercadorias europeas remetidas do reino, além das orientaes, que os comboios da Índia levavam para Lisboa e os do Brasil para cá

traziam na viagem de volta (56). O lucro deste comércio estimulava os especuladores, proporcionando aos coloniaes os mais variados artigos, das mais diversas procedências. Informa Brandônio que “*No anno de 92 veio um mercador de pouco porte com uma caravella a Pernambuco, em direitura do Algarve, carregada de algum vinho de Alvor, pouco azeite, cantidade de passas e que metteu de cabedal setecentos e trinta mil réis, por conta de carregação, que eu vi. Esse homem esteve seis mezes na terra, nos quaes vendeu sua fazenda a dinheiro de contado, e fes della perto de sete mil cruzados*”.

Perfilha os dizeres de Brandônio o padre Rui Pereira, na carta mandada de Pernambuco em 1561 aos padres e irmãos de Portugal, “*isto é terra... mui provida das cousas do Reino polos muitos navios que a ella vêm todos os annos de modo que nas provisões quem tiver com que as compre, não ha cá differença do Reino. Continuamente se vende pão de trigo, vinhos, azeite, etc...*”. Mas Olinda não era só uma exeção na capitania, desprovida de fartos meios de comunicação, como também se destacava pela opulência do resto da colônia. Acrescenta o padre, que até o gentio da região parecia mais remediado que o das outras partes do Brasil.

---

(56) Pyrard de Laval escrevia sobre Pernambuco, “*Ce país est peu de rapport, il ne suffit pas pour nourrir les Portugais, et pourtant toute sorte de vivres y viennent soit de Portugal, soit des Isles Assores e Canaries*”.

As manifestações desta superioridade apareciam mais acentuadas nas festas dos brancos. Não se esqueceu o padre Cardim de anotar a impressão que lhe fizeram os ágapes onde estivera, mormente acerca do dispêndio de vinhos. Os moradores principaes, *“São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinario andam comendo num dia dez ou doze senhores de engenho juntos, e revezando-se desta maneira gastam quanto têm, e de ordinario bebem cada anno 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; e alguns annos beberam oitenta mil cruzados dados em rol”*. Mantinham essas simpáticos gastrónomos a tradição das antigas comesâinas europeas em geral, e portuguezas em particular, em que durante horas saiam da cosinha frangos, vitelos, leitões assados, dourados, bem temperados, numa procissão odorante, estimulante, glorificante, e beatificante. Ao sair da mesa os convivas sentiam-se incapases de cometer mais pecados, propensos a imitar os virtuosos frades que depois das refeições piedosamente se recolhiam ás celas para meditar.

Não eram somente os grandes da terra que seguiam o bom gosto de veneráveis eclesiásticos, outros havia em Olinda, taes como artifices, caixeiros, banqueiros de assucar e mais vulgus pœcus, algum tanto desabusados no consumo de abundantes pratos bem regados por bebidas espirituosas importadas. As frequentes indagações do Santo Officio sugerem a respeito um mundo de cousas. Volta e

meia perguntavam os inquisidores, si os reus denunciados estavam no seu pleno juizo ao perpetrarem o delicto, ou sob ação do vinho. Muitas veses a resposta admitia a segunda hipótese pelo fáto do indigitado sair da mesa demasiadamente embebido para poder arcar com a inteira responsabilidade do que se lhe attribuia. Era muito possivel, que povoadores, tivessem convencido o padre Cardim ser esta saturação (que ele pessoalmente não praticava) remédio para a "*fraquesa dos mantimentos da terra*". O modo de considerar o caso parece comum entre os imigrantes, representando mais uma das crenças neles arraigadas igual ás que circulavam sobre negros e onças, animaes fantásticos, etc.... etc... Não devemos, contudo, crer num exessivo alcoolismo entre os brancos, em geral mais sóbrios que intemperantes, "*embora*", dizem os relatos olandêses, "*houvesse portugueses forte bebedores*", o que não e pouco numa pena flamenga.

A abundância de bebidas anualmente importadas em Pernambuco denota que eram muito apreciadas em todas as classes sociaes. Um foragido portugêz dos campos de fumo que os franceses tinham no Maranhão (57), declarou perante as autoridades castelhanas, que fôra aprisionado quando ia a bordo de uma nau carregada de vinho das Canárias com destino a Olinda. Além desta menção temos entre as primeiras presas feitas pela Compa-

---

(57) v. tomo II cap. Maranhão,

nhia das Índias Occidentaes a de um navio carregado com 22 pipas de vinho. Em a narrativa de Anbrósio Rischoffer, figura vinho na lista de víveres e munições encontrados em Olinda e fortes adjacentes, quando se renderam aos olandeses. Um outro militar a serviço deles reparou na mesma ocasião que o vinho das Canárias era muito forte. Mais allusões encontramos nos papeis administrativos quinhentistas em que se manda por meio de uma provisão entregar vinho ao colégio dos Jesuitas, de sorte que não é desrazoado concluir ser de consumo corriqueiro na colónia.

No momento da invasão, quando tudo corria bem na capitania, e o vinho era um indício de abundância, dispomos de algumas notícias olandesas sobre a quantidade que foi encontrada no assalto de Olinda. Nessa ocasião caiu grande parte do líquido, tão custosamente importado pelos pernambucanos, nas güelas das hostes flamengas. Escreveu Fernandes Gama, que si Matias de Albuquerque aproveitasse o momento passaria o inimigo a fio de espada, pois tinha deante de si não adversários, mas odres estendidos no chão. Rischoffer confirma o historiador, informando no seu diário, que depois da entrada em Olinda em 1630, "*muitos porém (dos olandeses) que se enxarcaram de vinho de Espanha (ou canarino) ficaram deitados nas ruas e casas como brutos irracionaes, o que deu ocasião a continuos rebates falsos*". Para coibir a desordem

foi preciso enforçar alguns desses soldados, noticiando ainda Rischoffer que no incêndio do *Povo do Recife*, foram destruídos armazéns onde havia 15.000 caixas de açúcar, e grande quantidade de tabaco e vinho de Espanha. O que sobrou em Olinda, foi bebido pelos oficiais nos alojamentos que encontraram, como sucedeu ao mercenário, e o restante mandou o general Lonck que fosse distribuído aos doentes da armada.

As outras iguarias a figurar no cardápio colonial, citadas pela visitaçáo do Santo Offício no fim do século 16, faz referênciã á denúncia de Tomé Dias. Julgava á vista do mau costume de Maria de Paiva, em comer "*litão sequos que vem de Portugal*", e refugar caçáo, raia e lamprea, que era alimento dos católicos, tratar-se judaismo, embora defumado ou fresco, fosse o porco condenado pela lei de Moisés. Entre os católicos, pelo contrário, era indicada até para enfermos. O viajante Pyrard de Laval escrevia em 1600 que "*Au Brésil & a Mozambic la chair de pourceau y est tenue pour la plus friande, delicate & saine de toutes; car les medecins en ordonnent aux malades, & leur defendent toutes les autres*". Temos aí nova receita à la Fagon, tão desastrada quanto a precedente, sem dúvida, ambas agradáveis ao gosto, mas prejudiciais aos que já ressentem o peso da idade.

Brandônio confirmava a exelência da carne de porco, contestado por Alviano que prezenciara em casa de um enfermo, certo médico externar ideas contrárias ao físico citado pelo maluino. Explicou então Brandônio, que só poderia prejudicar no começo da enfermidade, porquanto ao depois, nunca fizera dano a ninguém, "*posto que estes modernos medicos querem preverter isto que sempre foi approvado pelos antigos*". A discussão sobre o assunto demonstra algum progresso na medicina peninsular do fim do século 16, no entanto, a maioria dos portugueses norteavam-se pelos ensinamentos dos que Brandônio chama "*antigos*". Em 1635 os jesuitas ainda perzistiam — segundo atestam os livros de assentamentos administrativos — em dar carne de porco, ovos e peixe fresco aos escravos doentes e convalescentes, especificando no item dos negros de engenho, "*Para os mesmos; e quando trabalhão na levada em que com chuva e frio andão mettidos n'agoa até a sinta, se lhes dá seu vinho com ovos para o que são necessarios para huma pipa... 20\$000*". Frei Vicente do Salvador menciona ser a carne de porco consumida independentemente no inverno e no verão, e que se dava aos doentes como si fosse de galinha, por ser branca e tenra.

Os pequenos burgueses cozinhavam no Brasil, na medida do possível pelas mesmas receitas os acepipes de Portugal. Assim, denunciou Lusía Lourenço, que Beatris Mendes tirava o cebo da carne

vinda do açougue de Itamaracá, "... e adubava na panella com azeite e a carne que mais costumava comer era, a de carneiro no qual alguãs vezes lançava tambem grãos com seus adubos na panella e tambem alguas vezes que comião galinha a temperavão tão bem na panella com azeite e com huã pequenina de cebolla". A dita preparação cheirava judaismo á denunciante, porque vira em Lisboa Inês Lopes cristã nova, "comer na mesa com seu marido da maneira seguinte, afogavão primeiro a cebolla no azeite em huã tejella separada e despois lançavão aquella cebolla e azeite na panella de carne". Não deixava a depoente de ter uma certa rasão pois um dos caraterísticos da cosinha ebrea rezide no exesso de temperos. O defeito pertence a todo o Mediterrâneo, seja do lado europeu, seja do semita, a tal ponto que o turista antes de desembarcar no caes dos portos, sente as exalações do carneiro preparado para o cuscús. De sorte que, podiam ser habituaes na colónia, algumas das receitas dos povos, com que o reino tinha velhas relações, sem necessariamente terem sido divulgadas por intermédio de judeus. Em Pernambuco havia muitos "*tractantes do mar*", familiarisados com os presídios luso marroquinos, e que eventualmente matavam saudades de certos petiscos preparando-os como tinham visto fazer em pendão de Beles ou de Asamor.

Passando á América os antigos marujos ou cultivadores, sentiriam curiosidade em experimen-

tar de muitas maneiras os recursos da terra. Interveninha igualmente o indígena com os seus ensinamentos, de modo que o cajú se tornou petisco quando assado com peixes, e as pimentas do lugar em pouco rivalizaram com as da Índia. Serviram as folhas de certas plantas como a Taioba e o Carurú, ou os tubérculos da primeira, para muitos pratos novos, sem que houvesse intervenção de judeus, ou de africanos como muitos dos nossos autores atualmente supõem. No correr das instrutivas páginas da Visitação, vemos que no Brasil como em Portugal o epílogo dos jantares provocava as piores indiscreções. A prudência adelgaçava-se paralelamente ao acréscimo de loquacidade, acontecendo a um cirurgião da ilha de Las Palmas o mesmo que fazia sair o astuto Talleyrand da sua prudente e habitual reserva. Em Pernambuco foi denunciado um médico espanhol ao Santo Ofício, porque estando um dia *“comendo e jantando huã gallinha cozida e uvas . . . ho ditto Gaspar Rõiz Covas encostando-se na cadeira pera trás . . . dixee as palavras seguintes, Compadre comamonos e bebamos e levemos boa vida que neste mundo não temos mais que nascer e morrer e não sabemos quando hemos de morrer”*. Igual exesso se repetiu com Luís Dias por ter apresentado no fim do jantar, *“hum prato de folhas de aroeira esparregadas com seus ovos que pareciam bredos”*, e como insistisse para que os convivas comessem e estes se recusassem, vieram a falar em pecados,

tendo Rodrigues proferido palavras escandalosas, como sejam, que a gula só era pecado no dizer dos padres.

Em outros trechos da visitação ocorrem referências igualmente instrutivas da alimentação na colônia. Os empregados de Manoel da Costa Calheiros reuniram-se um domingo á noite para jantar, "*hum prato com farinha da terra e com hum pedaço de abobora cozida em cima*", provavelmente pe-tisco das mesas singelas da capitania. Também o era a refeição de Pero Lucas e outros proletários, feita pela manhã, antes de começar o trabalho, "*pam, carne e vinho*", enquanto comentavam os sacrilégios cometidos por João Nunes. Chamado a depor disse o carpinteiro Lucas Fernandes, não fizera caso das revelações do pedreiro seu comensal porque naquele momento o dito "*estava cheo de vinho*".

\* \* \*

Em todo caso, fundadas ou não em suas alegações, estas denúncias serviram para dar idea de alguns recursos alimentares das várias classes sociaes daquela época. Embora fosse Pernambuco no momento a mais próspera capitania do Brasil nem sempre seria permitido aos seus habitantes variar de cardápio. O exemplo do índio, tampouco inspiraria maior requinte. Tornara-se omnívoro o gentio pelas fomes que curtira, dele se podendo dizer que se alimentava de cobras e lagartos. O etnólogo

Herbert Baldus descreve a respeito, o modo como procedem os Tapirapé á divisão da maior parte dos viveres. Cada individuo passa depois do nascimento a pertencer a um "*grupo de comer*" em que permanece até o fim da vida. Solteiro ou casado continua o índio naquele setor tribal, embora a esposa faça as refeições num outro, reunindo-se somente depois que terminaram de se alimentar.

Os europeus, em muitos casos imitadores do gentio, tinham jerarquia na estratificação social, que tudo abrangia inclusive a matéria prima alimentar. Daí escrever Gabriel Soares de Sousa, acerca dos "*mantimentos de raizes que se criam debaixo da terra*", que havia algumas, "*de côr muito tostada*", cauzadoras de indiscretos borborigsmas, "*humidas e ventosas de que não se faz muita conta entre gente de primor*", abandonadas aos mesquinhos da capitania. As conservas do reino de que tivemos notícia pelo Santo Officio, os presuntos, os "*Litãos sequos*", o pão de trigo, os dôces que traziam assucar de torna viagem, e muitas outras guloseimas, estavam rezervadas para os ricos e poderosos. A carne e o leite de vaca, eram também privilégios das classes favorecidas, assim como o vinho das Canárias. Convém, para evitar generalizações, não concluir através de alguns exemplos isolados, que os senhores de engenho gozavam invariavelmente de vida regalada. Na mesa como no

amôr, e em muitas mais cousas, contentavam-se com o que lhes vinha ter ao seu alcance.

Pyrard de Laval como bom francês, pertencente a uma das nações mais ricas do mundo (e a opulência como sabemos dá em resultado a boa alimentação), interessou-se muito pelos recursos do gênero oferecidos pela colônia: "*Au demeurant, il fait infiniment cher vivre au Bresil, là livre Pourceau y vaut diz sols celle de boeuf sept sols six deniers, celle de Mouton diz sols une Poule comme les nostres vaut un écu. On y trouve quantité de Poules d'Inde, elles valent deux écus piece, une couple d'oeufs cinq sols, le pot de vin de Canarie quarante sols... Ils font du vin (os pernambucanos) de cannes de sucre, qui y est à bon compte, & ce n'est que pour les esclaves & les naturels du país.*" Os particulares que dezejavam passar melhor ou que se estabeleciam de modo permanente na capitania, copiavam as hortas eclesiásticas: "*Il y a force fruits, comme Oranges, Citrons, Bananes, Cocos & autres*", depoimento interessante porque Pyrard esteve no Brasil logo no começo do século 17, e a sua lista mostra as espécies que os portugueses já tinham difundido no século anterior, importadas das longínquas China e Índia. Continuando diz ele: "*Les Portugais ont de beaux iardins remplis de bonnes herbes, comme de Laituës, Choux-pommez, melons, Concombres, Réforts, & autres herbes cultivées. La vigne ne peut venir là, parce que les Fourmis qui*

*y sont en grande quantité, mangent le fruit. Il y croist du Riz, & du maiz, ou bled de Turquie, mais ils ne s'en servent que pour donner aux bestiaux*". Referia-se talvez Pyrard ao arrôo silvestre, com que se preferia engordar animaes a emprega-lo na cozinha: "*Quant aux Bresiliens naturels qui vivent parmi les Portugais, ils vivent plus de poisson que d'autre chose, & s'aident peu de la chasse, à cause que le país estant boscegeux, & plein de bestes feroces, ils n'osent aller dans les bois, de peur d'estre devorez*". Aquí, ha um dequeno equívoco de Pyrard, o verdadeiro motivo era a presença de gentio inimigo no mato, porque a caça, por certo, não infundiria receio a índios que sempre foram caçadores. Por sinal, que adeante ele acrescenta: "*Les Portugais n'osent gueres sortir de leur ville sans armes, de peur de recontrer ces Sauvages qui vont par les bois*". A segurança demorou algum tempo a se impor, e nunca foi completa nos tempos coloniaes, porque depois do perigo dos índios, surgia o dos negros fugidos. Acerca da antropofagia, dos primeiros, que ameaçava aos caçadores de qualquer côr, e categoria, diz ainda Pyrard: "*I'ay oüi dire à quelques-uns de ceux qui depuis s'estoient fait baptiser, dont il y a grand nombre, que les Peres Jesuites ont couvertis, qu'ils avoient mangé plusieurs hommes, & que le plus delicat en estoit les pieds & les mains*".

O aspêto mais comum do modo de vida na colônia está exarado em Nieuhoff quando informa con-

sistir o verdadeiro nectar dos habitantes do Brasil nas cristalinas fontes que se encontravam no litoral. Retemperavam as frescas águas os organismos fatigados pelo calor e má alimentação. As nacentes brasileiras não eram tão calcáreas como as europeas, cujo gosto em muitas regiões se assemelha ao do sabão, e prejudica quem delas se utiliza. As nossas, segundo Nieuhoff, sabiam agradavelmente, leves e diuréticas, um regalo nos dias de grande calor. Assim, as águas dos rios Paray e Paratibe, eram consideradas específicas contra a pedra e a gota, assegurando vida acima de cem anos para os que as sorviam com exceção de todas as outras. Havia no lugar quem entendia do seu gosto, como na Europa se encontravam provadores de vinho. Os peritos brasílicos não só distinguiam-n'as, como conheciam as suas propriedades, e censuravam aos que as bebiam sem discernimento. Tão exelsas virtudes a recomendar a água, e a sobriedade que ainda hoje se nota entre a maioria dos decendentes daqueles idrófilos, levam a crer que seguiam pelo instinto o melhor regime a adotar-se nas regiões intertropicaes.

## OS MEIOS DE PRODUÇÃO

A presença dos brancos na América causou uma transformação como nunca jamais houvera nos outros continentes em que tinham desembarcado. Nem na África, nem na Ásia, nem na Insulíndia, notaram-se mudanças tão amplas e profundas, que davam, por fim impressão de furacão destruidor, seguido de uma ordem de cousas por completo diversa da antiga. Foram os donos da terra enxotados, ficando apenas aqueles que se sujeitaram ao invasor. Não tardou deste avassalamento a surgir o mestiço mameluco, em que as qualidades e defeitos dos paes revelavam-se ipertrofiados, seguindo-lhes outra raça exótica, também importada, que deu fribidos a concorrer para cada ves mais distanciar a população servil das tribus livres.

Simultaneamente com a mudança dos homens dava-se a do solo. Em curto espaço soffria a paisagem tal alteração que difficilmente os velhos chefes índios a reconheciam. No meio das várzeas cobertas de canaviaes, adejava no ar a fumaça das caldeiras tragadoras de matas. Os rios e regatos eram captados, ao mesmo tempo que secavam lagoas

e pântanos. À volta do engenho coqueiros esguios e copadas mangueiras sombreavam centenas de animaes úteis importados. Mais adiante, delineava-se outro quadro exótico, com as flores e frutos a vicejar e amadurecer nas hortas e pomares, enquanto manadas de bois multiplicavam-se além, pelos campos infindos.

Do lado do oceano, as angras em que antigamente pescava o rapasio índio, coalhavam-se de mastros altos como as mais belas árvores das visinhanças. Tranquíilas balouçavam as naus, ancoradas perto dos trapiches enfileirados á beira do casario, que subia pelas encostas até o alto, onde as torres das igrejas derramavam o som dos sinos, por sobre imitações de aldeas europeas.

Nesse panorama, o meio por sua ves, atuava numa inevitavel antifonia sobre o recém vindo. De simples assalariado no reino, descortinava-se-lhe ao aportar na América, completa mudança de condição oferecendo imenso campo de atividade. A geral improvisação da colónia, dispensava qualidades execio-naes no imigrante. Siquer sofreriam as penas das *Ordenações*, na larguesa da terra em que se apagavam as manchas do passado, deixando livres as esperanças do futuro. Atuavam as capitánias melhor que o mais perfeito reformatório modelo, e muito degradedado que mantido no teatro de suas façanhas, havia de se perder por completo, deixava no Brasil a pele de cobra, iniciando úteis linhajens de servidores

da coletividade colonial. O que mais importava na América era haver gente branca para dirigir o desbaste da terra, e negros para lhes obedecerem. Qualquer atraso no desenvolvimento da colônia não punha somente em risco a soberania del-rei, como a própria existência dos afoitos portugueses, que se tinham mudado para tão longe da sua terra natal.

O problema angustioso, era, depois do requerimento pedindo a sesmaria de léguas em quadro, encontrar quem a cultivasse. Não bastava apossar-se dela, nem dispor de capitaes ou de créditos, para garantir o êxito do candidato a senhor de engenho. A epopea dos descobrimentos e monopólio do maior comércio do mundo, dizimara a população do reino mais do que as guerras, mais do que a peste, De modo que das antigas populações ruraes da mãe pátria, escasso auxílio podia-se esperar, restando como recurso de emergência, a matéria prima do sítio — o aborígene a vagar pelas cercanias dos ranchos portugueses — incluído pela violência nos moldes do trabalho europeu.

O pouco rendimento que dava, via-se mal compensado pelo sacrificio e esforços necessários para subjuga-lo e adapta-lo ao eito. De certo modo, era até inassimilavel á lida do assucar, torturado pelo seu anseio de liberdade, exasperado pelos maus tratos que lhe infligiam, apenas produzindo de realmente proveitoso o que estivesse de acordo com a sua

índole. Péssimo foguista das caldeiras do engenho, mudava e prestava serviços quando o empregavam na caça e pesca para abastecer os senhores, derrubada de matas, ou como esculca nas entradas pelo sertão a dentro. Assim sendo, tornou-se necessário achar-lhe um substituto, que foi o negro. Infelizmente para o lavrador português, o alto preço encontrado pelo cativo da África nas possessões espanholas da América Central, impediram-n'o de importar "peças" em quantidade bastante durante alguns lustros, a despeito de todas as insenções de impostos e mais auxílios outorgados dos povoadores pela metrópole. Foi preciso lentamente firmar a produção dos primeiros engenhos, á custa do sacrifício de centenas de índios, e ás veses, dos próprios senhores, para acumular o capital marcando o termo do período embrionário das capitânicas litorâneas.

O nervo da guerra, então e sempre o dinheiro, facultou daí por diante a conquista das melhores terras; repelir para mais longe o gentio inimigo; resgatar cativos para a lavoura; comprar africanos; aliciar no lugarejo natal parentes e conterrâneos, como a gente de Viana em Pernambuco, que auxiliou o audás donatário e lhe continuou a empresa. Ao desembarcar na terra o reinícola pobre amparava-se junto do rico, ganhando experiência, juntando bens, passando de vilão de behetria a proprietário de espada á cita. Dava igualmente o braço armado que atendia ao brado da governança quando ameaça-

da por assaltos de índios, ou correrias de corsários franceses, que assolavam o litoral e pretendiam deitar pé nos domínios de Portugal.

\* \* \*

Alguns dos elementos cuja missão era dirigir o destino do maior domínio luso, falharam por taras desfavoráveis, pelos enredos do "mexerico" latente nas pequenas povoações, ou desânimo num sítio onde era preciso a despeito de certas facilidades, energia para viver, e mais ainda para progredir. Decaiam, alguns, inutilizavam-se, desmoralizavam-se entre os europeus seus semelhantes, escandalizando a padres seculares e missionários, motivo pelo qual muitos se acoutavam nas tabas de índios, a dezenas de léguas de qualquer arraial civilizado. Porém, no seu fadário, o branco desclassificado, perdido no ermo sertanejo, continuava a prestar serviços ainda que involuntariamente, povoando as extensões da zona intermediária entre o litoral e a caatinga, com os seus mamelucos.

Quanto mais vadio, insubordinado e avesso aos sacrifícios que fazem a grandesa da existência do homem branco, mais próximos estavam esses elementos do aborígene, e melhor com ele se entendiam. O exemplos de João Ramalho, do Caramurú, do Bacharel de Cananea, etc. . . uns brandos, outros rebeldes, outros simplesmente fatalistas, exprimem a

aproximação dos desherdados das Espanhas dos simples que os hospedavam. O seu modo de vida era uma das muitas modalidades da tendência geral dos europeus de viverem nas capitânicas á custa do índio. Na vida diária, no terreno sexual, ou na ambição de poder e enriquecimento, vamos encontra-la sob muitas formas na história, o *"sertão cheio de filhos de Christãos, grandes e pequenos machos e femems com viverem e crearem nos costumes do Gentio"*. A licenciosidade contagiava aos eclesiásticos seculares, e gerava excessos danados, porque esquecidos da missão, praticavam *"mais officio de demonios que clerigos: porque, além de seu mau exemplo e csotumes, querem contrariar a doutrina de Christo, e dizem publicamente aos homens que lhes é licito estar em peccado com suas negras, posto que suas escravas e que podem ter os salteados* (os índios obtidos em decidas efetuadas no sertão para escraviza-los), *pois que são cães, e outras cousas semelhantes, por escusar seus peccados e abominações, de maneira que nenhum Demonio, temo agora que nos persiga, sinão estes"*. Compreende-se que Nóbrega bradasse contra o que lhe parecia monstruoso, mas em o nosso ponto de vista, de simples registradores de fátos, a geração de povoadores funcionários civís e militares, de qualquer carater e de qualquer condição, representava grande benefício com o aparecimento de uma nova casta da mais extrema utilidade colonial.

Em Pernambuco havia cinco ou seis traficantes erejes, mais perto das crenças do gentio do que da religião cristã, todos inimigos dos jesuitas. Não fôra o donatário Duarte Coelho e os da governança, por certo teriam atentado contra a vida dos padres. Em inúmeras dessas brigas e malquerenças andava o dedo dos clérigos de missa, comprometidos com os caçadores de índios. *“Nesta terra”, continua Nóbrega “todos ou a maior parte dos homens, têm a consciencia pesada por causa dos escravos que possuem contra a razão, além de que muitos, que eram resgatados aos paes não se isentam, mas ao contrario ficam-escravos pela astucia que empregam com elles e por isso poucos ha que possam ser absolvidos, não querendo abster-se de tal peccado nem de vender um ao outro, posto que nisto muito os reprehenda, dizendo que o pae não pode vender o filho, salvo em extrema necessidade, como permitem as leis imperiaes, e nesta opinião tenho contra mim o povo e tambem os confesores daqui e assim Sata-naz tem de todo presas as almas desta maneira e muito difficil he tirar este abuso, porque os homens que aqui vêm não acham outro modo senão viver do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar-lhes os alimentos, tanto os domina a preguiça e são dados ás cousas sensuaes e vicios diversos”.*

Por influência dos maus sacerdotes antes da chegada dos jesuitas, e outros missionários, julgavam os portuguezes grande infâmia cazarem-se com índias. A união legítima ou ilegítima com

“negras”, ou seja mulheres de qualquer côr afora as brancas, já era indício de miséria no ambiente colonial. Apesar da fama de pouco sensíveis às cambiantes de côr, que tinham os portugueses, unicamente os desherdados da sorte consentiam em desposar índias. Escrevia Nóbrega, “*Muitos Christãos, por serem pobres se tem casado com as Negras da terra, mas bastantes outros tencionam voltar ao Reino e não queremos absolvel-os* (ainda que tenham filhos) *por se terem casado em Portugal e antes muito os reprehendemos nas predicas*” (carta de 1550). Em outro lance do seu epistolário brasílico, encontramos, “*Havia muitas moças filhas de Christãos (índios convertidos) dadas á soldada a solteiros com que publicamente peccavam*”, pouco se atendo os povoadores, em considerar si o aborígene estava ou não batisado, dele se apoderando e reduzindo á escravidão como si fosse um ente irracional. Amacebavam-se com as cunhãs, por falta de qualquer outro sucedâneo ás brancas, mas não lhes dispensavam maior carinho ou simples cuidado, como nos diz o aforismo de Capistrano “pae soturno, mãe submissa, filhos aterrados”, deixando a prole muitas veses abandonada quando de volta ao reino (58).

---

(58) Na *Enformação* do jesuita anónimo ocorre mais um ardil “*dos Portugueses em suas fazendas, é que alguns lhe dão* (aos índios livres e cristãos que chamavam para trabalhar nas suas roças) *as escravas, para com isso os prender mais tempo*”.

Commelyn fez alguns expressivos reparos ao modo dos brancos tratarem os índios nas terras dos engenhos. *“Les esclaves sont les naturels Americains, qui ayants esté pris par les Tapuyas, ont esté vendus aux Portugais. Les Brasiliens qui avoient tenus en la Bahia de Traycion... avoient esté aussi faicts esclaves, mais ils furent affranchis par nos gens (os olandeses assim pretendiam atraí-los para o seu lado). La dernière sorte sont les Tapuyas de Maranhon, qui après avoir esté pris en guerre avoient esté acheptés des Portugais, qui les avoient envoyés en suite en ces quartiers. Ces sortes de gens là sont de forte petite taille, foibles & nullment fatigués (isto é, de pouca resistêcia) & quand on les presse, ils se mettent à manger la terre, dont ils meurent aussi tost de quoy on s’apperçoit à leur langue qui devient blanche”*.

Aquí, ha um pequeno engano do autor; o costume de comer argila não era para fins de suicídio, mas por outros motivos, talvês pela necessidade de abrandar o efeito dos oxiuros nas vias digestivas. A respeito, veja-se o romance de Jorge de Lima onde nordestinos ainda hoje, imitam os índios descritos pelo flamengo. O modo do gentio acabar com os sofrimentos era diverso e vem exarado na supracitada *Enformação* jesuítica: *“O que mais espanta aos Indios e os faz fugir dos Portuguezes, e por consequencia das egrejas, são as tyrannias que com elles usam obrigando-os a servir*

*toda a sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, pais de filhos, ferrando-os (marcando-os com ferro em brasa), vendendo-os, etc. . . e si algum, usando de sua liberdade, se vai para as egrejas de seus parentes (missões onde estavam aldeados) que são christãos, não o consentem lá estar, os antigos senhores, e muitas vezes os Indios, por não tornarem ao seu poder, fogem pelos mattos, e quando mais não podem, antes se vão dar a comer a seus contrarios".*

Os relatórios olandeses aludem aos escravos capturados nas capitánias do Rio Grande e do Ceará, que tinham sido vendidos pelos Tapuias seus vencedores aos brancos, que os revenderam aos agricultores do Maranhão. Neste último setor da costa havia tremenda falta de braços, alegando mais tarde Maurício de Nássau, quando instado a lhes dar a liberdade afim de que apoiassem a Companhia das Índias Ocidentaes, não ser possível retira-los dos senhores sem comprometer a lavoura local. Outra alegação dos escravocratas, tanto lusos como flamengos, era a condição dos cativos, os quaes não sendo adquiridos pelos brancos, seriam fatalmente devorados pelos tapuias (59). Os selvícolas providos de demasiada liberdade, logo se desmandavam em abusos, contagiados pelos piores vícios dos brancos, caindo os homens na embriaguês e as mulheres na prostituição. O governador e o Conselho batavos

---

(59) v. a Carta dos Vereadores da Paraíba a el-rei cit. no tomo II. Nota 2 pag. 452.

julgavam mais procedente uma branda e bem regulada escravidão, que a liberdade estendida sem limites ao gentio, como preconizavam os teóricos sem prática da administração colonial.

Em aparência, governadores e missionários estavam de acordo quando julgavam precisarem os índios de um tutor, mas divergiam na maneira de proceder e nas intenções que no íntimo alimentavam. Os agricultores queriam a sugestão do índio para transformá-lo em instrumento agrícola, ao passo que os apóstolos pretendiam dominá-lo nas aldeias cristãs, para dele fazer um novo servo de Deus. Neste caso, tinham como obrigação, além de orar e aprender o catecismo, apenas lavrar a terra para si mesmos, perspectiva pouco sedutora para portugueses. A luta de certos catequistas, imbuidos da tarefa apostólica, que se propunham combater os costumes arraigados nas povoações coloniais, era das mais árduas e desanimadoras, pois arrostar a ganância dos brancos custava mais do que a conversão do gentio no deserto. *“Aos que estão amancebados com suas mesmas escravas”* escrevia Nóbrega, *“fazemos que casem com ellas e, por ser costume novo a seus senhores, não medo que casando lhes fiquem forras, e não lho podemos tirar da cabeça”*. Desde o tempo do velho Duarte Coelho, e da venerável consorte, durava a luta dos jesuitas contra os brancos de Pernambuco. Assim que pela distância ou

outro motivo qualquer, enfraquecia a ação do missionário, estava a violência do povoador contra o pobre aborígene. Era o gentio arrebanhado no litoral e no sertão, num raio de muitas léguas, abrangendo várias capitánias na mesma desventura. O grande António Vieira poz o seu talento a disposição dos infelises para pintar o horror da multidão arrancada dos seus lares, separada dos paes, das companheiras e dos filhos, para morrerem na lavoura da cana de assucar. Os engenhos não se cansavam em devorar florestas nas suas fornalhas e escravos no eito. Do Maranhão a S. Vicente seguiram levadas de selvícolas para os estabelecimentos as-sucareiros do nordeste, antes e depois de iniciado o tráfico africano, afim de lhe suprir as deficiências e interrupções. Os sítios em que se encontravam as hordas silvestres, outrora localisadas no litoral, compunham os viveiros onde tantos escravos foram apreendidos. Mas o quadro sinistro tinha sua rasão de ser. Por repugnante que fosse, devemos admiti-lo na velha lei, que não permite iniciativas coloniaes sem sangue, lágrimas, e atroses iniquidades.

O predomínio do método missionário libertaria a civilização colonial de tão duras condições. Mas por outra, demoraria em extremo a ação do progresso, retardando-o com todos os obstáculos que lhe oporia. Um dos argumentos atuaes dos desafétos da Companhia de Jesus no Paraguai teima em

frizar, que a sua obra era de resultados lentíssimos, requerendo dois séculos para conseguir um estágio incomparavelmente inferior ao dos núcleos submetidos á égide secular. O critério julgador neste caso, deverá atender á circunstância, de que, para os missionários, o tempo era somenos ante a perenidade da Igreja, enquanto os povoadores atravessavam o oceano afim de enriquecerem rapidamente, e não para beneficiar ao gentio.

\* \* \*

Das tradições oralmente transmitidas de filho a filho por certos índios litorâneos, provavelmente Tupí, havia a de uma entidade milagrosa, que ensinara aos primeiros homens os meios de prover á alimentação, "...un grand Charaibe, c'est à dire, *Prophete, lequel s'adressant à une jeune fille, lui dona certaines grosses racines...*" informa Thevet. A lenda mencionada por outros viajantes, e alguns autores modernos, deu nascimento a que havia influência de missionários na confusão praticada pelo gentio, de que a milagrosa aparição fosse S. Tomé. Supomos, em que pese tal opinião, existir seguramente mais uma origem indígena, talvez adulterada pelos marítimos que freqüentaram os Tupí, pois antes de aparecerem jesuitas no Brasil fôra mencionada por traficantes de pau de tinturaria. O documento *New Zeitung auss Presillg Land*, relatava em 1508

a credence reinante no gentio de um deus pequeno, acima do qual havia outro mais poderoso. Á guisa de prova do que diziam, mostravam os índios diversos vestígios deixados pelas divindades, sendo um deles uma cruz. Concluíram os ingênuos marujos de que se tratava de S. Tomé, levados também a esta interpretação por alguma assonância parecida da língua gentia. A tradição missionária não foi mais que a reedição de fáto parecido, atribuindo-se a Mair, Maira, Monan, Maira Monan, o Tumé e S. Tomé já referido pelos navegadores (60). Uns consideravam-n'o como uma só pessoa, outros o dividiam em pae, filho, ou irmãos, que eram ora favoráveis ora desfavoráveis aos selvajens. Parece que a descrição feita pelo padre Nóbrega do espírito, se inspirasse em a *Nova Gaseta*, porquanto diz ter escapado Tumé das frechadas dos perseguidores ao atravessar um rio a pé enxuto quando se refugiava na Índia. O escriba da *Gaseta* assevera "*Es ist wol zuglauben, das sie gedechnuiss von sant Thomas haben, dawn wissenlich ist, das sant Thomas hyndter Malaqua leibhefftig leyt, auf der Cost Siramatl, ym Golffo de Celon*". Os jesuitas estavam entre os maiores eruditos do tempo, informados na Europa, antes de encetar a jornada evangelisadora, sobre as regiões para onde seguiam. Desta presunção de conhecimentos oriundos de narrativas de viajantes, e relatórios enviados da América a reis e imperadores;

---

(60) v. *Primeiros Povoadores do Brasil* cap. *Índios*.

supuzeram modernos etnólogos que as notícias versando a antropofagia Tupí relatada pelos jesuitas, fosse duvidosa, provindo do livro de Hans Staden. Notícias subseqüentes de missionários de muitas ordens, dos viajantes e sábios de vária orijem e época, confirmam a maior parte das fontes oriijinaes jesuíticas. A antropofagia do selvajem longe de ser apenas ritual — uma obrigação — como pretendem etnólogos afeijoados á indiada, era pelo contrário, praticada como vingança e saboroso recurso contra a falta de víveres (61). Não eram somente os tapuias, em extremo primitivos dos sertões nordes-tinos, que se desfastiavam com o endocanibalismo (62), os Tupí faziam o mesmo com uma freqüência e constância, que denotam longo hábito e evidente prazer.

Consideravam o gentio ao personajem Monan ou Tumé, mortal como qualquer homem, useiro e veseiro de artimanhas como qualquer pagé, dispondo ao seu talante da civilização material da tribu. Mostrara o modo de conseguir fogo, distinguir os vegetaes inofensivos dos tóxicos, a maneira de

---

(61) cf. *Primeiros Povoadores do Brasil* § de Pigafetta in cap.<sup>o</sup> Índios.

(62) *Os Tarairyouw comem os seus mortos. Segundo pensam eles o defunto não pode receber melhor destino que o estômago dos seus companheiros de tribu*". Elias Herckmans. Descrição da Capitania da Parahyba 1639. Rev. Inst. Arch. e Hist. Pernambucano XXXI 239.

aparar os cabelos, achatar o narís das creanças, as práticas mágico-religiosas, a significação de fenómenos meteorológicos, e a preferência que se devia dar pela carne de animaes rápidos sobre a dos pesados e lentos (mesmo porque são por via de regra mais saborosos etc... etc...) Esta semi-divindade depois de proporcionar ao índio sementes dos vegetaes da sua alimentação, informava-o dos princípios da técnica agrícola para cultiva-los.

Pena fôra o mágico não se utilizar nas lições de processos mais aperfeiçoados para alcansar o fim. Estavam os índios na fase primitiva da agricultura quando Pero Vas, e seu companheiro de viagem o Piloto Anónimo, enumeravam o milho, arrôs, algodão e inhame (em realidade cará) vicejando nas suas roças (63). Na derrubada das matas que encobriam as boas terras da várzea úmida, dispunha o primitivo apenas de machados de pedra, insufficiente para seccionar o férreo tronco de muitas essências brasílicas. Tinham os selvícolas de bater durante horas a fio no mesmõ ponto, revezando-se turmas de lenhadores, até conseguir enfraquecer o gigante e derruba-lo. Nos mais resistentes era pre-

---

(63) O Inhame deve ser confusão com o Cará, pois são semelhantes, mas o primeiro só foi importado muito depois do descobrimento, quando se intensificou o tráfico negro como quer Schweinfurth. Provavelmente não eram os cativos que traziam as plantas, porém o intercâmbio do tráfico negro provocando muitas viagens de muitas pessoas, a favorecer estas importações de gêneros alimentícios.

ciso abrir com grande custo cavidades na sua base para aí colocar brasas que lhe consumissem as raízes. Quando se haviam com um desses gigantes que são o orgulho das matas americanas, procuravam á sua roda onde estavam os troncos menores, e orientavam a queda do maior para que ceifasse os vizinhos no desabar. O recurso na opinião de Herbert Baldus, é peculiar de índios agricultores, ora, a maioria dos Tupí com que os antigos viajantes e cronistas privaram, estava nas mesmas condições apresentando os usos da zona florestal. Os nossos contemporâneos Tapirapé, de língua e alguns costumes semelhantes aos dos antigos possuidores do litoral, não dispõem outros meios, no preparo do terreno que pretendem lavrar.

Para se conseguir fogo esfregava-se nas tribus dois pedacinhos de pau, que segundo Nieuhoff, eram tirados das árvores "*Karaguata Guacu*" e "*Imbamba*". Davam os mesmos resultados que os isqueiros dos europeus e eram bem mais fáceis de se obter. A primeira dessas espécies "*é uma árvore de admiravel natureza, o seu tronco crece até 14 ou 15 pés de altura e quando adulto cobre-se no alto de flores amarelas e de abundantes grossas e grandes folhas. Do tronco os indígenas extraem as ligaduras com que dependuram os seus leitões, e das folhas preparam fibras para redes de pescar, além do oleoso licor que possuem cujas propriedades permitem uza-lo como si fosse sabão*". Conseguido o fogo e derrubadas as

árvores, as maiores eram deixadas no lugar juntamente com a vegetação rasteira. As transportáveis iam para as tabas, deixando o sítio semi desbastado a secar durante tres meses, findos os quaes os índios ateavam fogo ao que remanecera, servindo a cinza e os troncos em parte carbonisados, para adubo das plantações. Os pedaços de galhos e outros resíduos aproveitáveis, serviam para armar parreiras rudimentares, necessárias ás favas e mais espécies de aste longa e flexivel.

Para o amanho da terra não dispunha o aborigine de enxadas, nem nada que se parecesse, nem a picareta que nesta altura é vista entre certas tribus negras do golfo de Guiné. Recorriam apenas, no dizer de antigos missionários e viajantes, a uns "*paus tostados agudos*" como os chuços dos Igbigrapuajara, com que cavavam a terra, removendo-a a seguir com as mãos. O trabalho do plantio incumbia no geral ás mulheres, mas não se pode generalizar a respeito de índios e convém não tirarmos conclusões definitivas com tão poucas informações. No consenso geral, admite-se ficarem rezervadas ao homem, a tarefa em que era preciso mais força e destresa (64).

---

(64) "*Não se pode dizer, generalizando, que o sexo que faz o trabalho mais pesado e economicamente mais valioso tenha posição superior ou inferior ao outro. Também, muitas vezes, não é possível decidir qual é o trabalho mais pesado ou economicamente mais valioso*". H. Baldus. ob. cit. 139.

Ainda poderíamos incluir no rol do que lhe incumbia, o primeiro desbaste do solo, verdadeira luta contra a mata, em que o índio tinha de se valer da observação atenta e do vigor dos músculos como si estivesse na guerra. Principiava recorrendo ás suas faculdades estratégicas na judiciosa escolha do terreno. No ponto preferido, no dia marcado pelos chefes e pagés, reunia-se a indiada num conjunto chamado entre os Tapirapé, "apatxirú", na grafia de Kurt Nimuendajú (65); ou "potirô" in Montoya; "putirú", na língua geral do norte: "puchirum" pelos tabareus da Amasônia; "motirão" ou *muchirão* pelos caboclos do centro do país. A concentração assim chamada, devia aproveitar a lua favoravel, mobilizando todos os grupos que compunham a tribo, muitas veses ainda auxiliados por amigos e afins. Começava o chefe a labuta com maior alarde que os outros, como para evidenciar ser ele também o primeiro neste mistér privativo dos homens. Os demais imitavam-n'o com igual entusiasmo, principalmente quando sentiam gana, porque ninguém os forçava ao trabalho, muito pelo contrário, escolhiam livremente segundo as conveniências ou capricho peculiares, a árvore que deviam atacar. Na faina, não procuravam método para diminuir o cansaço, numa taylorização que permitisse

---

(65) J. F. Recalde in Rev.<sup>a</sup> Arquivo Municipal de S. Paulo, XLII, 72 "Estudo Crítico sobre termos Tupí no português do Brasil", e H. Baldus in *Ensaios*.

chegar ao fim com um mínimo de fadiga e máximo de rendimento. Esfalfavam-se os índios sem limites, para ao depois repouzarem o quantum satis á espera de novamente sentir vontade de trabalhar.

Parece-nos que chegamos ao ponto onde tocamos no motivo pelo qual malograva a colaboração do gentio com o branco na obra de explorar a selva. No mesmo passo, encontramos a explicação da necessidade que os invasores tiveram de substituir no eito o índio pelo negro. Sobre a atividade dos Tapi-rapé apresenta o prof. Herbert Baldus alguns dos fatores, que associados a outros, deram iguaes resultados: "*O índio trabalha segundo ritmo diferente do adotado pelo homem da nossa civilização. Não faz a mesma tarefa cada dia, a hora determinada, mas dedica-se, de cada vez, com todos os sentidos...*". No labor como nas festas não calcula, nem reserva forças. Continuando o etnólogo, informa-nos que os componentes dos "*grupos de trabalho*" reunidos pelo mutirão, não pareciam competir com os companheiros, a ver quem trabalhava mais e melhor, porém combatiam alegremente um adversário comum que eram "*a madeira e o grande mato. Contra o mato em conjunto porque não se tratava de vencer cada arvore de per si pela força bruta dos braços, mas também pela estratégia*" (H. Baldus).

A conseqüência da falta de método faz-se duramente sentir no dia seguinte, "*devido a dores musculares quasi não pode sair da rede. Logo que melhora um pouco, talha a vara de um arco e tece uma*

cesta. De repente, sente vontade de comer bananas. Se não tem mais em casa, o homem vai até a roça para buscar nova provisão. Volta cambaleando sob a carga imensa, porque traz tanto quanto pode carregar. E se bem que ele então já de novo esteja fatigado e necessitado de se deitar na rede, pode acontecer que a noite inteira cumpra o seu dever como dançarino e cantador, dever que exige as pernas e os pulmões de cinco homens fortes”.

O índio continuava, portanto, no trabalho, o modo de haver-se na vida para o qual fôra habituado desde o nacer. Os paes criavam os filhos sem constrangimento, sem cousa alguma que se assemelhasse á contínua e brutal aprendizagem a que os civilizados submetem os filhos da infância á adolescência. Estão concordes os antigos viajantes, em que nunca o selvícola seviciava a prole, nem se interessava especialmente em ensinar-lhe os seus conhecimentos. O etnólogo Baldus tece considerações da mais alta valia sobre o modo como as crianças índias adquirem recursos para continuar a cultura da tribo espontaneamente, seguindo os maiores (66). Aprendem os pequenos, “brincando aquilo que constitue o trabalho dos adultos. Os meninos imitam os homens, as meninas as mulheres. As crianças maiores auxiliam consideravelmente os adultos. Desta

---

(66) v. além dos *Ensaio de Etnologia Brasileira* deste autor a separata sobre o assunto da *Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo*.

*maneira, pouco a pouco, conforme o crescimento das forças e capacidades, o jogo torna-se trabalho. Mas, nesse processo de evolução o limite entre o jogo e o trabalho não se faz sentir entre os índios. O trabalho não oprime como atividade extorquida. Conserva sempre como o jogo, o caráter de ocupação desejada pelo proprio participante. E observando entre os índios um trabalho feito em comum, o apatxirú dos Tapirapé, por exemplo, parece-nos que nele a alegria aumenta a força”.*

Bastariam as linhas finaes do trecho acima para dar-nos em sua inteira eloquência a chave do total e insanavel desentendimento que se estabelecia entre o gentio e os portugueses. O que era falta de método no índio, chamava o europeu preguiça. A irregularidade do comparecimento no eito causada pelo cansaço, tornava-se para o branco desobediência ou incapacidade. A falta de material que simplificasse a tarefa, e poupasse esforços, era para os civilizados produto de selvajeria, e assim por deante. Outro mito de brancos antigos e modernos, versa a imprevidência do índio. Entretanto, os Tapirapé escondiam bananas no solo de distância em distância, entre as suas cabanas e o rio, que na descrição do Dr. Baldus versando a tribu que vizitou, distava uns 40 quilómetros. O cálculo dividia perfeitamente os pousos na caminhada de volta da pescaria, ou qualquer outro trabalho, lá encontrando os trabalhadores alimento que lhes

permitia matar a fome, tomar algum descanso e refazer forças, cousa que aos brancos não ocorreria. Muitos civilisados haviam de preferir levar as bananas consigo á guisa de matalotajem, sobrecarregando ainda mais o fardo do lombo, ou teriam de pedir a alguém que lh'as trasportasse.

Em Pernambuco no século 17 ainda era possível encontrar índios com os seus hábitos ancestraes intáctos, como se depreende dos *Dialogos*, dizendo Brandônio que viviam naquela primitivês “*tão contentes e livres de toda ambição, como se foram senhores do mundo*”. Outros confirmam as palavras do português, entre eles Nieuhoff, que apresenta a particularidade de se referir mais a tapuias (possivelmente os genericamente chamados Carirí), do que o companheiro de Alviano, afeito ao trato com tupís agricultores. Os primeiros eram mais andejes, e o flamengo ilustra os seus comentários com uma estampa, em que o índio vae á frente levando só as armas, atento em guiar a caminhada, vigilante quanto aos perigos que poderiam surpreende-lo. A mulhêr segue atrás, carregada como mula de carga, levando filho, água, farinha, e os bichos de estimação. No lugar em que rezolviam demorar-se, levantavam uma choça, e enquanto o marido caçava e pescava, a mulhêr tratava da família, casa e plantações. Lembraremos que olandeses como Nieuhoff, incluíam entre os tapuias muitos selvícolas visivelmente diversos, pois ao falar nos pertences da cabana indígena este autor menciona a rede ou “*Ini*”, a “*Urupe-*

ma”, a “Igapeba” etc... que são termos tupís. Continuando na enumeração do gentio, ele adianta mais acertadamente “*Tapoyers chamados Kariri, (que) têm grandes redes de doze ou quatorze pés de comprimento, os quaes podem conter quatro pessoas ao mesmo tempo* (67). Dava-lhes como território o interior da região nordestina, o que de fato é mais consentâneo com os nossos conhecimentos dos grupos designados sob este rótulo. Do Ceará ao rio de S. Francisco dividiam-se em Karirí, sob o comando de Ceri ou Kejou; Karirivasú, sob o comando de Karapoto; dos Kariryou não diz o chefe, mas dos Tararyou informa Nieuhoff que eram muito conhecidos dos flamengos, dos quaes Janduy ou Jan Duwy era o “rei”. Outros estavam sob a jurisdição de um Karacara. Diversos eram governados pelos maiores Prityaba, Arigpaygn, Wahasewafug, Tsering e Dremenge. Os de Jan Duwy habitavam a oeste, além do Rio Grande, mas logo mudaram de sítio.

A respeito dessas tribus, cujo nomes são efetivamente tapuias, (isto é, não tupís), informa Nieuhoff que não plantavam cousa alguma, nem si-

---

(67) Os olandeses, ingleses e franceses empregam para designar rede a palavra aruac “Hamac”, ou termos dela derivados. Isto não significa que os índios vistos por autores dessas nacionalidades, onde se encontram rêdes com este nome, pertençam aquele grupo. A palavra ficou apenas no vocabulário dos viajantes por ter sido divulgada em primeiro lugar pelas notícias de Vespúcio sobre a América Central.

quer mandioca, valendo-se para se manter do que encontravam de comestível do reino animal e vegetal proventura caindo sob as suas vistas no curso de caminhadas. Mostravam-se grandes apreciadores de uma planta parecida com a mandioca, porém inferior em gosto, que os sertanejos chamavam Cuguaçuremia, e os índios do litoral Cuaçumanduba. No dizer de Elias Herckmans, conterrâneo de Nieuhoff, a safra do cajú provocava as migrações periódicas dos grupos gês, englobados sob o nome de Carirí, ou tapuias, pelos olandeses, que deciam da zona agreste para o litoral. Os frutos amadureciam em dezembro ou janeiro, desaparecendo das árvores em fevereiro na zona pernambucana, e quando chegavam as chuvas, eram apelidadas pelo gentio de "*chuvas do cajú*", que, sendo normaes, prometiam aos habitantes da região boa colheita.

Barleus nos proporciona alguns dados sobre a atividade de outros índios numa variada descrição em que reuniu as informações de seus patrícios: "*São os tapuias rodeados de amigos e inimigos com quem estão ás vezes em paz ás vezes em guerra. Vagueiam á maneira de nómades, não se detendo em moradas fixas, procurando sempre facilidades de alimentação segundo a quadra do ano. São todos antropófagos e aterrorizam aos outros bárbaros e aos portugueses pela fama da sua crueldade. O cuidado da família deixam-n'o para as mulheres e para os velhos: de tudo mais em que ha honra e utilidade*

*cuidam os homens e os mais vigorosos. Sob o morubixaba Janduí vive-se do seguinte modo, de manhã e de tarde, o chefe anuncia o que se tem de fazer durante o dia ou á noite, aonde se ha de ir, onde se deve estanciar, quando convém levantar de novo o acampamento. Quando vão partir, banham-se, após o banho esfregam o corpo com areia grossa, lavam-se outra vez e espreguiçam-se todos como para sacudir e afugentara a molesa, estalando em forte tenção as articulações de todos os membros. Aquecendo-se ao fogo, do que gostam, raspam e coçam a pele com um pente de dentes de peixes como um raspador, até que, abertos os poros, tirem sangue. Dizem que assim se tornam bem dispostos para a jornada e que não se quebrantam de cansaço. Assentado o acampamento não longe da tenda do rei, dividem-se em dois bandos. Depois, escolhidos um de cada grupo, divertem-se carregando pequenas arvores e correndo. Os bandos seguem o vencedor. Cortam árvores que encontram e cravam os galhos e ramagens á beira dos rios para gozarem da sombra, que é o único abrigo contra o calor do meio dia para as crianças e os velhos. As mulheres, os serviçoes e os meninos amparam-se ali com os meios de transporte de bagagens e trastes. A sua alimentação é simples: frutos agrestes, caça, fresca, peixes e mel, sem temperos, nem condimentos. As mulheres idosas e estéreis vão buscar as raizes de que se faz pão. As mulheres e jovens que moram com os homens trazem o amendoim para todos e preparam*

a comida. O trabalho diurno dos homens é a pesca a colheita do mel e a caça. Acendem fogueiras na terra ligeiramente cavada, poem sobre elas as carnes, cobrem-n'as de areia e estas de brasas, de sorte que fiquem perfeitamente assadas em baixo e em cima. A bebida é feita com mel. O peixe das suas lagoas é tão enxundioso que não é preciso deitar-lhes gordura. Não semeiam, os tapuias, nem plantam sem incantações dos seus feiticeiros, que sopram o fumo do tabaco sobre os campos. Comem sem repugnância as cobras da espécie que chamam manuah. Os sacerdotes cortam membro a membro os cadáveres dos mortos da tribo. Cabe ás velhas acenderem as fogueiras para assar os pedaços, e mais operações funerárias que decorrem entre lagrimas e lamentações. Depressa as terminam mas guardam mais tempo a sua dor. As mulheres comem as carnes e as raspas até os ossos, não em sinal de inimisade, mas de afêto e lembrança". Essa era a história do povo de Janduí, cacique que tivera cinquenta mulheres mas apenas sessenta filhos, habitantes de uma região abrangendo cinco rios "bastante longe do litoral".

O relato está inçado das fantasias, inevitáveis sob a pena de observadores antigos, e adornadas para mais, pela imaginação do poeta humanista, dos últimos da tradição clássica ilustrada por Erasmo de Rotterdam. Julgamos, porém, dever transcreve-lo, no item da alimentação do gentio, tal como se apre-

zenta na sua inteira singelesa, em que se percebe a afetividade reinante nas tribus e o ânimo traiçoeiro para com os adversários, que até hoje perdura nas populações do nordeste mescladas de sangue índio.

Depois da alimentação cuidavam os indígenas das outras plantas úteis para o seu habitual modo de vida, ou cultura, como querem os etnólogos alemães preponderantes no Brasil neste ramo de ciência. A maior parte das notícias dos séculos 16 e 17 aludem aos tupís, habitantes do litoral que estavam mais em contáto com os europeus, motivo que nos fez recorrer a Barleus para mostrar um outro setor indígena. Ambos grupos, com maior ou menor intensidade, segundo as tribus, cuidavam da mandioca, milho, geremú, cará, feijões, etc. . . e desde tempos imemoriaes, do algodão para acudir ás muitas necessidades que ressentiam nas suas funções sociaes. Era com a fibra dos capulhos que teciam panos para rêdes ou cordas para prender os prisioneiros. Hans Staden tendo perguntado a um cativo da tribu onde morava, se sentia medo porque ia ser devorado na seguinte madrugada, respondeu-lhe rindo o mancebo mostrando o laço que o immobilizava, ser aquela "*mussurana*" muito inferior as que a sua tribu preparava para o mesmo mistér. Desprezando a atadura ele queria sinificar descaso por tudo que faziam os inimigos, e dava a entender ser proximamente vingado pelos seus, mais fortes e provi-

dos de armas superiores. Outras muitas aplicações encontrava o algodão nas tribus até os europeus introduzirem os teares, que se tornaram a principal indústria das aldeias indígenas próximas dos brancos. Assumia muitas vezes esta colaboração aspéto de trabalho compulsório, como já vimos atrás, sendo a indiada constrangida pelos capitães portugueses, a lhes ceder regularmente umas tantas varas de tecido sob pena de açoites. Infelizmente, qualquer compressão no sentido de obrigar o gentio a trabalhar nos monótonos moldes europeus, provocava extenso desentendimento, seguido de calamidades. Voltaram-se então os europeus para um outro contingente humano susceptível de dar trabalho á colónia, e que em tudo, na robustês, resistência e passividade, era muito superior aos gês ou tupís.

\* \* \*

O negro que veio em carater de instrumento agrícola substituir ao índio, era demasiadamente primitivo para trazer á lavoura colonial muitos ensinamentos novos. Não passava de semovente quasi irracional á espera de direção, opondo a maior indiferença a quem dele quizesse obter informações aplicáveis á América. Pouco mais evoluídos se mostravam, os habitantes das imediações do golfo de Guiné até Angola, sobre o aborigene da outra margem do oceano. No máximo apresentariam no seu habitat uma picareta, formada de dois pedaços de

pau pontudos e cruzados, o *Hackbau* primitivo com que os africanos garantiam a sua precária alimentação, mostrando-se nos grandes empórios da escravidão, quanto mais atrasados e necessitados, quanto mais se afastavam dos centros de irradiação da cultura mussulmana.

Os povos do sul do continente negro, viam-se separados das tribus do centro por enormes distâncias e densas florestas. A sua agricultura não se diferenciava muito da que estava em uso entre os grupos primitivos da América. O lugar a ser desbravado era igualmente escolhido por feiticeiros. Afim como nas demais latitudes, começavam os homens pelo fogo, e continuavam as mulheres o trabalho com o plantio. Descreve Wilbois o processo de todos os tempos e de todas as tribus agrícolas: "*on voit de loin en loin, une place où fument encore de grosses branches renversées qu'on ne détruira jamais; ce n'est pas la trace d'un fortuit incendie: c'est un nouveau ménage qui s'installe. Ailleurs, si l'on pénètre sous bois, au bout d'un sentier à peine visible, on arrive a un camp en pleine frondaison; c'est le plus souvent un espace informe et rugueux où poussent en désordre arachides, macabos et bananiers. Vars le bout, on enjambe un tronc mort, on se heurte à un vieux manioc, on tombe au milieu d'herbes folles; on ne sait pas très bien où la chose finit; on sait encore moins où ele finira l'année prochaine*".

O fogo na Africa como na América, era o grande aliado do homem, força benéfica nem sempre domavel. Caso decorresse favoravelmente, a operação satisfazendo ao que dela se esperava, gozava o agricultor tres anos despreocupados. A mulhér aí como alhures, na África, como em geral na América, é quem planta, limpa, conserva, e armazena. Levanta sem ordem montículos de terra, trata da sementeira, de quando em quando roça o mato invasor, ajuntando a messe em que frutifica o seu trabalho, levando-a para a choupana em grandes e pesados cestos equilibrados sobre a cabeça. A preta fica desde o alvorecer empenhada na labuta agrícola, com uma criança ás costas, ou sobre a anca, o longo seio pendente á disposição da gulosidade do filho... "*a l'ouvrage sans hâte, en riant e bavardant*", porque sabe que não ha pressa, que tudo chegará na sua ordem momento "*Puis elle passe l'après midi à jacasser avec des commères*", preparando sementes, seleccionando-as, limpando-as, ou carreando água da fonte à choça, cuidando da alimentação, e "*vers le soir elle va à sa cuisine*" (68). Enquanto isso, o marido depois da derrubada, dedica-se a várias occupaões privativas do elemento masculino, dos quaes avulta de tres em tres-anos a reconstrução da casa, empresa lenta, lentíssima pela calma do trabalho, interrompida quando o construtor sobe ás

---

(68) Wilbois *Le Cameroun*.

palmas viníferas, sae para a caça, fuma ou dorme placidamente.

Creem as plantas em redor da choça, muitas colhidas duas veses ao ano. As bananeiras se re-produzem na própria touceira, quanto ás palmeiras, estas não requerem cuidado algum, dispensando limpem-lhe os pés da vegetação bravia. Para que cálculos previdentes? Não é muito preferivel deixar-se ficar em despreocupada modorra? Sobeja-rão mais tarde tarefas exaustivas, quando exgotado o solo tornar-se-á preciso procurar outro em condições de alimentar a tribu. Uma ves cansada a terra será substituida por outra, numa seqüência em que volvidos dez ou vinte anos, tornarão os pretos ao ponto de partida, que neste espaço, estará outra ves coberto de densa capoeira em vias de se transformar em mata frondosa, sobre solo novamente carregado de humus. O ciclo fecha-se á maneira dos primitivos, bem diversa da mentalidade e costumes dos civilizados occidentaes, "*on fait bon marché de ce que les Europeéens considerent leur principale richesse, le temps*".

Fere a seguir Wilbois a mesma tecla dos etnólogos americanos a respeito do gentio, "*Paresseux? Non point*". O preto como o civilizado sabe distinguir o vadio do laborioso. É mal visto o que deixa pela metade o desbaste da mata, aquele que não conclue a palhoça; a não ser que sofra qualquer contratempo inutilizando-o. Por aí vemos como é di-

facil para o homem civilizado julgar os primitivos, e quanto nos podem estorvar os equívocos cometidos por europeus de vária casta que o conheceram, não o compreenderam e perpetuaram a sua incapacidade em escritos que até hoje mantêm força de lei. Podemos imaginar o que não seria no passado o conflito daí proveniente, e as suas conseqüências entre os senhores de engenho e os escravos. Devemos, portanto, considerar a índios e negros no seu meio, em plena função da sua cultura (não vem agora a caso saber si rudimentar ou desenvolvida, basta que atenda ás suas necessidades imediatas) em ves de compara-los a individuos de outras regiões, em outras condições de existência.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

### A

Abreu, João Capistrano de — Capitulos de História Colonial. Briguiet. in 8.º Rio de Janeiro 1928.

Agostinho, v. Santa Maria.

Almeida, Fortunato de — História de Portugal. 6 vols. in 8.º Coimbra 1910 (\*).

Almeida, Fortunato de — História da Igreja em Portugal. 8 vols. in 8.º Coimbra.

Alves Camara, Almirante — Ensaio de Construções Navaes no Brasil.

Almeida Prado, J. F. de — Primeiros Povoadores do Brasil. 2.ª ed. S. Paulo. Cia Editora Nacional. in 12.º 1939.

Anchieta, Joseph de (S. J.) — Cartas. Pub. da Acad. Bras. de Letras. in 4.º Rio 1931.

Andrade Silva, J. J. de — Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa. 10 vols. in 8.º Lisboa 1854-59.

Annaes da Bibliotheca Nacional. Rio. Em curso de publicação.

Annaes Maritimos e Coloniaes. Lisboa 1840-46.

Anunciação, v. Miguel Arcanjo da.

\* Antonil, André João (S. J.) — Cultura e Opulencia do Brasil. Rio. in 8.º 1837.

Antonio de Santa Maria Jaboação (O. S. F.) — Novo Orbe -Seraphico. in fol. Lisboa 1761.

---

\* Os volumes precedidos de um asterisco são particularmente interessantes para os assuntos tratados na obra.

Antonio de Santa Maria Jaboação (O. S. F.) — Catalogo Genealogico. in Rev. do Inst. Hist. Geo. Bras. Rio. Em curso de pub.

- \* Arquivo Colonial Português. Lisboa.
- \* Arquivo Histórico Português. Lisboa.
- \* Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.
- Azevedo, Pedro de — Documentos das Chancelarias Reaes. Coimbra.
- Azevedo, João Lúcio d' — Artigo in Rev. Inst. Hist. Geo. Bras. n. 91. Rio.
- Azevedo, João Lúcio d' — Épocas de Portugal Económico. Teixeira. in 8.º Lisboa 1929.
- Azevedo, João Lúcio d' — Novas Epanáforas. Teixeira. in 8.º Lisboa 1932.

## B

Baers, Rev. João — Olinda Conquistada. Trad. p. Alfredo de Carvalho. in 12.º Recife 1898.

- \* Baldus, Herbert — Ensaios de Etnologia Brasileira. Ed. Nacional. in 8.º S. Paulo 1937.
- \* Baldus, Herbert e E. Willems — Dicionario de Etnologia e Sociologia Brasileira. Ed. Nacional. in 8.º S. Paulo. 1939.
- \* Barbot, John — A Description of the Coasts of North and South-Guinea. in fol. London 1732. in Churchill Voyages.
- \* Barleus, C. — Rerum per Octenium in Brasiliae. Trad. de C. Brandão. in fol. Rio. Bib. Nacl. 1940.
- Bataillon, Marcel — Erasme et L'Espagne. in 4.º Droz, Paris 1937.
- Bezerra, Cap. João — Como dei cabo de Lampeão. in 12.º Rio 1940.

- \* Borges da Fonseca, A. V. — Nobiliarchia Pernambucana. 2 vols. in 4.<sup>o</sup> Pub. da Bib. Nac. Rio 1935.
- Braamecamp Freire, A. — Noticias da Feitoria de Flandres. in Arquivo Hist. Port. Lisboa.
- Brito Freyre, F. de — Nova Lusitania. in fol. Lisboa 1675.
- Brunnet et Giethlen — Dahomey et Dependances. Challamel. Paris. in 4.<sup>o</sup> 1901.
- Burton, Richard — The Lands of Cazembe. J. Murray. in 12.<sup>o</sup> London R. G. S. 1873.
- Butt-Thompson, F. W. — West African Secret Societies. Witherby. London. in 8.<sup>o</sup> 1929.

C

- Calendar of Letters and State Papers. London, de 1892 em deante.
- \* Cardim, Fernão (S. J.) — Tratados da Terra e da Gente do Brasil. in 12.<sup>o</sup> J. Leite. Rio 1925.
- \* Cartas Jesuíticas, pub. pela Academia Bras. de Let. in 8.<sup>o</sup> Rio. 3 vols. 1931-33.
- Carvalho, Alf. in Rev. Arch. do Inst. Hist. Peog. Pernambucano.
- Chevalier, Aug. — Mission Chari-Lac Tchad. Challamel. Paris. in 4.<sup>o</sup> 1908.
- Claude d'Abbeville (O. S. F.) — Histoire de la Mission les Peres Capucins. Paris. in 8.<sup>o</sup>. 1614.
- \* Coelho, Duarte — Cartas. in Ha. da Col. Port. do Brasil.
- \* Commelyn, I. — He. de la Vie de Frederic H. de Nassau. in fol. Amsterdam 1656.
- \* Confissões de Pernambuco. Torre do Tombo. Lisboa.
- Corpo Chronologico, in Archivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.
- Corpo Diplomatico. in Archivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa.

- Costa Lobo, A. S. S. — Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV. in 8.º Imp. Nacional. Lisboa 1904.  
 Cureau, E. — Les Societés Primitives de l'Afrique Equatoriale. in 8.º Paris.

## D

- Dellon, M. — Nouvelle Relation d'un Voyage. Paul Marret. Amsterdam. in 12.º. 1699.  
 Denucé, J. — Privilèges Commerciaux... in Arquivo Historico Portugues. Lisboa 1909.  
 Dapper, Dr. O. — Description de l'Afrique. Amsterdam. in fol. 1681.  
 \* Dialogos das Grandezas do Brasil. Pub. da Acad. Bras. Let. in 8.º. Rio 1930.  
 Documentos Históricos. Pub. pela Bib. Nacional. Rio. Em curso de pub.

## E

- Ehrenberg, R. — Das Zeitalter der Fugger. in 8.º. Iena 1896.  
 Enformação do Brasil e de suas Capitanias. in Rev. do Inst. Hist. Geo. Bras. VI. Rio

## F

- Febvre, Lucien — La Terre et l'Evolution Humaine. in 8.º. Paris La Renaissance du Livre. 1922.  
 Fernandes Gama, J. B. — Memorias Historicas para a Provincia de Pernambuco. 4 vols. 2.ª ed. in 8.º. Recife 1844.  
 Ficalho, Conde de — Garcia da Horta e o seu Tempo. in 4.º. Lisboa 1886.

- Finot, J. — Étude Historique sur les Relations Commerciales entre la Flandre et l'Espagne au Moyen Âge. Paris 1899.
- Ford, J. D. M. — Letters of D. João III. in 8.º. Cambridge. Mass. U. S. A. 1931.
- Freyre de Oliveira, E. — Elementos... Municipio de Lisboa. A partir de 1882.
- Friederici, Georg — Der Charakter der Entdeckung und Eroberung Amerikas durch die Europäer. Perthes. 3 vols. in 8.º. Stuttgart-Gotha 1925-1936.
- Froes de Abreu, S. — Na Terra das Palmeiras. in 8.º. Rio 1931.

## G

- Galanti, Rafael (S. J.) — Historia do Brasil, 6 vols. in 12.º S. Paulo. Duprat. 1911.
- Gama Barros, Henrique da — Historia da Administração Publica em Portugal. 4 vols. in 8.º. Lisboa 1885-1922.
- Gama, Fernandes — v. Fernandes.
- \* Garcia, Rodolpho — in pref. da Primeira Visitação do Santo Officio em Pernambuco. in 4.º. S. Paulo 1927.
- \* Garcia, Rodolpho — Documentos Historicos. Pub. pela Bib. Nacional. Rio.
- Gomes de Carvalho, M. E. — D. João III e os Franceses. Lisboa. in 12.º. Teixeira. 1909.
- Guerreiro, Fernão (S. J.) — Relação Anual. Pub. por Artur Viegas (S. J.). Coimbra 1930-33.

## H

- Herckmanns, Elias — General beschrijvinge van de Capitanie Paraiba. Bijdragen en Mededeelingen. 8. Utrecht II 1879.

- Herrera, Antonio de — *Historia General de las Indias Occidentales*. 4 vols. in 4.º grande. Amberes 1728.
- Heyd, W. — *Histoire du Commerce du Levant au Moyen Age*. Trad. Furcy Reynaud. Paris 1885.
- História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Em curso de pub. Lisboa.
- \* *História da Col. Portuguesa no Brasil*. 3 vols. in folio. Porto 1922.
- \* Hoehne, F. C. — *Botanica e Agricultura no Brasil (Século XVI)*. in 12.º. Ed. Nacional. S. Paulo 1937.
- Hume, M. A. S. — in *Calendar of Letters and State Papers*. vol. I. London 1892.

## I

*Ibero-Amerikanisches Archiv*. F. Dümmler's Verlag. Bonn und Berlin. Em curso de publ.

## J

- Jaboatão, António de Santa Maria (O. S. F.) — v. Santa Maria.
- Jimenez de la Espada, M. — *Viaje del Capitán Pedro Teixeira*. in *Boletín de la Sd. de Geo. de Madrid*. XIII.

## L

- La Ronciere, Ch. de — *Histoire de la Marine Française*. 6 vols. in 8.º. Plon. Paris 1909-1932.
- \* Labat, le Pere (O. D.) — *Voyage aux Isles d'Amérique*. 6 vols. in 12.º. La Haye 1724.

- \* Labat, le Pere (O. D.) — Voyage du Chevalier des Marchais en Guinée. 4 vols. in 12.<sup>o</sup>. Paris 1730.
- Lannoy, Ch. de — Histoire de l'Expansion Coloniale du Portugal. Bruxelles. Paris. in 8.<sup>o</sup>. Alcan 1907.
- Leite, Serafim (S. J.) — História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa. Em curso de publicação.
- Lery, Jean de — Histoire d'un Voyage. A. Chuppin. La Rochelle. in 8.<sup>o</sup>. 1578.
- Lippmann, Ed. von — Geschichte des Zuckers. 2.<sup>a</sup> ed. Berlin. Springer. in 4.<sup>o</sup>. 1929.
- Linschoten, J. H. — Voyage. Amsterdam. in fol. 1638.
- Loreto Couto, Domingos (O. S. B.) — Desagravos do Brasil. in Annaes da Bib. Nac. Rio. XXIV e XXV.
- Lopes de Lima, J. J. — Ensaio sobre as possessões portuguezas. 5 vols. in 8.<sup>o</sup>. Lisboa 1844.
- Lopes Machado, Max. — Historia da Provincia da Paraíba. Paraíba. in 8.<sup>o</sup>. Impr. Official 1912.
- Lusitânia. Revista. Lisboa.

## M

- Maack, Reinhard — Die Gonwanaschichten in Süd Brasilien. in Zeitschrift für Erdkunde zu Berlin. Trad. in Rev. de Geografia. Rio 1936.
- Macedo Soares, A. J. — Artigo in Revista Brasileira. Rio.
- Matos Sequeira, G. de — Depois do Terremoto. 4 vols. Pub. pela Academia de Sciencias. in 4.<sup>o</sup>. Lisboa 1918.
- Magalhães de Gandavo, Pero de — The History of Brasil. Anotado por J. B. Stetson Jr. 2 vols. in 12.<sup>o</sup>. New York 1922.
- Maranhão, Metódio — Duarte Coelho e a Colonização de Pernambuco. in 8.<sup>o</sup>. Recife 1935.
- Martius, K. P. von — Reise in Brasilien. 3 vols. in 4.<sup>o</sup>. München. 1823.

- Memorias e Documentos da Real Academia de Historia Portuguesa. Lisboa.
- Mendes de Almeida, Candido — Codigo Philippino. 14.<sup>a</sup> ed. 3 vols. in 4.<sup>o</sup>. Rio 1870.
- Mendes dos Remédios, J. — Os Judeus em Portugal. Coimbra. in 8.<sup>o</sup> 1895.
- Merea, Paulo — A Solução Tradicional da Colonização do Brasil, in Ha. da Col. Port. no Brasil. III.
- Merrimann, R. B. — The Rise of the Spanish Empire. MacMillan. 4 vols. in 8.<sup>o</sup>. New York 1936.
- \* Métraux, A. — La Civilisation Materielle des Tupi-Guarani. Paris. in 4.<sup>o</sup>. Geuthner 1928.
- \* Métraux, A. — La Religion des Tupinambá. Paris. in 8.<sup>o</sup>. Geuthner 1928.
- \* Métraux, A. — Les Migrations Historiques des Tupi-Guarani. Paris. 1927.
- Miguel Arcaño da Anunciação (O. S. B.) — Cronica do Mosteiro de S. Bento de Olinda. in 8.<sup>o</sup>. Pernambuco. 1940.
- Mocquet, Jean — Voyage en Afrique, Asie, Indes Orientales et Occidentales. Paris in 8.<sup>o</sup>. 1617.
- Monteiro e Gamitto — in The Lands of Cazembe. v. Burton.
- Moreau, P. — Histoire des Derniers Troubles du Brésil. in 4.<sup>o</sup>. Paris 1651.

## N

- Nassau, Rev. R. H. — Fetichism in West Africa. London. in 8.<sup>o</sup>. 1904.
- Neerlandia Franciscana. Revista. Isenghem 1914-19.
- \* Nieuhoff, Johan — Gedenkweerdige Brasilianse Zee-en-Landt Reize. Amsterdam. Jacob Meurs. in fol. 1682.
- \* Nóbrega, Manoel da (S. J.) — Cartas. Ed. Acad. Bras. de Letras. Rio.

O

O Instituto. Revista. Coimbra.

Ordenações Manuelinas. Coimbra. 5 vols. in fol. 1797.

Ordenações Filipinas. Coimbra. 5 vols. in fol. 1797.

P

Paiva Manso, Visconde de — *Historia do Congo*. Lisboa, in 8.º, 1877.

Pereira, Ruy (S. J.) — in *Cartas Jesuíticas*.

Pereira da Costa, F. A. — *Capitães Mores, Governadores, Loco tenentes dos Donatarios*. in *Rev. do Inst. Arch. e Geo. Pernambucano*. n. 59. Recife 1892.

Pison et Marcgrav — *Historia Naturalis Brasiliae*. Elzevir. in fol. 1648.

\* *Pyrard de Laval — Voyage*. in 4.º Paris 1679.

R

Ramain, Dr. Paul — *Les Grands Vins de France*. in 4.º. Paris 1934.

Recalde, J. F. — in *Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo*. XLII.

*Revista Brasileira do Inst. de Geo.ª*. Rio.

*Revista Brasileira*. Rio.

*Revista de Historia*. Lisboa.

\* *Revista do Instituto Archeologico Pernambucano*. Recife.

*Revista do Instituto Historico do Ceará*. Fortaleza.

*Revista do Instituto Historico da Paraiba*. João Pessoa.

\* *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio.

Revue d'Histoire des Missions, Paris.

Ricard, Robert — Les Jesuites au Brésil pendant la seconde moitié du XVI<sup>e</sup> siècle (1549-97) in *Revue d'Histoire des Missions*. Paris 1937.

Ricard, Robert — *Études et Documents pour l'Histoire Missionnaire d'Espagne et Portugal*. Paris 1931.

Rischoffer, Ambrósio — *Reise*. Strasburg. in 12.<sup>o</sup>. 1677.

Rodrigues, Francisco (S. J.) — *História da Cia. de Jesus em Portugal*. Porto. Em curso de publ.

Rodrigues de Mello, José (S. J.), e Prudencio do Amaral (S. J.) — *Georgicas Brasileiras*. Com. por Regina Pirajá da Silva, pub. pela Acad. Bras. de Letras. Rio. in 4.<sup>o</sup>. 1941.

Rodrigues Silveira — *Memorias de hum Soldado da India*. Publ. por Costa Lobo. Lisboa 1877.

Rodrigues de Brito, João — *Cartas Economico Politicas sobre a Agricultura*. Lisboa. in 8.<sup>o</sup>. 1821.

### S

Sanchez Alonso, O. — *Fuentes de la Historia Española Hispano Americana*. Madrid 1927.

Santa Maria, Agostinho (O. C.) — *Santuário Mariano*. 9 vols. in 8.<sup>o</sup>. Lisboa 1722-23.

Santarem (Visconde de) e Rebello da Silva — *Quadro Elementar das Relações Politicas*. Lisboa a partir de 1864.

Sassetti — *Lettere*, in *Biblioteca Economica-Hoepli*. Milano 1880.

\* Schweinfurth, Georg — *Was Afrika an Kulturpflanzen Amerika zu verdanken hat und was es ihm gab*. in *Festschrift Eduard Seler*. Strecker und Schröder. Stuttgart in 4.<sup>o</sup>. 1922.

Severim de Faria, Manoel — *Noticias de Portugal*. Lisboa in fol. 1655.

- Simonsen, Roberto — *Historia Economica do Brasil*. 2 vols. in 12.º. Cia. Ed. Nacional. S. Paulo 1937-40.
- \* Soares de Souza, Gabriel — *Tratado Descritivo do Brasil*. vol. 117. col. *Brasiliana* in 12.º. Ed. Nacional. S. Paulo.
- Sombart, Werner — *Die Juden und Wirtschaftleben*. Dunkelert und Humblot. München n. Leipzig. in 8.º. 1928.
- Sousa Caldas, J. A. — *Obras Poeticas*. Stockler. Coimbra in 12.º. 1838.
- Staden, Hans — *Warhafftige Historia, Marpurg*. in 4.º. 1556.
- Steinen, Karl von den — *Entre os Aborígenes do Brasil Central*. Ed. do Dep. de Cultura Municipal. in 4.º. S. Paulo 1940.
- Studart, Barão de — *Documentos para a Historia do Brasil*. 4 vols. in 8.º. Fortalesa 1904-21.
- Shüler, Rod. — *A Nova Gazeta da Terra do Brasil*. Rio in 4.º. 1914.

T

- Thevet, André — *Les Singularitez de la France Antarctique*. Paris in 4.º. 1557.
- Thomsen, Th. — *Albert Eckhout*. in 4.º. Kopenhagen in 8.º. 1938.
- Trevor Davies, R. — *The Golden Century of Spain*. Macmillan. London in 8.º. 1937.

V

- \* Varnhagen, F. A. — *Historia Geral do Brasil*.
- \* Vicente do Salvador (O. S. F.) — *Historia do Brasil*. Weiszflog. in 8.º. S. Paulo 1918.

## W

- Wäetgen, Hermann — Das Holländische Kolonial reich in Brasilien. Andreas Perthes, in 8.°. Gotha 1921.
- Wäetgen, Hermann — Das Judentum und die Anfänge der modernen Kolonisation. Kohlhammer. Berlin. in 8.°. 1914.
- Wäetgen, Hermann — Der Negerhandel in Westindien und Süd amerika. Hansische Geschichtblätter, Jahrgang 1913.
- Wagener, Zacarias — in Rev. do Inst. Arch. Pern. Recife.
- Wilbois, J. — Le Cameroun. Payot. in 8.°. Paris 1934.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

### A

- Abreu e Brito, Domingos de — 102.  
Abreu, João Capistrano de — 9.  
Abreu, Paulo d' — 61  
Acahuy — 84  
Acosta — 203.  
Afonso, Joana — 95  
Afonso, João, — 74.  
Afonso, Jordão — 85.  
Aguiar, Maria de — 121, 122.  
Albuquerque, Brites, ou Beatris de — 1, 34, 72.  
Albuquerque, Catarina de — 64.  
Albuquerque, Coelho Duarte de — 1, 53.  
Albuquerque Coelho Sobrinho, Duarte de — 2.  
Albuquerque, Jerónimo de — 1, 2, 32, 71, 72, 73, 153.  
Albuquerque Coelho, Jorge de — 1, 2, 53, 72, 75.  
Albuquerque, Matias de — 2, 3, 15, 260.  
Albuquerque, Pero de — 73.  
Alexandrino, Cardeal — 205.  
Alma de Borzeguins — 41.  
Almeida, Jorge de — 21.  
Almeida, Gaspar de — 65, 66.  
Álvares, António — 82, 97, 155. .  
Álvares de Andrade, Fernão — 176.  
Álvares Cabral, Pedro — 208.

- Álvares, Fernão d' — 200.  
 Álvares, Manoel — 72, 73.  
 Álvares, Maria — 35, 64, 74.  
 Álvares, Miguel — 64.  
 Álvares, Isabel — 64.  
 Álvares, João — 99.  
 Álvares, Nuno — 10, 60.  
 Álvares, Pedro — 74.  
 Álvares da Silveira, Pero — 73.  
 Alviano — 4, 5, 9, 11, 175, 206, 237, 238, 239, 241, 243, 246.  
     247, 250, 251, 262, 292.  
 Anchieta — 253.  
 Andrade Silva ← J. J. de — 7.  
 Andrade, Mécia — 75.  
 André, António — 26  
 Anes, Rodrigo — 73.  
 António, creado — 181.  
 António, Nicolau — 155.  
 Antonil — 106, 120, 155, 221.  
 Antunes, Luís — 60.  
 Araujo, João de — 178.  
 Aratuan — 83.  
 Arcanjo da Anunciação, frei Miguel — 156.  
 Ávila, Rodrigo d' — 59, 60, 63, 135.  
 Azevedo, J. Lúcio d' — 55, 78.  
 Azevedo, Leonor de — 127.  
 Azevedo, Pedro de — 140.

## B

- Babington, Tomás — 137.  
 Bacharel de Cananea — 32, 274.  
 Baldus, Herbert — 121, 213, 214, 266, 286, 287, 288, 289, 290,  
     291.

- Baldus e Willems — 121.  
Barbosa, António — 74.  
Barbosa, Francisco — 74, 84.  
Barbosa da Silva, Francisco — 95.  
Barbot — 226, 227.  
Barleus, Gaspar — 202, 294, 297.  
Barreiros, D. António — 1, 2, 41.  
Barreiros, Diogo — 42.  
Bastardo, Afonso — 74.  
Bastardo, Pero — 74, 83, 140.  
Batista, padre João (S. J.) — 135.  
Batista, João — 127, 166.  
Beatrís, índia escrava — 74, 75.  
Beckford, William — 204.  
Beliaga, Isabel — 89.  
Benete, João — 99.  
Bezerra Felpa de Barbuda — 109.  
Bezerra, cap. João — 233.  
Borges, Cosmo — 128, 129.  
Borges da Fonseca, A. V. — 45, 46.  
Bossuet — 211.  
Botelho, Diogo — 3.  
Braço de Peixe — 178.  
Brandônio — 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 31, 60, 63, 116,  
117, 118, 119, 149, 157, 159, 176, 183, 186, 191, 193, 206,  
208, 227, 228, 229, 232, 234, 235, 237, 238, 240, 241, 242,  
243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 255, 257, 262, 292.  
Brás, João — 35.  
Brito, um tal — 140.  
Brito de Almeida, Luís de — 91.  
Brito de Almeida, João de — 91.  
Briolanja, filha de Diogo Fernandes — 46.  
Buir, Pedro — 134.

## C

- Cabral de Ataide, Fernão — 88, 89, 90, 92, 94.  
Caldas, Catarina — 73.  
Caldas, Francisco — 73, 75.  
Caldeira, Isabel — 99.  
Calmon, Pedro — 169.  
Calvos, Madalena de — 101.  
Caieiro, padre (S. J.) — 77.  
Camela, Brásia — 75.  
Camela, Maria — 39.  
Camelo, Jorge — 23.  
Capara, Francisco Afonso — 91.  
Caramurú (aliás Diogo Álvares) — 32, 245, 274.  
Cardigo, Pedro — 64.  
Cardim, padre Fernão — (S. J.) — 153, 166, 173, 177, 183,  
184, 258, 259.  
Cardoso de Barros, António — 178.  
Cardoso Milão, Manoel — 61.  
Carpentier, Servais (aliás Servatius) — 177.  
Carvalho, Gaspar de — 135.  
Casal, Gaspar do — 62.  
Castanho, Diogo — 62.  
Castro, Pinto, J. P. de — 50.  
Carlos, Alberto — 139.  
Catarina, D.<sup>a</sup> — 102.  
Cavalcanti, António — 23, 139.  
Cavalcanti, Felipe — 20, 24, 40, 72, 168.  
Cavalcanti, Maria — 139.  
Cavalcantis — 130.  
Chevallier — 213, 236.  
Coelho, Bastiam, (aliás Boas Noites) — 35, 45, 155.  
Coelho, Duarte — 1, 3, 31, 33, 34, 103, 276, 280.

- Coelho, Gaspar — 200.  
Coelho, Margarida — 75, 155.  
Commelyn — 148, 152, 177, 186, 278.  
Concepção, António da — 79, 97.  
Cordeiro, Estevam — 63.  
Cortes, Francisco — 135, 136.  
Costa Calheiros, Manoel da — 265.  
Costa, Catarina da — 39.  
Costa, D. Duarte da — 187.  
Costa, Gabriel da — 63.  
Costa, Pero da — 45.  
Costa, Salvador — 74.  
Costa, Susana da — 129.  
Couto, Diogo do — 20, 21.

## D

- Delon — 70, 211, 212.  
Dias, André — 83.  
Dias, Adarno, António — 90.  
Dias, António — 37, 41, 61, 98.  
Dias da Caja, Jorge — 16.  
Dias Santiago, Bento — 10, 15, 31, 32, 39, 42, 45, 59, 97.  
Dias, Brites (aliás a Velhinha) — 49.  
Dias da França, André — 2, 3.  
Dias, Branca — 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 49,  
50, 58, 59, 61, 63, 65.  
Dias, Branca (dos Apipucos) — 49.  
Dias, Diogo — 88.  
Dias Enriques, Duarte — 60, 68.  
Dias, Gonçalo — 74.  
Dias, Isabel — 64.  
Dias, João — 17, 63.

- Dias, Luís — 61, 62, 63, 67, 264.  
Dias da Paz, Jorge — 38, 46.  
Dias da Paz, Miguel — 63.  
Dias, Maria — 101.  
Dias, Tomé — 261.  
Dinis, Chorro — 53.  
Doutel, padre — 10, 13, 15, 17, 39, 54, 63.  
Du Wy (ou Duwy ou Janduy), Jan — 293.

**E**

- Eckhout — 168.  
Enriques, Miguel — 62.  
Enriques, Simão — 60, 62, 75.  
Erasmus de Rotterdam — 296.  
Escobar, Maria — 125.  
Esteves, Domingos — 15.

**F**

- Fáa di Bruno — 43.  
Fagon — 211.  
Farinha, Maria — 155.  
Febvre, Lucien — 131, 133, 213.  
Felipe II (I de Portugal) — 7.  
Fernandes, Ana — 59, 96.  
Fernandes, André — 73.  
Fernandes, António — 129, 155.  
Fernandes de Ayama, Francisco — 74.  
Fernandes Brandão, Ambrósio (aliás Brandônio) — 9, 10, 13,  
14, 15, 16, 31, 60, 63.  
Fernandes, Bárbara — 99.  
Fernandes, Beatris — 45, 62.  
Fernandes, Branca — 63.

- Fernandes, D. Carlos — 50.  
Fernandes, Catarina — 99.  
Fernandes, Clara — 76.  
Fernandes, Cosmo — 64, 84.  
Fernandes, Domingos — 82, 97, 155.  
Fernandes, Diogo — 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 44, 45,  
46, 49, 54, 56, 57, 58, 61, 65, 73.  
Fernandes, Duarte — 41.  
Fernandes Gama — 260.  
Fernandes, Gaspar — 74.  
Fernandes, Guiomar — 59, 65.  
Fernandes, Isabel (ou Inês) — 45, 59, 78, 173.  
Fernandes, Joana — 74.  
Fernandes, Jorge — 62, 74.  
Fernandes Leitão, Manoel — 75.  
Fernandes, Lucas — 265.  
Fernandes, Manoel — 128.  
Fernandes, Maria (mulata) — 95.  
Fernandes, Maria — 71.  
Fernandes, Simão — 60, 79.  
Fernandes de Távora, Miguel — 74.  
Fernandes, Violante — 46.  
Ferreira, Domingos — 77.  
Feuchtwanger, Lion — 51.  
Figueira, Baltasar — 73.  
Figueira, Gaspar — 73.  
Figueiredo, Anastácio de — 140  
Figueiredo, D.<sup>a</sup> Catarina de — 173.  
Figueiredo, Fidelino de — 11.  
Fonseca, António da — 58.  
Fonseca, Domingos da — 65.  
Fonseca, Maria da — 65.  
Francisca, Beatris — 75.

- Franco, Manoel — 98.  
 Franco, Mateus — 155.  
 Franco, Rodrigo — 64.  
 Frasão, Francisco — 46, 65.  
 Freitas, Azevedo, Mateus de — 64.  
 Froes de Abreu — 227.  
 Furtado de Mendonça, Heitor — 85, 129.

## G

- Galego, Pero — 83.  
 Garcia de Ávila — 169.  
 Garcia, Dr. Rodolfo — 10, 49, 50, 72.  
 Garcia da Horta — 210.  
 Gil, Fernão — 97.  
 Goes, Adrião de — 27, 28, 134.  
 Goes, Maria de — 46.  
 Gomes, André — 63, 134, 165.  
 Gomes, Isabel — 136.  
 Gomes, Maria — 100.  
 Gomes, Luís — 155.  
 Gomes, Ruy — 30, 60.  
 Gomes da Silveira, Duarte — 47, 163.  
 Gomes Rodrigues Millão — 62.  
 Gomez, Olália — 136.  
 Gonçalves, André (índio da Índia) — 100.  
 Gonçalves, Diogo — 36, 140.  
 Gonçalves, Gaspar — 77.  
 Gonçalves, Gonçalo — 181.  
 Gonçalves, Maria — 74.  
 Gonçalves, Pereira, Sebastião — 73.  
 Gonçalves, Pero — 29.  
 Gouvea, padre Cristovam (S. J.) — 166.  
 Gouvea, Tomé de — 63.

- Gotterez, Salvador — 155.  
Gramont, Duque de — 43.  
Grão Duque da Toscana — 71.  
Grotius — 203.  
Guia, Gracia — 97.  
Guiomar (filha de Simão Soeiro) — 64.

## H

- Habsburgos — 207.  
Hegel — 67.  
Herckmans, Elias — 284, 294.  
Herede — Maria de — 64.  
Hoehme — 147, 150, 197, 198, 199, 203, 206, 223, 234, 235, 238.  
Homem de Castro, Pedro — 1, 2.

## I

- Inocência VIII — 123.  
Inojosa — 130.

## J

- Jandwy (v. Du Wy) — 293, 295, 296.  
João III — 32, 54, 102, 125.  
Joffily, Irineu — 50.  
Johnson, Charles — 164.  
Jorge, Andresa — 46.  
Jorge, Salvador — 133.  
Josephus, Flavius — 43.

## K

- Knecht, Theodor — 216.  
Krebs — 124.

## L

- La Ravardiere — 71.  
Labat, le Pere (O. D.) — 151, 157, 158, 216, 219.  
Lafiteau — 203.  
Lamas, Francisco de — 73.  
Lamas, Isabel de — 73.  
Lampeão — 233.  
Leão, Manoel de — 101.  
Ledo, Bartolomeu — 75, 155.  
Legge, Mr. de — 234, 237.  
Leitão, Baltasar — 45.  
Leitão, Gil — 97.  
Leitão, Inês — 45.  
Leitão, Martim — 13.  
Lesá (ou Lessa) sapateiro — 127, 166.  
Lery, Jehan de — 191, 192, 198, 200, 230, 231, 239.  
Lima, Jorge de — 278.  
Lins — 130 — 135.  
Lins, Ana — 33, 34, 39.  
Lins, Cibaldo (ou Sibaldo) — 30, 98.  
Lins, Cristovam — 20.  
Lomba, Baltasar da — 84.  
Lonk, almirante — 261.  
Lopes da Rosa, Diogo — 61, 74.  
Lopes, Domingos — 96.  
Lopes, Gemmes — 58, 60.  
Lopes, Inês — 263.  
Lopes Homem, Francisco — 61.  
Lopes, Francisco — 52, 78.  
Lopes de Lima — 209.  
Lopes, Ruy — 23, 61, 174.  
Lopes, Pero — 64, 133.

- Loos, Maria — 134.  
Lourenço, Lusía — 262.  
Lucena de Asevedo, Bastião — 64.  
Lucena, Maria de — 128.  
Lucullus — 245.  
Luís, António — 96, 97.  
Luís, Beatrís — 35, 46.  
Luís, Diogo — 74.  
Luís, Grácia — 74.  
Lymburg-Styrum, Príncipe de — 43.

M

- Maack, Reimbard — 216.  
Macedo, Baltasar de — 78.  
Maciel Parente, Bento — 146.  
Madeira, Pedr'Álvares — 35, 59, 74.  
Magro de Oliveira, André — 175.  
Mahia, António — 64.  
Maniquete — 24, 176.  
Manoel I — 54, 120.  
Manoel, Gaspar — 187.  
Manoel, Jorge — 60.  
Manrique, António — 62, 75.  
Marcgraf — 202.  
Maria, Índia fôrra — 73.  
Mariano F.<sup>o</sup>, José — 145, 154.  
Martins, Agoas Mortas, Afonso — 60.  
Martins, Cristovam — 60.  
Martins, Domingos — 123.  
Martins, Isabel — 182.  
Martins, Jerónimo — 60.  
Martins, Leonor — 125.  
Martins, Manoel — 97.

- Martius, K. P. von — 114, 115, 255.  
Mata, Brás da — 53.  
Matos Sequeira — 205.  
Mascarenhas Homem, Manoel — 1, 2.  
Montaigne, Michel de — 244.  
Montoya, 288.  
Mota, Catarina da — 173.  
Moura, Alexandre de — 7.  
Moura, Cristovam de — 71.  
Moura, D. Felipe de — 1, 71, 72.  
Moura, Fructuoso de — 71.

## N

- Nássau, Maurício de — 279.  
Neves, padre Nicodemus — 50.  
Nimuendajú, Kurt — 288.  
Nieuhoff — 118, 193, 225, 238, 268, 269, 286, 292, 294.  
Noitel da Cruz — 13.  
Noronha, Fernão de — 100.  
Nunes, António — 61.  
Nunes, Diogo — 27, 28, 60, 63, 72.  
Nunes, Gonçalo — 65.  
Nunes, João — 6, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 59, 61, 62, 63, 64,  
155, 265.  
Nunes, Manoel — 85, 135.  
Nunes, Tomás — 59, 61, 174.

## O

- Olanda, Agostinho de — 45, 64, 134, 139.  
Olandas — 130, 135.  
Oliveira, Manoel de — 72,

P

- Paes de Altero, Cristovam — 22, 23, 24.  
Paes do Cabo, João — 2, 52, 136, 153, 155, 168.  
Paiva, Diogo de — 62.  
Paiva, Isabel de — 64.  
Paiva, Maria de — 46, 63, 134, 261.  
Paiva Manso, Visconde de — 102.  
Pardo de Barros, Jerónimo — 63.  
Pardo, Francisco — 41, 42.  
Pavoa, Maria — 39.  
Paulo, filho de Sebastião Coelho — 45.  
Paz, Ana da — 45.  
Paz, Felipa da — 45.  
Paz, João de — 61, 62.  
Pedr'Álvares — 35, 134.  
Pedro, André — 134, 135, 165.  
Pedreneira (ou Pederneira), Jorge Fernandes da — 17.  
Pedro, mulato — 39.  
Pereira de Castro, Gaspar — 132.  
Pereira, Estevam — 179.  
Pereira da Costa — 49.  
Pereira, padre Ruy (S. J.) — 257.  
Pessoa, Adriana — 25.  
Piacenza, Carli da — 108.  
Picardo, João — 139, 174.  
Picardo, Nicolau — 139.  
Piloto Anónimo — 285.  
Pigaffetta — 284.  
Pimenta, Alfredo — 11.  
Pina, Lionis de — 69.  
Pinto, Maria — 156.  
Pinto, António — 39.

- Pinto, João — 74.  
 Pinto, Manoel — 133.  
 Pinto, Jorge Tomás — 60.  
 Pires de Alegrete, Alvaro — 73.  
 Pires Landim, Miguel — 74.  
 Piso — 193, 244.  
 Preste, João — 215.  
 Provisan (ou Troviscano) — 135.  
 Pyrard de Laval — 62, 257, 261, 267, 268.

## Q

- Quadros, Madalena de — 124.  
 Queixada (Quesada ou Quejada), Cristovam — 133.

## R

- Romain, Dr. Paul — 211.  
 Ramalho, João — 32, 274.  
 Raposa, Felipa — 52.  
 Razilly, François de — 178.  
 Rebaudot — 211.  
 Rebolo, Pero — 63.  
 Recalde, J. F. — 288.  
 Remirão, João de — 91.  
 Rey, Manoel — 128.  
 Ribeiro, Emanuel — 204.  
 Ribeiro, Manoel — 155.  
 Ribeiro, J. Pedro — 7.  
 Rischoffer, Ambrósio — 260, 261.  
 Rocha, Cristovam da — 94.  
 Rocha París, Francisco da — 137.  
 Rocha París, João da — 137, 139.  
 Rodrigues d'Abreu, Pero — 74.

- Rodrigues, Álvaro — 89.  
Rodrigues, António — 129.  
Rodrigues de Brito — 221.  
Rodrigues Cardoso, Simão — 1, 2.  
Rodrigues de Cartagena, Gaspar — 132.  
Rodrigues Covas, Gaspar — 133, 264, 265.  
Rodrigues, Fernão — 51, 63.  
Rodrigues da Paz, Fernão — 51, 60, 63.  
Rodrigues, Felipa — 75.  
Rodrigues, Francisco — 61, 62.  
Rodrigues, Gaspar — 62.  
Rodrigues, João — 64, 79.  
Rodrigues, Jerónimo — 24.  
Rodrigues, Lourenço — 98, 99.  
Rodrigues, Manoel — 61, 62, 75.  
Rodrigues de Melo, padre José (S. J.) — 185.  
Rodrigues de Mendonça, João — 140.  
Rodrigues Navarro, Francisco — 59.  
Rodrigues Noronha, Lopo — 100.  
Rodrigues Tavares, Simão — 64.  
Rodrigues Vila Real, irmãos — 59.  
Rodrigues Vila Real, Gonçalo — 63.  
Rodrigues Vila Real, Manoel — 59, 63.  
Rodrigues, Violante — 41.  
Romeiro, Salvador — 15, 96.  
Rosa, Belchior da — 6.  
Rosa, Leonor da — 65.  
Rothschild — 43.

S

- Sá, Duarte de — 2, 22, 60, 64.  
Sá, Mem de — 187.  
Saint-Hilaire, Augusto de — 253.

- Salvador, frei Vicente do — v. Vicente.  
Sanches Carrilho, Fernão — 94.  
Sanches, Diogo — 140.  
Sanches, Francisco — 59.  
Sarmiento, Alfredo de — 119.  
Sassetti — 172.  
Schakespeare — 108.  
Schweinfurth, Georg — 227, 236, 238, 285.  
Sebastião I — 205.  
Seler, Eduard — 227, 236.  
Seixas, Agostinho de — 95.  
Seixas, Ana de — 98, 99.  
Sequeira, Rodrigo — 98.  
Serrão, Afonso — 62.  
Silva, D. Diogo da — 55.  
Silva, Foam, pedreiro — 21.  
Simonsen, Roberto — 217.  
Soares, Diogo — 60, 62, 95, 134.  
Soares, Gabriel — 146, 147, 150, 153, 159, 160, 161, 168, 179,  
187, 188, 192, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 210, 223, 224,  
229, 230, 231, 232, 233, 235, 238, 255, 266.  
Soares, Fernão — 13, 64, 95, 98, 99, 133, 134.  
Soares, Lopo — 25, 28, 127.  
Soares, Martim — 83.  
Soares Parambuasa, Pedro — 83.  
Soeiro, Simão — 60, 64.  
Sousa Ano e Pacheco, Vasco — 2.  
Sousa, Fernão de — 46, 60.  
Sousa, Lourenço de — 64.  
Sousa, Pascoal de — 63, 69.  
S. Tomé — 283.  
Staden, Hans — 108, 198, 200, 201, 229, 284, 297.  
Steinen, Karl von den — 214.  
Stuhlmann — 236.

T

- Talleyrand — 264.  
Tavares, Felipa — 65.  
Tavares, Joana — 64.  
Teixeira, Bento — 51, 52, 53, 54, 61, 63, 65, 66, 69, 132, 137,  
155.  
Thevet, André — 198, 239, 282.  
Teles Barreto, Manoel — 92.  
Tito, Imperador — 44.  
Tourinha, Felicia — 100.  
Tourinho, Joam — 100 .  
Tomacauna, Domingos Fernandes — 83, 89, 91, 92, 94.  
Tomás, António — 63, 76.  
Tomás, Jorge — 30.  
Troviscano (ou Provisan) — 135.  
Tudors — 165.

U

- Upror, Luisa de — 139.  
Uzielli — 43.

V

- Valadares, Faustina de , — 63.  
Vale, Isabel do — 64.  
Vale, padre Leonardo do (S. J.) — 86, 87.  
Varnhagen, F. A. de — 5, 7.  
Vas de Caminha, Pero — 285.  
Vaz do Bom Jesus, Cristovam — 20.  
Vaz, Mécia — 97.  
Vaz, Simão — 42, 58.

Velho, Bernardo — 76.

Vespúcio, Américo — 293.

Vicente do Salvador, frei (O. S. F.) — 13, 152, 228, 231, 262.

Vieira, padre António (S. J.) — 82, 101, 281.

Vilhete, António — 133.

W

Waetgen — 162.

Wagener, Zacarias — 70, 71, 108, 109, 222, 224.

Wanderley — 109, 130.

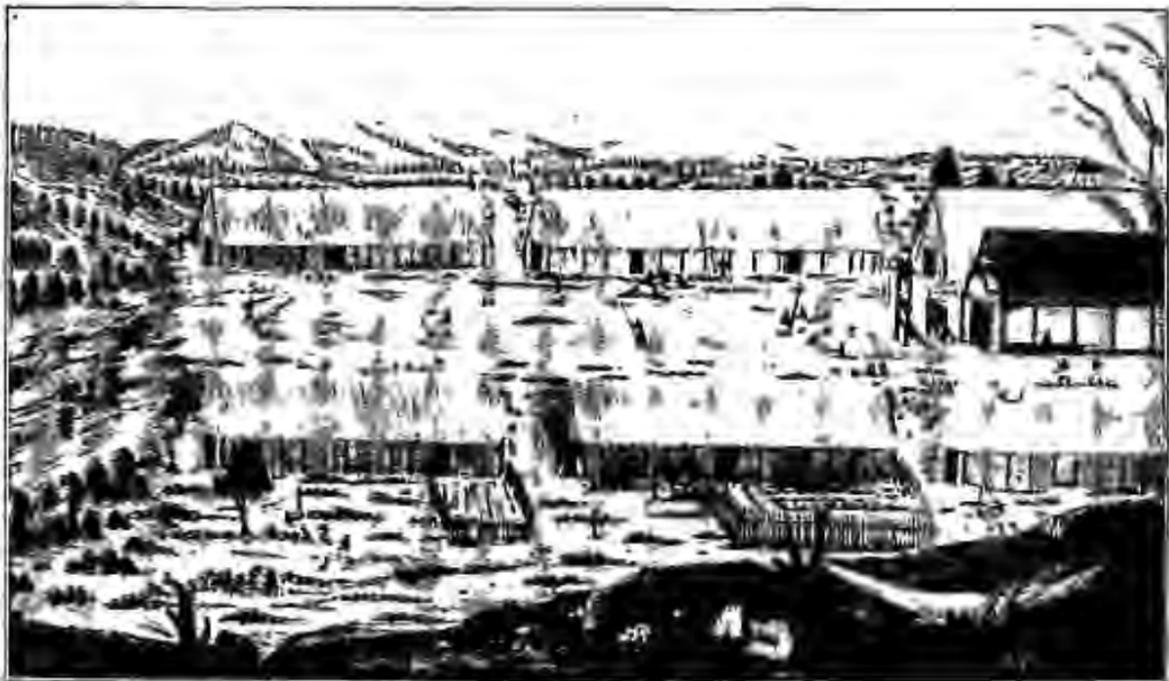
Wilbois — 214, 215, 299, 300, 301.



Guerreiro Tupi  
por A. Eckhout.



Mulher Tupi  
por A. Eckhout



Aldea de Indios Misionados  
por Fekbont no Theatrum Naturaeum Berolice Brasilia:



Dança de Tapuias

por Lecheut no Theatrum Naturalium Bernae Brasiliae



Vista de um engenho

pernambucano por Eckhout, no Theatrum Naturalium Rerum Brasiliae.



Alegoria aos produtos do Brasil  
por A. Eckhout.